U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

LOGRADOURO, PÁTIO E VILA

A (re)ativação do modelo urbano de Pátio e Vila como exploração das parcelas de logradouro em habitação coletiva na cidade de Lisboa

FERNANDO JOSÉ BESTEIRO VIEIRA
Licenciado

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura com especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado

ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA
Professor Doutor João Nuno Pernão
Professora Doutora Maria Manuela Mendes

JÚRI
Professora Doutora Maria Dulce Loução
Professor Doutor Fernando Sanchez Salvador
Professor Doutor João Nuno Pernão

DOCUMENTO DEFINITIVO
Lisboa, FA ULisboa, setembro de 2020

TÍTULO. Logradouro, Pátio e Vila

SUBTÍTULO. A (re)ativação do modelo urbano de Pátio e Vila como exploração dos lotes de logradouro em habitação coletiva na cidade de Lisboa

AUTOR. Fernando José Besteiro Vieira

ORIENTAÇÃO. Professor Doutor João Nuno Pernão

Professora Doutora Maria Manuela Mendes

RESUMO

O título *Logradouro, Pátio e Vila*, condensa todo o significado e alcance que o presente Projeto Final de Mestrado assume, na simplificação de duas designações e na sua respetiva sucessão gramatical. Assim, e por *Logradouro* identificamos empiricamente o vazio interior definido pelos edifícios que constroem os nossos quarteirões. Espaços que por norma suscitam uma leitura de profunda descaracterização, *não lugares*, um território da cidade de caráter residual. Já por *Pátio e Vila*, entendemos um espaço habitado, enclausurado por de trás dos edifícios que dão cara às nossas cidades, nomeadamente segregados em contexto de *Logradouro.* A sua natural ocultação faz deles espaços íntimos e misteriosos, pequenas aldeias separadas da perceção da cidade.

Este trabalho procura na sua essência apresentar soluções para o problema estrutural da escassez de habitação em Portugal, vinculando o *Logradouro* como o território urbano atualmente a explorar e a revitalizar, e o modelo de *Pátio e Vila* por sua vez, como uma estratégia de valor na sua regeneração.

Palavras-chave. Regeneração Urbana; Logradouro; Interior do Quarteirão; Pátios e Vilas de Lisboa; Habitação

ABSTRACT

The title Logradouro, Pátio e Vila, encloses the whole meaning of the presente work.

Logradouro, a portuguese word, rufly translates as the empty space enclosed by the buildings of its block. Such spaces, can be usually read as ones of profund lack of characterization, *non-places*, normalized in our cities ground.

Patio and *Vila,* names a residential space, enclosed on the backyards of the buildings that populate the streets of our city, mostly found in the spaces of *Logradouro*. Its natural invisibility turns them into intimate and misterious places, small villages hiding away from our perception of the city.

The presente work seeks solutions for the structural problem of lack of housing in Portugal, resorting the *Logradouro* as the urban plot to explore and revitalize, and therefor reflecting over the modelo of *Patio* and *Vila*, as a stratedgy capable of lauching clues to solve the problem and of great value.

Key-Words. Urban Regeneration; *Logradouro*; Inside Block;
Pátios e *Vilas* of Lisbon; Housing

AGRADECIMENTOS

De modo particular, à minha mãe, por todo o esforço e sacrifício de uma vida dedicada à minha pessoa. Ao meu Pai pelo legado artístico, pela determinação e perfecionismo, valores que determinaram e determinam a seriedade e qualidade deste trabalho, e de todos os que se sucedem. Aos dois, dedico incondicionalmente todas as páginas deste documento.

Não muito distante, agradeço também à restante família e amigos, pela sua presença ativa e passiva em todo este longo percurso.

Por fim, aos orientadores deste trabalho, à professora Manuela Mendes por ter acompanhado e enriquecendo esta jornada de longas oscilações, e ao professor João Nuno Pernão por nestas ter embarcado.

A todos, um profundo e sincero agradecimento.

ÍNDICE

RESUMO
ABSTRACT
AGRADECIMENTOS
ÍNDICE GERAL
ÍNDICE DE FIGURAS

INTRODUÇÃO
Contextualização 1
Objeto, questão e hipótese 4
Logradouro, Pátio e Vila 7

I. O PÁTIO E VILA, UM MODELO SINGULAR 13
I.I O Pátio, o modelo originário 21
I.II A Vila, o modelo evolutivo 43
I.III O Pátio e Vila, habitabilidade em contexto de logradouro 65

II. O LOGRADOURO, UM RESTO DE CIDADE 95
II.I Os Tecidos 103
II.II Os Traçados 113
II.III Os Quarteirões 137

III. A PROPOSTA, 177
III.I Contextualização da proposta 183
III.II. As unidades de Quarteirão - Campo de Ourique e Alvalade 199
III.III As Unidades Parcelares - o Pátio e a Vila 215

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS 225

BIBLIOGRAFIA 231

ANEXOS 239

ÍNDICE DE FIGURAS

1. Pátio do Curvo - São Vicente, Eduardo Portugal 20
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

2. Pátio do Carrasco - Alfama, Armando Serôdio, 1968 22
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

3. Pátio da Pascácia - Castelo, Amadeu Ferrari, década de 40 23
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

4. Pátio do Curvo - São Vicente, João Francisco Vilhena, 1991 (editada pelo autor) 25
Fonte: LEITE, Cristina Ana e VILHENA, João Francisco – *Pátios de Lisboa – Aldeias entre muros* – Lisboa, 1991

5. Pátio do Curvo - São Vicente, João Francisco Vilhena, 1991 (editada pelo autor) 26
Fonte: LEITE, Cristina Ana e VILHENA, João Francisco – *Pátios de Lisboa – Aldeias entre muros* – Lisboa, 1991

6. Pátio do Carrasco – Alfama, Artur Pastor, 1960 28
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

7. Pátio do Carrasco – Alfama, Armando Serôdio, 1968 29
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

8. Pátio do Carrasco – Alfama, Eduardo Portugal (editada pelo autor) 30
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

9. Pátio do Convento das Bernardas, Madragoa, João Francisco Vilhena, 1991 33
Fonte: LEITE, Cristina Ana e VILHENA, João Francisco – *Pátios de Lisboa – Aldeias entre muros* – Lisboa, 1991

10. Pátio do Barbosa – RTP 2, in Pátios e Vilas de Lisboa, 1996 (editada pelo autor) 35

11. Palácio dos Senhores de Trofa – Paulo Guedes, 1944 (editada pelo autor) Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa 35

12. Pátio do Gini – Misericórdia, Mário Marzagão, 2012 (editada pelo autor) Fonte: https://apontamentoslisboa.blogspot.com/ 37

14. Pátio dos Caldeireiros (Vila Fernandes) – Misericórdia, autor desconhecido (editada pelo autor) 38
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

15. Vila Fernandes - Graça, autor desconhecido (editada pelo autor) 42
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

16. Vila Rosário – Penha de França, Vasco Gouveia de Figueiredo, 1967 45
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

17. Vila Doroteia – Bica, Mário Marzagão, 2012 46
Fonte: https://apontamentoslisboa.blogspot.com/

18. Vila Motta – Campolide Mário Marzagão, 2012 47
Fonte: https://apontamentoslisboa.blogspot.com/

19. Vila Berta - Graça, autor desconhecido (editada pelo autor) 49
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

20. Vila Berta - Graça, autor desconhecido (editada pelo autor) 50
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

21. Vila Luz Pereira - Mouraria, autor desconhecido (editada pelo autor) 52
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

22. Vila Benitez – Campo de Ourique, Augusto de Jesus Fernandes, 1961
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

55

23. Vila Guilherme Rodrigues- Penha de França, Mário Marzagão, (editada pelo autor) 56
Fonte: https://apontamentoslisboa.blogspot.com/

24. Vila Gomes - Penha de França, Mário Marzagão, (editada pelo autor) 57
Fonte: https://apontamentoslisboa.blogspot.com/

25. Vila Musgueira - Penha de França, Mário Marzagão, 2012 59
Fonte: https://apontamentoslisboa.blogspot.com/

26. Vila Gonçalves – Campo de Ourique, AML 60
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

27. Pátio Caetano de Carvalho – Campo de Ourique, AML 61
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

28. Vila Fernandes – Misericórdia, autor desconhecido (editada pelo autor) 64
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

29. Vila Amélia – Estrela, Mário Marzagão, 2012 (editada pelo autor) 66
Fonte: https://apontamentoslisboa.blogspot.com/

30. Vila Emília – Campolide, Mário Marzagão, 2012 (editada pelo autor) 67
Fonte: https://apontamentoslisboa.blogspot.com/

31. Vila Luz – Arroios, Mário Marzagão, 2012 (editada pelo autor) 68
Fonte: https://apontamentoslisboa.blogspot.com/

32. Vila Borba – Campolide, AML 70
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

33. Vila Borba – Campolide, Mário Marzagão, 2012 (editada pelo autor) 71
Fonte: https://apontamentoslisboa.blogspot.com/

34. Vila Sousa - Graça, autor desconhecido (editada pelo autor) 73

35. Pátio do Costa – Arroios, Mário Marzagão, 2012 (editada pelo autor) 74

Fonte: https://apontamentoslisboa.blogspot.com/

36. Pátio do Costa – Arroios, Mário Marzagão, 2012 (editada pelo autor) 76

Fonte: https://apontamentoslisboa.blogspot.com/

37. Vila Rosário – Campo de Ourique, AML 78

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

38. Vila Raul –Amoreiras, AML 79

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

39. Vila Motta – Campolide, AML 80

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

40. Vila Motta - Campolide, Augusto Fernandes, 1965 (restituída pelo autor) 81

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

41. Vila Amélia - Campolide, Mário Marzagão (editada pelo autor) 82

Fonte: https://apontamentoslisboa.blogspot.com/

42. Vila Romão da Silva – Amoreiras, AML 83

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

43. Vila Borba- Graça, Mário Marzagão, 2012 (editada pelo autor) 85

Fonte: https://apontamentoslisboa.blogspot.com/

44. Vila Rodrigues – Graça, autor desconhecido 86

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

45. Vila Rodrigues – Graça, AML 87

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

46. Vila Ramos – Alcântara, Artur João Goulart, 1962 88

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

47. Pátios e Vilas disseminados pela cidade de Lisboa ainda nos dias de hoje, 507 unidades. 2020 (Produzido pelo autor no âmbito da presente investigação) 91

48. Mancha representativa dos Interiores do Quarteirão de Lisboa, com Logradouros integrados. 2020 (Produzido pelo autor no âmbito da presente investigação) 94

49. Tecido Urbano da cidade de Lisboa (produzido pelo autor através do software Google Earth) 102

50. Tecido Urbano da cidade de Lisboa (produzido pelo autor através do software Google Earth) 105

51. Amostras de Traçados Urbanos: Bairro de Alfama. Bairro Alto e Bairro da Baixa (in Cadernos de Morfologia Urbana – Elementos Urbanos – Lisboa, Argumentum, pg. 24 e 25) 106

52. Amostras de Traçados Urbanos: Bairro de Alfama. Bairro Alto e Bairro da Baixa (in Cadernos de Morfologia Urbana – Elementos Urbanos – Lisboa, Argumentum, pg. 24 e 25) 107

53. Praça do Marquês, Catalão Monteiro, 2009 109
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

54. Sebastião Salgado – Amazonas, 2009 112
Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/17/politica/1413564183_553553.html

55. The Commissioners Plan of New York, William Bridges e Peter Maverick, 1807 - 1811 114
Fonte: https://www.loc.gov/

56. Redraft of the Castello Plan New Amsterdam in 1660, John Wolcott Adams, I. N. Phelps Stokes 1916 115
Fonte: https://www.battlemaps.us/products/new-york-1660-castello-plan-new-amsterdam

57. Planta topográfica da cidade de Lisboa, (século XIX), Carlos Mardel, 1948 117
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

58. Carta Topográfica da Cidade de Lisboa, séc. XVIII, Filipe Folque 118
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

59. Baixa Pombalina – Mário de Oliveira, década de 50 120
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

60. Baixa Pombalina, Traçado Urbano sobre a Topografia. (Elaborado pelo autor com referência no trabalho desenvolvido pelo grupo de investigação Forma Urbis Lab.) 121

61. Campo de Ourique, vista aérea, Mário de Oliveira, década de 50 122
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

62. Campo de Ourique, Traçado Urbano sobre a Topografia. (Elaborado pelo autor com referência no trabalho desenvolvido pelo grupo de investigação Forma Urbis Lab.) 123

63. Campolide, Traçado Urbano sobre a Topografia. (Elaborado pelo autor com referência no trabalho desenvolvido pelo grupo de investigação Forma Urbis Lab.) 125

64. Avenida da Liberdade, Fernão Ferro, 1930 126
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

65. Matriz conceptual e Traçado Urbano sedimentado, Avenidas Novas. (in Cadernos de Morfologia Urbana – Elementos Urbanos – Lisboa, Argumentum, pg. 43) 127

66. Matriz conceptual e Traçado Urbano sedimentado, Almirante Reis. (in Cadernos de Morfologia Urbana – Tempo e Forma – Lisboa, Argumentum, pg. 51) 129

67. Avenida Almirante Reis e Arroios, Casa Fotográfica García Nunes, 1952 (encosta e miradouro da Penha de França no cimo) 130
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

68. Bairro de Alvalade, Autor desconhecido, 1950 132
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

69. Avenida de Roma, Horácio Novais, 1940 133
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

70. Bairro de Campolide (produzido pelo autor através do software Google Earth) 136

71. Planta da reconstrução de Lisboa, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, 1755 138
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

72. Bairro de Campo de Ourique, CML, 1950 (editado pelo autor) 139
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

73. Sequencia representativa do modo como o Traçado gerou a planificação dos quarteirões no bairro das Avenidas Novas. (produzido

pelo autor, com base na referência: (in *Cadernos de Morfologia Urbana – Tempo e Forma* – Lisboa, Argumentum, pg. 51) 140

74. Os Quarteirões em Lisboa. Tábua comparativa e representativa, escala, proporção e planificação (produzido pelo autor no âmbito da presente investigação) ESC 1:7000 141

75. Saldanha e Avenida da República – Amadeu Ferrari, década de 40 143
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

76. Avenida da Répública– Judah Benoliel, década de 50 144
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

77. Amostras de Quarteirões da cidade de Lisboa, e os seus respetivos parcelamentos. De cima para baixo: Areeiro, Alvalade, Avenidas Novas, Campolide, Campo de Ourique e Arroios (produzido pelo autor no âmbito da presente investigação) 147

78. Edifícios na Avenida da Républica, Casa Fotográfica García Nunes, década de 60 (Contraste visível entre um edifício modernista do início da segunda metade do século XX, à esquerda, e um edifico neoclássico da segunda metade do século XIX, à direta. Ambos refletem na sua forma, aproximadamente um século de mudanças culturais, sociais e económicas que aconteceram desde a era da industrialização até à atualidade.) 148
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

79. Cadastro parcelar do Bairro de Campo de Ourique (produzido pelo autor no âmbito da presente investigação) 149

80. Axonometria representativa do cadastro parcelar de um Quarteirão de Campo de Ourique. Planificação, Parcelamento e Edificado estruturante (produzido pelo autor no âmbito da presente investigação) **151**

81. Planta de piso tipo de uma unidade de quarteirão do Bairro de Campo de Ourique. (produzido pelo autor no âmbito da presente investigação) Esc: 1:1000 **152**

82. Tipologias habitacionais: o Pombalino e o Gaioleiro (editado e produzido pelo autor no âmbito da presente investigação) Esc: 1:500 **154**

83. Tipologias habitacionais: o Dominante das Avenidas e o Rabo de Bacalhau (editado e produzido pelo autor com base: in Cadernos de Morfologia Urbana – Elementos Urbanos – Lisboa, Argumentum, pg. 192 Esc: 1:500 **155**

84. Planta de piso tipo de uma unidade de quarteirão do Bairro de Alvalade, avenida de Roma. (produzido pelo autor) Esc: 1:1000 **157**

85. Planta de piso tipo de uma unidade de quarteirão do Bairro de Alvalade, avenida de Roma. (produzido pelo autor) Esc: 1:1000 **158**

86. Corte transversal da tipologia habitacional de Rabo de Bacalhau, e o seu respetivo *Logradouro* (Composto e editado pelo autor) **159**
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

87. Amostras de Interiores do Quarteirão da cidade de Lisboa, e os seus respetivos cadastros parcelares de Logradouros. De cima para baixo:

Areeiro, Alvalade, Avenidas Novas, Campolide, Campo de Ourique, Arroios (produzido pelo autor no âmbito da presente investigação) 161

88. Corte de duas parcelas agregadas transversalmente num Quarteirão de Campo de Ourique, ambas refletem duas grandes superfícies de comercio e armazém, densificando a totalidade dos pisos 0 e -1 e os seus respetivos Logradouros. (Composto e editado pelo autor) 163
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

89. Horta, Paulo Guedes, primeira metade do século XX 165
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

90. O Barateiro, Armazém de Móveis , Alberto Carlos Lima, década 10 167
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

91. Corte Transversal de uma parcela no Bairro das Avenidas Novas, com estacionamento em cave, preenchendo toda a área de implantação do edifício estruturante e toda a área do seu respetivo Logradouro 168

92. Tábua comparativa e representativa das construções nos *Logradouros* nos *Quarteirões* em Lisboa. Realçado na cor amarela os conjuntos de *Pátios e Vilas*, em coexistência com as restantes diversidades de usos e utilizações nos *Logradouros*. (produzido pelo autor no âmbito da presente investigação) ESC 1:700 169

95. Pátio do Carrasco, Andrés Lejona, década de 60 171
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

96. Bairro de Campo de Ourique, Silva Pinto, 1911 (editado pelo autor) 184

97. Bairro de Campo de Ourique, CML, 1950 (editado pelo autor) 186

98. Bairro de Alvalade, CML, 1950 (editado pelo autor) Ainda sem as expressões construídas das parcelas autónomas de investimento privado 187

99. Parte 1: Planta de escala urbana, com o projeto de uma tipologia habitacional de rabo de bacalhau de investimento autónomo e particular, a ser implementada por várias parcelas ao longo de toda a Avenida de Roma. 1960 (editado pelo autor) 188
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

100. Parte 2: Planta de escala urbana, com o projeto de uma tipologia habitacional de rabo de bacalhau de investimento autónomo e particular, a ser implementada por várias parcelas ao longo de toda a Avenida de Roma. 1960 (editado pelo autor) 189
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

101. Planta da cidade de Lisboa, assinalado os Bairros a intervenção: à esquerda Campo de Ourique e à direita Alvalade (produzido pelo autor) 191

102. Planta de escala Urbana Bairro de Campo de Ourique. Esc: 1:5000 (produzido pelo autor) 192

103. Levantamento síntese do caso de intervenção do Bairro de Campo de Ourique. Esc: 1:1500 (produzido pelo autor) 193

104. Planta de escala Urbana Bairro de Alvalade. Esc: 1:5000 (produzido pelo autor) 194

105. Levantamento síntese do caso de intervenção do Bairro de Alvalade. Esc: 1:1500 (produzido pelo autor) 195

106. Planta de arquivo com a loja adquirida e adaptada a passagem de serventia. Com sobreposição da intervenção feita a cabo pelo arquiteto Bak Gordon (editado pelo autor) 201

107. Diagrama representativo da mancha de redução das áreas de loja/armazém ou de aquisição dos usos nos Logradouros no caso de Campo de Ourique. A mancha de cor clara, as áreas afetas à reconversão e implantação de habitação (Pátios e Vilas), manchas de cor escura, as áreas que permanecem o comercio de rua. (produzido pelo autor) 202

108. Diagrama representativo da mancha de redução das áreas de loja/armazém, ou da aquisição dos usos nos Logradouros no caso de Alvalade. A mancha clara, as áreas afetas à reconversão e implantação de habitação (Pátios e Vilas), manchas escuras, as áreas que permanecem o comercio de rua. (produzido pelo autor) 203

109. Pátio de entrada das duas casas em Santa Isabel, Fernando Guerra, 2004 205

Fonte: http://ultimasreportagens.com/

110. Pátio da Casa de Hóspedes Rockefeller de Philip Johnson, Dean Kaufman 2016 206

Fonte: https://www.nytimes.com/2017/03/23/t-magazine/philip-johnson-rockefeller-guest-house-manhattan.html

111. Planta da Casa de Hóspedes Rockefeller de Philip Johnson 207

Fonte: https://www.nytimes.com/2017/03/23/t-magazine/philip-johnson-rockefeller-guest-house-manhattan.html

112. Vista tardoz das moradias urbanas do projeto de um edificio na Avenida Almirante Barroso da autoria do atelier Embaixada. Imagem pelo autor em ambito profissional (StudioNascente), 2019 209

Fonte: www.studionascente.com

113. Vila Rosário – Campo de Ourique, AML 211

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

114. Alçado principal da tipologia habitacional de Gaioleiro, com a implementação da identificação e passagem de serventia do Pátio. (Imagem pelo autor no ambito da presente investigação.) 218

115. Alçado principal da tipologia habitacional de Rabo de Bacalhau, com a implementação da identificação e passagem de serventia da Vila. (Imagem pelo autor no ambito da presente investigação.) 219

116. Vista interior das moradias urbanas do projeto de um edificio na Avenida Almirante Barroso da autoria do atelier Embaixada. Imagem pelo autor em ambito profissional (StudioNascente), 2019 221

Fonte: www.studionascente.com

117. Atmosfera do espaço exterior comum do conjunto de Pátio (Imagem pelo autor no ambito da presente investigação.) 222

118. Atmosfera do espaço exterior comum do conjunto de Vila (Imagem pelo autor no ambito da presente investigação.) 223

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZAÇÃO

O problema da falta e escassez de habitação em Portugal foi sempre uma questão estrutural e um problema não resolvido no nosso país, apesar de continuar a haver mais habitações vagas que famílias a precisar de alojamento. Antes da pandemia e desde 2014 e até março de 2020, Lisboa foi alvo de uma nova fase de gentrificação totalmente singular, catapultada por uma explosão de diversos modos de alojamento turístico. O que se reverteu num intensivo redesenvolvimento urbano da cidade, promovido nomeadamente "*pelo e para o grande investimento estrangeiro injetado por proprietários de peso e grandes grupos económicos de promoção imobiliária",*[1] implicando grandes mutações no mercado imobiliário da cidade de Lisboa.

1. *(...)"Lisboa, por exemplo, vive um novo estádio de gentrificação em tudo diferente do anterior, muito devido a um redesenvolvimento urbano tendo como principais causas a explosão de diversas formas de alojamento turístico e a promoção de produtos imobiliários de luxo, promovidas sobretudo pelo e para o grande*

A turistificação associada ao crescimento exponencial do alojamento local e temporário, reforçou até então, a imagem de Lisboa enquanto um dos destinos europeus mais procurados e desejados. Tal provocou a fixação de novos residentes estrangeiros, com alto poder de compra e atraídos pela imagem romantizada e exportada do alcançável modo de vida tradicional, boémio e tipicamente lisboeta, a um custo relativamente baixo.

Os valores do arrendamento e do metro quadrado na cidade dispararam, aquilo que era entendido como normal, hoje é já percebido como acessível, em contrapartida a população residente e laboriosa em Lisboa e envolvente, é constantemente empurrada para as periferias, reforçando a situação de escassez endémica de habitação na cidade e que se manifesta como um problema claramente estrutural.

Como consequência, a procura habitacional tornou-se numa realidade diária na cidade de Lisboa, seja no polo dos que procuram uma breve estadia temporária (ou não) em território nacional, seja do lado seus residentes e trabalhadores que lutam diariamente para permanecer na cidade, principalmente, os grupos sociais com pouca ou até média capacidade económica, assim como, os grupos etários mais jovens, mas também os mais idosos.

---

investimento estrangeiro injetado por proprietários de peso e grandes grupos económicos de promoção imobiliária (...). A orientação do capital imobiliário, agilizada por políticas estatais, no âmbito do programa Golden Visa ou dos Residentes Não Habituais (programas estatais portugueses que visam a atração de investimento estrangeiro, nomeadamente pelo setor imobiliário) para a produção de produtos de habitação ou alojamento de luxo, demonstra claramente que este é um caso de gentrificação transnacional." MENDES, Luís - *Nova Geração de Políticas de Habitação em Portugal: Contradições entre o discurso e as párticas no direito à habitação,* Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia, 2020, pág. 92
Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/19635

Tudo isto, tem vindo a vincular dia após dia uma realidade progressivamente antagónica e desigualitária, entre a constante sede de lucro por parte dos operadores económicos e de quem intervém no setor imobiliário, e a população e organizações de moradores que pugnam pela salvaguarda do direito constitucional à habitação.

O surgimento da situação pandémica impactou, como seria de esperar, nesta dinâmica do mercado imobiliário em Portugal, algo que se reverteu num desaceleramento visível dos valores do arrendamento, os quais têm vindo a descer.[2] No entanto, nada foi significativamente visível a ponto de perpetuar ou prever o fim de toda esta escassez de habitação na cidade, de facto as intensas dinâmicas de procura e oferta de habitação continuam, ainda que estejam numa fase de relativo abrandamento ou mudança.

Contudo, toda esta intensiva e constante especulativa comercialização do solo urbano e do tecido edificado da cidade, em coexistência com as necessidades decorrentes da efetiva implementação do direito à habitação, têm vindo a exercer uma sobrecarga sobre o território urbano da cidade de Lisboa. Tal tem exigido a cada dia que passa uma maior eficácia e otimização na resposta às necessidades habitacionais, especialmente num previsível contexto de crise sanitária, económica e social.

---

2. ("*Os preços do arrendamento estão em queda. O 2º trimestre de 2020 veio confirmar a tendência de redução das rendas em Lisboa, com os valores na capital a desceram 6,9% em termos trimestrais e 8,7% em termos homólogos. No Porto, as rendas mantiveram-se estáveis no 2º trimestre, apresentando uma variação de 0,4% face ao trimestre anterior. (…) Arrendar no Porto (€10,7/m2) fica 70% mais barato do que em Lisboa (€15,2/m2). Quanto ao mercado de compra e venda, as diferenças são menores, ainda assim assinaláveis: comprar casas no Porto (€2.590/m2) fica 59% mais barato do que em Lisboa (€4.396/m2).*") RITO, André - *Arrendamento: preços caem em Lisboa e mantêm-se no Porto*. in Jornal Expresso, 2020. Disponível em: https://expresso.pt/economia/2020-07-22-Arrendamento-precos-caem-em-Lisboa-e-mantem-se-no-Porto

Hoje, é fundamental a capacidade operativa da Arquitetura, sobretudo em contexto académico, em olhar para a cidade e para o seu tecido construído de modo a descobrir no próprio capacidades de intervenção, que apoiadas por possíveis ou futuras estratégias multidisciplinares e complementares, possam vir a erigir uma solução, ou parte de uma solução ativa para todo este problema estrutural e que se encontra sedimentado na cidade de Lisboa.

OBJETO DA INVESTIGAÇÃO, QUESTÃO E HIPÓTESE

Porém, já no passado a cidade de Lisboa sofreu também enormes alterações repentinas e altamente significativas ao nível do mercado da habitação, provocando uma relação entre procura e oferta habitacional severamente assimétrica.

Relembre-se que, no final do século XIX e inícios do século XX, a população da cidade de Lisboa aumentou 120%, enquanto que em todo o país apenas 45%,[3] reflexo das migrações das populações do interior que vinham em busca da atrativa oferta de trabalho nas grandes indústrias que se disseminavam pela capital. Tal refletiu-se sobre o seu tecido construído, gerando um cenário caótico, dada a insuficiente resposta pública e privada em termos de oferta de habitação para os trabalhadores.

Perante a estrutural inexistência de políticas de habitação de interesse social, a promoção da habitação para as classes laboriosas que não tinham capacidade económica para habitar os bairros da cidade, foi assegurada pelas dinâmicas do investimento privado. Esta situação levou ao surgimento de um modelo habitacional atípico como resposta à carência da habitação dos finais do século XIX e inícios do século XX, amplamente conhecido como os *Pátios e Vilas de Lisboa*.

3. SALGUEIRO, Teresa Barata - *Habitação Operária em Lisboa*, 1981.

Os *Pátios e Vilas* refletem genericamente a construção de habitação coletiva nos terrenos de menor valor do tecido urbano da cidade de Lisboa, com especial enfoque nos terrenos vazios, e de certo modo inutilizáveis e não habitáveis, ou seja, nos *Logradouros* dos edifícios burgueses que constituíam as ruas e os bairros da cidade.

Contudo, num primeiro momento este modelo iniciou-se pela tipologia de *Pátio*, caracterizada como uma solução rápida e espontânea de alojamento, promovida nomeadamente pelos pequenos comerciantes, que utilizavam os *Logradouros* nas traseiras dos seus estabelecimentos para lá fazer erguer pequenas casas, em banda ou fileira, com o objetivo de as rentabilizar no mercado de arrendamento.

O *Pátio* por ser uma solução nomeadamente construída ao sabor das necessidades do momento, promovida por investidores de baixas capacidades financeiras, sem projeção e com técnicas construtivas desqualificadas, reverteu-se naturalmente em edificados com precárias condições de habitabilidade. Somando-se ainda a sua repentina e massiva proliferação pela cidade, que cultivou por todos os pontos de Lisboa alojamentos insalubres, aninhados por de trás dos edifícios burgueses que estruturavam o traçado urbano da cidade.

Num segundo momento, um espetro de maior capacidade de promotores e investidores privados, vislumbraram uma oportunidade de investimento interessante com a construção de uma nova tipologia de habitação coletiva direcionada para as mesmas classes sociais que a tipologia de *Pátio*. Nesta nova solução as condições de habitabilidade não seriam tão miseráveis, e dariam bons lucros ao seus investidores,[4] concorrendo então com o *Pátio*

4 PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário.* Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 510.

insalubre, uma tipologia altamente digna e formal, sendo agora nomeada de *Vila*.

A tipologia *Vila* formalizou a habitação coletiva nos *Logradouros* e *Interiores do Quarteirão*, com uma planificação coerente e racional que dignificava a realidade habitacional neste específico contexto urbano. A sua disseminação pela cidade também acompanhou a dinâmica já existente do modelo de *Pátio*, atingindo uma proporção de tal modo exponencial, que em 1930 a entidade estatal viu-se obrigada a impedir a continuidade destes conjuntos, cujo valor já se situava acima de mil *Pátios e Vilas* construídas entre 1850 e 1930,[5] por toda a cidade de Lisboa.

Na atualidade, os *Pátios e Vilas* presentes na cidade são ainda mais de 500 unidades,[6] existindo ainda, imensos conjuntos fora de Lisboa, nomeadamente em cidades de maior proximidade como Almada, Montijo e Setúbal, e ainda alguns casos exportados, que podemos até encontrar em algumas cidades do Brasil.

Contudo, os *Pátios e Vilas* não só demonstraram uma enorme eficácia na resposta às carências habitacionais, bem como revelaram ser um modelo de vitalidade capaz de transformar não lugares como *Logradouros,* em lugares habitados, ocasionando atmosferas espaciais e sociais, totalmente marcantes e singulares, ainda nos dias de hoje.

Assim sendo, o sentido de essencialidade deste Projeto Final de Mestrado é tentar responder á seguinte questão: de que modo este modelo habitacional urbano, pode ser uma estratégia possível na resposta face ao problema de escassez de habitação dos dias de hoje?

5.ANTUNES, Gonçalo M.F.S. (2017), *Políticas sociais de habitação (1820 - 2015): espaço e tempo no concelho de Lisboa,Vol.2* - Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, pg. 37 – 67.

6. Contabilizados pelo autor, no âmbito da presente investigação.

O presente trabalho pretende responder a esta questão ilustrando a resposta com uma proposta prática, configurando-se a hipótese de revitalização, através de habitação coletiva, de um contexto urbano particular e de caráter residual da cidade de Lisboa, ou seja, o *Logradouro e Interiores do Quarteirão*. No fundo, o mesmo cenário que outrora possibilitou a disseminação do modelo de *Pátio e Vila* durante a sua ativação na passagem do século XIX para o século XX.

LOGRADOURO, PÁTIO E VILA

Assim, na presente investigação, o problema estrutural da falta de habitação vincula o *Logradouro* como o território urbano a revitalizar, e o modelo de *Pátio e Vila* por sua vez, como a sua sucessora revitalização em habitação coletiva. No entanto, é necessário previamente problematizar estes 3 conceitos, seja o de *Pátio e Vila*, seja o de *Logradouro,*[7], nomeadamente e enquanto elementos urbanos, importa perceber qual a sua génese, de modo a fundamentar uma atual e consciente regeneração de *Logradouros* em novos conjuntos de habitação coletiva como *Pátios e Vilas*.

Seguindo esta linha de pensamento, este documento, para além de incluir a introdução e a conclusão, estrutura-se em dois primeiros capítulos, de teor teórico e antecedentes a um terceiro referente à proposta projetual. O primeiro, com a designação de "*O Pátio e Vila: a reativação de um modelo*," aborda de modo critico e analítico a génese por de trás do modelo de *Pátio e Vila*, compreendendo a sua origem na tipologia de *Pátio*, e a sua gradual evolução até à tipologia de *Vila*, bem como as suas diferenças e virtudes

7. Questionar o que é um *Logradouro*, é inevitavelmente questionar o que é um *Interior do Quarteirão*. No entanto, é notório que a questão de partida se focaliza apenas em um dos termos. Tal decorreu do desenvolvimento da presente investigação, no qual se conclui o conceito de *Interior de Quarteirão* como consequente e de certo modo secundário ao de *Logradouro*.

compositivas, e concluindo com uma reflexão analítica da lógica deste modelo em especifico no contexto de *Logradouro*.

De seguida, procede-se a uma procura em torno do entendimento do conceito de *Logradouro*, e da sua contextualização atual no tecido da cidade de Lisboa, e que está patente no segundo capítulo, intitulado: *" O Logradouro: a regeneração de um território".* Não sendo este um conceito amplamente retratado e abordado pela análise científica, este segundo capítulo progride numa narrativa formal e metódica, que desconstrói o conceito de cidade como estrutura física, designadamente, os seus tecidos, e alcançando um entendimento sucessivo dos seus principais elementos estruturantes, os *Traçados*, e os *Quarteirões*, e que estão irredutivelmente na génese existencial do elemento *Logradouro*.

O último capítulo deste Trabalho Final de Mestrado reflete-se na proposta projectual, que interseta os temas abordados na componente teórica e os tenta operacionalizar em dois contextos reais. Por um lado, uma unidade de *Quarteirão* do bairro de Campo de Ourique, que reflete um traçado dos finais do século XIX, e por outro uma unidade de *Quarteirão* do bairro de Alvalade, de traçado do século XX.

Com isto, procura-se por um lado refletir a capacidade ativa do modelo de *Pátio e Vila* na regeneração e reconversão de parcelas de *Logradouro* em habitação coletiva, mas por outro, também compreender o seu impacto à escala da unidade de conjunto, o *Quarteirão*. Esta proposta prática em dois contextos urbanos diferentes, pretende ainda demonstrar a possibilidade de reaplicação deste modelo em contextos diferentes do tecido da cidade de Lisboa, uma dimensão expressamente patente deste modelo, visível pelas dez centenas de conjuntos disseminados pela cidade de Lisboa entre 1850 e 1930.

I. O PÁTIO E VILA,

UM MODELO SINGULAR

O presente capítulo aborda de modo analítico e critico toda a génese por de trás do tema dos *Pátios e Vilas* na cidade de Lisboa, bem como o seu carater de conjuntos habitacionais em contexto de *Logradouro*. Num primeiro momento é abordado o *Pátio*, tipologia habitacional enraizada na cidade desde que esta se chamava *Ulixbuna,* e evoluída a modelo de exploração dos terrenos de *Logradour*o para habitação operária nos finais do século XIX. Num segundo momento é explorada a tipologia de *Vila*, que surge como consequência do *Pátio*, introduzindo neste fundamentos compositivos ao nível da habitação, e do fogo. Num terceiro momento é encaminhado o modelo de *Pátio e Vila* como tema de habitação característica e singular em contexto de *Logradouro*, compreendendo os seus dispositivos arquitetónicos essências, para uma futura reativação deste modelo.

O QUE É UM PÁTIO E VILA?

De um ponto de vista impressionista não faria sequer sentido questionar o que é um *Pátio e Vila*, sendo que a mesma questão se direciona a dois contextos, como se constituíssem um só. Seria de maior pertinência formular duas questões distintas: *o que é um Pátio? E o que é uma Vila*? Esta formulação deixa antever que estamos perante dois conceitos distintos.

Porém, ao desvincularmos antecipadamente estes dois contextos, verificamos que estamos perante um objeto conceptualmente fragilizado. O termo *Pátio*, por si só, associa-se prioritariamente a um espaço arquitetónico, a um qualquer *recinto descoberto, no interior de um edifício,*[8] enquanto que *Vila,* para além da evidente associação ao conceito de uma povoação inferior a cidade, é também facilmente entendida como uma *casa de construção luxuosa, geralmente situada fora da cidade.*[9]

Esta distinção preliminar resulta inevitavelmente numa associativa disparidade conceptual de ambos os termos, e especialmente do próprio significado essencial de *Pátio e Vila.* Por maior controvérsia gramatical que possa apresentar, esta terminologia consolida conceptualmente um só objeto, com um único significado associativo.

Através do conhecimento empírico, um *Pátio e Vila* apresenta-se irredutivelmente na forma de um modelo habitacional urbano, patente da cidade de Lisboa, caracterizando-se, nomeadamente, por pequenos conjuntos habitacionais escondidos nas traseiras dos edifícios comuns que constituem e definem as ruas da cidade. Com efeito, o mais direto e associativo que detemos do modelo de *Pátio e Vila*, é sem dúvida o seu protagonismo como solução habitacional durante o desenvolvimento industrial da cidade de Lisboa

8. "*pátio"* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, Porto: Porto Editora, 2003-2019.
9. "*vila"* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, Porto: Porto Editora, 2003-2019.

de entre os séculos XIX e XX. *Pátio e Vila* inscrevem-se no tema da habitação operária da cidade. O conhecimento científico sobre os *Pátios e Vilas de Lisboa*, resulta de uma sucessão temporal de diversos estudos e trabalhos provindos de diferentes áreas científicas, embora apresentem abordagens diferentes, partilham todos de uma vontade mútua de os recolocar no passado e no presente da cidade de Lisboa.

POSIÇÃO CIENTÍFICA

Um dos principais estudos sobre o tema os *Pátios e Vilas de Lisboa* é da autoria do arquiteto Nuno Teotónio Pereira, datado entre os anos de 1978 e 1979, intitulado: *"Evolução das Formas de Habitação Pluri-familiar na Cidade de Lisboa*" e apoiado e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Nesta publicação o autor expõe um conjunto ilustre e claro de tipologias de edifícios de habitação, revelando uma vasta abordagem à evolução do tema da habitação coletiva e enunciando pela primeira vez algumas situações de alojamento operário. No entanto, é somente mais tarde que este trabalho enuncia a sua relevância, originando um estudo continuado pelo mestre Teotónio no qual é formalizado o tema da habitação operária, e intitulado: *"Pátios e Vilas de Lisboa – A promoção privada do alojamento operário",* publicado em 1993. Em 1996, este trabalho do arquiteto foi abordado num programa televisivo intitulado - *Pátios e Vilas de Lisboa*, apresentado pelo arquiteto Manuel Graça Dias na RTP 2.

Recuando ainda a 1978, contamos também com o trabalho incontornável e independente da Professora e investigadora Maria João Madeira Rodrigues, intitulado: *"Transição, Tradição e Mudança – A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista".* Nesta publicação é contextualizada a génese dos

Pátios e Vilas de Lisboa, sendo ainda feita a sua caracterização evolutiva no tempo.[10]

Para além destes dois trabalhos que podemos certamente classificá-los como os pilares do tema científico – *os Pátios e Vilas de Lisboa* – em 1981 é ainda publicado um estudo da autoria de Teresa Barata Salgueiro, intitulado: *"Habitação Operária em Lisboa".* Nesta obra a autora define várias tipologias habitacionais da classe laboriosa, abrangendo também o modelo de *Vila,* mas sobretudo complementando os trabalhos dos autores anteriores, ao contextualizar certas concentrações de *Pátios e Vilas* em determinados zoneamentos industriais da cidade de Lisboa, demonstrando a correlação geográfica entre as localizações das estruturas industriais e a proliferação destes conjuntos habitacionais.

O trabalho destes três autores é sem dúvida a base científica que formaliza o objeto de estudo, e configura o conhecimento que detemos sobre o modelo urbano de *Pátio e Vila.* No entanto, ainda como complemento a um entendimento mais aprofundado do modelo primata de *Pátio*, é abordado o trabalho conjunto de Ana Cristina Leite e João Francisco Vilhena[11], realizado em 1991 e intitulado *Pátios de Lisboa - Aldeias entre muros.* Nesta análise é construída uma narrativa histórica desde o surgimento dos *Pátios*, pelo menos do século VII, até à realidade do *Pátio* dos finais do século XIX retratada pelos autores anteriores.

Assim, o presente capítulo progride em três tópicos, "*O Pátio", "A Vila", e "Os Pátios e Vilas em contexto de Logradouro*", momentos sucessivos e

10. É de realçar a leitura que a autora apresenta sobre o modelo de *vila* como *tipo*, revelando os seus maiores atributos e características, que levaram até a autora a qualificar o modelo de *vila* como uma solução pioneira face a uma carência habitacional emergente.

11 Ana Cristina Leite é Mestre em História de Arte, e João Francisco Vilhena fotojornalista. Em 1991 lançam em coautoria o livro *Pátios de Lisboa - Aldeias entre muros;* uma obra que retrata de forma caracterizada a história do modelo de pátio.

fundamentais para a compreensão da génese do modelo de *Pátio e Vila*, e sobretudo para o seu entendimento como modelo de habitação coletiva em contexto de *Logradouro*,



1. Pátio do Curvo - São Vicente, Eduardo Portugal

I.I O PÁTIO,

O MODELO ORIGINÁRIO

Em Lisboa, sejam os conjuntos de *Pátios*, sejam os conjuntos de *Vilas*, ambos estão irredutivelmente associados à questão da escassez de habitação operária, e ao desenvolvimento industrial da viragem do século XIX para o XX. No entanto, o modelo de *Pátio* existe já na cidade de Lisboa desde que esta se designava por *Ulixbuna*.[12] Porém, tem vindo a ser complicado demonstrar com datas especificas a origem deste modelo urbano, visto que "*textos sobre pátios são praticamente inexistentes. (...) Não há uma história dos primeiros pátios em Lisboa, assim como não se sabe qual é o mais antigo*".[13]

Mas o *Pátio* é de facto uma tipologia de forte implantação urbana na cidade de Lisboa, tendo sido inventariados em 1992 pelo *Gabinete dos Pátios e Vilas* - proposta conjunta entre a Camara Municipal de Lisboa e Direção Municipal

12 LEITE, Cristina Ana e VILHENA, João Francisco – *Pátios de Lisboa – Aldeias entre muros* – Lisboa, 1991, pg. 11.
13 *Ibidem*, pg. 5 – 11.



2. Pátio do Carrasco - Alfama, Armando Serôdio, 1968

da Reabilitação Urbana - um total de 593 conjuntos.[14] Valor que veio ainda a revelar-se superior em 2017, e que foi aferido no âmbito da tese de doutoramento do geografo Gonçalo Antunes, na qual o autor estima que até 1930 tenham existido 739 *pátios* [15].

Esta expressividade quantitativa do modelo de *pátio* faz-nos "*recuar ao seu aparecimento até ao período de ocupação muçulmana, no século VII".*[16]

14. ANTUNES, Filipa A.S.G.O. (2003), *Habitação operária – pátios e Vilas de Lisboa – a experiência da cidade operária industrial*, tese de mestrado em Arquitetura de Habitação, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, pg.60 – 74.
15 ANTUNES, Gonçalo M.F.S. (2017), *Políticas sociais de habitação (1820 - 2015): espaço e tempo no concelho de Lisboa,* Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, pg. 58 – 59.
16 LEITE, Cristina Ana e VILHENA, João Francisco – *Pátios de Lisboa – Aldeias entre muros* – Lisboa, 1991, pg. 11.



3. Pátio da Pascácia - Castelo, Amadeu Ferrari, década de 40

Evidentemente que aqui não falamos do *pátio* de tipologia morfologicamente relacionada ao *pátio* descrito da época industrial, o qual era construído de costas voltadas para a cidade, devido ao inferior valor do metro quadrado destes terrenos, os *Logradouros*.

O *Pátio* nasce sobretudo do povoamento árabe no alto da colina de São Jorge, no qual esta se caracterizava morfologicamente por uma densificação do edificado. Porém, esta densidade era ordenada por uma organização espacial hierarquizada entre *rua, viela, beco* e *pátio,* organização urbana ainda patente na cidade antiga de Lisboa.

No entanto, o *Pátio*, era já nessa altura um elemento urbano com uma peculiaridade em comparação aos restantes, não só pela sua clara distinção morfológica, mas sobretudo por ser um complemento intimista da *rua, viela,*

travessa, beco, assim como, de toda a composição e vivência urbana. O *Pátio*, já neste momento, caracterizava-se morfologicamente por estar voltado para o interior, em que as "*casas têm fachadas pobres porque se viram para o pátio, sendo as riquezas, espirituais e materiais, vividas recatadamente nos seus interiores".*[17]

Este carácter íntimo era de facto uma expressão essencial da sua própria população – o povo árabe. Para "*este povo, os ensinamentos do (...) Corão, são marcantes, impregnando o seu dia-a-dia, ditando os padrões de comportamento do individuo face a si mesmo e face à comunidade. Os pátios surgem precisamente para a valorização de um desses padrões (...): o intimismo".*[18]

Este sentido de intimidade é ainda hoje uma das principais heranças que estes conjuntos nos trazem, incluindo também as *Vilas*, sendo que estas seguem como sucessão o modelo de *Pátio*.[19] Assim, esta complementaridade contrastante entre a intimidade recatada e o caos urbano, fez dos *pátios* primatas, "*pequenos mundos familiares, construídos para uma sociedade com um marcante carácter comunitário, de forte cariz mediterrâneo".*[20]

Porém, na altura da respetiva reconquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, já a cidade se tinha desenvolvido para além da colina do Castelo e Alfama, sendo que estas zonas de pequena periferia eram ocupadas sobretudo por

17 LEITE, Cristina Ana e VILHENA, João Francisco – *Pátios de Lisboa – Aldeias entre muros* – Lisboa, 1991, pg. 11
18 *Ibidem.*
19. Dai também as palavras de José Manuel Fernandes: *"Há um certo sentido de intimidade no espaço arquitetónico e urbano que relaciona as vilas com o resto da cidade. (...). Esse sentido de intimidade (...) é um dos valores mais interessantes da vila popular de Lisboa. (...) E recorda claramente a tradição islâmica, a tradição intimista, recolhida, quase envergonhada do habitar a cidade, um pouco às escondidas (...)."* (José Manuel da Cruz Fernandes – RTP arquivo parte II - minuto 03:36 – 04:33).
20 LEITE, Cristina Ana e VILHENA, João Francisco – *Pátios de Lisboa – Aldeias entre muros* – Lisboa, 1991, pg. 11



4. Pátio do Curvo - São Vicente, João Francisco Vilhena, 1991 (editada pelo autor)



5. Pátio do Curvo - São Vicente, João Francisco Vilhena, 1991 (editada pelo autor)

populações que habitavam casas com pequenos quintais, ou hortas anexadas, excluindo a solução corrente do *Pátio* árabe.

A partir deste momento a cidade de Lisboa densifica-se e expande-se sem planificação, *"ao sabor das necessidades, repetindo espontaneamente os modelos existentes, que haveria de perdurar durante toda a Idade Média"*.[21] Estes quintais e hortas vão-se transformando em *Pátios* com um intuito de reaproveitamento das áreas disponíveis, densificando-as. E aqueles que são construídos como novos, expressam sobretudo o *Pátio* do período medieval, que "*não é mais do que a continuação do pátio árabe, construído segundo os mesmos princípios urbanísticos e sociais comunitários*".[22]

21 *Ibidem.*
22 *Ibidem.*, pg. 11

Já no final do século XV e inícios do século XVI dá-se a passagem do centro político e administrativo para junto do rio Tejo, modificando profundamente a vida e funcionamento da cidade de Lisboa. O caráter rural da cidade antiga vai-se perdendo, gerando-se alterações sociais significativas e como consequência "*os pátios começam a ser ocupados, tal como toda a colina, Alfama e Mouraria, por uma franja de população mais pobre e por um número maior de pessoas*".[23]

Adiante deste momento, e com o acompanhar da espontânea expansão da *urbe*, o *Pátio* vai-se disseminando pela cidade, desta vez já não com o "*conceito urbanístico-filosófico do tempo da ocupação árabe, mas a ideia de pátio enquanto elemento urbano de repetição. A partir deste período, o pátio resulta sempre desse fator repetitivo (...) onde, mais do que as noções estéticas, sobrelevam as questões sociais*".[24]

Mas com o terramoto de 1755, grande parte da recente expansão urbana é destruída, bem como, "*grande número dos mais antigos pátios de Lisboa, embora alguns tenham sido refeitos posteriormente*".[25] Mas nos primeiros planos urbanos de reconstrução da cidade, os *pátios* foram esquecidos, passando a ser substituídos morfologicamente por pequenos saguões, ou espaços nas traseiras dos edifícios que constituíam a rua, tendo estes apenas a mecanização de prover ventilação e saneamento.

Com todo o desenvolvimento urbano sobre a tutela de Marquês de Pombal, esquece-se a cidade medieval e "*a cidade barroca vai abrir as portas para a cidade moderna, a Lisboa romântica, a Lisboa das Avenidas Novas*".[26]

---

23 *Ibidem*.pg. 14
24 LEITE, Cristina Ana e VILHENA, João Francisco – *Pátios de Lisboa – Aldeias entre muros* – Lisboa, 1991, pg. 14
25. *Ibidem*.
26. LEITE, Cristina Ana e VILHENA, João Francisco – *Pátios de Lisboa – Aldeias entre muros* – Lisboa, 1991, pg. 15.



6. Pátio do Carrasco – Alfama, Artur Pastor, 1960

Lisboa cresce em forma de novos bairros, e vai consumindo, aos poucos, a periferia rural em volta da *urbe*, absorvendo sobretudo os zoneamentos da Ajuda, Benfica, Carnide, Olivais, Marvila e Beato. Assim e com a implementação destes novos limites, "*Lisboa passou a contar com um número considerável de pátios (...) construídos, ou reconstruídos, na sua maioria, durante o século XVIII*".[27]

No entanto, com a revolução Industrial durante a segunda metade do século XIX, a Europa foi alvo de enormes mudanças sociais, políticas e económicas, o que se traduziu num expansivo crescimento das grandes cidades dos países mais desenvolvidos, como Inglaterra, França e Alemanha.

27. *Ibidem*.



7. Pátio do Carrasco – Alfama, Armando Serôdio, 1968

Portugal, embora mais tardiamente, ao experimentar a industrialização vai ocorrer sobre os tecidos das suas grandes cidades uma procura exponencial de alojamento habitacional, sobretudo por parte dos indivíduos e grupos populacionais que vinham do interior de Portugal, em busca de trabalho *nos principais centros industriais do país, com relevo em Lisboa, Porto, Covilhã e Setúbal.*[28]

Em Lisboa, *entre 1864 e 1911 a população da cidade regista um aumento de 120% enquanto a do País cresceu 45%.*[29] A cidade não detendo uma capacidade responsiva em termos habitacionais para este aumento

28 PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário.* Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 509.
29. SALGUEIRO, Teresa Barata – *Habitação operária em Lisboa, pg. 74*



8. Pátio do Carrasco – Alfama, Eduardo Portugal (editada pelo autor)

populacional, experienciou uma intensa ocupação sobre o edificado já existente.

Num primeiro momento, a cidade começa por sofrer uma alta concentração de volumes crescentes de famílias proletárias atraídas pelo trabalho industrial, que ao se depararem sem uma resposta habitacional, *vêem-se então obrigadas a procurar alojamento em espaços desocupados (...), onde improvisam elas próprias precárias habitações ou se acomodam de qualquer maneira.*[30] A existência de um *"mercado imobiliário desregulado, num momento crítico de carência habitacional, fez com que praticamente todos os locais servissem como alojamento, desde que o residente ficasse com um tecto e o senhorio com a respectiva renda".*[31]

PÁTIO DE COMPOSIÇÃO POPULAR

Contudo, a procura prioritária pelas rendas mais baixas fez apinhar, em primeira instância, as zonas mais pobres da cidade, nomeadamente os antigos bairros históricos, bem como os seus respetivos *Pátios* populares de fundação árabe. Este acontecimento fez então perdurar até aos dias de hoje este *tipo* do modelo de *Pátio,* o *Pátio de composição popular.*

Tal caracteriza-se hoje essencialmente pelo seu valor vernáculo e pitoresco. São exemplos claros deste tipo, o *Pátio das Canas*, no beco das Canas em São Miguel, bem como o *Pátio do Curvo* na rua do Paraíso, em São Vicente. Sendo ainda o caso de maior evidência, o *Pátio do Carrasco* na rua do Limoeiro, também inserido no casco densificado de Alfama. Este conjunto é talvez o de

30 PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário.* Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 509.
31 ANTUNES, Gonçalo M.F.S. (2017), *Políticas sociais de habitação (1820 - 2015): espaço e tempo no concelho de Lisboa,* Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, pg. 54.

maior protagonismo popular e que melhor expressa esta intemporal faceta pitoresca do modelo de *pátio*, retratado pelas palavras do escritor Norberto de Araújo.[32]

Como na maioria dos casos não se conhece a data de origem deste conjunto, decerto por ser fruto desta contínua sedimentação temporal do modelo de *Pátio*. Mas o trabalho do olisipógrafo Luís Pastor de Macedo atesta a existência prévia deste conjunto, ao qual o autor atribui o ano de 1689, dois séculos antes da sobrecarga populacional, e em que o *pátio* tinha a designação de *Pátio do Limoeiro,*[33] passando ainda a *Pátio do Gama*, e só depois a *Pátio do Carrasco*.[34] Embora e atendendo aos seus *elementos artísticos seja possível considerá-lo quinhentista*.[35] São conjuntos como este, de caráter *popular*, que contêm neles toda uma origem do modelo urbano de *Pátio*. "*Pois, já não existem pátios do período árabe ou medieval, poucos são quinhentistas e seiscentistas, alguns do século XVIII, mas a maioria é já do século XIX.*"[36]

PÁTIO DE COMPOSIÇÃO CONVENTUAL

Para além dos antigos bairros e da apropriação dos *Pátios* populares, o edificado devoluto foi também uma das respostas a esta dita camada da população oriunda do interior rural, alojando-se parte dela nomeadamente

32. ("*O Pátio do Carrasco é um pedaço do pitoresco triste que abunda por esta Lisboa, mas não deixa de oferecer um certo interesse contemplativo. (…) No seu conjunto (…), deixa adivinhar a pobreza que se transmite de pais a filhos, e à qual o tempo vai dando uma patina de resignação. Mas no Pátio do Carrasco (…) vive a alegria, que não precisa de muito para nos causar inveja (…); conserva, contudo, para a nossa piedade das vidas tristes do povo, uma verta graça simpática".)* ARAÚJO, Norberto - *Peregrinações em Lisboa* - Livro II – Lisboa, 1992, pg. 59 – 60.
33. MACEDO, Luís Pastor de – *Lisboa de Lés a Lés* - Vol. III - Lisboa 1960, pg. 20
34. A cerca do último nome, "Carrasco", ver: (BASTOS, Francisco Leite – *O último Carrasco* – 1883, Lisboa)
35. LEITE, Cristina Ana e VILHENA, João Francisco – *Pátios de Lisboa – Aldeias entre muros* – Lisboa, 1991, pg. 66.
36 *Ibidem*, pg. 19.



9. Pátio do Convento das Bernardas, Madragoa, João Francisco Vilhena, 1991

em edifícios sacro-religiosos, deixados pela extinção das antigas ordens religiosas, bem como, no edificado palaciano abandonado outrora pela aristocracia. Esta prática fez então surgir outros dois *tipos* do modelo de *Pátio*.

O primeiro, o *Pátio de composição conventual,* é nomeadamente produto de uma adaptação de antigos conventos sacro-religiosos em habitação coletiva. Para além de casos destes serem reduzidos a um número ínfimo de pouco mais de dois,[37] também não correspondem evidentemente ao quadro característico do modelo de *Pátio*, uma vez que este é sobreposto ao já existente de Claustro.[38]

37. Boletim Olisipo, 2ª Série, nº 3 – 1996, CML, pg. 43.

38. Contudo, é de notar a robustez da necessidade habitacional que se deu durante este período, capaz de transformar de modo civil um claustro conventual em habitação coletiva. O exemplo de maior clareza desta situação é sem dúvida o *Pátio do Convento das Bernardas* na Madragoa. Embora hoje com uma realidade totalmente oposta, em meados do segundo quartel do século XIX foi apropriado pelas

Paralelamente, ocorreu um outro fenómeno e que implicou um "*processo de transformação das antigas casas solarengas (…) setecentistas e seiscentistas (…) em espaços de habitação popular*",[39] fazendo surgir o *Pátio de composição palaciana*.

Este *tipo* caracteriza-se nomeadamente pela apropriação civil de antigos "*casarões já abandonados pela aristocracia*",[40] sendo que os seus exteriores-interiores eram transformados em habitação coletiva, fazendo existir *"uma adequação de (…) uma tipologia erudita da aristocracia a uma vivencia coletiva (…) em torno de um espaço aberto que é o pátio".*[41] Um exemplo claro desta situação é um dos poucos *Pátios* que restam na freguesia da Graça, sendo esta expressivamente dominada por *Vilas*.

O *Pátio do Barbosa*, no largo da Graça, é um conjunto incorporado a um palácio seiscentista: o Palácio dos Senhores de Trofa, que foi nesta altura repartido de maneira a possibilitar o alojamento de diversas famílias. Uma das partes resultante é o *Pátio*, que se define por "*um retângulo de pequenas dimensões (…) para onde deitam as traseiras do palácio, pobres em elementos arquitetónicos, e onde existem uns pequenos casebres".*[42] Existe pois um forte contraste entre esta composição pobre do *Pátio* e a anterior, com a sua notável entrada frontal ao largo, que é feita por um arco expressivamente ornado, que outrora dava acesso às antigas cavalariças.

---

classes mais baixas, chegando mesmo a conter 80 habitações: (*"O (…) claustro mantém-se liberto, embora as arcadas (…) tenham sido aproveitadas como estrutura de algumas casas; outras habitações têm serventia por portas que teriam sido (…) portas de celas. (…) No átrio que antecede o pátio contamos, encastradas nas paredes, 80 caixas de correio.")* LEITE, Cristina Ana e VILHENA, João Francisco – *Pátios de Lisboa – Aldeias entre muros* – Lisboa, 1991, pg. 80 – 81

39. RTP (1996) – *Pátios e Vilas de Lisboa* – Parte 1 – citando José Manuel Fernandes - minuto 04:20

40. SALGUEIRO, Teresa Barata – *Habitação operária em Lisboa*.

41. José Manuel Fernandes – RTP arquivo minuto 04:20.

42. LEITE, Cristina Ana e VILHENA, João Francisco – *Pátios de Lisboa – Aldeias entre muros* – Lisboa, 1991, pg. 75.



11. Palácio dos Senhores de Trofa – Paulo Guedes, 1944 (editada pelo autor)



10. Pátio do Barbosa – RTP 2, in Pátios e Vilas de Lisboa, 1996 (editada pelo autor)

Contudo, com os bairros antigos da cidade já apinhados, e ao não existirem já mais edifícios palacianos, ou conventuais para transformar em habitação coletiva, surgiu então o último e o mais conhecido *tipo* do modelo de *Pátio,* o *Pátio de composição improvisada*. [43]

Este tipo de *Pátio*, foi sobretudo o produto de uma visão verdadeiramente empreendedora, tirando proveito da falta de oferta destinada a uma imensa procura habitacional por parte da população que chegava do interior do país. Sendo criado e replicado como uma forma semi-espontânea de alojamento, ocupando principalmente os terrenos vazios e de menor valor monetário do tecido urbano da cidade: os *logradouros*. Assim, "*não obedecendo a planificação, os pátios procuravam a maximização de ocupação do solo,*

43. É necessário esclarecer que este tipo de *Pátio* aqui retratado, corresponde ao *Pátio* face ao qual todos os autores atrás mencionados referem como originador do modelo de *Pátio*.
Segundo Teresa Barata Salgueiro: *"O pátio aparece, pois, como uma forma semi-espontânea de alojamento, a primeira resposta ao crescimento demográfico."* (SALGUEIRO, Teresa Barata – *Habitação operária em Lisboa*);
Para Manuel Teixeira: *"No início do século XIX (…) Velhas formas de habitação de origem rural, localizadas perto de zonas industriais, foram também ocupadas pelos trabalhadores e posteriormente tomadas como modelos para novos desenvolvimentos, dando origem aos «pátios»."* (TEIXEIRA, Manuel - *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. 1992, pg. 69);
E segundo Teotónio Pereira: "*A partir dos meados do século XIX (…) as famílias operárias vêem-se então obrigadas a procurar alojamento em espaços desocupados ou em velhos pardieiros arruinados, onde improvisam elas próprias precárias habitações ou se acomodam de qualquer maneira, sempre mediante o pagamento de uma renda ao proprietário. É assim que surgem os pátios.*" (PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário.* Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 510 – 511).
No entanto, o *Pátio* é um fenómeno urbano que data a sua origem desde pelo menos do período de ocupação muçulmana. Fazendo então deste *tipo* apenas uma outra personalidade morfológica do modelo e não, segundo os autores inicialmente retratados, o seu originador.



12. Pátio do Gini – Misericórdia, Mário Marzagão, 2012 (editada pelo autor)

sendo, portanto, uma solução de recurso que se submetia às características do espaço disponível". [44]

Traduzindo-se em espaços "*onde apareciam muitas vezes construções abarracadas",*[45] ou então erguidas com materiais construtivos precários. Este tipo foi sempre encarado como passível da máxima rentabilização por parte dos seus investidores, nomeadamente "*pequenos comerciantes, para quem*

44. ANTUNES, Gonçalo M.F.S. (2017), *Políticas sociais de habitação (1820 - 2015): espaço e tempo no concelho de Lisboa,* Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, pg. 58 – 56.

45 LEITE, Cristina Ana e VILHENA, João Francisco – *Pátios de Lisboa – Aldeias entre muros* – Lisboa, 1991, pg. 15.



14. Pátio dos Caldeireiros (Vila Fernandes) – Misericórdia, autor desconhecido (editada pelo autor)

estas formas de habitação representavam um investimento seguro e lucrativo para as suas poupanças".[46]

Esta versão abarracada do *Pátio* era frequente "*em zonas tradicionalmente mais pobres, como Castelo, Graça, Lapa, Alcântara, e em especial noutras áreas da cidade, como São Bento, Amoreiras, Campolide, Campo de Ourique, Beato e Xabregas".*[47] Mas particularmente, esta sobrecarregava áreas que nesta altura eram, ainda, periferia da cidade, "*em expansão urbana e consolidação industrial".*[48] Especialmente o vale de Alcântara, e a zona oriental lisboeta, zonas claramente caracterizadas como polos industriais.

Ainda existem conjuntos nos dias de hoje que expressam esta faceta mais pobre e precária do modelo de *Pátio*, embora na sua grande maioria já apresentem melhores condições de habitabilidade, sendo que muitos destes foram revertidos para a tipologia de *Vila*.[49] No entanto, estes conjuntos ainda são visíveis especialmente nas zonas que apresentam ainda uma maior inércia no desenvolvimento urbano e social, nomeadamente no vale de Alcântara, e no bairro da Liberdade em Campolide, ou ainda na zona oriental lisboeta como o Beato e Marvila. [50]

O Pátio de composição improvisada, para além de ter sido o último, foi também o *tipo* mais disseminado e mais comum na cidade de Lisboa. Este não foi mais do que uma modalidade de promoção privada de alojamento

46. TEIXEIRA, Manuel - *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. 1992, pg. 69

47 LEITE, Cristina Ana e VILHENA, João Francisco – *Pátios de Lisboa – Aldeias entre muros* – Lisboa, 1991, pg. 15.

48 O geografo Gonçalo Antunes georreferencia os pátios - existentes até 1930 - sobre quatro núcleos de concentração urbana. Ver em: (ANTUNES, Gonçalo M.F.S. (2017), *Políticas sociais de habitação (1820 - 2015): espaço e tempo no concelho de Lisboa,* Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, pg. 58).

49. Ver subcapítulo seguinte, tópico: *"Vilas designadas de Pátio"*

50. Deste *tipo* de *Pátio* temos como exemplos o *Pátio Adelino Costa*, na Rua Cascalheira, em Alcântara, ou o *Pátio do Costa*, no Largo do Mitelo, em Arroios, bem como o *Pátio do Gini* na Rua Nova da Piedade, freguesia da Misericórdia.

operário nos lotes de *logradouro*. Este *tipo,* herdou resumidamente o distintivo do modelo urbano de *Pátio* já existente e já sedimentado desde o mais antigo crescimento da cidade de Lisboa. E tornou-se assim, na tipologia comum que veio a protagonizar o próprio conceito de modelo de *Pátio*, enquanto modalidade basilar que levou à eventual evolução para a tipologia de *Vila*.



15. Vila Fernandes - Graça, autor desconhecido (editada pelo autor)

I.II A VILA,

O MODELO EVOLUTIVO

Contudo, com a persistência do aumento demográfico e da sucessiva carência habitacional, deu-se uma natural sobrecarga populacional sobre os *Pátios*, redundando estes conjuntos numa uma realidade marcada por péssimas condições de habitabilidade. Estes, no ano de 1905 apresentavam *um total de 2278 habitações e alojando 10487 pessoas,*[51] um rácio próximo de cinco

51. É necessário ter em conta que este levantamento estatístico que o autor apresenta, foi realizado antes de 1992 (data da publicação desta obra), em que se detinha que até 1905 existiam apenas 233 pátios, o que se demonstrou um valor acentuadamente incompleto, sendo que com a posterior criação - curiosamente também em 1992 - do Gabinete dos Pátios e Vilas, pela C.M.L., no âmbito da Direção Municipal da Reabilitação Urbano, chegou-se a um total de 592 pátios inventariados. Mais do dobro daqueles que Manuel Teixeira apresenta, permitindo supor a duplicação destes valores apresentados. (TEIXEIRA, Manuel - As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. 1992, pg. 69); e sendo ainda mais recentemente demonstrado pelo estudo pessoal do geografo Gonçalo Antunes, que este valor apresentado em 1992 pelo Gabinete dos Pátios e Vilas, acresce para 739 pátios. (ANTUNES, Gonçalo M.F.S. (2017), *Políticas sociais de habitação (1820 - 2015): espaço e tempo no concelho de Lisboa,* Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, pg. 58 – 59).

pessoas por habitação de dimensionamentos reduzidos e com características construtivas precárias. Somando-se a isto a situação da classe operária que *vivia com problemas económicos e sociais resultantes dos baixos salários que recebiam em troca de muitas horas de trabalho.*[52]

Tudo isto, reverteu-se naturalmente numa situação de baixas condições de habitabilidade, sem saneamento, pavimentação, e outras condições básicas de habitabilidade. E como toda esta realidade estava inserida nomeadamente em parcelas de *Logradouro*, fisicamente segregadas pelos *edifícios estruturantes* que constituem os *Quarteirões* da cidade de Lisboa, esta situação levou a que o problema se prolongasse.

Os *pátios*, nomeadamente as centenas que se multiplicavam por toda a cidade de Lisboa nos finais do século XIX, rapidamente tornaram-se em conjuntos insalubres, possíveis portadores e propagadores de epidemias e pestes.[53]

Assim sendo, como consequência de toda esta realidade, um outro polo da iniciativa privada começou a interessar-se pela situação, fazendo originar uma nova realidade habitacional dirigida para as classes laboriosas, *onde as condições não seriam tão miseráveis e que dariam, provavelmente, bons lucros aos seus investidores*[54].

52. ANTUNES, Filipa A.S.G.O. (2003), *Habitação operária – pátios e Vilas de Lisboa – a experiência da cidade operária industrial*, tese de mestrado em Arquitetura de Habitação, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, pg. 45.

53. *"(…) as débeis condições higiénico-sanitárias expunham os residentes a diversos perigos patogénicos prejudiciais à saúde, potenciando simultaneamente riscos para a restante cidade."* (ANTUNES, Gonçalo M.F.S. (2017), *Políticas sociais de habitação (1820 - 2015): espaço e tempo no concelho de Lisboa,* Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, pg. 57).

54. "*Foi aí que a iniciativa privada começou a interessar-se pela situação, com a construção de vilas operárias, onde as condições não seriam tão miseráveis e que dariam, provavelmente, bons lucros aos seus investidores." in* PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário.* Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 510.



16. Vila Rosário – Penha de França, Vasco Gouveia de Figueiredo, 1967

Esta nova realidade habitacional, agora denominada com o distintivo de *Vila*, reflete ser uma clara *adaptação lógica do modelo de pátio,*[55] plagiando o mesmo modelo de inserção e de negócio que a tipologia primata - a rentabilização dos terrenos mais económicos da cidade, particularmente os *Logradouros*, através da construção de habitação coletiva direcionada às populações mais desfavorecidas, nomeadamente a classe operária.

No entanto, a *Vila* destaca-se ao introduzir no teórico modelo rudimentar do *pátio,* uma reestruturação dos sistemas funcionais de habitabilidade,

55. RODRIGUES, Maria João Madeira – *Tradição, Transição e Mudança – A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista* – Lisboa, 1979, pg. 40.



17. Vila Doroteia – Bica, Mário Marzagão, 2012

introduzindo infraestruturas básicas como saneamento e água potável, e especialmente um desenho regrado e formal da composição do fogo[56], caracterizando a *Vila como habitação coletiva, num espaço relativamente humanizado e relativamente salubre, sobretudo se tomarmos como termo de comparação (...) a aglomeração em pátio.*[57]

Mas é sobretudo ao assumir uma outra designação, que esta nova realidade de habitação operária concorre visivelmente com a tipologia de *Pátio*. A *Vila* ao seguir o mesmo fundamento de inserção urbana do modelo rudimentar, sobretudo nos *Logradouros,* a sua distinção formal não seria propriamente clara. Assim, um novo título surge como um elemento de saliência desta nova realidade da habitação operária, que ao se associar às suas respetivas

56. Desenvolvido no subcapítulo seguinte
57. RODRIGUES, Maria João Madeira – *Tradição, Transição e Mudança – A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista* – Lisboa, 1979, pg. 40.



18. Vila Motta – Campolide Mário Marzagão, 2012

melhorias formais, elevam o modelo de *Vila*, para lá da aglomeração em *Pátio* no mercado de arrendamento.

A própria terminologia *Vila*, reflete uma intenção de ascender a um maior estatuto que estes conjuntos poderiam alcançar, algo que levou até o etnógrafo Leite de Vasconcelos a considerar ser um ato de *fanfarrice dos donos*. [58] De facto, a designação *Vila* detinha já um significado persuasivo da época.[59] Algo grandioso, independente e valorizado socialmente. Uma

58. ("*(…) a mudança do nome é uma fanfarrice dos donos: de facto «vila», no uso atual, de origem italiana, que se quis adotar, tem o sentido de casa avulsa, independente, e cercada de quintalório ou jardim.*") *Páginas olisiponenses*, Lisboa, 1959, p.195

59. Podemos encontrar uma definição semelhante no livro: *Os Elementos Urbanos 1, da autoria do* grupo de investigação *FORMA URBIS LAB*: que ao abordarem de forma breve a tipologia vila, propõem que a designação *«vila» tem origem na palavra latina «villa»,* - sendo que - *«villa» é uma casa de campo com edifícios de produção agrícola.*

designação que é referida ainda pelo etnógrafo como *abusiva, por nada ter a ver com a realidade que representa*.[60]

Mas este lado pompeio da nova terminologia não se fica por aqui, para além do novo termo *Vila*, acrescenta-se ainda por norma o nome do seu proprietário, ou um outro nome selecionado por este, nomeadamente de familiares. Este acréscimo ao título de *Vila*, era sem dúvida uma marca pessoal do próprio promotor, a fim de gerar com a construção do conjunto, um certo prestígio próprio.[61]

Esta "fanfarrice dos donos", em pretender uma clara distinção, se não mesmo a elevação da tipologia de *Vila* face à de *Pátio*, é naturalmente um reflexo do antagonismo dos seus respetivos investidores, ou grupos de investidores, uma vez que as aglomerações em *Pátio* eram soluções habitacionais nomeadamente promovidas por *pequenos comerciantes, para quem estas formas de habitação representavam um investimento seguro e lucrativo para as suas poupanças,*[62]e que continham menores capacidades de investimento.[63] Enquanto que as *Vilas* estão associadas a maiores investidores imobiliários, ou até em alguns casos, aos grandes industriais para quem as classes operárias laboravam.

Actualmente, o significado mais comum de vila é povoação de categoria inferior à de cidade e superior à de aldeia e pode ainda nomear uma casa de campo (…).

60. *Páginas olisiponenses*, Lisboa, 1959, p.195

61. Ao falar de vila: "*Mas tal finalidade é aproveitada pelo construtor para imprimir uma marca pessoal ao empreendimento. Daí grande parte dos nomes reproduzirem os dos proprietários ou então serem baptizados com nomes por estes escolhidos, nomeadamente de familiares."* (PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário.* Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 516).

62. TEIXEIRA, Manuel - *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. 1992, pg. 69

63. ("*(…) os «pátios» eram o tipo de habitação adequado às reduzidas capacidades de investimento dos seus promotores: pequenos comerciantes, para quem estas formas de habitação representavam um investimento seguro e lucrativo para as suas poupanças*.") TEIXEIRA, Manuel - *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. 1992, pg. 69



19. Vila Berta - Graça, autor desconhecido (editada pelo autor)

Trata-se de algo que se torna visível através da clara *analogia com as chamadas «ilhas» do Porto,*[64] , mas esta evolução de tipologias é algo particular de Lisboa e que não aconteceu no Porto. O *Pátio* evolui para *Vila*, mas a *Ilha* permaneceu *Ilha*. Acresce, ainda, que a situação de carência e precaridade habitacional lisboeta era distinta da portuense, uma vez que em *1905 havia 233 «pátios» em Lisboa, (...) alojando 10487 pessoas, (...) em 1899, existiam no Porto 1048 «ilhas», com (...) 50000 habitantes, (...) o Porto tinha quase cinco vezes mais pessoas vivendo neste tipo de habitação do que Lisboa.*[65]

64. PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário.* Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 512.
65. TEIXEIRA, Manuel - *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. 1992, pg. 69.



20. Vila Berta - Graça, autor desconhecido (editada pelo autor)

O problema da habitação operária no Porto nos finais do século XIX e inícios do século XX, era muito mais expressivo do que em Lisboa, mas ainda assim, as *Ilhas* nunca vieram a experimentar um processo evolutivo como os *Pátios*. A isto, deve-se a clara diferença no desenvolvimento industrial e económico entre as duas grandes cidades portuguesas.

No Porto, os promotores das *Ilhas* eram sobretudo investidores constituídos por uma pequena burguesia com uma limitada capacidade de investimento. E tal como *as «ilhas», os «pátios» eram o tipo de habitação adequado às reduzidas capacidades de investimento dos seus promotores, (…) Só muito raramente estes promotores recorriam ao crédito externo.*[66]

No entanto, em Lisboa em virtude de *um maior desenvolvimento industrial e um nível de salários mais elevado levaram à estruturação de um mercado de habitação operária mais sofisticado.*[67] Deste modo, uma série de investidores, com maiores recursos, promoveram uma solução de habitação operária com um padrão evidentemente de maior qualidade.[68]

VILA DE COMPOSIÇÃO ERUDITA

Esta correspondência entre um padrão de maior qualidade e uma gama de investidores privados com maior capacidade, foi de tal modo relevante que fez surgir até alguns conjuntos de *Vilas* totalmente singulares e até num quadro ostento, em que o seu *tratamento formal atinge* (…) *níveis de qualidade excecional, traduzido numa conceção muito elaborada do projeto,*

66 *Ibidem.*pg. 68 – 69.
67. TEIXEIRA, Manuel - *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. 1992, pg. 69.
68. ("*(…) Alguns promotores imobiliários com maiores recursos investiram em habitação operária, construindo casas maiores e de melhor qualidade, as quais era esperado, lhes trariam maiores lucros. Dado o maior investimento necessário para estes empreendimentos, estes promotores recorriam muitas vezes a empréstimos bancários e a hipotecas para financiar a construção*.") TEIXEIRA, Manuel - *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. 1992, pg. 69



21. Vila Luz Pereira - Mouraria, autor desconhecido (editada pelo autor)

num desenho cuidado de todos os elementos da construção e numa riqueza decorativa que chega a atingir a ostentação.[69]

Um dos casos mais peculiares desta situação é a *Vila Luz Pereira*, na Travessa do Jordão, no Bairro da Mouraria, com a sua construção datada da última década do sec. XIX. Com efeito, mesmo através de materiais baratos como o tijolo ou a chapa galvanizada ondulada, o detalhe é expressivamente trabalhado, visível sobretudo nas cantarias dos vãos, bem como, nos seus remates de cobertura, ou até mesmo nos letreiros que designam o título da *Vila*. Entre estes casos, encontramos "*a Vila Luz Pereira, em que pelo desenho e materiais empregues se procurou* valorizar *a imagem do conjunto, logo o prestígio do promotor*",[70]; "*como gente caritativa, como gente que difundia a cultura, e que assim se impunham na escala social*".[71]

Vila Berta, Vila Sousa, ambas na Graça; Vila Santos, no Campo Pequeno; Vila Mendonça, em Arroios; são outros dos nomes mais conhecidos e que mais expressam esta versão de intenção estética e dignificação do habitar do modelo de *Vila*.

Muitos destes conjuntos singulares, talvez próximo da sua totalidade, foram erguidos com um sentido de interesse subentendido. Tal justifica-se por diversas razões, para além da promoção imobiliária, ou do prestígio associado à figura do empresário filantropo; importa invocar o processo de exploração que é duplamente reforçado, no mercado de trabalho e no mercado da habitação; de facto, estes *fixavam os trabalhadores na proximidade das*

69. PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário.* Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 514.
70. Nota Histórico-Artística feita por Paulo Duarte, DGPC ao imóvel Vila Luz Pereira. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/20641081
71. PEREIRA, Nuno Teotónio at RTP (1996) - *Pátios e Vilas de Lisboa – Parte II* – min. 06:55. Disponível em: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/patios-e-vilas-em-lisboa-parte-ii/

fábricas (replicando o regime feudal), o que permitia controlar os operários, reduzir a sua força reivindicativa e recuperar parte do salário com o valor do arrendamento,[72] *explorando economicamente o seu trabalho e produtividade.*[73] Para além disso, promoviam *imagens como a «grande família» e a «dignificação do trabalho» e não deixando certamente de funcionar como instrumento de controle e de pressão sobre os assalariados.*[74]

Estes casos de maior expressividade, embora pouco visíveis, estão hoje dissolvidos na cidade de Lisboa, e muitos deles foram até classificados em 1992 pelo *Grupo de Trabalho e Estudo dos Pátios e Vilas de Lisboa* como *património com interesse*. Tal representa uma seleção ínfima de 31 *Vilas,* naturalmente com uma qualidade arquitetónica superior, numa amostra incorporada numa lista de inventário, de um total de 363 conjuntos designados como *Vila*.[75]

No entanto, estas 31 *Vilas* são classificadas como *património com interesse*, por consequências atípicas face à verdadeira realidade que sempre envolveu estes conjuntos. Ou seja, na sua totalidade os *Pátios e Vilas* sempre se fizeram associar a uma realidade claramente modesta, se não mesmo pobre, estes

72. ANTUNES, Gonçalo M.F.S. (2017), *Políticas sociais de habitação (1820 - 2015): espaço e tempo no concelho de Lisboa,* Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, pg. 62.

73. ANTUNES, Filipa A.S.G.O. (2003), *Habitação operária – pátios e Vilas de Lisboa – a experiência da cidade operária industrial*, tese de mestrado em Arquitetura de Habitação, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, pg.48.

74. PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário.* Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 518.

75. Algo similar acontece também com os *Pátios*, no qual foram inventariados 593 *conjuntos,* e classificados apenas por *património com interesse* uma porção de 97 *Pátios*. Estes é claro, representam os *pátios de composição palaciana* e *popular,* que já advinham de palácios e antigos conventos abandonados com a extinção das antigas ordens religiosas e com a passagem dos aristocratas para outros zoneamentos da cidade de Lisboa, e que expressam também uma notável qualidade arquitetónica, como vimos anteriormente.



22. Vila Benitez – Campo de Ourique, Augusto de Jesus Fernandes, 1961

conjuntos classificados são na verdade *exemplos de uma qualidade arquitetónica e decorativa que ultrapassa em muito a média geral dos conjuntos,*[76] *em que o nível das habitações e do seu envolvimento ultrapassa claramente o quadro de miséria que acompanha normalmente esta tipologia.*[77]

76. Roteiro Cultural dos Pátios e Vilas da Sétima Colina – 1994 - pp. 43
77. PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário.* Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 514.



23. Vila Guilherme Rodrigues- Penha de França, Mário Marzagão, (editada pelo autor)

VILA DE COMPOSIÇÃO COMUM

As restantes centenas de conjuntos inventariados, e não classificados, representam a outra, e digamos a mais comum realidade que caracteriza os *Pátios e Vilas de Lisboa.* No caso das *Vilas*, as restantes 332 não classificadas, representam sem dúvida os conjuntos que seguem na generalidade o pensamento modesto e comum do modelo de *Vila*.

Esta outra realidade da tipologia *Vila*, totalmente abstrata às grandes expressões arquitetónicas vistas anteriormente, é um reflexo das constantes tentativas de sensibilização e interesse estatal em resolver o problema da habitação operária deste momento.



24. Vila Gomes - Penha de França, Mário Marzagão, (editada pelo autor)

Perante os resultados do *Inquérito Industrial de 1881 que levantará de modo efetivo o problema da habitação operária,*[78] *o governo de Fontes Pereira de Mello toma consciência dos problemas sociais gerados pela falta de condições de habitabilidade* (...), e cria assim, *uma comissão com a finalidade de resolver o problema.*[79] Mas tal não sucedia, com o seu projeto-lei não aprovado em 17 de maio de 1884. Sem forças governamentais, as construções destes conjuntos

78. RODRIGUES, Maria João Madeira – *Tradição, Transição e Mudança – A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista* – Lisboa, 1979, pg. 39.
79. ANTUNES, Filipa A.S.G.O. (2003), *Habitação operária – pátios e Vilas de Lisboa – a experiência da cidade operária industrial*, tese de mestrado em Arquitetura de Habitação, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, pg.75.

são *entregues à sua própria dinâmica e irão depender na sua organização da iniciativa privada.*[80]

No entanto, passados quatro anos é aprovada *a lei de 8 de Agosto de 1888, isentando construções novas do pagamento de contribuição predial desde que não aufira mais do que 50 000 réis anuais de renda.*[81] Este facto aliado à valorização que o modelo de *Vila* começou gradualmente a atingir através dos investimentos dos grandes promotores, transformou este modelo numa viável e destacada oportunidade de exploração e investimento, mas agora também abrangendo uma outra categoria do setor privado, atraindo também investidores com menores capacidades de investimento.

Porém, estes investidores, nomeadamente a pequena burguesia, não detendo evidentemente o mesmo poder financeiro dos grandes empresários industriais nem dos promotores imobiliários, limitaram-se na sua maioria a reproduzir uma versão mais modesta e simples do modelo de *Vila.* Seguindo um registo simplista, e refletindo um pensamento formal direto, focado essencialmente no seu propósito, o de *agrupar trabalhadores de baixo rendimento salarial e fornecer-lhes um espaço salubre e habitável.*[82]

Não existindo espaço para ostentações ou vontades expressionistas dentro destes conjuntos, foi *neste quadro que se edificaram as centenas de vilas que ainda hoje existem na capital, constituindo uma parte considerável do seu tecido edificado, ainda que pouco visível da via pública.*[83]

80. RODRIGUES, Maria João Madeira – *Tradição, Transição e Mudança – A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista* – Lisboa, 1979, pg. 39.
81 *Ibidem*
82 *Ibidem*, pg. 40.
83. PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário.* Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 510.

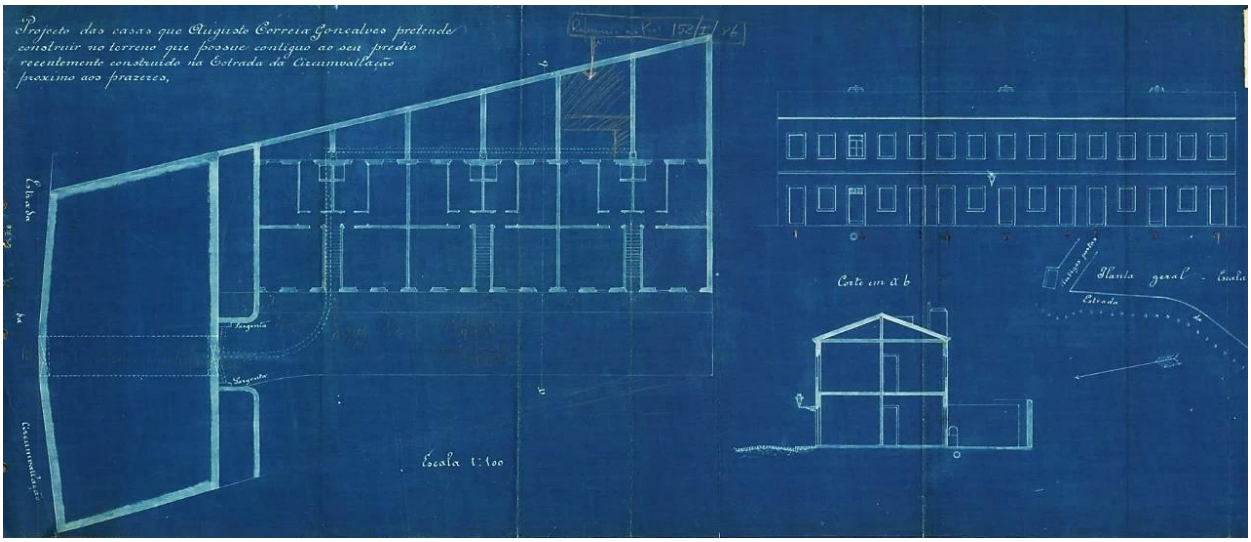


25. Vila Musgueira - Penha de França, Mário Marzagão, 2012

VILA DE COMPOSIÇÃO IMPROVISADA

Contudo, como consequência da progressiva expansão da cidade de Lisboa já durante os inícios do século XX, originaram-se zonas mais pobres e segregadas da cidade, que eram ainda periferias em constante desenvolvimento e consolidação. Estas zonas tornaram-se altamente atrativas para um gama de investidores de menores capacidades, originando ainda um outro *tipo* do modelo de *Vila*.

Embora não muito presente, este foi sobretudo promovido pelos investidores que naturalmente tinham menores recursos de investimento, e que exploravam os terrenos de baixo valor na periferia da cidade para fazer erguer conjuntos de *Vilas* inautênticas, compostas de construções pobres e vernaculares. Muito idênticos a *Pátios*, mas neste caso mascarados pela boa imagem que a designação *Vila* concitava, tentavam rentabilizar o seu capital monetário ao investirem em construções frágeis e mais baratas do que as *Vilas*



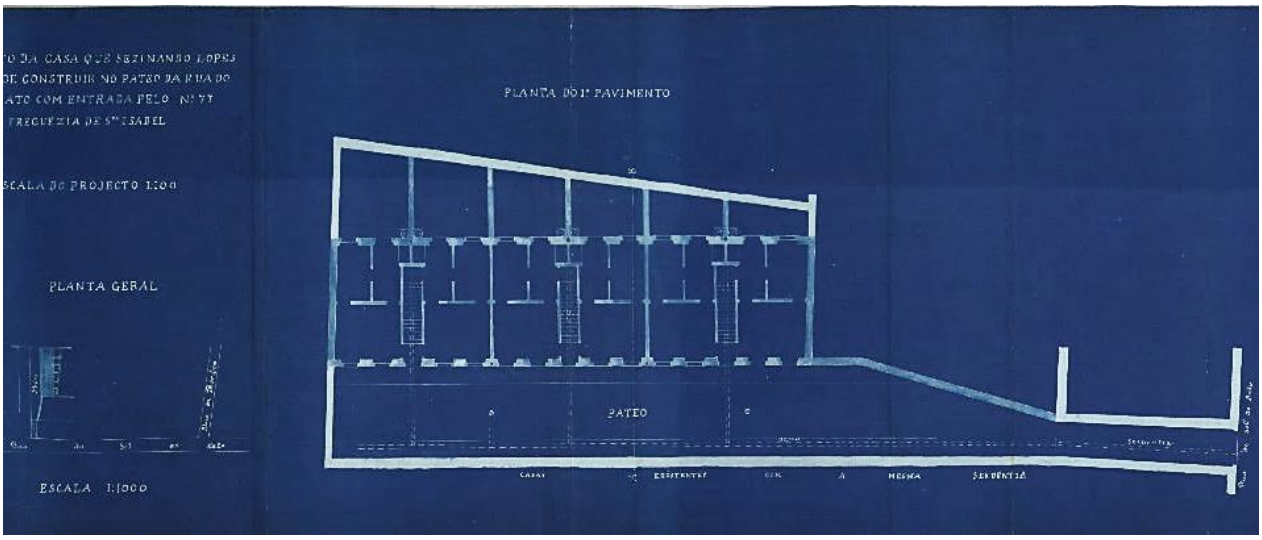
26. Vila Gonçalves – Campo de Ourique, AML

de composição comum, e evidentemente do que as *Vilas* de composição erudita.

Entre alguns destes conjuntos, temos os casos da; *Vila Santos*, no Bairro da Liberdade, em Campolide; e a *Vila Musgueira* na rua Barão de Sabrosa, na Penha de França.

VILA COM DESIGNAÇÃO DE PÁTIO

Claramente que esta inautenticidade compositiva do caráter formal de *Vila*, faz este último tipo, confundir-se com o *Pátio de composição improvisada*. No entanto, esta realidade de *Pátio* é já rara, isto porque muitos foram desaparecendo do tecido urbano lisboeta, principalmente pelas suas péssimas condições de habitabilidade e em virtude de serem irrecuperáveis. Acresce que muitos dos proprietários que já possuíam conjuntos em *Pátio*, recorrerem a um investimento e reformularem integralmente as suas propriedades ao construir edifícios *com habitação de melhor qualidade e de acordo com a nova*



27. Pátio Caetano de Carvalho – Campo de Ourique, AML

regulamentação,[84] assemelhando-se ao caráter formal compositivo do momento, o modelo de *Vila*, mas mantendo a designação inicial de *Pátio*.[85]

Deste exemplo de *Vila*, ou neste caso digamos de *Pátio,* temos casos como o *Pátio do Baptista*, na rua João de Castilho, o *Pátio do Seminário* Velho, na rua Dom Vasco, ambos na Ajuda; ou casos mais expressivos, como o *Pátio Caetano de Carvalho*, na rua do Sol ao Rato, e o Pátio das Barracas na rua Infantaria 16, ambos em Campo de Ourique.[86]

84. "(…) alguns promotores privados tinham elaborado o modelo do «pátio» e começado a construir habitação de melhor qualidade e de acordo com a nova regulamentação." (TEIXEIRA, Manuel - *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. 1992, pg. 74)

85. "*A persistência do fenómeno faz surgir, entretanto, uma nova modalidade de alojamento: os edifícios ou conjuntos expressamente construídos para habitação de famílias operárias, que começaram a tomar a designação de «vilas», algumas vezes com a de pátio." (*PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário.* Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 512.)

86. Ao pegarmos nestes últimos dois casos, e os fizermos comparar com *Vilas*, compreendemos as suas semelhanças formais, como por exemplo o *Pátio das Barracas* e a *Vila Raul.* Ambos estes conjuntos, apresentam duas bandas edificadas de um só piso ao nível térreo, contendo o mesmo fundamento compositivo, o que os torna em certa medida, em conjuntos indistinguíveis.
Mas ainda mais expressivo é sem dúvida a comparação do *Pátio Caetano de Carvalho* com a *Vila Gonçalves.* Ambos refletem exatamente a mesma composição formal, uma

Esta dinâmica em seguir as construções do momento, fez também com que certos proprietários fizessem expandir nos seus *Pátios* algumas construções novas com o modelo de *Vila*. Mas desta vez, forçando a mudança da denominação do conjunto de *Pátio* para *Vila*. Algo que pela natural resistência dos moradores do *Pátio* anterior, fez com que permanecem ambas as designações. Tal é o caso da *Vila Pinheiro*, na Bica, que outrora era apenas designada por *Pátio do Broas*. Trata-se de um *Pátio* de composição popular, que estava agarrado ao edifício de tipologia Pombalina, que se vira para a rua de São Paulo. No entanto, com a realização de obras de expansão, introduzindo novos edifícios com o modulo de *Vila*, este conjunto que se designava por *Pátio* passou a chamar-se também de *Vila*. [87]

Esta transição da denominação do conjunto, de certo modo forçada, é um profundo reflexo da intenção do próprio proprietário que possuía um *Pátio,* em se demarcar de vez da realidade mórbida que os *Pátios* atingiram. Assim, as designações que provinham das histórias e alcunhas populares, como o *Pátio do broas e o Pátio dos caldeireiros*, passaram a ser intitulados como *Vila*, e seguido do nome do seu investidor, a figura que promove agora uma solução digna de habitação operária. Algo que como fomos vendo até aqui, está na base de mudança e concorrência de ambos os modelos.

Para concluir, e mais uma vez, fazendo recurso das palavras do etnógrafo Leite de Vasconcelos: *Entrei em vários pátios dos que à moderna se dizem de «vilas», e averiguei que em nada diferem dos outros; acontecendo perguntar*

banda edificada com dois pisos acima do solo, perpendicular à via pública, agregando a repetição de três módulos de fogos iguais, apresentando o mesmo sistema de distribuição e de comunicação vertical, bem como o mesmo número e composição de compartimentos interiores.

87 O mesmo acontece com a *Vila Fernandes*, na Rua dos Prazeres, que antes era apenas *Pátio dos Caldeireiros,* mas ao expandir toda a sua área com novas construções, e neste caso construções de caráter improvisado, fez deste *Pátio* se chamar também *Vila*.

em um deles, a um dos inquilinos como se chamava aquilo, respondeu-me: cá para nós é um pátio, mas chamam-lhe «vila».[88]

88. *Páginas olisiponenses*, Lisboa, 1959, p.195



28. Vila Fernandes – Misericórdia, autor desconhecido (editada pelo autor)

I.III O PÁTIO E VILA,

HABITABILIDADE EM CONTEXTO DE LOGRADOURO

Até aqui compreendemos que os *Pátios e Vilas* abrangem uma certa complexidade tipológica, porém, a isto soma-se ainda os seus contextos de inserção urbana e implementação na cidade. Embora na presente investigação venhamos agora a retratar apenas e especificamente aquelas situações que se inserem em parcelas de *Logradouro*, estes conjuntos, especialmente as *Vilas*, apresentam alguma diversidade formal no modo como se vieram a disseminar pela cidade de Lisboa.[89]

89. *"O regulamento camarário de 1930, que, aliás, proíbe a construção de novas vilas, define estas como «grupos de edificações destinadas a uma ou mais moradias construídas em recintos que tenham comunicação, quer directa, quer indirecta, com a via pública por meio de serventia». Trata-se, portanto, de espaços à margem dos arruamentos, construídos muitas vezes no interior dos quarteirões. (…) Dentro desta variedade, um dos tipos mais frequentes escapa, pelo menos em parte, à definição camarária: trata-se dos casos em que a construção acompanha a via pública, como qualquer prédio corrente, mas que — mesmo nos casos, aliás frequentes, em que a designação não é utilizada — recobrem uma realidade que contém o essencial da vila: edificação multifamiliar intensiva, construída pela iniciativa privada e destinada a famílias de baixos rendimentos."* (PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa,*



29. Vila Amélia – Estrela, Mário Marzagão, 2012 (editada pelo autor)

Contudo, é a sua frequente implementação, seja nos *Logradouros* dos respetivos *edifícios estruturantes*, seja até em parcelas autónomas inseridas nos *Interiores do Quarteirão*, que torna estes conjuntos pertinentes para estudo e análise no âmbito do presente trabalho.

Esta temática dos *Pátios e Vilas* como habitação coletiva nos lotes de *Logradouro*, é sem dúvida constituída por "*casos numerosos em que num mesmo lote de terreno são construídas duas tipologias distintas: marginando a rua, um prédio corrente para a burguesia (mais frequentemente*

1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário. Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 512 - 513)



30. Vila Emília – Campolide, Mário Marzagão, 2012 (editada pelo autor)

para a pequena burguesia); e no interior do talhão, por detrás desse prédio, um pátio, ou vila, destinado a famílias proletárias."[90]

Esta sobreposição de duas tipologias distintas construídas na mesma parcela, e ambas servidas pela mesma estrutura pública - a rua -, reflete uma evidente hierarquização formal, bem como social. Se por um lado se dá a construção prioritária de um edifício corrente virado para a rua e albergando nomeadamente a pequena burguesia, por outro implementa-se no seu tardoz

90. PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário.* Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 516



31. Vila Luz – Arroios, Mário Marzagão, 2012 (editada pelo autor)

de modo secundarizado uma outra tipologia edificada que alberga as classes de menor rendimento.

Esta simultaneidade entre estas duas realidades sociais e formais na mesma parcela, traduz-se numa inevitável articulação formal que possibilita a sua natural coexistência. Se por um lado o edifício estruturante se vira e faz servir diretamente da rua, por outro, o *Pátio e Vila* necessita de se impor a esta. Fazendo sobrepor, deste modo, no edifício comum primário, a sua identificação e a passagem de serventia do conjunto em *Pátio* ou em *Vila*.

IDENTIFICAÇÃO E PASSAGEM DE SERVENTIA

Esta necessidade formal do conjunto segregado, em se fazer comunicar com a via pública, origina um fenómeno construído com características próprias, e que se torna fundamental à identidade urbana destes conjuntos. Por um lado, a sua identificação ao nível da fachada do edifício primário e que enuncia o

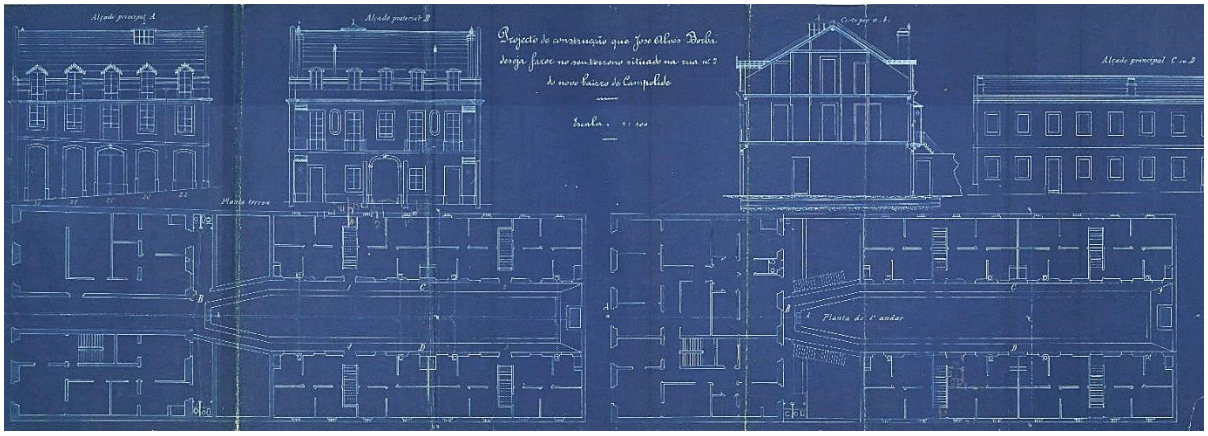
conjunto de *Pátio* e *Vila* à cidade; por outro, a passagem que lhe dá acesso e que rasga o edifício primário, seja isto na sua integralidade através de uma passagem a céu aberto, seja por vezes com "*uma passagem aberta em arco sobre o próprio prédio*".[91]

Esta diferença no caráter formal de ambas as passagens de serventia, é maioritariamente um reflexo do modo como é gerido o parcelamento do território privado. Muitas das vezes estes conjuntos em *Pátio e Vila* fazem-se desenvolver em parcelas no *Interior do Quarteirão* e sendo de gestão totalmente autónoma face às parcelas que suportam os edifícios primários de frente de rua, originam um natural vazio a céu aberto, não construído e não rentável, assumindo como função uma mera mecânica de acessibilidade.

Um exemplo bastante claro desta situação é a Vila Luz na rua Pascoal de Melo na freguesia de Arroios, que se desenvolve em direção ao *Interior do Quarteirão* através de um estreito afastamento entre duas parcelas independes que suportam edifícios de rua.

Já por outro lado, quando nomeadamente se dava um investimento integral que fazia construir através de uma só operação numa mesma parcela, em ambas as realidades construídas, seja o edifício que se vira para a via pública, seja o conjunto no seu tardoz em *Pátio e Vila*, era natural que esta passagem fosse também idealizada no todo. Esta situação aproveitava toda a extensão da frente de rua para uma maior rentabilização, fazendo coincidir a passagem

91. *"O acesso às traseiras, onde se localiza a vila propriamente dita, pode fazer--se de três maneiras: ou à ilharga do prédio através de um corredor lateral descoberto — solução que conduz geralmente a esquemas de ocupação assimétrica, ou obriga a fazer cotovelos para contornar o prédio, ou, para evitar este inconveniente, a eixo do lote, também por meio de corredor a céu aberto, que é prolongado em linha recta pelo pátio, ou, com a finalidade de aproveitar para a construção toda a extensão da frente, através de uma passagem aberta em arco sob o próprio prédio."* (PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário.* Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 512 - 513)



32. Vila Borba – Campolide, AML

de serventia com o desenho do *Pátio*, refletindo até uma solução de maior sobriedade e melhor articulação entre ambas as realidades construídas.

Um exemplo claro que ilustra esta situação é a Vila Borba na rua General Taborda na freguesia de Campolide, que apesenta um desenho da sua entrada, e respetivamente da passagem de serventia, em arco abatido, central e simétrico a toda a fachada do edifício de rua, fazendo coincidir nos pisos elevados vãos de sacada, de modo a rematar e a celebrar no edifico de rua, a enunciação de um conjunto secundarizado presente no seu tardoz.

Por norma, qualquer destes tipos de passagem de serventia é delimitado ao nível da via pública por um portão de metal, que controla a gradação entre o espaço público da rua e o espaço privado do conjunto. Esta entrada reflete a realidade secundarizada no tardoz do edifício de rua, uma vez que este acesso se faz totalmente independente da entrada e acesso do edifício voltado para



33. Vila Borba – Campolide, Mário Marzagão, 2012 (editada pelo autor)

a via pública, ambos com números de porta distintos, e com a identificação do conjunto em *Pátio e Vila* expresso junto da passagem de serventia. [92]

Contudo, tanto a expressão desta identificação, bem como as características formais e identitárias da passagem de serventia, vai variando pelas várias situações disseminadas na cidade, mas sobretudo estas são também expressão das diferenças no caráter tipológico dos *Pátios* e *Vilas* como fomos vendo anteriormente.

92. *"Normalmente qualquer destes tipos de entrada é resguardado por um portão de ferro, ostentando uma placa com a indicação do nome da vila, e é inteiramente separado da entrada para o prédio construído na frente."* (PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário.* Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 512 - 513)

Claramente que promotores com maiores capacidades de investimento e que fizeram erguer *Vilas* de maior detalhe e carisma arquitetónico, fizeram também elevar as suas identificações e comunicações com a via pública a patamares totalmente singulares. Se detivermos um exemplo de uma *Vila* de composição erudita, como é o caso da *Vila* Sousa no largo da Graça, a sua identificação e passagem de serventia, ascende a uma expressão em certo modo monumental, e que provavelmente a nada se igualava à vida contingente que se vivia no interior da *Vila*.[93]

Já em *Vilas* de composição comum, esta relação entre a realidade construída no tardoz do edifício de rua, e a expressão da sua identificação ao nível da via pública parece ser mais estabilizada. Como podemos observar no exemplo anterior da Vila Borba em Campolide, que embora apresente na generalidade as mesmas características formais de identificação e passagem de serventia que a Vila Sousa, não apresenta a mesma vontade e escala de monumentalidade, nem de perto o carisma ostento na identificação do conjunto secundário. A Vila Borba, faz-se identificar de um modo claramente mais modesto, mas sem deixar de garantir uma certa dignidade na sua identificação e comunicação com a via pública.

Mas trata-se de algo que deixa de existir naturalmente em situações mais precarizadas do modelo de *Pátio e Vila*, no qual o cuidado ou até mesmo a intenção de identificação do conjunto secundarizado é banalizado ou até mesmo inexistente. Ou seja, resumindo-se a sua identificação e passagem de serventia a uma banalizada abertura na fachada do edifício de rua, confundindo-se e dissolvendo-se nesta como uma simples porta ou um mero

93. No entanto, temos de ter em conta que esta monumentalidade é também resultado da adaptação de um antigo palácio ao conjunto de Vila, em 1889. (PEREIRA, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – A promoção privada do alojamento operário.* Lisboa: fevereiro de 1993, pg. 516); Algo até semelhante acontece no quarteirão adjacente, com o Pátio do Barbosa, que foi construído sobre as antigas cavalariças do antigo palácio dos Senhores da Trofa, no qual a sua entrada e passagem que outrora fazia transitar o aristocrata da urbe para o leito da sua habitação, ao ser convertida no acesso ao pátio, fez surgir uma entrada também monumental, altamente controversa com a realidade que se fez ali viver no *Pátio*.



34. Vila Sousa - Graça, autor desconhecido (editada pelo autor)



35. Pátio do Costa – Arroios, Mário Marzagão, 2012 (editada pelo autor)

portão de acesso ao interior do prédio. Um exemplo claro desta situação é o Pátio do Costa no Largo do Mitelo, junto ao Campo Mártires da Pátria, no qual a sua entrada e passagem de serventia resumem-se à escala comum do edifício de rua, fazendo apenas identificar o conjunto através de um pequeno letreiro por cima do número de porta do *Pátio*.[94]

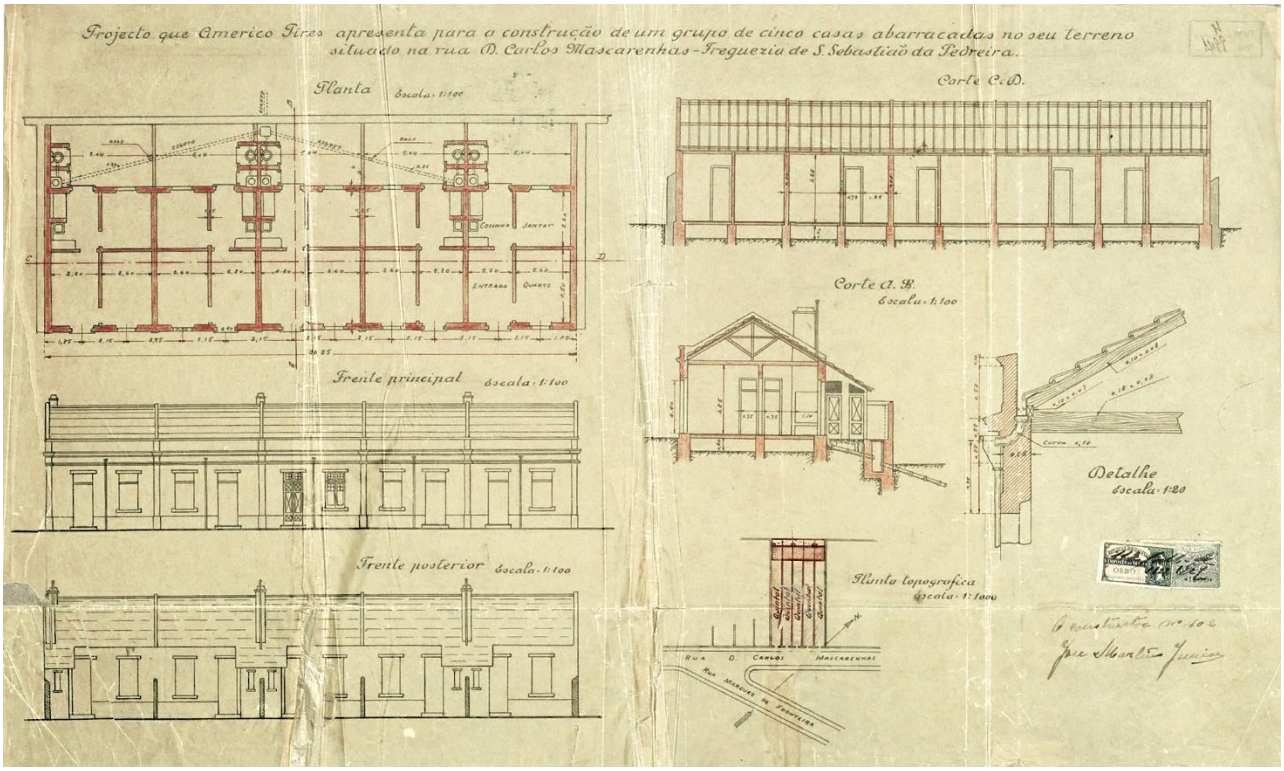
Contudo, é após a identificação e o cruzamento da passagem de serventia sobre o edifício estruturante, que se dá então a realidade secundária à rua, o conjunto em *Pátio e Vila*. Este, por ser naturalmente segregado da via pública, e por se desenvolver no *Interior do Quarteirão*, confinado pelo cheio construído proveniente dos edifícios estruturantes, reflete uma intrínseca necessidade em fazer coexistir dois contextos formalmente opostos.

Por um lado, o corpo edificado que alberga evidentemente as habitações das classes de menor rendimento, e por outro, o vazio - também uma construção em certa medida – entendido sempre como um pátio[95], com funções mecânicas análogas às da rua, providenciando acessibilidade, ventilação e iluminação natural.

Esta relação do construído e não construído traduz-se numa dependência essencial a que estes conjuntos estão inevitavelmente submetidos, seja pela sua exequibilidade construtiva, seja até na vivência diária neste contexto urbano. Por outras palavras, se é a vontade de rentabilização do *logradouro* que é deixada no tardoz das parcelas que suportam os edifícios de rua, que provoca a construção de novos corpos edificados e que dão casa às famílias proletárias, é então o seu essencial vazio desenhado para acessibilidade,

94. No entanto, é de realçar também que é através desta vontade de imposição do conjunto de *Pátio e Vila* sobre a via pública, que se fez gradualmente dignificar e formalizar a existência destes conjuntos pela cidade, como um elemento de contrapartida à sua génese marginal.

95. Aqui, referimo-nos a pátio como espaço arquitetónico, um vazio confinado e definido por construção, e não a expressão de *Pátio*, como tipologia urbana de habitação coletiva como se tem vindo a utilizar correntemente na presente investigação.



36. Pátio do Costa – Arroios, Mário Marzagão, 2012 (editada pelo autor)

ventilação e iluminação natural que permite suportar a vida e a coletividade social no confinamento dos *Interiores do Quarteirão*.

MÓDULO COMPOSITIVO

Esta dependência entre cheio e vazio, fez com que o modelo de *Vila* possuísse um desenho claro do seu módulo habitacional, isto é, este compõe-se como outro qualquer em contexto de rua, e não propriamente a qualquer eventual mecânica feita em função ao contexto de *Logradouros e Interiores de Quarteirão*. Apesar de isto se vir a revelar numa carência em muitas situações[96], a *Vila* e a sua génese compositiva, são na verdade desenhadas

96. Muitos destes conjuntos em contexto de Logradouro apresentam o mesmo modulo compositivo habitacional, com o desenho interior composto com 4 compartimentos. Uma vez que em muitas situações por motivos de força maior, tenha sido necessário encostar o edificado por completo ao muro que delimita a parcela, os compartimentos, excetuando os que se voltam para o pátio, acabaram por não ter ventilação e iluminação natural.

como qualquer edifício corrente em contexto de rua, mas desta vez fazendo do *Pátio*, o responsável pelas mecânicas análogas às da via pública.

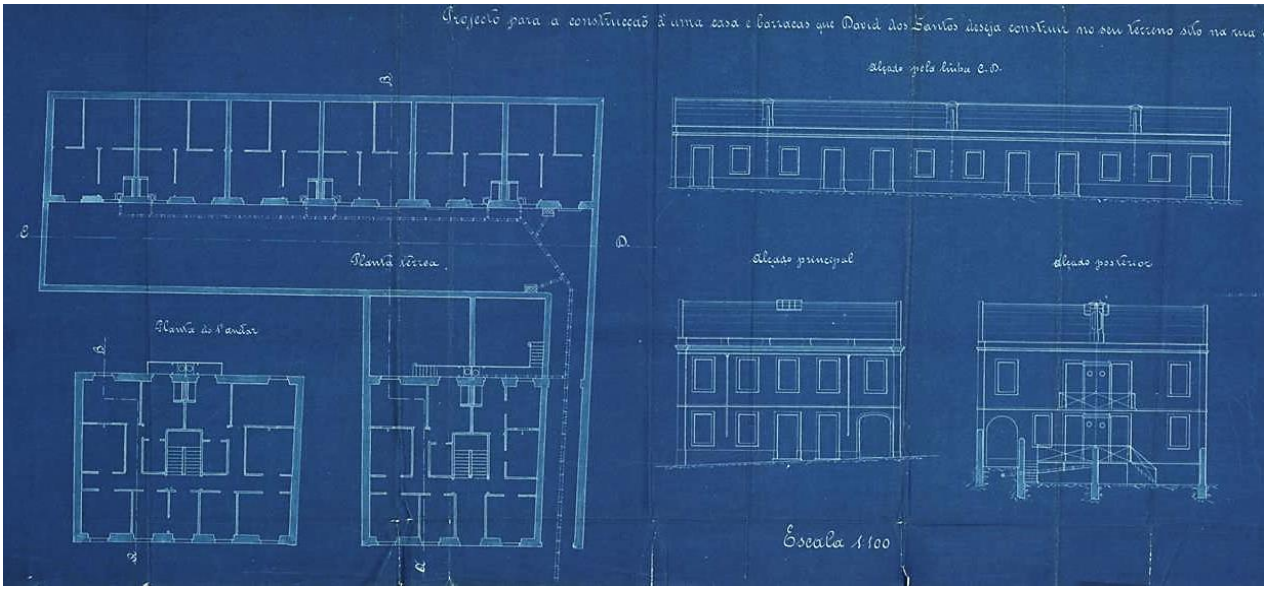
O desenho bidimensional do modelo de *Vila*, é feito em função a uma repetição evolutiva, partindo de *um módulo que tem a vantagem de criar uma harmonia primária baseada na uniformidade e ainda permitir uma ampliação que não interrompa essa harmonia.*[97] São módulos simples e de fácil desenvolvimento, um fundamento conceptual que já vem da tendência Pombalina, e que será posteriormente entregue à arquitetura do Estado Novo.[98]

A *Vila Dom Carlos Mascarenhas*, na rua Dom Carlos Mascarenhas, na freguesia de Campolide, reflete sem dúvida esta temática do módulo habitacional simplista do modelo de *Vila,* assim como, o modo como este se agrega e se implementa na parcela que suporta o conjunto no *Interior do Quarteirão*.

Caracterizado por um desenho modular simples, este conjunto resume o seu edificado ao nível térreo, refletindo um desenho de uma habitação *tipo* composta pelo convencional de quatro compartimentos. Dois destes voltam-se para o pátio de coletividade comum, de funções análogas às da rua publica, enquanto os restantes dois são forçados a voltar-se para um pequeno espaço exterior privativo, que não é nada mais do que um breve recuo do módulo habitacional do muro que delimita a parcela.

Este módulo habitacional agrega-se em cinco casas *tipo*, preenchendo o máximo da largura a que a parcela consegue provir para construção, resultando numa única ala edificada, implementada no sentido paralelo à via pública, sendo o acesso de distribuição às habitações naturalmente feito pelo

97. RODRIGUES, Maria João Madeira – *Tradição, Transição e Mudança – A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista* – Lisboa, 1979, pg. 40.
98 *"(...) as vilas procuram uma maior racionalização do espaço (...) optando por módulos de fácil desenvolvimento (numa tendência que já vem do Pombalino e que se vai transmitir à arquitetura do Estado Novo."* (ROTEIRO DOS PÁTIOS E VILAS – PAG.43)



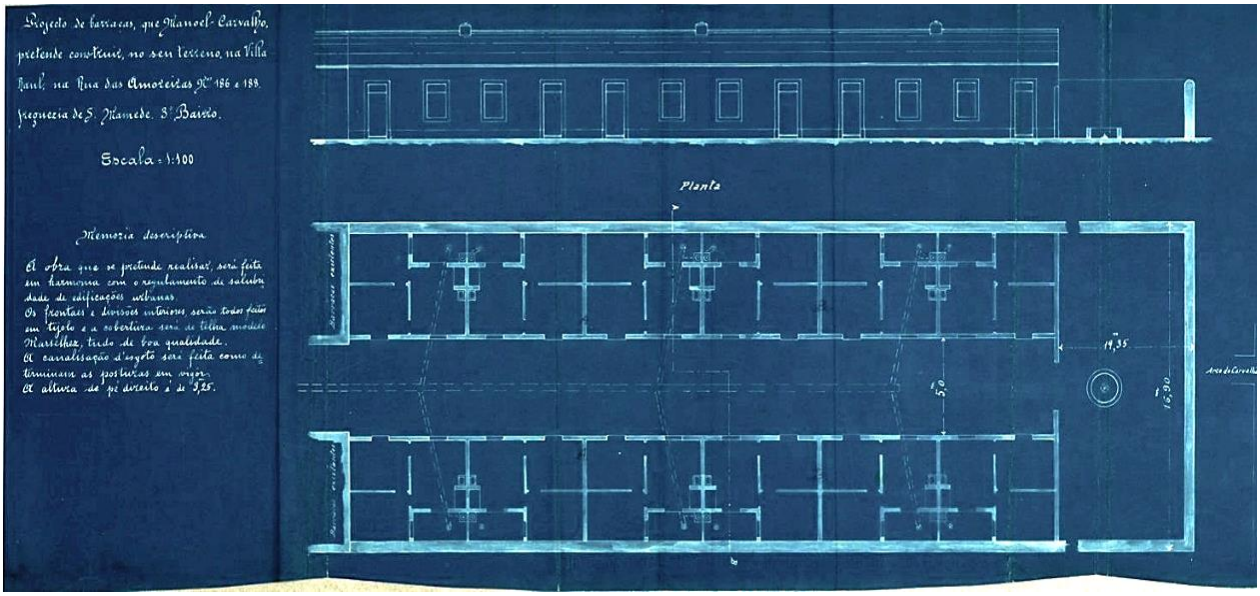
37. Vila Rosário – Campo de Ourique, AML

pátio. Há semelhança com a *Vila Vitória* na rua Possidónio da Silva, que se implementa do mesmo modo, e faz também repetir o modulo base de vila de quatro compartimentos, por toda a extensão da parcela de *logradouro* que suporta o conjunto.

IMPLANTAÇÃO

Este conceito de agregação modular e repetitiva, permite ao modelo de *Vila* moldar-se à circunstância a que é submetido, mesmo apresentados contextos urbanos que exijam situações de implementação totalmente distintas. Algo que é visível na comparação com a *Vila Raul*, na rua Prof. Sousa da Câmara, nas Amoreiras. Este conjunto, embora seja de igual modo inserido em contexto de *logradouro*, faz se implementar de forma totalmente oposta à *Vila Dom Carlos Mascarenhas e à Vila Vitória.*

Mesmo contendo uma composição formal com o mesmo fundamento que as anteriores, limitando o seu edificado ao piso térreo e com um desenho do



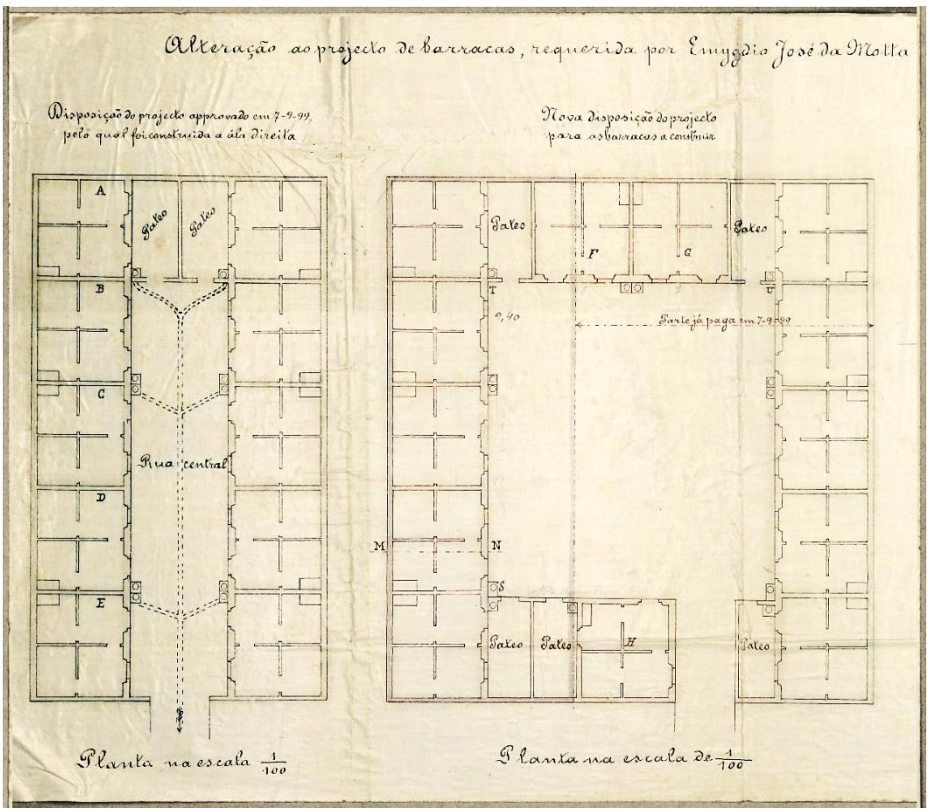
38. Vila Raul –Amoreiras, AML

módulo habitacional estruturado pela mesma matriz de quatro espaços,[99]a sua agregação é feita agora, no sentido perpendicular ao eixo da via pública, criando uma ala lateral edificada, e espelhada numa outra pelo eixo central do pátio de acesso e distributivo.

Esta comparação entre ambos estes conjuntos, revela-nos que as diversidades de implantação do modelo de *Vila*, em contextos de *logradouro*, são naturalmente reflexo de uma adaptação ao contexto urbano antecedente, nomeadamente à forma da planificação da parcela que suporta o conjunto em *Pátio e Vila*. Se por um lado, *a Vila Vitória* implementa o seu corpo edificado de modo paralelo à via pública, por a sua parcela também demonstrar uma maior dimensão nesse mesmo sentido, por outro, a *Vila Raul* implementa-se no sentido perpendicular à via pública, também por a sua parcela refletir uma maior extensão nesse mesmo sentido.

Uma vez que o módulo habitacional do modelo de *Vila*, e a sua respetiva agregação, estão fundamentados para prosseguir o mesmo sentido que

99. Nota: a Vila Raul detém em facto de 3 compartimentos interiores, e um saguão. Neste caso, devido a própria compressão do terreno de serventia, um dos supostos compartimentos interiores foi sacrificado para dar lugar a uma saguão.



39. Vila Motta – Campolide, AML

qualquer edifício comum de frente de rua, a tendência é clara: a adaptação lógica da planificação antecedente da parcela, a um contexto formal análogo à relação comum entre a via pública e edificado estruturante.

No entanto, os *Logradouros e Interiores de Quarteirão*, como sabemos, refletem dinâmicas morfológicas bastante instáveis, traduzindo-se por vezes até em situações e planificações com geometrias bastante radicais.[100] Esta ideologia do modelo de *Vila* que procura fazer na sua implantação, uma relação similar à de rua e edifício estruturante, ao se confrontar com situações irregulares, provoca uma diversidade na implantação destes conjuntos em contextos de *Logradouros e Interiores de Quarteirão*, criando mesmo algumas

100. Algo visível nos bairros, que como vimos no capítulo inicial da presente investigação, sofreram maiores deformações e descontinuidades nas suas planificações devido à topografia do sítio, e que fizeram originar também conjuntos de *Pátios e Vilas* com configurações de implantação invulgares.



40. Vila Motta - Campolide, Augusto Fernandes, 1965 (restituída pelo autor)

carências no modo como a agregação do seu módulo habitacional responde a contextos morfológicos distintos. Algo que é visível na *Vila Mota* na rua Soares dos Reis em Campolide, na medida em que reflete esta constante adaptabilidade do modelo de *Vila* à sua parcela, desta vez não diretamente por razões morfológicas provocadas pelas situações urbanas antecedentes, mas antes por eventuais aquisições de propriedade.

Este conjunto foi inicialmente idealizado com uma composição em duas alas edificadas de um só piso, paralelas e perpendiculares à via pública, o mesmo fundamento por inteiro se encontra na *Vila Raul*. Porém, após uma aquisição de uma porção de *Logradouro* da parcela adjacente, pelo seu proprietário *Emygdio José da Motta*,[101] em que a sua planificação forçosamente se adaptou,

101. Esta suposição é feita com base na interpretação da tela de pedido de aprovação da construção da Vila Mota, consultado no Arquivo Municipal de Lisboa.



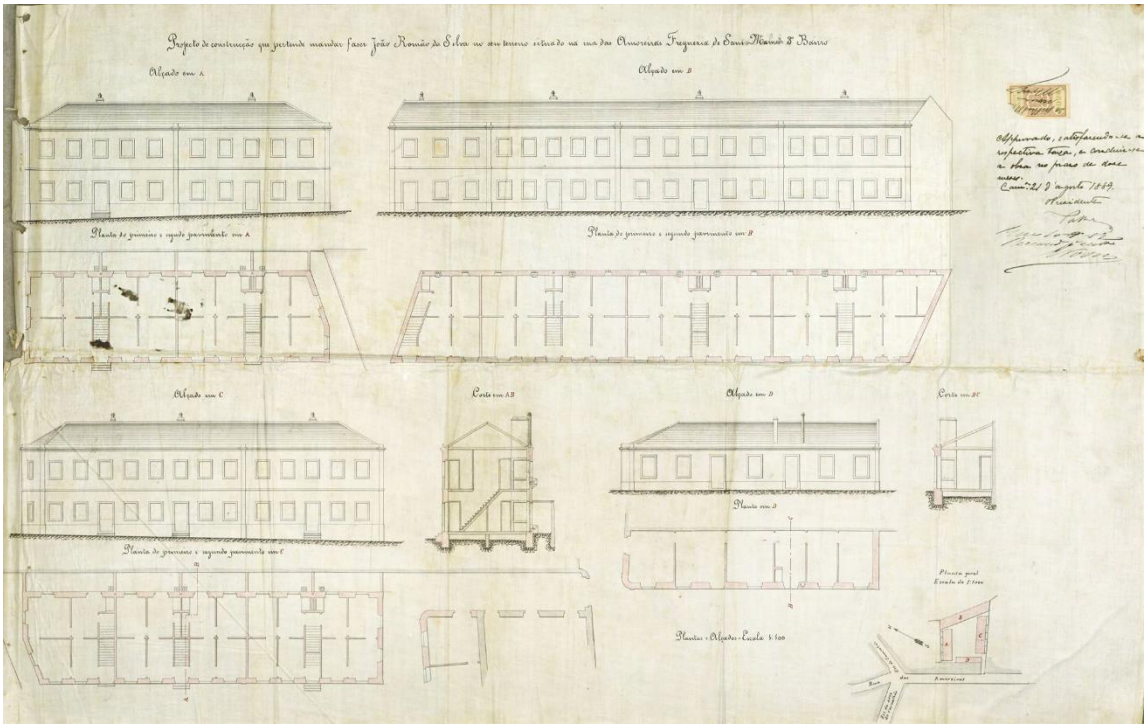
41. Vila Amélia - Campolide, Mário Marzagão (editada pelo autor)

acrescentando dois módulos habitacionais *tipo* entre as respetivas alas, resultando num conjunto com um alargado pátio distributivo,[102] totalmente contrastante com o estreito e extenso pátio de acesso da *Vila Raul*.

Um caso comparativo de grande semelhança, e talvez até de maior expressividade, é ainda o da *Vila Romão da Silva* na rua Prof. Sousa da Camara, nas Amoreiras com a *Vila Amélia* na rua Possidónio da Silva, na freguesia da Estrela.

A *Vila Romão da Silva*, sobre o mesmo fundamento morfológico que a *Vila Motta,* originou também um enorme e avantajado pátio de acesso, que chega

102. Esta solução mostra de facto uma das adaptações do modelo de *Vila*, porém, enuncia também algumas das suas carências, não só pelo claro descontrolo na proporção entre as dimensões das habitações e do seu respetivo avantajado pátio, mas principalmente no remate entre alas edificadas, forçando sempre as habitações dos cantos a olhar para um espaço exterior extremamente pequeno.



42. Vila Romão da Silva – Amoreiras, AML

mesmo a atingir uma proporcionalidade descontrolada.[103] Já a *Vila Amélia* que é formalizada com a mesma composição modular, responde a uma estreita, mas extensa parcela de *logradouro*, que ao implantar apenas uma banda edificada, resulta num pátio de acesso extremamente comprimido, inteiramente oposto ao da *Vila Romão da Silva*.

SISTEMAS DISTRIBUTIVOS

Contudo estes dois últimos conjuntos fazem-nos agora introduzir um outro tema da composição do modelo de *Pátio e Vila*, o seu crescimento em altura. Ao contrário da *Vila Dom Carlos Mascarenhas*, da *Vila Raul* e da *Vila Mota*, que são conjuntos edificados apenas ao nível térreo, a *Vila Amélia* e a *Vila*

103. A dimensão do pátio da Vila Romão da Silva é tão expressiva, que levou a camara municipal de Lisboa a prever em 2017 uma conversão para espaço exterior em *praça*.

Romão da Silva refletem as situações em que por motivos de maior rentabilização da parcela de *Logradouro*, se fizeram desenvolver múltiplos pisos em altura, introduzindo inevitavelmente no módulo habitacional de *Vila*, diversos sistemas verticais distributivos.

No entanto, ambas estas *Vilas*, apresentam dois pisos acima do solo, sendo que o acesso às habitações é feito pelo interior, através de uma distribuição *esquerdo e direito*, e incorporando transversalmente ao módulo habitacional, uma escada central de comunicação vertical direta, ou por outras palavras, uma escada em *tiro*, refletindo uma acessibilidade e comunicação vertical bastante pragmática, como podemos ver em alguns exemplos.[104]

No entanto, com a intensificação da grande densificação populacional, e da respetiva procura habitacional, alguns investidores fizeram erguer conjuntos com mais pisos acima do solo. Assim, a convencional comunicação vertical de escada em tiro sofre uma mutação, evoluindo para um núcleo vertical composto por dois lanços de escadas em dobra com um patim intermédio, que ao permanecer a disposição de *esquerdo e direito*, permite à tipologia de *Vila* uma agregação indeterminada de pisos.

Esta situação é expressamente visível na *Vila Cabrinha*, na rua Fábrica da Pólvora em Alcântara, sendo que neste caso a situação de três pisos acima do solo seria previsível, uma vez que este conjunto apresenta a particularidade de dialogar diretamente com a via pública, como um edifício comum.

No entanto, podemos também observar esta situação acontecer num conjunto em contexto de *Logradouro e Interior do Quarteirão*: a *Vila Borba*, na rua General Taborda em Campolide. Nesta foi necessária a adição de mais um piso à tipologia convencional com um máximo de dois, e sendo ainda uma

104. Este caracter de comunicação vertical é visível na *Vila Saraiva*, na calçada Poço dos Mouros, na freguesia de Penha de França ou na *Vila Flamiano*, no largo do Marquês de Niza, no Beato.



43. Vila Borba- Graça, Mário Marzagão, 2012 (editada pelo autor)

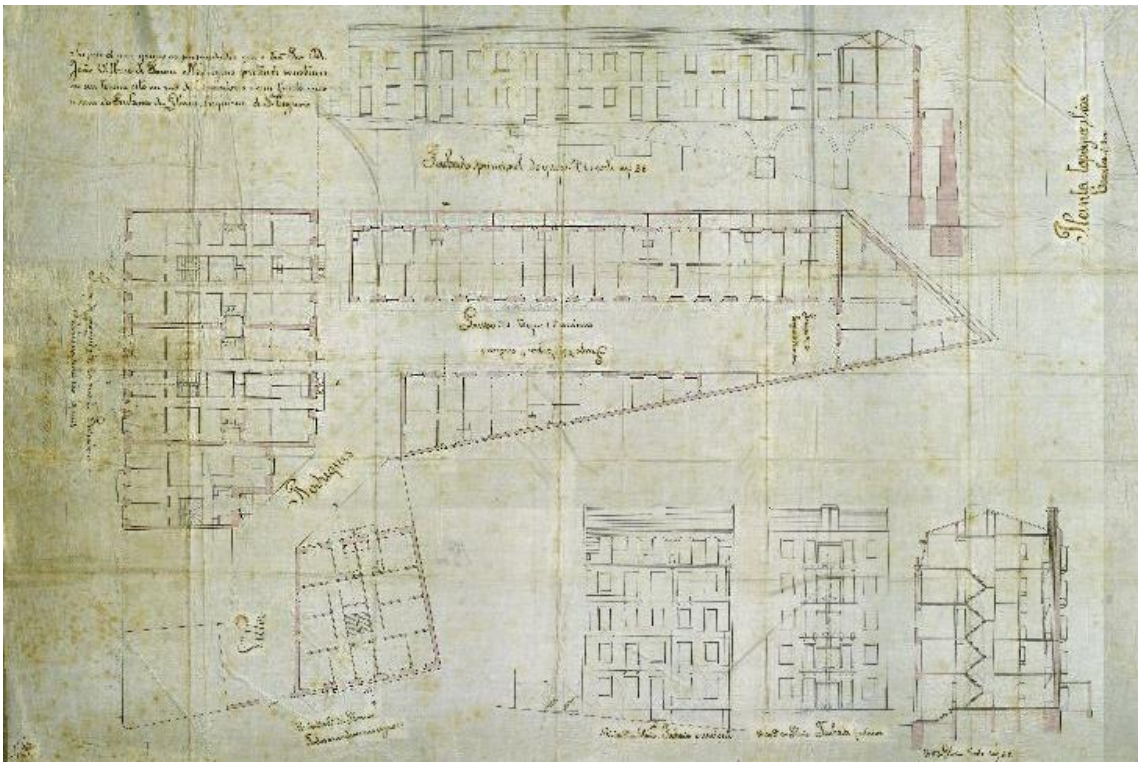


44. Vila Rodrigues – Graça, autor desconhecido

Vila composta por duas alas em corredor, assim, o seu dimensionamento vertical enuncia-se com uma maior expressividade, tornando este conjunto numa singularidade de escala e implementação no *Logradouro*.

Paralelamente a esta evolução contínua do modelo de *Vila*, dava-se também uma evolução tecnológica sobretudo na construção. Esta, era uma "*época do ferro, dos laminados, das estruturas metálicas perfiladas*".[105] E como a necessidade de economia de espaço era para o modelo de *Vila* uma característica que se tornou quase obsessiva, as escadas, sejam as em de *tiro*, sejam as em *dobra*, eram elementos que retinham área imprescindível no

105. FERNANDES, José Manuel at RTP (1996) - *Pátios e Vilas de Lisboa – Parte I* – min. 18:44. Disponível em: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/patios-e-vilas-em-lisboa-parte-i/



45. Vila Rodrigues – Graça, AML

interior do edificado. Assim, as acessibilidades e comunicações verticais são desincorporadas do interior do módulo habitacional, e começam a ser feitas através de galerias aéreas externas, dispostas sobre o pátio exterior, e construídas sobretudo pelas novas possibilidades acrescidas das estruturas metálicas.

Esta solução não só rentabilizava mais espaço no interior para habitação, bem como, reduzia o respetivo investimento em acessos verticais, na medida em que era habitual construir-se apenas um ou dois núcleos de escadas de serviço às galerias, sendo estas posteriormente "*o acesso coletivo a cada uma das*



46. Vila Ramos – Alcântara, Artur João Goulart, 1962

habitações[106] superiores, enquanto que as inferiores, ao nível térreo, eram acedidas diretamente pelo pátio de acesso, que podemos ver em imensos exemplos[107], como na situação carismática da *Vila Ramos* também na rua Maria Pia em Campo de Ourique. [108]

Foram imensos os conjuntos que retiveram esta solução, sobretudo aqueles que apresentavam apenas dois pisos acima do solo, no entanto é a *Vila Rodrigues* na rua da Senhora da Glória na Graça, que eleva esta tipologia de acesso em galeria do modelo de *Vila,* a um outro nível. Este conjunto cresce numa das suas alas até três pisos acima do solo. Fundamento que para além de se opor por si só ao contexto de inserção no *Logradouro*, ainda contraria o convencional do sistema em galeria de acesso e distribuição às habitações. Resultando num cenário único e singular, marcado pela forte presença aérea destas estruturas.

CONCLUSÃO E TRANSIÇÃO

Estes *tipos* e variações retratados e alvo de comparação, refletem a generalidade do modelo de *Pátio e Vila* ao se fazer implementar em contexto de *Logradouro e Interior de Quarteirão*, e que de certo modo compreendem diversas diferenciações resultantes destes conjuntos do mesmo modelo. Não havendo sequer aquilo que poderíamos considerar uma planificação original ou uma regra base, mas antes um extenso conjunto de situações construídas

106. FERNANDES, José Manuel at RTP (1996) - *Pátios e Vilas de Lisboa – Parte I* – min. 19:16. Disponível em: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/patios-e-vilas-em-lisboa-parte-i/

107. São conjuntos exemplo desta situação, a Vila Neves na rua Maria Pia, em Campo de Ourique, a Vila Rosário na Rua da Penha de França.

108. Esta *Vila* é composta por duas alas edificadas de dois pisos, sendo que no final do pátio de acesso se dá um núcleo de escadas central, que comunica com as galerias de acesso aos fogos do primeiro piso. Estas galerias permitiram a utilização de estendais, o que resultou num cenário carismático típico de *Pátio e Vila*.

que apresentam características comuns, formalizando um modelo habitacional urbano, o modelo de *Pátio* e *Vila*.

Contudo, os *Pátios e Vilas* revelam ser um modelo de enorme eficácia, evidenciado na resposta às carências habitacionais da época industrial, sendo também um modelo de vitalidade capaz de transformar não lugares na perspetiva de Augé[109], como *Logradouros,* em lugares habitados, ocasionando atmosferas espaciais e sociais, totalmente marcantes e singulares, ainda nos dias de hoje.

Apesar da sua desativação em 1930, os *Pátios e Vilas* presentes hoje na cidade são ainda cerca de 500 unidades,[110] existindo ainda, imensos conjuntos fora de Lisboa, nomeadamente presentes em cidades como Almada, Montijo e Setúbal, e ainda em algumas cidades do Brasil, revelando uma enorme harmonia com os tecidos urbanos nos quais se inserem.

Assim, retornar o modelo de *Pátio e Vila* nos dias de hoje implica sem dúvida refletir sobre o território de excelência ao qual estes conjuntos se fizeram implementar, os *Logradouros*, nomeadamente, ponderando sobre a sua evolução formal e como estes se sedimentaram no território urbano desde a era industrial até aos dias de hoje.

109. AUGÉ, Marc – *Não-Lugares – Introdução a uma antropologia da sobremodernidade,* Lisboa, 2012 (1992), Editora Letra

110. Contabilizados pelo autor no âmbito da presente investigação, através do software *Google Earth*, com base na lista de inventário de *Pátios e Vilas* existentes entre 1850 e 1930, da autoria do geógrafo Gonçalo Antunes, disponível em: (ANTUNES, Gonçalo M.F.S. (2017), *Políticas sociais de habitação (1820 - 2015): espaço e tempo no concelho de Lisboa,* Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, pg. 62)



47. Pátios e Vilas disseminados pela cidade de Lisboa ainda nos dias de hoje, 507 unidades. 2020 (Produzido pelo autor no âmbito da presente investigação)



48. Mancha representativa dos Interiores do Quarteirão de Lisboa, com Logradouros integrados. 2020 (Produzido pelo autor no âmbito da presente investigação)

II. O LOGRADOURO,

UM RESTO DE CIDADE

Na sequência do capítulo anterior, no qual é feito um percurso analítico e critico do modelo de *Pátio e Vila*, segue-se agora um segundo percurso que aborda a cidade como objeto, procurando-se compreender por um lado, a génese do fenómeno de *Logradouro* e por outro, apresentar a sua contextualização atual. Num primeiro momento é abordada a cidade como constituição de *tecidos* segmentados, os bairros, seguindo-se de um segundo momento ao qual se compreende a estruturação primária do *tecido urbano* de uma cidade, e dos seus respetivos bairros, os *Traçados*. Num terceiro e último momento é abordado o elemento urbano palco da edificação, Os *Quarteirões*, resultante dos *Traçados* e que comporta nele todo um entendimento conceptual e formal do território urbano em contexto de *Logradouro*.

O QUE É UM LOGRADOURO?

Através do conhecimento empírico o termo *Logradouro* é também confundível com o termo *Interior do Quarteirão,* contudo, ambas as expressões parecem até significar o mesmo aquando associadas ao tecido urbano de uma cidade. Tal remete sobretudo para os vazios que lemos formalmente nos núcleos internos das unidades de quarteirão, espaços que genericamente se associam a uma realidade residual, ou seja, um resto de cidade.

No entanto, estas terminologias isoladamente podem até assumir definições antagónicas, seja nas diferenças conceptuais entre *Logradouro* e *Interior do Quarteirão*, seja até nos diferentes sentidos e significados formais que podem ser associados a cada uma das expressões.

Na língua portuguesa o termo *Logradouro* remete para *aquilo que pode ser logrado,*[111] ou por outras palavras, algo que pode ser usufruído ou desfrutado por um determinado sujeito. Contudo, esta definição pode ser empregue em contextos urbanos totalmente opostos, se por um lado *Logradouro* pode ser entendido por *um terreno contiguo e para serventia de uma habitação,*[112] por outro o seu significado também pode ser associado a um *espaço ao ar livre para uso público.*[113]

Já a expressão *Interior do Quarteirão*, pela sua natural origem como vocábulo vinculado às áreas da arquitetura e urbanismo, não dispõe sequer de um significado ou definição linguística. Porém, a articulação do vocábulo *interior* com o termo *quarteirão*, leva esta expressão compósita a associar-se

111. "*logradouro"* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, Porto: Porto Editora, 2003-2020
112. *Ibidem;* Definição reforçada ainda pelo Artigo 204º do Código Civil Português, que faz associar o conceito de *Logradouro* aos terrenos que envolvem um *prédio urbano*, e que lhe sirvam de serventia.
113. "*logradouro"* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, Porto: Porto Editora, 2003-2020

naturalmente ao vazio que encontramos no núcleo interno dos quarteirões. No entanto, esta expressão pode ser empregue também em contextos urbanos com características totalmente distintas, apenas vinculados pela presença formal deste vazio.

Esta ambiguidade na atribuição dos termos *Logradouro* e *Interior do Quarteirão* ao tecido urbano de uma cidade reflete uma certa ambivalência das suas definições e do entendimento que detemos sobre o território urbano. Torna-se indispensável explorar e produzir conhecimento científico sobre estas duas noções e sobre os seus respetivos significados.

POSIÇÃO CIENTÍFICA

Não encontramos na literatura das áreas da arquitetura e urbanismo uma definição suficientemente esclarecedora sobre estes conceitos. Ambos estes fenómenos, e os seus respetivos significados, são consequências formais da evolução das cidades ao longo dos tempos, não havendo propriamente uma definição sistemática e consensual para além daquela que se tem vindo a construir e a utilizar de modo empírico.

Sobre este pressuposto, a presente pesquisa apoia-se no trabalho desenvolvido pelo grupo de investigação *Forma Urbis Lab,* intitulado e sintetizado como o *Atlas Morfológico da Cidade em Portugal*,[114] no qual, se procede a uma leitura metódica de todos os elementos urbanos que compõem e definem o *objeto urbano*, de modo a compreender a sua génese morfológica.

Embora não abordando especificamente o tema dos *Logradouros e Interiores do Quarteirão,* o *Atlas Morfológico da Cidade em Portugal,* traduz-se para o presente trabalho como uma base científica elementar, que permitirá uma

114. COELHO, Carlos Dias et al *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: O tecido. Leitura e interpretação* – Lisboa, Argumentum, 2015

leitura formal e metódica da cidade enquanto matéria construída e sedimentada. Abrindo progressivamente possibilidade não só para a sua compreensão, mas sobretudo para um claro entendimento dos conceitos de *Logradouro e Interior de Quarteirão* como peças elementares no tecido urbano da cidade de Lisboa.

Sinteticamente, o *Atlas Morfológico da Cidade em Portugal* organiza-se sobre uma leitura sucessiva e sistemática, abordando num primeiro momento o conceito de cidade como matéria física, ou por outras palavras, o seus *Tecidos,* e a sua constituição segmentar em conjuntos urbanos homogéneos, aquilo que entendemos pelos bairros; enquanto que num segundo momento, aborda-se toda a estruturação primária que compõe os tecidos de uma cidade, os seus *Traçados*, que absorve no seu conceito os temas da malha, da praça e da rua, os sujeitos responsáveis pelas áreas de utilização coletiva e pública da cidade.

Num terceiro e último momento, o atlas aborda o território da cidade que é palco da edificação, do investimento imobiliário e privado, os seus *Quarteirões*, que envolvem tanto na sua volumetria, como no seu conceito, os temas do cadastro parcelar, do edifício singular e por fim do edifício comum. Aqui, o tema do Quarteirão configura-se como o principal e último tema a ser alvo de estudo na presente investigação, uma vez que contém no seu âmbito, a compreensão dos contextos urbanos de *Logradouro* e *Interior do Quarteirão*.

Assim, o presente capítulo progride em três momentos sucessivos na leitura morfológica do tecido urbano da cidade de Lisboa: *Os Tecidos*, *Os Traçados* e *Os Quarteirões*.



49. Tecido Urbano da cidade de Lisboa (produzido pelo autor através do software Google Earth)

II.I OS TECIDOS

Tirando partido da analogia de Kevin Lynch entre a legibilidade do território urbano e a legibilidade da escrita impressa numa folha de papel, poderemos dizer que uma cidade pode também *ser compreendida visualmente como uma estrutura de símbolos reconhecíveis,*[115] comunicando e relacionando-se com o observador sintetizando-se tudo a uma imagem mental.

Esta imagem está imperativamente associada à matéria física da cidade, sobretudo de todo o suporte físico que alberga as vivências coletivas e sociais, como as suas vias, ruas e avenidas, e as suas praças, parques e jardins, que originam a materialização mais sólida da imagem de uma cidade.[116]

---

115. (*"Tal como esta página impressa, sendo legível, pode ser compreendida visualmente como uma estrutura de símbolos reconhecíveis, assim também uma cidade legível seria aquela cujas freguesias, sinais de delimitação o vias são facilmente identificáveis e passiveis de agrupamento em estruturas globais.")* - LYNCH, Kevin – *A imagem da cidade* - Lisboa, Edições 70, 1960 pg. 13

116. (*"(...) ruas, passeios, linhas de transito, canais, caminhos de ferro. Para muitos, estes são os elementos predominantes na sua imagem. As pessoas observam a cidade à medida que nela se deslocam e os outros elementos organiza-se e relacionam-se ao longo destas vias.")* - LYNCH, Kevin – *A imagem da cidade* - Lisboa, Edições 70, 1960 pg. 58

No entanto, evidentemente que estes suportes físicos, são formalmente definidos pelo tecido construído, materializado sobre a forma de quarteirões, e que absorvem na interpretação da sua volumetria, seja a visível agregação parcelar dos milhares de edifícios comuns que constituem todo o corpo construído de uma cidade, sejam os seus espaços maioritariamente residuais e ocultados da via pública em contexto de *Logradouro ou Interior do Quarteirão*.

Contudo, tudo isto, indissociavelmente articulado, resulta naquilo que entendemos por *tecido urbano* de uma cidade.[117] Conceito que exprime o extenso entendimento formal e temporal de uma cidade e que é constituído pelos conjunto de todos os vários elementos físicos que materializam as nossas cidades.[118]

Porém, uma cidade, e o seu respetivo *tecido*, é na verdade o resultado material de uma repartição por várias segmentações distintas, com características formais diferentes. Por outras palavras, apesar de numa primeira leitura do *tecido urbano* de qualquer cidade podermos entendê-lo como um objeto continuo e homogéneo, ele é a consequência compositiva de um sucessivo e diversificado conjunto de fragmentos de *tecido*s diferentes, aquilo que intitulamos pelos *bairros*, e que por vezes aparentam ser contraditórios entre eles, mas raramente são contrários. [119]

---

117. (*"«Tecido urbano» faz hoje parte dos conceitos utilizados em Urbanismo, sendo particularmente recorrente na análise da cidade existente. A utilização por Muratori, Panerai e outros autores, conferiu-lhe um estatuto que obrigou à sua integração nos próprios dicionários de urbanismo.")* - COELHO, Carlos Dias et al *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: O tecido. Leitura e interpretação* – Lisboa, Argumentum, 2015, pg. 14

118. (*"O conceito de tecido urbano exprime a realidade da cidade construída, matéria com existência real e temporal, que inclui indissociavelmente o espaço e o edificado, o público e o privado, isto é, as ruas, as parcelas, os edifícios, as infraestruturas, etc., isto é toda a cidade física.")* – Idem.

119. Um exemplo claro está no contraste marcado pelas (ruas) *Ronda de Sant Pau e Ronda de Sant Antoni,* que separam o bairro antigo da cidade, *El Gòtic,* e o amplo



50. Tecido Urbano da cidade de Lisboa (produzido pelo autor através do software Google Earth)

Esta articulação entre distintas e diferentes partes do mesmo *tecido,* facilita-nos uma evidente e ordenada interpretação da forma de uma cidade. São aliás, as diferenças formais entre os próprios segmentos do *tecido urbano* de uma cidade, que nos possibilita entender o seu desenvolvimento temporal, bem como ler e estabelecer a "*sua forma num momento determinado e a sua justificação a partir dos acontecimentos que lhe deram origem".*[120]

bairro desenhado por Ildefonso Cerdá. A poente da *Ronda de Sant Antoni*, é nos visível o segmento de tecido regular e ortogonal resultado dos planos de reforma e expansão da cidade de Barcelona na segunda metade do século XIX, já a nascente, temos um segmento de tecido distinto, que representa naturalmente o centro histórico da cidade de Barcelona, constituído em tempos antecedentes ao plano de Cerdá.

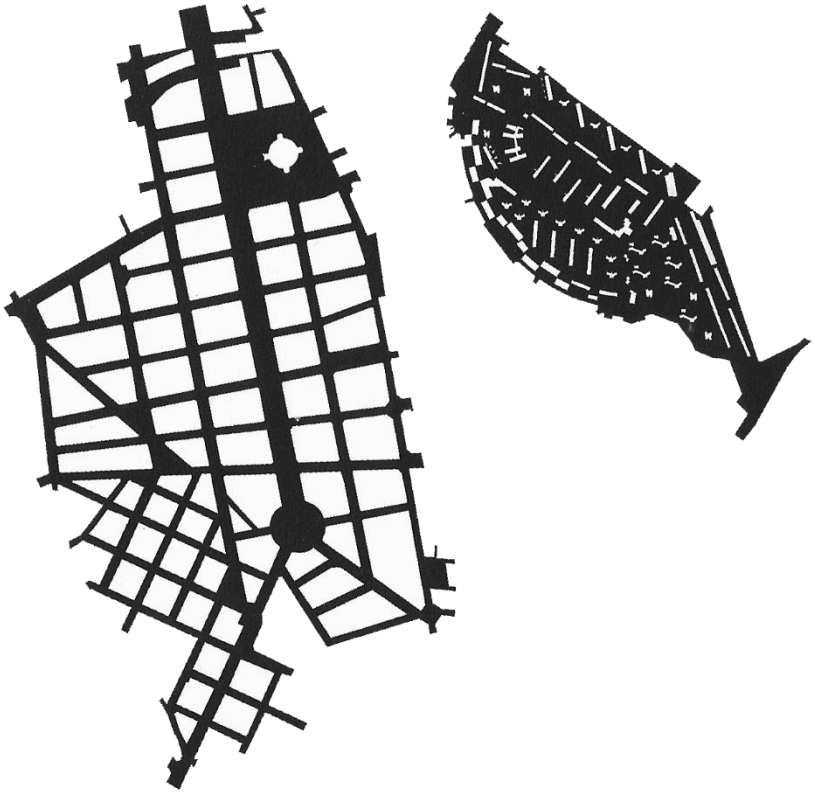
120. COELHO, Carlos Dias et al *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: O tecido. Leitura e interpretação* – Lisboa, Argumentum, 2015, pg. 24



51. Amostras de Traçados Urbanos: Bairro de Alfama. Bairro Alto e Bairro da Baixa (in Cadernos de Morfologia Urbana – Elementos Urbanos – Lisboa, Argumentum, pg. 24 e 25)

Por outras palavras, a cidade é composta formalmente por diversos *bairros,* do mesmo modo que também é composta por uma sucessão temporal. Fazendo corresponder certas decisões em termos de políticas e de planeamento, bem como, certas construções, a determinados momentos de uma cidade e de uma sociedade, exprimindo diversas intenções e ideologias, que claramente resultaram em diversas formas e diversos fragmentos diferentes do *tecido* de uma cidade.

Ao observarmos atentamente alguns fragmentos do *tecido urbano* da cidade de Lisboa, facilmente identificamos as suas diversidades formais e que num contexto abstrato, teríamos provavelmente alguma dificuldade em os relacionar até como pertences do mesmo conjunto urbano. No entanto, ao



52. Amostras de Traçados Urbanos: Bairro de Alfama. Bairro Alto e Bairro da Baixa (in Cadernos de Morfologia Urbana – Elementos Urbanos – Lisboa, Argumentum, pg. 24 e 25)

relacionarmos uma destas frações de *tecido*, a um contexto sócio temporal, facilmente compreendemos a razão das suas diferenças formais.[121]

É esta composição sucessiva e segmentar de várias zonas, de várias estruturas urbanas, com várias formas, articuladas e interrelacionadas entre si, que constroem todo o caráter único e irrepetível de uma determinada cidade.

121. No segmento de *Tecido Urbano* que corresponde ao bairro de Alfama, rapidamente o associamos à altura da Lisboa árabe, quando esta se intitulava por *Ulixbuna*, e no qual a sua evolução e sedimentação era feita através de uma espontânea aglomeração edificada. Em que toda a área disponível era utilizada nomeadamente para habitar.
Já em oposição, o *segmento de tecido urbano* que corresponde ao bairro dos Olivais Norte, revela-nos rapidamente uma maior extensão urbanizada, com predominância dos espaços verdes e vazios urbanos em comparação ao tecido edificado. Claramente, expressão da evolução da cidade e da sociedade, que remonta neste caso à libertação do solo da densificação edificada, herdado das ideologias e intenções urbanísticas praticadas sobretudo durante o séc. XX.

Atribuindo ao seu *tecido urbano* uma única personalidade e uma única *estrutura de símbolos reconhecíveis.*[122]

A própria constância e homogeneidade presente em cada uma destas frações *de tecido urbano*, é tão significativa, que "*mais facilmente identificamos a cidade pelos tecidos que a compõem do que pelas suas divisões administrativas. Baixa, Chiado, Alfama, Avenidas (…) são identificados pelo cidadão comum como <<bairros>>, em grande medida dada a homogeneidade do seu tecido",*[123] algo que pode também ser entendido nas palavras de Lynch.[124]

O entendimento destas segmentações de *tecido*, só acontece devido à articulação formal entre os elementos que o compõem. A capacidade de entender um determinado *bairro,* não está propriamente na sua contextualização temporal ou histórica, mas antes no reconhecimento dos seus elementos urbanos,[125] que correspondem a uma coerente partilha de proporção, escala e dimensão, e em casos de maior homogeneidade, de personalidade estética, que resulta numa relativa uniformidade do conjunto.[126]

---

122. LYNCH, Kevin – *A imagem da cidade* - Lisboa, Edições 70, 1960 pg. 13

123. COELHO, Carlos Dias et al *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: O tecido. Leitura e interpretação* – Lisboa, Argumentum, 2015. pg. 25

124. (*"Os bairros são regiões urbanas de tamanho médio ou grande, concebidos como tendo uma extensão bidimensional, regiões essas que o observador penetra («para dentro de») mentalmente e que reconhece como tendo algo de comum e de identificável. (…) A maior parte dos cidadãos estrutura deste modo a sua cidade, cujo elementos importantes são as vias ou os bairros."*) LYNCH, Kevin – *A imagem da cidade* - Lisboa, Edições 70, 1960 pg. 58

125. (" (…) o *reconhecimento dos elementos que o compõem e, nessa medida, a sua identidade resulta da relação articulada dos elementos entre si, de tal modo que a sua contribuição para a composição de um tecido lhe confira características distintas de outros."* COELHO, Carlos Dias et al *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: O tecido. Leitura e interpretação* – Lisboa, Argumentum, 2015, pg. 21

126. ("*As características físicas que determinam bairros são continuidades temáticas, que podem consistir em variantes de componentes inumeráveis: textura, espaço, forma, detalhe, símbolo, tipo de edifícios (…).")* - LYNCH, Kevin – *A imagem da cidade* - Lisboa, Edições 70, 1960 pg. 79



53. Praça do Marquês, Catalão Monteiro, 2009

Contudo, ao olharmos para a cidade de Lisboa, compreendemos facilmente que esta é composta pela articulação de múltiplos e diversos segmentos de tecido urbano, ou seja de bairros, e que decerto estes refletem tempos e momentos diferentes da cidade e das suas respetivas sociedades.

Estes diferentes tempos foram marcados naturalmente por várias transformações económicas, culturais e sociais, bem como, o progressivo aumento demográfico, sobretudo durante os finais do século XIX e inícios do século XX, o que se refletiu sobre o território da cidade de Lisboa, revertendo-se essencialmente em diferentes pensamentos e ideologias, diferentes escalas e dimensões, isto é, diferentes modos de se fazer e refletir a cidade, algo que é expressamente e especialmente visível através dos seus *Traçados*.



54. Sebastião Salgado – Amazonas, 2009

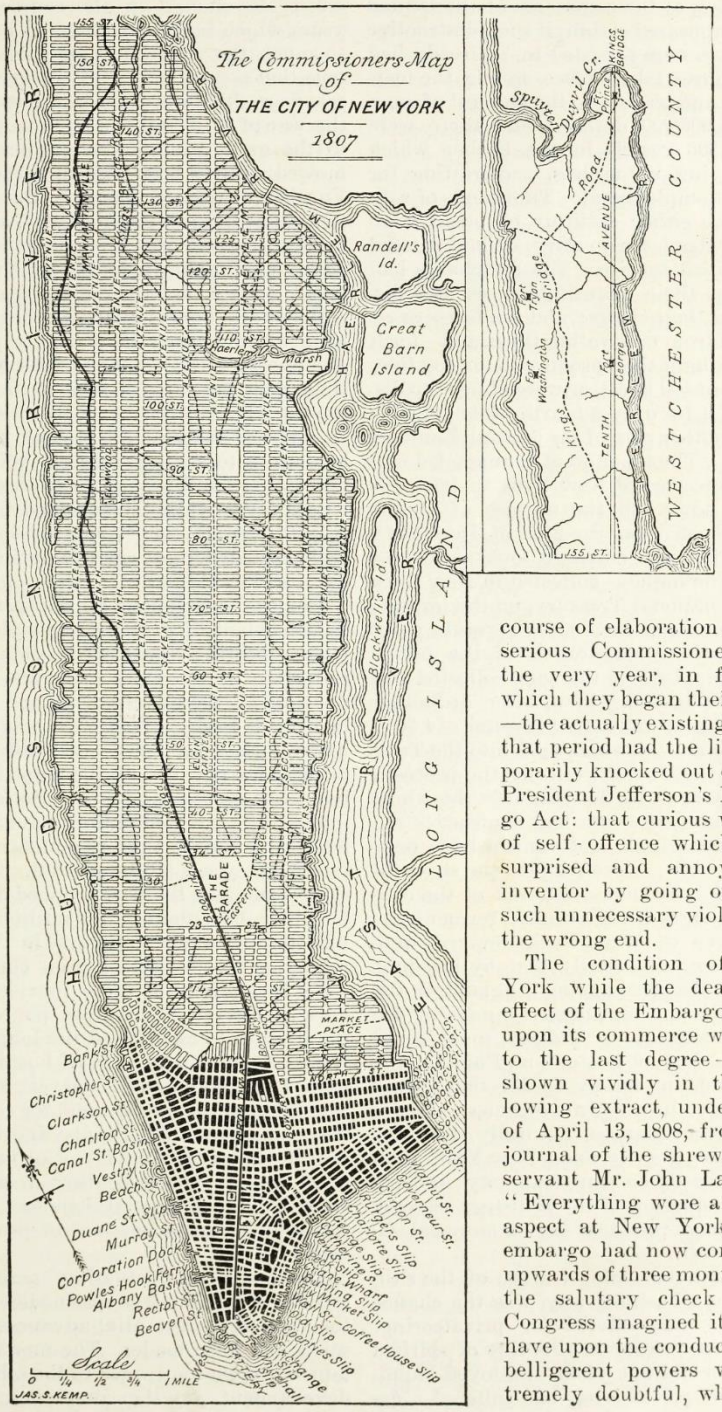
II.II OS TRAÇADOS

TOPOGRAFIA, E A MODELAÇÃO

Ao observarmos uma fotografia de Sebastião Salgado, que ilustra uma situação abstrata da paisagem da Amazónia, reconhecemos um caminho de linha de festo, traçado informalmente pela contínua e repetitiva utilização como acesso por parte da população local. A linha de festo, como uma linha naturalmente definida por pontos altos, é espontaneamente adaptada a um caminho pela sua natural e fácil acessibilidade, sendo uma situação topográfica que permite o percurso mais continuo e plano, ou seja, mais acessível, em território natural.[127]

Na sua investigação sobre a cidade de Lisboa, e quase sobre o pseudónimo de um geógrafo, o arquiteto Carrilho da Graça propõe que esta modalidade de utilização das linhas de festo como os caminhos principais, era altamente utilizável nos tempos nómadas do homem, e ainda hoje está bem patente

127. Sobrepondo-se ainda da linha de água, por questões estratégicas de segurança, dada a vasta predominância visual da linha de festo, sempre sobre os dois vales confinantes.



course of elaboration by the serious Commissioners — in the very year, in fact, in which they began their work —the actually existing city of that period had the life temporarily knocked out of it by President Jefferson's Embargo Act: that curious weapon of self-offence which both surprised and annoyed its inventor by going off with such unnecessary violence at the wrong end.

The condition of New York while the deadening effect of the Embargo rested upon its commerce was trist to the last degree — as is shown vividly in the following extract, under date of April 13, 1808, from the journal of the shrewdly observant Mr. John Lambert: "Everything wore a dismal aspect at New York. The embargo had now continued upwards of three months, and the salutary check which Congress imagined it would have upon the conduct of the belligerent powers was extremely doubtful, while the

55. The Commissioners Plan of New York, William Bridges e Peter Maverick, 1807 - 1811



56. Redraft of the Castello Plan New Amsterdam in 1660, John Wolcott Adams, I. N. Phelps Stokes 1916

por todo o mundo.[128] A sua progressiva utilização como caminhos, levou a que tais linhas se tenham transformado espontânea e tendencionalmente em vias estruturantes das cidades de hoje, embora não o consigamos interpretar em primeira observação, algo que é também retratado pelo arquiteto Sérgio Fernandes. [129]

No entanto, ao observarmos a cidade de Nova Iorque encontramos um dos casos mais emblemáticos deste processo evolutivo do *Traçado Urbano* de uma cidade. Originado pela simples utilização de uma linha de festo como caminho, evoluindo temporalmente até se sedimentar na forma do eixo

128 Carrilho da Graça, aula disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c9HnEKNqi8k&ab_channel=EscoladaCidade

129. (*"O traçado, enquanto resultado de um processo evolutivo, produz-se neste contexto específico por partes que se ajustam, faseadas entre si. Estas têm sempre como referência a linha de cumeeira durante o processo de formação, transformando-se progressivamente e sedimentando esta linha abstrata como eixo principal, tendencionalmente estrutural e sinuoso.")* COELHO, Carlos Dias (coordenação), FERDANDES, Sérgio et all, *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: O traçado. O sítio e a forma da cidade* – Lisboa, Argumentum, 2015, pg. 52

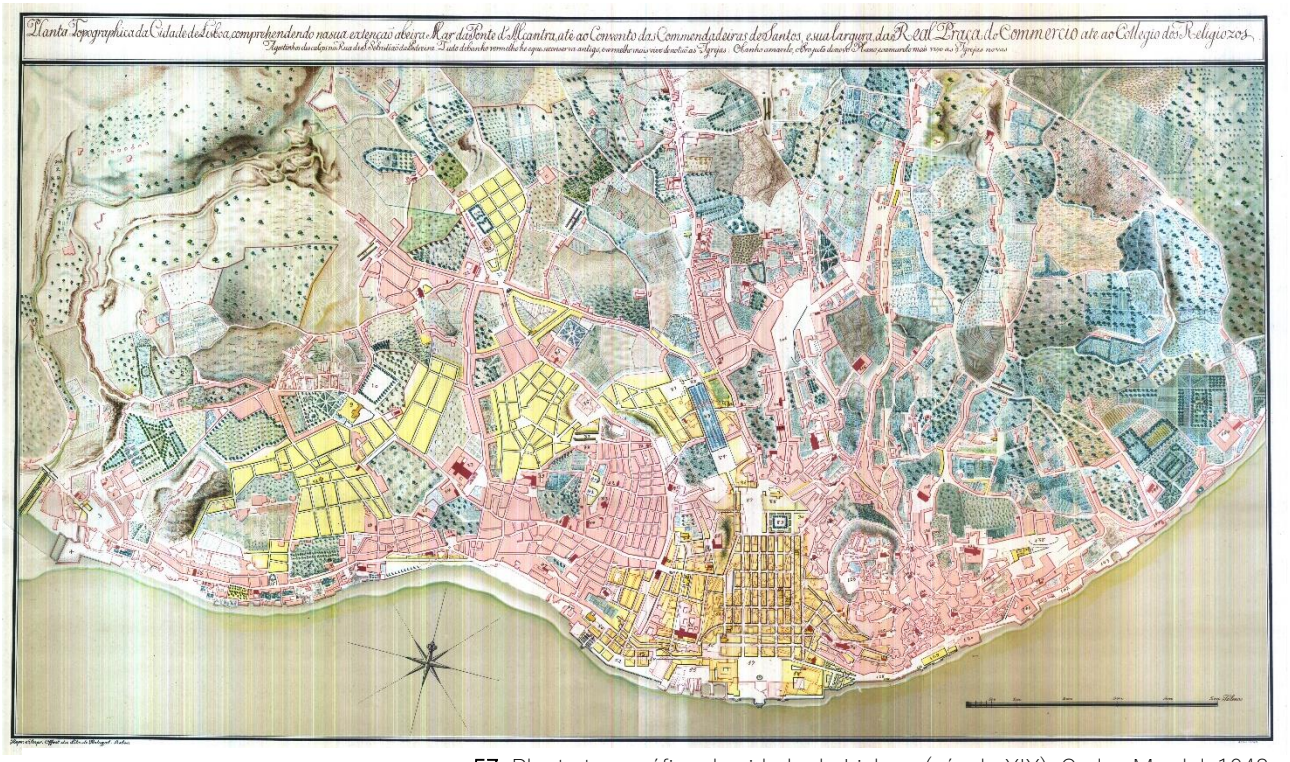
principal da cidade. Este eixo, é hoje conhecido como Avenida Broadway, que se prolonga por todo o extenso *tecido urbano* de Manhattan, ligando as duas extremidades da cidade e rompendo o seu traçado dominante de matriz ortogonal.

Esta sua própria contradição formal à malha ortogonal, é naturalmente resultado da sua antecipada existência durante o povoamento de *New Amsterdam*, muito antes do *Comissioners Plan* de 1811. Aquela começou a ser usada como via estrutural no acesso e mobilidade do antepassado povoamento holandês que fundou a cidade, originada pela simples utilização como caminho, e hoje sedimentada como a maior e principal avenida da cidade. Tal situação que está também patente na célebre Wall Street, outra via de grande estruturação da cidade.[130]

Porém, ao voltarmos à cidade de Lisboa, esta é sem dúvida o resultado material deste dinamismo existente entre o *locus* e o processo evolutivo do *Traçado Urbano*. Mas ao contrário do caso da cidade de Nova Iorque, Lisboa não se desenvolveu a partir das suas linhas de cumeeiras.

Como sabemos, Lisboa nasce da ribeirinha e de toda a dinâmica em volta da vida portuária que se encaixou ao longo do limite do Rio Tejo, no qual, a sua expansão desenvolvida a norte, dá-se espontaneamente pelas linhas já naturalizadas pelo relevo existente, neste caso não pelas linhas de cumeeira, mas pelo seu inverso, as linhas de água.

130. A Wall Street, é resultante do caminho que acompanhava toda a muralha - *The Wall* - e que protegia o antigo casco de New Amsterdam, da povoamento holandesa. No entanto, esta muralha ao ser demolida pela força da conquista inglesa, fez-se permanecer o seu cadastro como via estruturante e nomeadamente como uma rua sedimentada no *Traçado Urbano* da cidade.

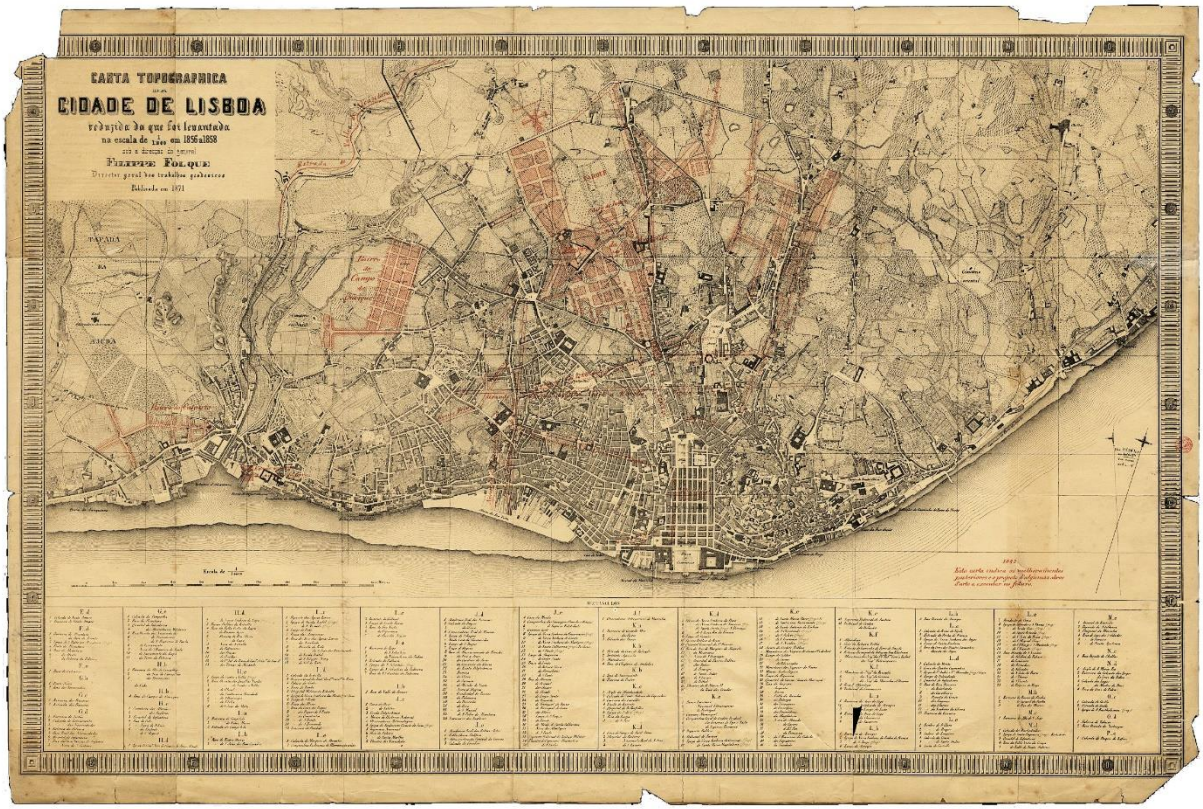


57. Planta topográfica da cidade de Lisboa, (século XIX), Carlos Mardel, 1948

Ao estabilizar o seu assentamento ribeirinho, a cidade cresce ao subir pelas depressões do relevo existente, dada a sua natural facilidade de acessibilidade,

adaptando estas mesmas linhas, aos caminhos que conectavam o povoamento urbano aos campos de cultivo e agrícolas a norte. Exemplo disso são bairros como Bica, Madragoa e Bairro Alto, claramente conformados a uma situação de aclive e proximidade ao rio, e que representam as primeiras expansões da modernização da cidade de Lisboa em meados do século XV. Mas é a partir do século XVIII após o terramoto, que a cidade se reconstrói e se faz expandir pelas linhas água em direção a norte.[131]

131. ("*(…) a ocupação urbana dos locais de fundo de vale ocorre, maioritariamente, depois da estabilização de um assentamento inicial, quase sempre ribeirinho, a partir do qual se desenvolve a expansão do núcleo ao longo das vias de penetração no território, gradualmente apoiadas no percurso natural das linhas de água.")* - COELHO, Carlos Dias (coordenação), FERDANDES, Sérgio et all, *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: O traçado. O sítio e a forma da cidade* – Lisboa, Argumentum, 2015, pg. 52



58. Carta Topográfica da Cidade de Lisboa, séc. XVIII, Filipe Folque

As depressões caracterizadas pelas linhas de água que penetram o território natural, os dois braços do Tejo, apenas se tornam notórias na estruturação da cidade, "*aquando das operações urbanísticas que entre os séculos XIX e XX consolidaram a ocupação do fundo dos vales (...). As intervenções empreendidas fizeram corresponder a abertura de grandes eixos urbanos com a configuração dos vales, utilizando assim os percursos naturais do território* para *guiar a expansão da cidade para o interior*".[132]

Tal origina dois dos eixos de maior responsabilidade na estruturação da cidade de Lisboa, a Avenida da Liberdade a poente, sendo a rua mais larga da cidade, e a Avenida Almirante Reis a nascente, sendo o maior percurso retilíneo de Lisboa. Ambos estes *traços,* possibilitaram a expansão da cidade a norte, e

132. Ibidem, pg. 49

provocando posteriormente a estruturação de *segmentos de tecidos* homogéneos, os *bairros* que hoje tanto conhecemos.

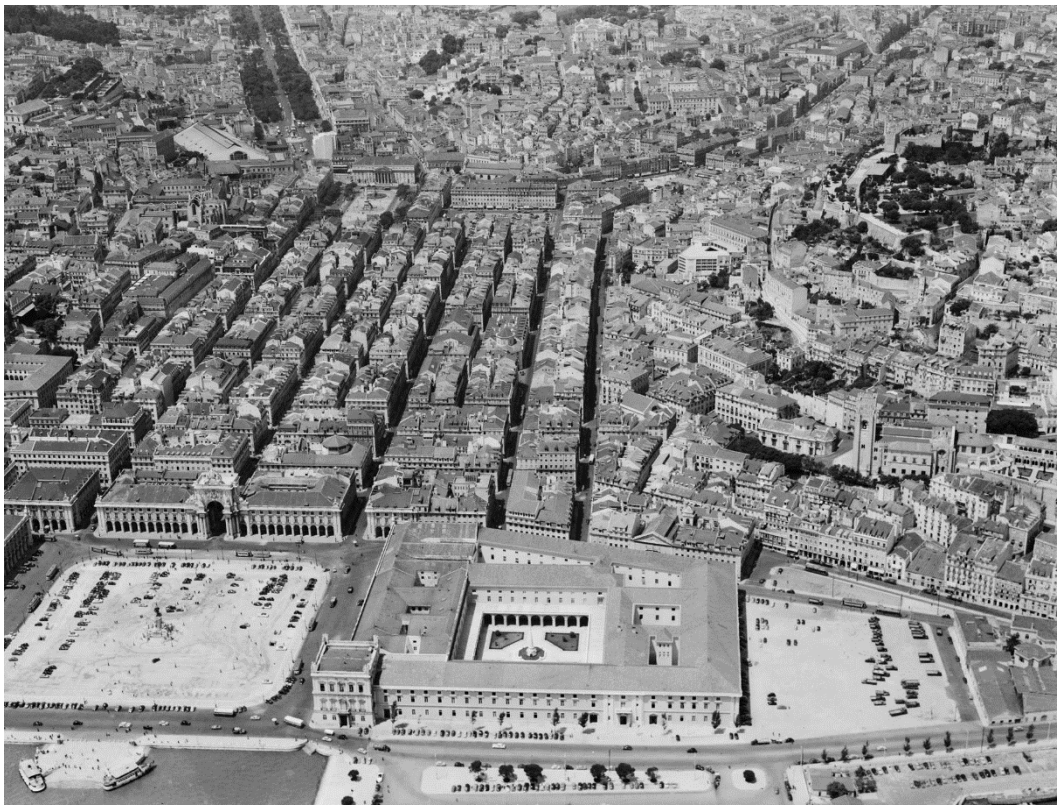
Ao falarmos da Avenida Almirante Reis, rapidamente a associamos aos *segmentos de tecido* que caracterizam o bairro dos Anjos, Arroios, até atingir o bairro do Areeiro. E se falarmos ainda da Avenida da Liberdade, falamos também da sua expansão em três eixos,[133] o que permitiu a consequente formalização de dois dos maiores *bairros* da cidade: o tão emblemático bairro das Avenidas Novas, integrado nas operações de expansão e melhoramento da cidade a cargo de Ressano Garcia, nos finais do século XIX, e o bairro de Alvalade, durante os finais da primeira metade do século XX, com planeamento a cargo do arquiteto Faria da Costa.

TRAÇADO COMO ESTRUTURA DOS BAIRROS

No entanto, em Lisboa, e pela evidente consequência de esta ser uma cidade assente num contexto topográfico irregular, não temos claramente um extenso e único plano teórico que estrutura e domina a forma da cidade, como o exemplo anterior do *Comissioners Plan* de Nova Iorque, ou até como o plano de Cerdà de Barcelona.[134] Lisboa ao apresentar uma topografia

133. Após a abertura da avenida da Liberdade em direção a Norte, foi lhe dada continuidade através da Avenida Fontes Pereira de Melo, ambas geometricamente articuladas pela praça do Marques de Pombal. Que por sua vez esta situação replicou-se ainda na continuidade da própria Avenida Fontes Pereira de Melo, pela Avenida da República, articuladas pela praça do Saldanha, criando assim na sua totalidade um traço estruturante composto por três avenidas articuladas, que rasgam a cidade fazendo comunicar a extremidade sul, a Baixa Pombalina, à extremidade Norte, Alvalade.

134. Tanto Nova Iorque, como Barcelona, são cidades que se desenvolvem pela síntese de um único plano, que se amplifica por todo o território cadastral, isto obviamente justificado pela morfologia do locus ser definida por uma topografia em grosso modo plana, permitindo a fácil e direta urbanização. No entanto, cidades como Lisboa e Porto por exemplo, estão fundadas sobre uma topografia irregular, que oscila constantemente entre planícies e planaltos, fazendo surgir as colinas, e com estas soluções distintas e diversas de urbanidade.



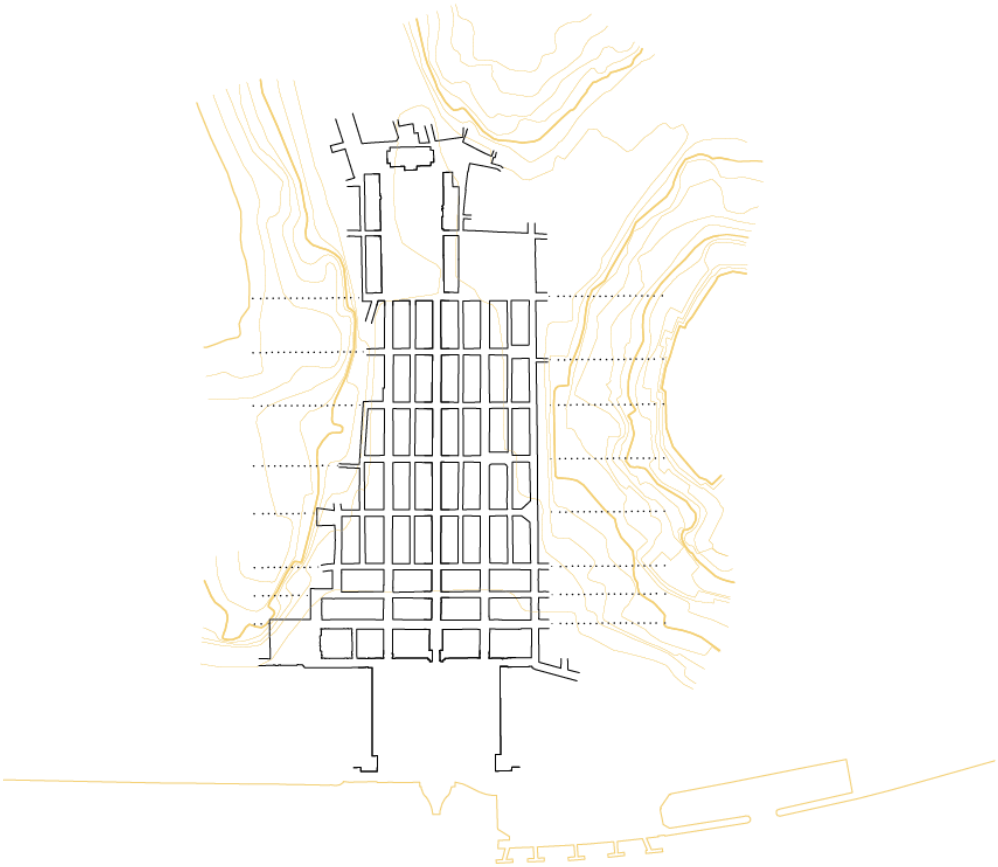
59. Baixa Pombalina – Mário de Oliveira, década de 50

altamente acidentada, fez-se desenvolver a partir do rio, sobretudo em busca de planícies e planaltos para ai fazer assentar planos de urbanização. Tal situação justifica que a cidade de Lisboa se componha por uma diversidade de *bairros*, articulados e claro pelos respetivos eixos estruturantes e

secundários, como já veremos de seguida, onde esta heterogeneidade fica bem patente.

Agarrado ao Rio Tejo, o *leitmotiv* que inicia a narrativa urbana na estruturação da cidade de Lisboa é sem dúvida a emblemática planificação da reconstrução emergente da cidade após o terramoto, da autoria de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, que conhecemos hoje pelo bairro da Baixa Pombalina.

O desenho do seu *traçado urbano* tem um papel fulcral a uma antecipada resposta às dificuldades apresentadas após o terramoto de 1755. Refletindo o



60. Baixa Pombalina, Traçado Urbano sobre a Topografia. (Elaborado pelo autor com referência no trabalho desenvolvido pelo grupo de investigação *Forma Urbis Lab.*)

desenho de uma matriz ortogonal e regrada que possibilitou uma racionalização urbana emergente, materializada principalmente através das ruas regradas e mais avantajadas do que as do antigo casco vindo ainda da era medieval, e ainda canalizando no seu subsolo toda uma rede de

saneamento que reflete pela primeira vez na capital a preocupação pela salubridade da via pública.[135]

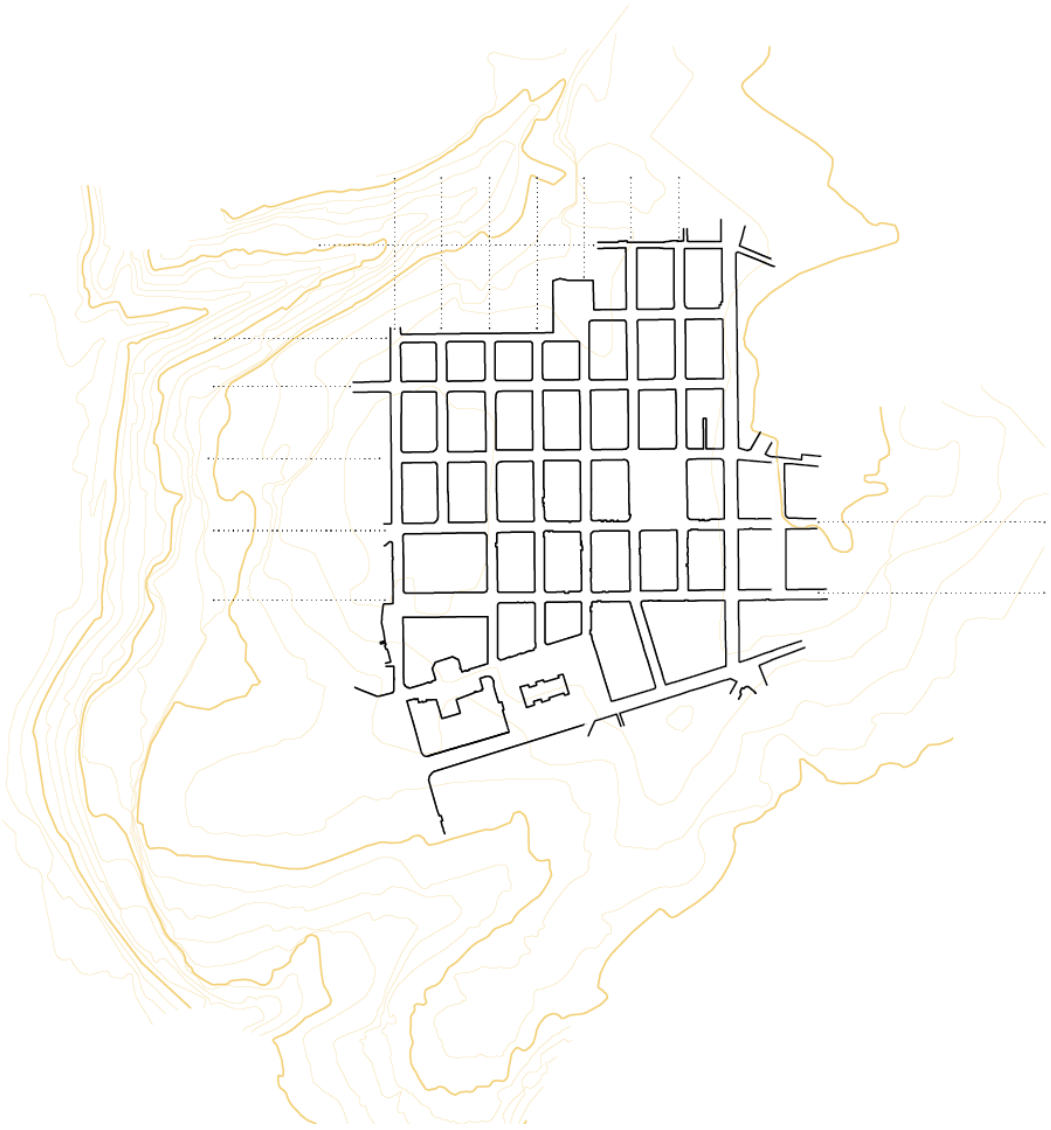
135. Este traçado regular e de matriz ortogonal, possibilitou também que se erguesse rapidamente o corpo edificado. Os seus *quarteirões*, embora formados por edifícios individuais e parcelados, agregados entre si, refletem uma regra de proporção e desenho de alçado, que torna ainda mais visível a uniformidade deste *bairro*.



61. Campo de Ourique, vista aérea, Mário de Oliveira, década de 50

Este desenho de matriz ortogonal embora patente no plano da Baixa Pombalina como resposta a um cenário pós-terramoto, foi uma enorme referência na posterior estruturação de inúmeras situações de expansão da cidade de Lisboa. Como é o caso do plano urbano do Bairro de Campo de Ourique, a cargo das operações de expansão da cidade de Lisboa por Ressano Garcia nos finais do século XIX. Embora sendo implementado numa situação topográfica oposta à da baixa lisboeta, neste caso num planalto, a planificação do bairro de Campo de Ourique segue a mesma estruturação lógica e regular de *traçado urbano*.

Toda esta estruturação através de um desenho lógico de malha ortogonal, em ambos estes bairros, só foi possível devido à topografia plana já existente em ambos os sítios. O plano da Baixa Pombalina assenta num fundo de vale largo



62. Campo de Ourique, Traçado Urbano sobre a Topografia. (Elaborado pelo autor com referência no trabalho desenvolvido pelo grupo de investigação *Forma Urbis Lab.*)

junto ao rio, uma planície definida entre o início da depressão topográfica da colina de São Jorge a nascente, e pela colina das Chagas a poente.

Enquanto que o plano de Campo de Ourique se ergue de um planalto, definido pelo bairro das Amoreiras e Estrela, a nascente e sul respetivamente, e a poente pela rutura topográfica do vale de Alcântara, que alberga o bairro do Casal Ventoso[136]. Esta predisposição de uma topografia plana do *locus,*

136. ("*Os planaltos e os fundos de vale largos permitem o assentamento dos traçados, mas possuem condicionantes naturais com características semelhantes, escarpas e encostas, que constituem um impedimento para a extensão das malhas, quando estas se baseiam em sistemas geométricos regulares.")* COELHO, Carlos Dias (coordenação), COELHO, Carlos Dias (coordenação), FERDANDES, Sérgio et all,

permitiu a estes bairros o assentamento das suas malhas ortogonais sem grandes dificuldades, possibilitando a sua estruturação de modo rápido e eficaz.

A estruturação do corpo materializado de uma cidade, quando esta tende a ser pensada, sobretudo em situações de reconstrução ou de progressiva expansão, tende a ir sempre ao encontro de uma matriz regular e ortogonal. Isto pela simples razão de este modelo de *traçado urbano* refletir uma ideia de regularidade, possibilitando uma rápida e eficaz estruturação urbana, e implementação do plano urbano[137].

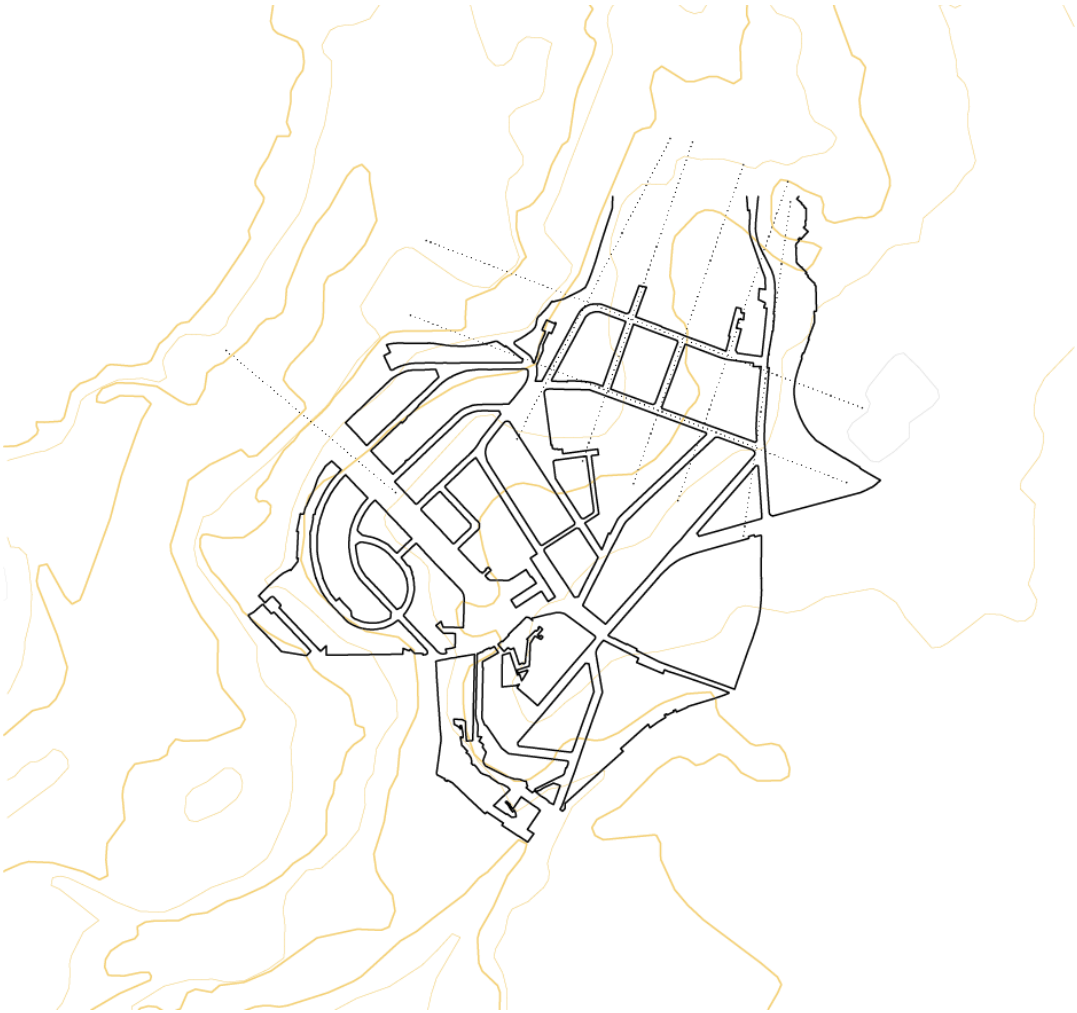
Contudo, ambos estes *bairros* viram naturalmente as extensões das suas malhas limitadas pelo relevo e pelos limites topográficos confinantes, provocando no seu redor deformações e descontinuidades ao seu ideal teórico.[138] Originando rapidamente, diferentes situações urbanas de proximidade, nomeadamente novos fragmentos *de tecido* que acabam depois por se formar e sedimentar em novos e distintos *bairros*.[139]

Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: O traçado. O sítio e a forma da cidade – Lisboa, Argumentum, 2015, pg. 38

137. Altamente visível na situação que fizemos observar anteriormente com o assentamento do extenso *Comissioners Plan* de 1811 durante a expansão da cidade de Nova Iorque, ou até como podemos ainda observar também na expansão da cidade de Barcelona através da implementação do plano de Cerdà.

138. "*Nestes dois bairros de Lisboa as malhas ortogonais foram implementadas sem dificuldades de maior. Pelo contrário, a sua extensão desencadeou uma tensão com o relevo, e particularmente com os limites topográficos, provocando deformações quando foi possível o prolongamento dos traçados e descontinuidades quando o obstáculo interrompe a relação entre as partes.")* COELHO, Carlos Dias (coordenação), FERDANDES, Sérgio et all, *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: O traçado. O sítio e a forma da cidade* – Lisboa, Argumentum, 2015, pg. 39

139. Ao compararmos a quantidade de designações de bairros que existem por exemplo no extenso plano de Cerdà de Barcelona, com a quantidade de designações de bairros de Lisboa, percebemos que os números não são muito diferentes. No entanto a quantidade em hectares da superfície de ambas as cidades são altamente distintas. Poderemos considerar isto, um fenómeno resultante da variação topográfica, que fez suscitar na cidade de Lisboa várias situações urbanas distintas, nomeadamente um enorme número de bairros, enquanto que em Barcelona, pela



63. Campolide, Traçado Urbano sobre a Topografia. (Elaborado pelo autor com referência no trabalho desenvolvido pelo grupo de investigação *Forma Urbis Lab.*)

No bairro de Campolide, o relevo acidentado torna-se de facto uma impossibilidade para a implementação e extensão de malhas regulares.[140] Embora construído no mesmo momento, e geograficamente vizinho ao bairro de Campo de Ourique, Campolide apresenta um desenho do *traçado urbano* totalmente distinto e desregular, embora seja visível uma breve tentativa da

homogeneidade de toda a extensão do plano de Cerdà, os diferentes bairros são provavelmente reflexo dos diferentes limites administrativos.

140. ("*(...) o relevo acidentado constitui invariavelmente o principal condicionante para a aplicação em extensão de um traçado baseado numa malha ortogonal.*") COELHO, Carlos Dias (coordenação), FERDANDES, Sérgio et all, *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: O traçado. O sítio e a forma da cidade* – Lisboa, Argumentum, 2015, pg. 41



64. Avenida da Liberdade, Fernão Ferro, 1930

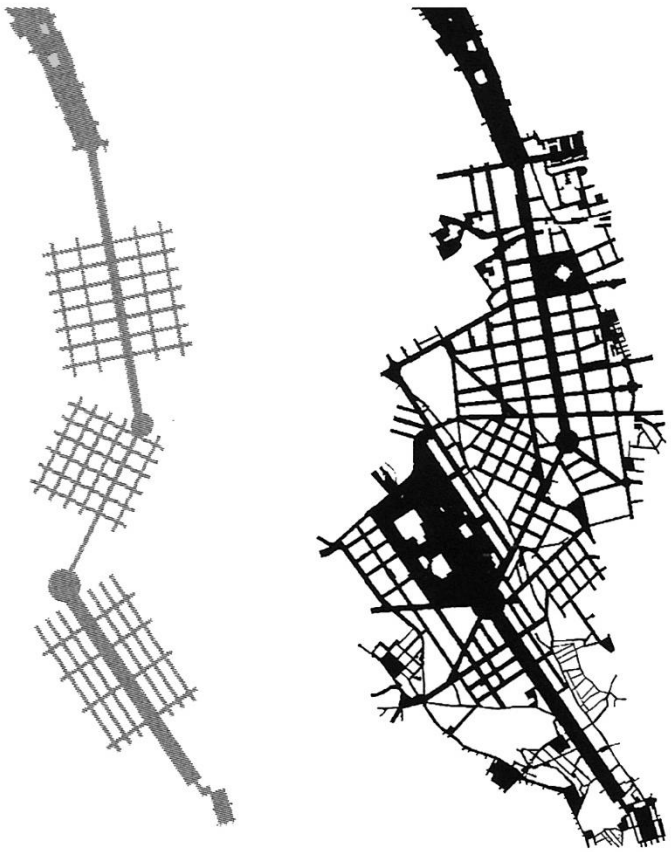
implementação de uma matriz ortogonal.[141] A isto, deve-se pelo bairro de Campolide se assentar sobre um contexto topográfico acidentado, que forçou a ideia de projeto a adaptar-se à natureza topográfica do sítio.[142]

Em simultâneo com as operações de expansão da cidade de Lisboa através dos bairros de Campo de Ourique e Campolide, e "*no contexto das grandes operações de expansão das grandes cidades europeias, como por exemplo Barcelona, Turim ou Atenas"*[143], as Avenidas Novas responsabilizaram-se por

141 Situação visível no *Extrato da Carta Topográfica de Lisboa,* publicada em 1871 com a sobreposição das construções feitas até 1911.

142. (*"(…) a individualidade dos traçados urbanos reside numa lógica de adaptação à natureza dos sítios e, principalmente, na resolução da tensão entre a ideia e a superfície física do relevo.")*Ibidem, pg. 39

143. Ibidem pg. 41



65. Matriz conceptual e Traçado Urbano sedimentado, Avenidas Novas. (in *Cadernos de Morfologia Urbana – Elementos Urbanos* – Lisboa, Argumentum, pg. 43)

expandir Lisboa desde a Baixa Pombalina até ao planalto interior do Campo Grande.

O plano das Avenidas Novas é originado pela reconversão de uma linha de água num dos eixos de maior estruturação da cidade de Lisboa, a emblemática Avenida da Liberdade. O assentamento deste eixo sobre uma linha de água, fez avançar a expansão da cidade rapidamente em direção a norte. Sendo posteriormente continuada através da Avenida Fontes Pereira de Melo, ambas articuladas pela praça do Marquês de Pombal; esta mesma situação replicou-se ainda na continuidade da própria Avenida Fontes Pereira de Melo, através da Avenida da República, articuladas por sua vez, pela praça Duque de Saldanha, fazendo assim ligar na sua totalidade o Rossio até Alvalade.

Esta expansão através de um eixo estruturante, composto por três avenidas independentes e de geometrias diferentes, é um profundo reflexo da tensão entre a matriz planeada e a topografia do sítio, que faz suscitar alguma complexidade no conjunto.[144]

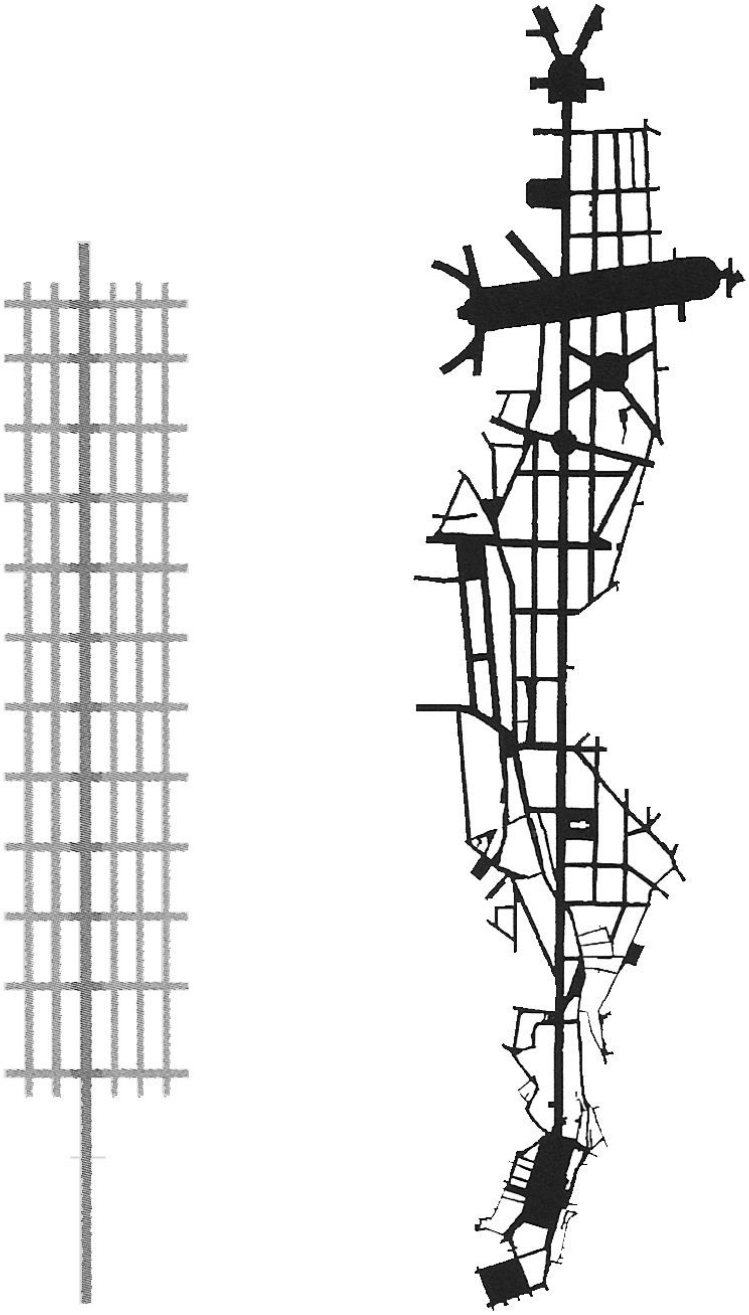
A este eixo estruturante são então agarradas as matrizes ortogonais que materializam o *traçado urbano* de toda a extensão da planificação do bairro das Avenidas Novas. Consequentemente, "*com a alteração das direções do sistema linear estruturante do traçado, constituído pelas avenidas que ligam (...) o Rossio até ao Campo Grande, introduziram-se rotações na malha e distinguiram-se três sectores que, apesar de possuírem uma raiz morfológica comum, configuram traçados bastante diferentes.*" [145]

Em simultâneo, também se formou a avenida Almirante Reis, que embora não apresente uma torção em todo o seu vasto percurso, também provocou o surgimento e desenvolvimento de novos e distintos bairros, através da associação dos seus *traçados* urbanos ao eixo regular e retilíneo da avenida estruturante. Iniciando-se pela expansão a sul da avenida, com o bairro dos Anjos, sucedendo-se posteriormente pelo bairro de Arroios, ambos estes bairros começam por se materializar pela natural expansão de uma matriz conceptual regular através do eixo da avenida Almirante Reis. No entanto, os *traçados urbanos* destes bairros foram rapidamente pressionados a nascente pela topografia das encostas dos três miradouros adjacentes,[146]

144. (*"A tensão entre o sistema de composição e o sítio introduzem alguma complexidade no conjunto, determinando que a estrutura urbana resulte da justaposição de traçados ortogonais estruturados por um eixo de composição (de natureza adaptativa). Este elemento é constituído por três segmentos distintos, implantados ao longo das pendentes mais suaves: um na linha de vale; outro no sentido da pendente do planalto; e um terceiro, de ligação entre os dois.")* COELHO, Carlos Dias (coordenação), Ibidem, pg. 42

145. Ibidem, pg. 42

146. A encosta do Miradouro da Senhora do Monte, a encosta do Miradouro do Monte Agudo, e a encosta do Miradouro da Penha de França.



66. Matriz conceptual e Traçado Urbano sedimentado, Almirante Reis. (in *Cadernos de Morfologia Urbana – Tempo e Forma* – Lisboa, Argumentum, pg. 51)



67. Avenida Almirante Reis e Arroios, Casa Fotográfica García Nunes, 1952 (encosta e miradouro da Penha de França no cimo)

provocando enormes deformações nos supostos *traçados* de matriz regular, resultando na verdade num *traçado urbano* altamente desregular a nascente da avenida. Somando ainda a poente da avenida, os traçados que absorveram o cadastro do antigo caminho de linha de água.[147] Assim, de

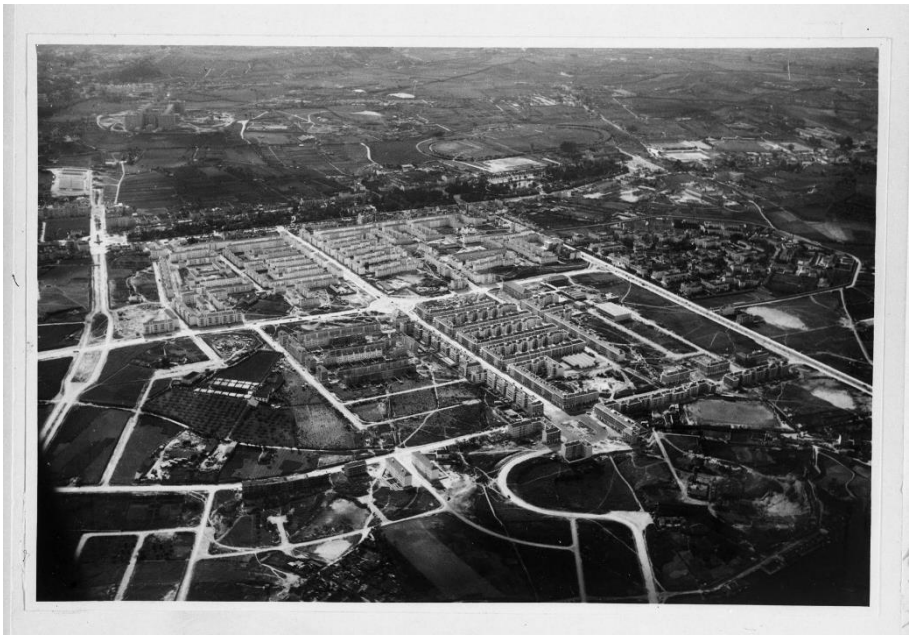
147. ("*Neste traçado de características proto urbanas distinguia-se um eixo de circulação principal que se desenvolvia no fundo de vale, ajustando a sua configuração à superfície do terreno e consequentemente à forma do acidente topográfico. A rua da Palma, o regueirão dos Anjos e a rua de Arroios articulavam entre si três importantes espaços desta área de expansão da cidade: o largo do Intendente; o largo de Santa Barbara; e o largo de Arroios, prolongando-se para o Campo de Alvalade, na direção Norte* (…)") COELHO, Carlos Dias (coordenação), FERDANDES, Sérgio et all, *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: O traçado. O sítio e a forma da cidade* – Lisboa, Argumentum, 2015, pg. 52

igual modo, surgiram situações que forçaram a enormes descontinuidades e deformações ao *traçado urbano* conceptual de matriz ortogonal.

Ambos estes eixos de enorme estruturação da expansão da cidade em sentido a norte, marcaram a ampliação e surgimento destes novos *bairros* durante os finais do século XIX. Mas foram também estes planos que permitiram o surgimento, já quase no início da segunda metade do século XX, de novas operações urbanísticas como o bairro do Areeiro, expandido a partir de toda a estrutura urbana que o eixo da avenida Almirante Reis providenciou; do mesmo modo que o bairro de Alvalade, que se apoia na estrutura fornecida pelo plano do bairro das Avenidas Novas, que fez expandir a cidade até ao planalto do Campo Grande.

Ambos estes bairros marcaram os processos de urbanização da cidade de Lisboa nos inícios da segunda metade do século XX. Embora, executados em contextos distintos, apresentam novas e distintas conceções de estruturação urbana, diferentes em certas características dos bairros analisados até aqui. Por exemplo, ambos estes bairros foram desenvolvidos com tutela da entidade municipal, a fim de evitar o desenvolvimento desordenado e especulativo da cidade durante a segunda metade do século XX. Esta intenção estatal resultou em dois planos pensados e projetos, tendo-se idealizado tudo, na sua grande maioria, seja o desenho do seu *traçado urbano*, como estrutura primária, mas também já integrando o pensamento formal do *Quarteirão* e até da tipologia habitacional.[148]

148. O bairro do Areeiro reflete um pensamento de *traçado urbano* que coloca de lado a preferência prioritária de uma matriz regular, e que divide de modo direto e bastante clarificado o espaço público do espaço privado da cidade, fazendo introduzir alguma complexidade no modo de gestão de ambos estes polos.
Enquanto que o bairro de Alvalade reflete uma enorme operação urbana, quase inteiramente de promoção pública, que se compõe por oito células diferentes, todas elas refletindo utilizações, ou modos de constituir a cidade também diferentes, fazendo do desenho do seu *traçado urbano*, inevitavelmente aliado ao desenho do *Quarteirão*, e das tipologias habitacionais.



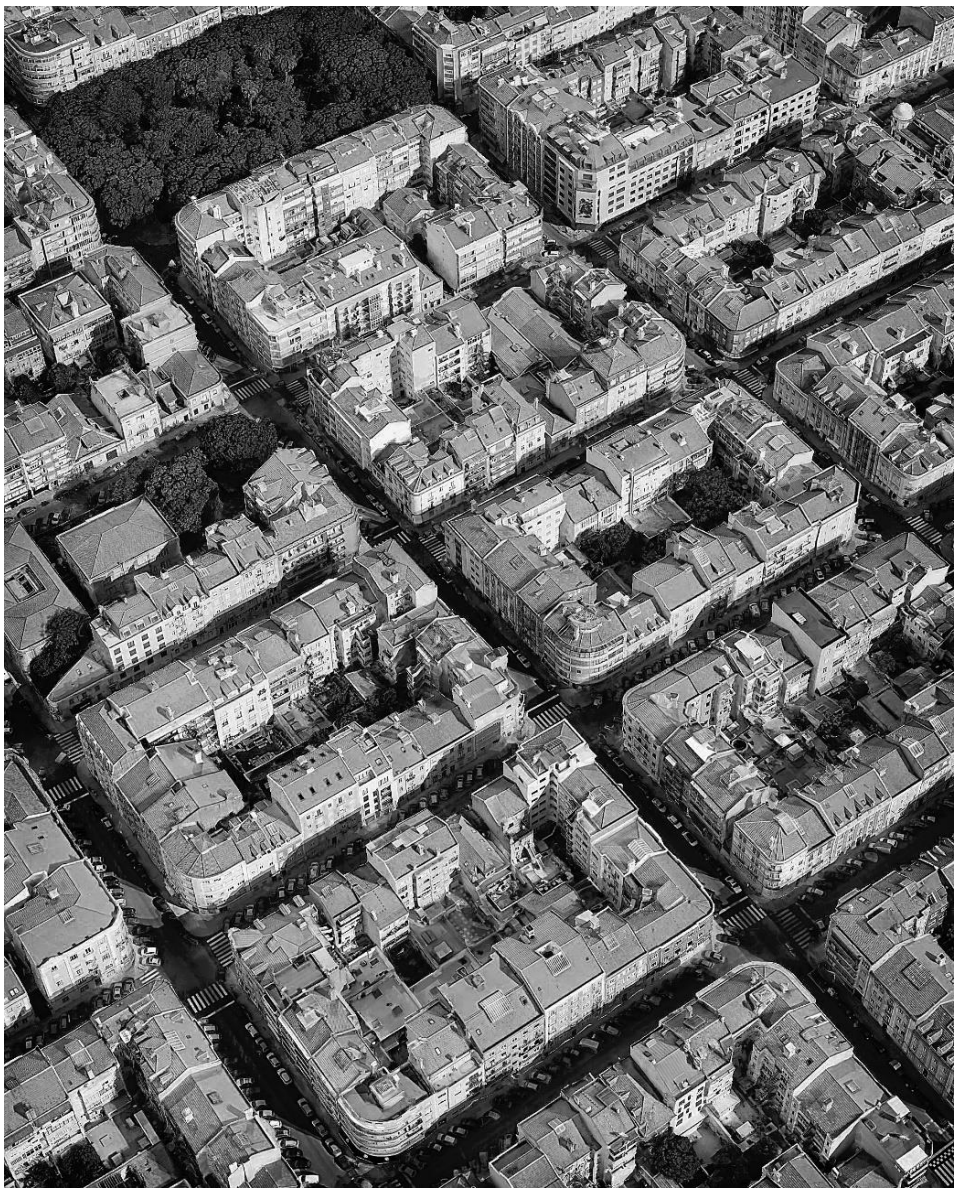


68. Bairro de Alvalade, Autor desconhecido, 1950



69. Avenida de Roma, Horácio Novais, 1940

Contudo, embora todos estes bairros até aqui retratados representam momentos diferentes na expansão da cidade e ocupem lugares diferentes na geografia da cidade de Lisboa, todos eles refletem uma composição comum e única na estruturação do seu *traçado urbano*, a divisão formal e fundamental entre a *esfera pública* e a *esfera privada* da cidade. Esta consciencialização da divisão formal, embora de relação indissociável, entre as duas partes que constituem o *tecido urbano* de uma cidade, faz-nos agora transitar para o aprofundamento do *Quarteirão*, no qual estão inseridos os *Logradouros e Interiores do Quarteirão*.



70. Bairro de Campolide (produzido pelo autor através do software Google Earth)

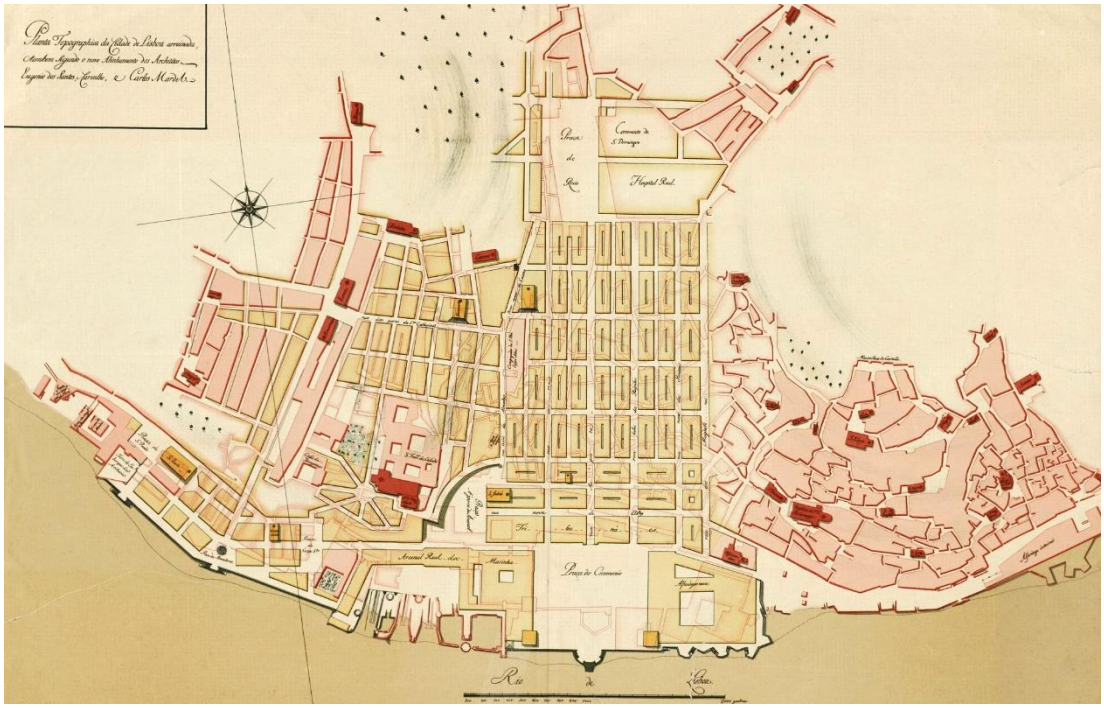
II.III OS QUARTEIRÕES

O QUARTEIRÃO E A SUA PLANIFICAÇÃO

Do mesmo modo que a topografia de um determinado território dita a forma e configuração de um determinado *traçado urbano*, então essa mesma forma e configuração do *traçado urbano*, dita também naturalmente a forma e configuração da planificação dos *quarteirões*.

Não é aliás, novidade nenhuma que a cidade de Lisboa apresenta uma ínfima variedade de formas e geometrias de *quarteirões*, isto porque como vimos anteriormente, a cidade de Lisboa é composta por uma natural topografia acidentada.

Esta situação topográfica, fez então surgir inúmeras deformações e descontinuidades na configuração dos seus *traçados*, que por sua vez, estes provocaram também planificações de *quarteirões* com formas, por vezes, sinuosas e variadas.

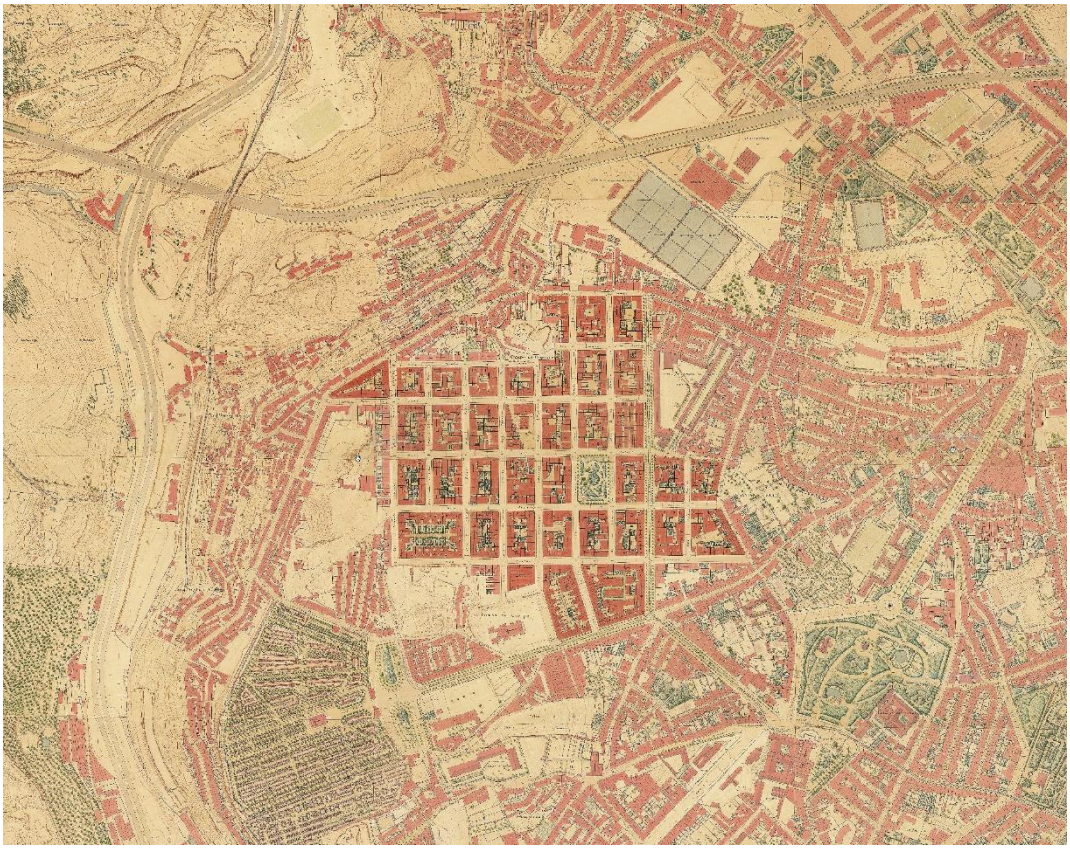


71. Planta da reconstrução de Lisboa, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, 1755

No bairro da Baixa Pombalina a natural topografia plana de fundo de vale largo, facilitou o assentamento do seu *traçado urbano* de matriz ortogonal, resultando numa estrutura de espaço público visivelmente regular, que por sua vez, originou também a planificação de *quarteirões* regulares e ortogonais.

No entanto, este *bairro* ao embater com as situações topográficas envolventes, foi forçado em certos momentos a deformar e a descontinuar a sua lógica de matriz regular, distorcendo o *traçado* das suas ruas, como respetivamente a planificação dos seus *quarteirões*. O *quarteirão* regular e repetitivo da baixa, passa assim pontualmente a deformar-se na sua planificação, adaptando a sua forma e geometria, naturalmente à deformação das ruas que o confinam e o definem.[149]

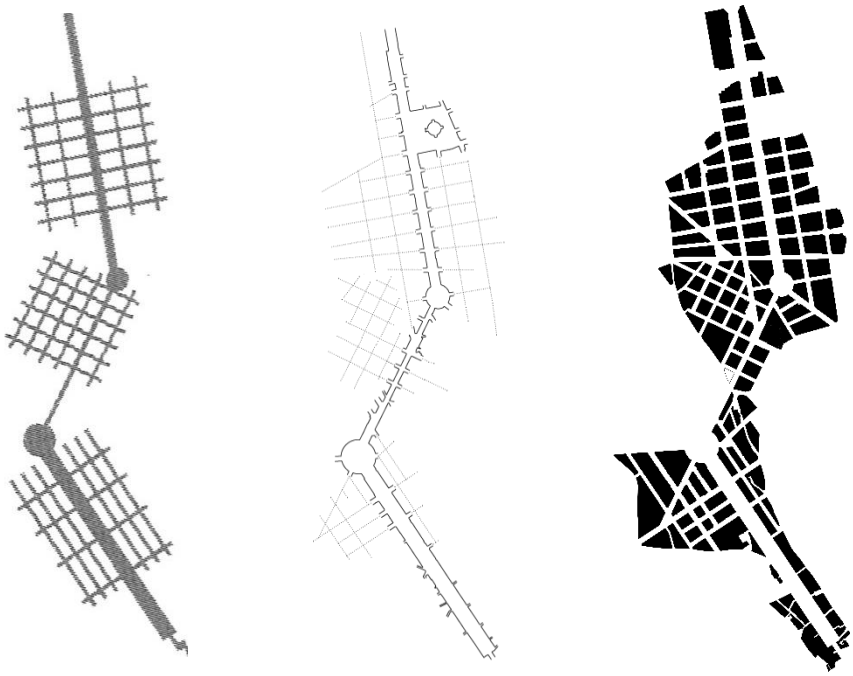
149. Situação nomeadamente visível a nascente do bairro, na Rua Madalena, que com a absorção do traçado urbano já existente antes do plano de reconstrução da baixa, moldado pelo acidente topográfico da encosta do Castelo, originou deformações e



72. Bairro de Campo de Ourique, CML, 1950 (editado pelo autor)

Seguindo a mesma lógica, o Bairro de Campo de Ourique, que reflete a mesma situação de *traçado urbano* de matriz ortogonal, originou naturalmente *quarteirões* regulares e ortogonais. No entanto, do mesmo modo que na Baixa Pombalina, o *traçado urbano* do bairro de Campo de Ourique ao embater sobre os acidentes topográficos envolventes, fez também originar deformações e descontinuidades, forçando em absoluto as suas ruas e *quarteirões* a assumirem formas e planificações sinuosas.

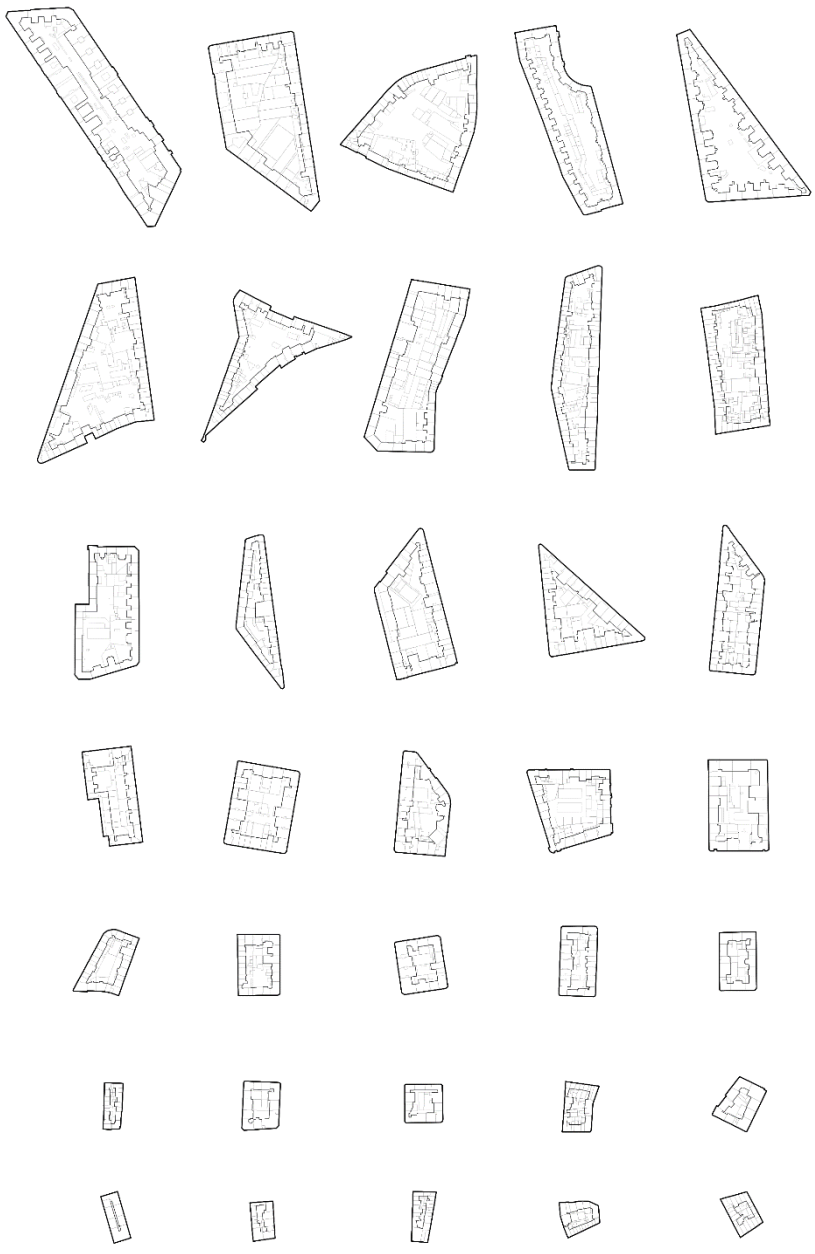
descontinuidades nas ruas regulares, bem como em alguns dos seus quarteirões. A poente, também é visível sobretudo no embate do traçado regular com a rua do Carmo, moldada pela pressão do acidente topográfico da colina das Chagas, onde se implementa o largo e convento do Carmo.



73. Sequencia representativa do modo como o Traçado gerou a planificação dos quarteirões no bairro das Avenidas Novas. (produzido pelo autor, com base na referência: (in *Cadernos de Morfologia Urbana – Tempo e Forma* – Lisboa, Argumentum, pg. 51)

Já o bairro das Avenidas Novas reflete três tipos de proporção na planificação dos seus *quarteirões*, cada um deles com correspondência também às três malhas ortogonais que se agarram e articulam-se ao eixo estruturante constituído por três avenidas, apresenta de igual modo a mesma situação. Quando os seus três *traçados urbanos* regulares colidem com os *tecidos* adjacentes, provocam de igual modo planificações de *quarteirões* irregulares.

Neste caso do bairro das Avenidas Novas é ainda visível uma particularidade, existente na articulação dos seus próprios três *traçados urbanos*. Por outras palavras, as Avenidas Novas ao serem constituídas por três malhas regulares distintas, e com disposições geográficas diferentes, estas ao colidirem umas nas outras, viram-se também forçadas em adaptar e articular os seus *traçados*



74. Os Quarteirões em Lisboa. Tábua comparativa e representativa, escala, proporção e planificação (produzido pelo autor no âmbito da presente investigação) ESC 1:7000

urbanos, originando geometrias desiguais, percetíveis sobretudo na respetiva forma dos seus quarteirões e nos edifícios de gaveto que esta provoca.[150]

Mas são especialmente casos como os bairros de Campolide, Anjos e Arroios, que revelam formas e planificações de *quarteirões* de maior radicalismo. Tal é evidenciado pela topografia dos sítios que dita uma forma de *traçado urbano* também mais sinuoso. Os seus *quarteirões*, seguindo a lógica comum de se adaptarem às deformações e descontinuidades dos seus *traçados urbanos*, ganharam formas e sentidos geométricos totalmente variados e por vezes totalmente distintos aos dos bairros vizinhos, refletindo planificações, que para além das suas geometrias irregulares e sinuosas, por vezes também apresentam áreas e dimensões absolutamente elevadas.

Esta lógica comum, patente por toda a cidade de Lisboa, resume as diversas e distintas formas e geometrias das planificações dos seus *quarteirões,* enquanto profundas adaptações às formas e geometrias das planificações dos seus *traçados urbanos* ao se adaptarem à topografia.

O PARCELAMENTO

No entanto, o *quarteirão* é um elemento urbano com maior complexidade do que a mera forma e geometria impressa pelo *traçado*. Se por um lado temos a topografia e respetivamente o assentamento do *traçado urbano,* como fatores determinantes na planificação e forma do *quarteirão*, por outro, a sua

150. Altamente evidente nos quarteirões a sul da Avenida Duque de Ávila, que ganham formas irregulares como consequência do embate da malha ortogonal vinda de sul do zoneamento de picoas, com a malha ortogonal vinda de norte, paralela à avenida da República. Mas sobretudo visível no cruzamento entre a avenida 5 de Outubro e Fontes Pereira de Melo, que provocou o desenho de um quarteirão triangular, no qual foi construído um palacete de gaveto notório no virar dos séculos XIX para XX.



75. Saldanha e Avenida da República – Amadeu Ferrari, década de 40

real materialização é sem dúvida a expressão física, erguida espontaneamente em função a uma determinada sociedade e em um determinado momento.

Por outras palavras, o *quarteirão* exibe na sua volumetria construída as características essenciais de cada sociedade ou da diversidade de grupos de uma sociedade. Embora encontremos *traçados urbanos* regulares ou idênticos em qualquer parte do mundo, até mesmo no território da mesma cidade, é na verdade na materialização dos seus *quarteirões* que se tornam visíveis as características essenciais de cada cidade, expressão de cada sociedade e cultura.

O *quarteirão* reflete o seu edificado, como uma consequência construída das necessidades, vontades, virtudes e carências, de uma sociedade, ele é por excelência a *"concretização local de determinado modelo de sociedade, na*



76. Avenida da República– Judah Benoliel, década de 50

conceção dos modos de vida, na conformação do espaço e da arquitetura que constrói a cidade". [151]

Retomando o exemplo anterior do *Comissioners Plan of 1811* de Nova Iorque, facilmente compreendemos a aplicação e repetição exaustiva da planificação dos seus *quarteirões*, ditados pela configuração do seu *traçado urbano* de matriz regular. No entanto, passados dois séculos após o plano, observamos também que em zonas diferentes da cidade, mesmo sobre a mesma planificação de *quarteirão*, foram surgindo tecidos edificados que atingem

151. COELHO, Carlos Dias (coordenação), COSTA, João Pedro et al, *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: O Quarteirão. Elemento experimental no desenho da cidade contemporânea* – Lisboa, Argumentum, 2015, pg. 123

formas, expressões, personalidades e dimensões construídas drasticamente distintas.[152]

Isto evidentemente, por os diferentes *segmentos de tecido urbano* da cidade, que embora sobre o mesmo contexto de *traçado urbano*, vão também sedimentando diferentes segmentos sociais, diferentes pessoas e grupos de pessoas com contextualizações culturais, sociais e económicas diferentes, e muitas das vezes até totalmente contrastantes. Tal está impresso no caráter único e individual de cada edificação, de cada zona urbana de uma cidade, bem como, nos contrastes e segregações de certas e determinadas áreas de uma cidade.

Poderemos dizer que o *quarteirão* se reflete como o elemento urbano de menor rigidez do *tecido* construído de uma cidade. Isto é, como cabe ao *quarteirão* ser o palco para o investimento privado sobre o solo urbano, não sendo possível ao *traçado urbano* – as vias públicas e os espaços públicos – serem explorados e privatizados para fins de comercialização do solo, isto faz do *quarteirão* o único elemento urbano alvo dos usos e abusos inerentes às constantes adaptações às vontades e necessidades momentâneas de uma determinada sociedade, algo que podemos também encontrar nas palavras de Kevin Lynch.[153]

---

152. Por exemplo, o bairro de Midtown Manhattan, a sul do tão aclamado Central Park de Nova Iorque, é dominado pelas centenas de arranha-céus, uma clara expressão construída do poder económico empresarial das multinacionais que ali assentam, expressão da capital cultural que ali está semeada, e sobretudo expressão construída da forte especulação imobiliária que ali preside, fomentada pela atração turística que a zona é alvo. Contrastando por exemplo com o polo oposto, a norte do *Central Park*, na zona de *Harlem*, exatamente sobre a mesma planificação de traçado urbano e de quarteirões, no qual o tecido edificado apresenta uma homogeneidade de quarteirões construídos, todos de grosso modo, atingindo uma média de 10 pisos acima do solo, expressando outro contexto cultural, social e económico.

153. ("*A cidade não é apenas um objeto percetível, por milhões de pessoas das mais variadas classes sociais e pelos mais variados tipos de personalidades, mas é o produto de muitos construtores que constantemente modificam a estrutura por razões*

Esta sua caracterização como território do investimento privado, leva-nos à sua primeira dimensão elementar, o seu *parcelamento*. Embora seja entendido como uma unidade, um todo, o *quarteirão* é na verdade o resultado da constituição de várias parcelas agregadas[154]. Por outras palavras, o *quarteirão* subdivide a sua própria planificação por várias frações distintas, várias propriedades, que expressam também na sua maioria, várias construções, vários investidores, vários projetistas e várias personalidades.[155]

O *parcelamento,* surge sem dúvida como o elemento mediador, da grande escala urbana que um *quarteirão* apresenta, até à escala de pequenos e médios investidores, nomeadamente investidores locais. Permite a mediação e regulação do investimento imobiliário, que possibilita a construção gradual

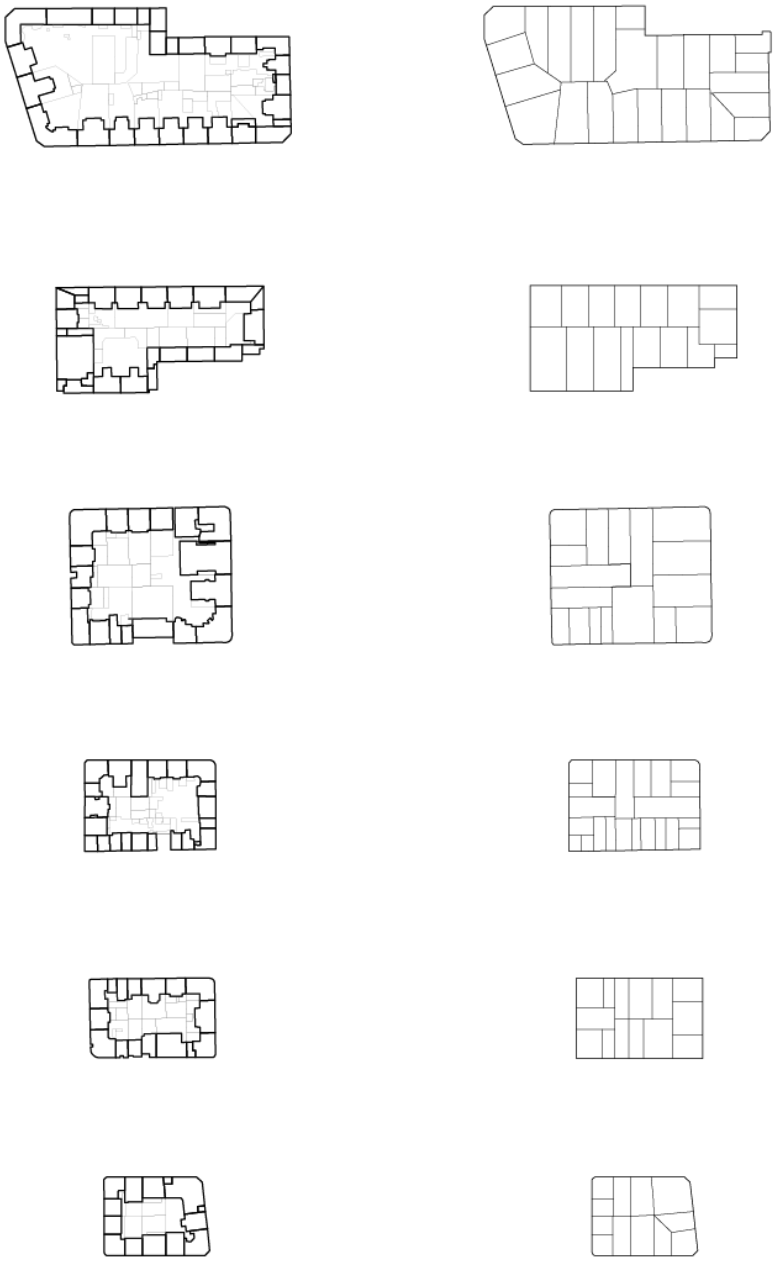
---

particulares. (…) Apenas parcialmente é possível controlar o seu crescimento e a sua forma. Não existe um resultado final, mas somente uma continua sucessão de fases.") LYNCH, Kevin – *A imagem da cidade* - Lisboa, Edições 70, 1960 pg. 14

154. Evidentemente que aqui nos queremos referir à situação mais comum e mais significativa na constituição dos quarteirões pelas cidades, havendo naturalmente e pontualmente nos tecidos das cidades, áreas de quarteirão não parceladas, refletindo usos do solo com outros sentidos e configurações.

No entanto, estas situações são aqui excluídas da narrativa do trabalho, uma vez que é visivelmente raro os investidores que conseguem por um lado a aquisição de todo um quarteirão, e por outro ainda o seu total investimento. E quando existem, são claramente entidades ou personalidades que fazem erguer construções singulares, que ascendem aos estratos sociais mais altos, como o conjunto edificado do hotel Sheraton no bairro das Avenidas Novas, ou até de igual modo o Hotel Ritz junto ao parque Eduardo XVII, da autoria do arquiteto Pardal Monteiro. Ambos, ocupam a dimensão de toda a área de um quarteirão, refletindo também uma só parcela, de uma só entidade.

155. *("A parcela remete-nos para uma componente morfológica elementar do espaço urbano privado da cidade. Materializa fisicamente a divisão de propriedade (…) delimitando no território uma forma que, independentemente da sua origem ou natureza, define um traçado real, nem sempre percetível, mas que configura um dos principais suportes ou condicionadores da organização e evolução espacial.")* COELHO, Carlos Dias (coordenação), LEITE, João Silva et all, *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: A Parcela. Um instrumento de leitura dos elementos lineares emergentes* – Lisboa, Argumentum 2015, pg. 148



77. Amostras de Quarteirões da cidade de Lisboa, e os seus respetivos parcelamentos. De cima para baixo: Areeiro, Alvalade, Avenidas Novas, Campolide, Campo de Ourique e Arroios (produzido pelo autor no âmbito da presente investigação)

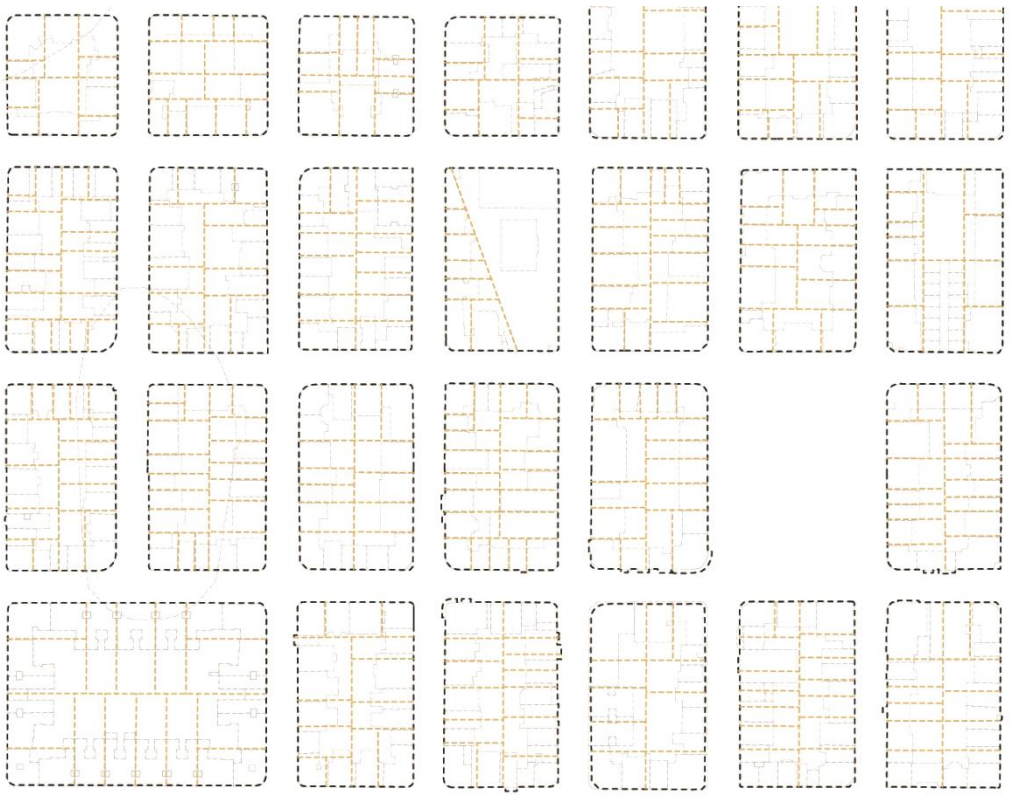


78. Edifícios na Avenida da Républica, Casa Fotográfica García Nunes, década de 60 (Contraste visível entre um edifício modernista do início da segunda metade do século XX, à esquerda, e um edifico neoclássico da segunda metade do século XIX, à direta. Ambos refletem na sua forma, aproximadamente um século de mudanças culturais, sociais e económicas que aconteceram desde a era da industrialização até à atualidade.)

e progressiva do conjunto de *quarteirão*, fazendo o investimento acompanhar e responder parcela a parcela às oscilações momentâneas da construção e da comercialização imobiliária.

Esta constituição parcelar, faz do *quarteirão* um elemento de enorme oscilação edificada, seja isto num sentido formal, seja mesmo temporal. Isto é, uma vez que este território carrega os usos e investimentos privados de diversas entidades e personalidades diferentes, de vários proprietários diferentes em tempos diferentes, então também carrega as distintas vontades de cada um deles, os seus tempos, as suas possibilidades, as suas virtudes e carências, algo também retratado pelo arquiteto Carlos Dias Coelho. [156]

156. ("*Cada uma destas parcelas tem um movimento próprio de constituição, construção, renovação do edificado, agregação ou absorção por outras parcelas, em*



79. Cadastro parcelar do Bairro de Campo de Ourique (produzido pelo autor no âmbito da presente investigação)

A parcela, ou mais assertivamente a constituição parcelar do *quarteirão*, revela-nos a razão por de trás das grandes resistências, ou mesmo impossibilidades, que existem na gestão do *quarteirão* como um todo, seja em que contexto for. Por outras palavras, uma vez que a área deixada pelo *traçado urbano* para se preencher com o *quarteirão*, é dividida e fatiada por diferentes proprietários, a unidade de conjunto que entendemos como um inteiro, passa a ser refém das diferentes contextualizações de cada um dos seus proprietários.[157]

tempos próprios e independentemente do ritmo do movimento das outras parcelas confinantes ou que constituem um qualquer elemento ou unidade morfológica. Neste sentido, podemos ter uma parcela onde o edificado pode ser regularmente substituído a cada três décadas e uma parcela vizinha onde o edificado se mantém por 200 ou 300 anos.") COELHO, Carlos Dias et al, *Cadernos de Morfologia Urbana – O Tempo e a Forma* – Lisboa, Argumentum, 2015 pg. 15

157. Isto reflete-nos também a razão de certas zonas de uma cidade expressarem situações construídas totalmente singulares ou distintas de outras, mesmo sobre o

Esta realidade subentendida tende ainda a progredir ao longo do tempo, em que a sedimentação construída e a oscilação de diferentes contextos de proprietários com o decorrer dos tempos, torna toda a unidade de *quarteirão*, na verdade, numa peça cada vez mais fragmentada.

E se à escala das parcelas ainda for correspondida a escala dos grandes investidores, então também estes, podem e conseguem através da aquisição de mais do que uma parcela, originar expressões construídas totalmente singulares, originando assim carateres totalmente diferentes entre segmentos diferentes do *tecido* de uma cidade.[158]

O EDIFÍCIO ESTRUTURANTE

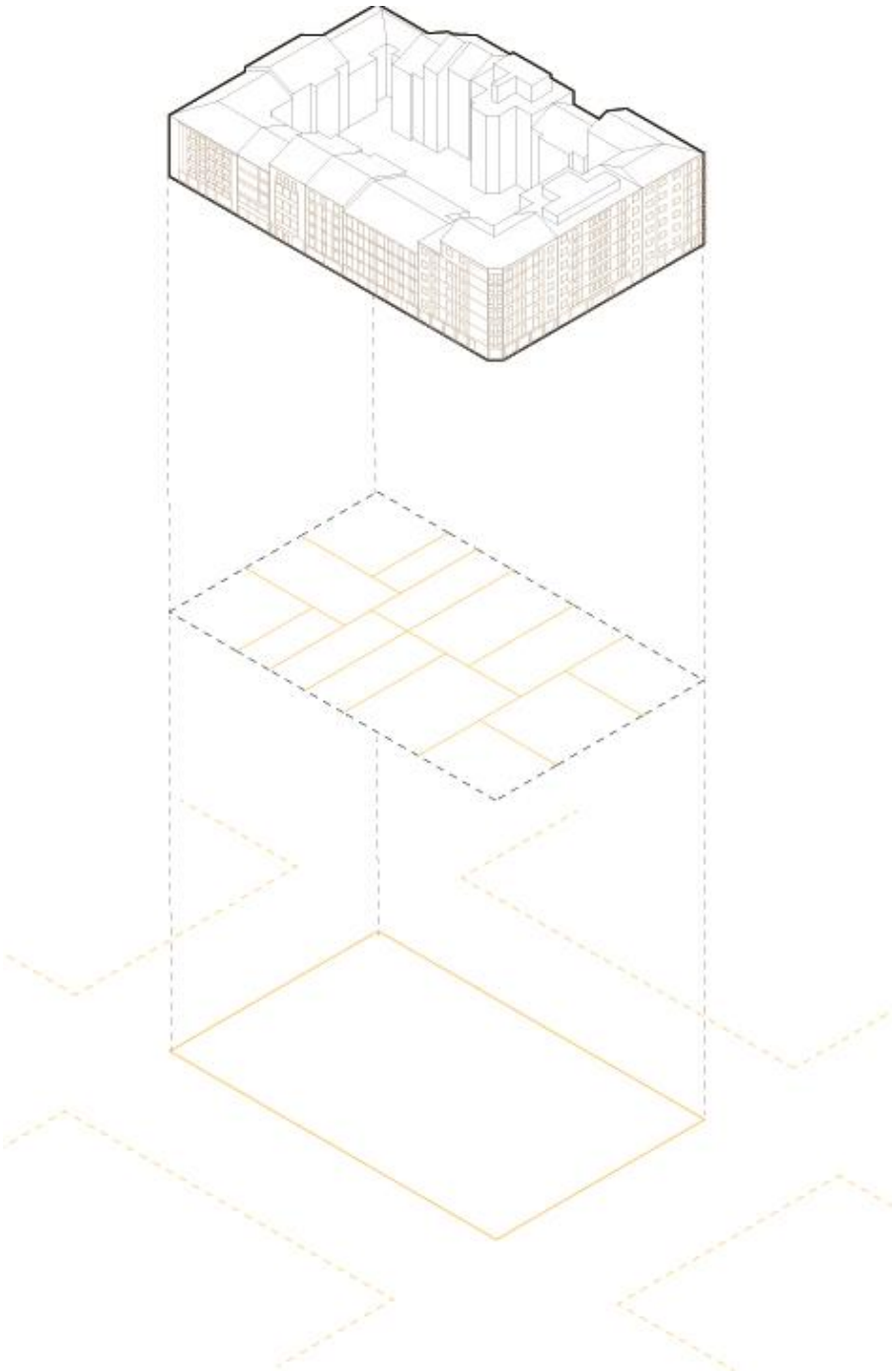
Contudo, com a execução da Baixa Pombalina nos finais do século XVIII, o seu *traçado urbano* por força da pressão topográfica envolvente, comprimiu a largura na planificação dos seus *quarteirões*, e por consequência das suas parcelas. Já na passagem para o planalto de Campo de Ourique nos finais do século XIX, o mesmo *traçado urbano* viu-se com mais espaço e fez então alargar a dimensão transversal dos seus *quarteirões.* Em simultâneo, no bairro das Avenidas Novas, com o alargamento do desenho do *traçado urbano* de matriz regular, as ruas evoluem para avenidas, e os *quarteirões* ganham ainda uma superior escala e dimensão.[159]

---

mesmo cadastro de *traçado urbano,* como o exemplo anterior do contraste entre zoneamentos do *tecido urbano* de Manhattan.

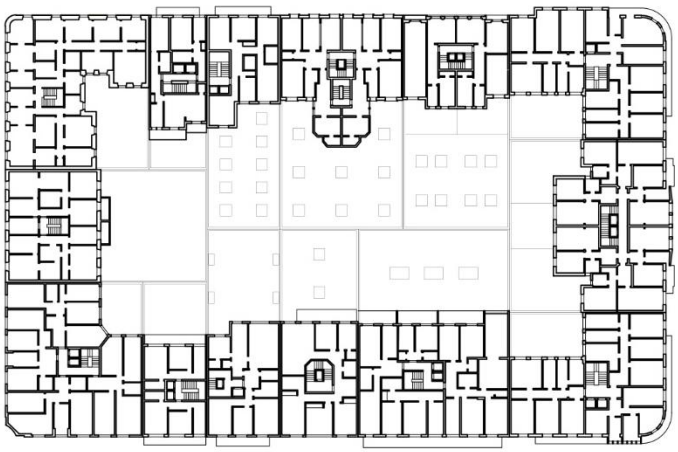
158. Retomando o exemplo anterior, do contraste construído entre o bairro de Midtown de Manhattan, e o bairro de Harlem, facilmente compreendemos que a construção de grandes arranha-céus se deu como consequência da aquisição, por parte dos seus investidores, de múltiplas parcelas, por vezes mesmo de todo o quarteirão, que possibilitaram naturalmente a construção de edifícios de grande porte e imponência como aqueles que lá presidem. Um exemplo deste fenómeno, mas à escala da cidade de Lisboa, é o hotel Sheraton, no bairro das Avenidas Novas, que ao ocupar todo um quarteirão, refletindo uma só parcela de uma só entidade, possibilitou a construção de duas torres das mais altas da cidade.

159. A distância da Rua Áurea à Rua Madalena na baixa é de 265 metros, contendo nesta distância 7 quarteirões, já em campo de Ourique, a distância entre Rua Sampaio Bruno à Rua Ferreira Borges é de 485 metros, contento de igual forma 7 quarteirões.



80. Axonometria representativa do cadastro parcelar de um Quarteirão de Campo de Ourique. Planificação, Parcelamento e Edificado estruturante (produzido pelo autor no âmbito da presente investigação)

Sobre o mesmo pensamento, a distância entre as avenidas Júlio Dinis, e a Avenida Duque de Ávila, num sentido transversal aos quarteirões, mede 800 metros, contendo também 7 quarteirões.



81. Planta de piso tipo de uma unidade de quarteirão do Bairro de Campo de Ourique. (produzido pelo autor no âmbito da presente investigação) Esc: 1:1000

Este tipo de planeamento teve reflexos na expansão da cidade de Lisboa durante as operações do século XX, particularmente nos bairros do Areeiro e Alvalade, nos quais a reinterpretação na planificação do seu *traçado urbano* originou *quarteirões* por vezes ainda de maior dimensão que nos bairros anteriores.

Este gradual aumento na dimensão transversal do *quarteirão* de cada bairro, no decorrer dos séculos, reverteu-se naturalmente também às escalas das suas parcelas, que ganharam um maior dimensionamento transversal, ou por outras palavras, uma maior profundidade.

E como no urbanismo, e especialmente no desenho estrutural de um *bairro*, há uma correlação entre todos os seus elementos, então, o natural alargamento da parcela, originou também tipologias de *edifícios*

estruturantes[160] mais profundos, e que se adaptam a esta extensão das parcelas do *quarteirão*.

Este conceito, o *edifício estruturante,* evoca a segunda dimensão basilar na constituição da unidade de *quarteirão*. Este, é sem dúvida uma consequência da parcela, do mesmo modo que a parcela é uma consequência do *quarteirão*, já que o *quarteirão* é uma consequência do seu *traçado*.

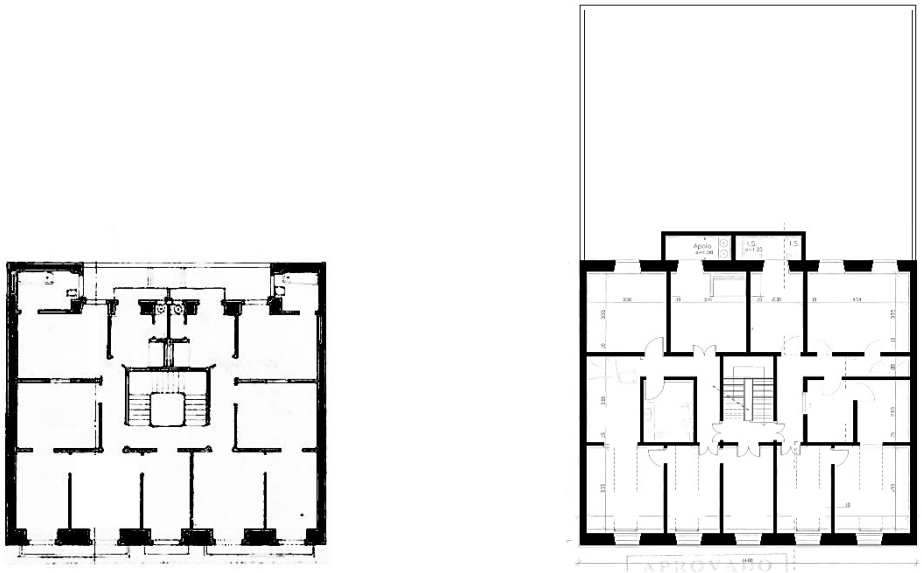
A Baixa Pombalina ao originar parcelas mais pequenas, fez surgir então uma tipologia de *edifício estruturante* que tende a edificar quase toda a totalidade da parcela.[161] Em Campo de Ourique, embora a parcela apresente maiores dimensões, ainda subsistem tipologias de *edifícios estruturantes* idênticos ao caso anterior, nomeadamente as tipologias edificadas como os *Gaioleiros*,[162] deixando no seu tardoz uma maior área por preencher.

Já nas Avenidas Novas, com o aumento considerável das suas parcelas, iniciou-se uma tipologia de *edifício estruturante* que se adapta às suas

160. Aqui, designamos como *edifício estruturante* por tal designação se atribuir de modo mais claro à narrativa do presente trabalho. No entanto, esta expressão coincide em grosso modo, com o conceito de *edifício comum*, desenvolvido pelo grupo de investigação *Forma Urbis Lab.* Consultar em: COELHO, Carlos Dias (coordenação), MONTEYS, Xavier et all, *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: o edifício comum. Casas Lisboetas* – Lisboa, Argumentum, 2015, pg. 191

161. O restante não edificado é evidentemente o seu saguão, que surge como um vazio no interior da cidade privada, com funções infraestruturais de higienização, como é retratado no tópico seguinte.

162. Campo de Ourique foi um bairro que começou a ser construído nos finais do século XIX, mas que se estendeu grande parte da sua materialização já durante toda a primeira metade do século XX. Isto é claro, fez com que o bairro de Campo de Ourique se construísse com tipologias de edifícios estruturantes diversas. A nascente, no qual se iniciou a urbanização do bairro, com a construção de alguns quarteirões nos finais do século XIX, conseguimos facilmente encontrar tipologias de *edifícios estruturantes* originais, nomeadamente "gaioleiros" ainda muito agarradas ao desenho e lógica de século XVIII, nomeadamente pombalino. Enquanto que nos quarteirões a poente, já vão existindo tipologias importadas de outros bairros, como o "rabo de bacalhau" que se iniciou no Areeiro e Alvalade, ou até alguns casos pontuais do "dominante das Avenidas Novas".

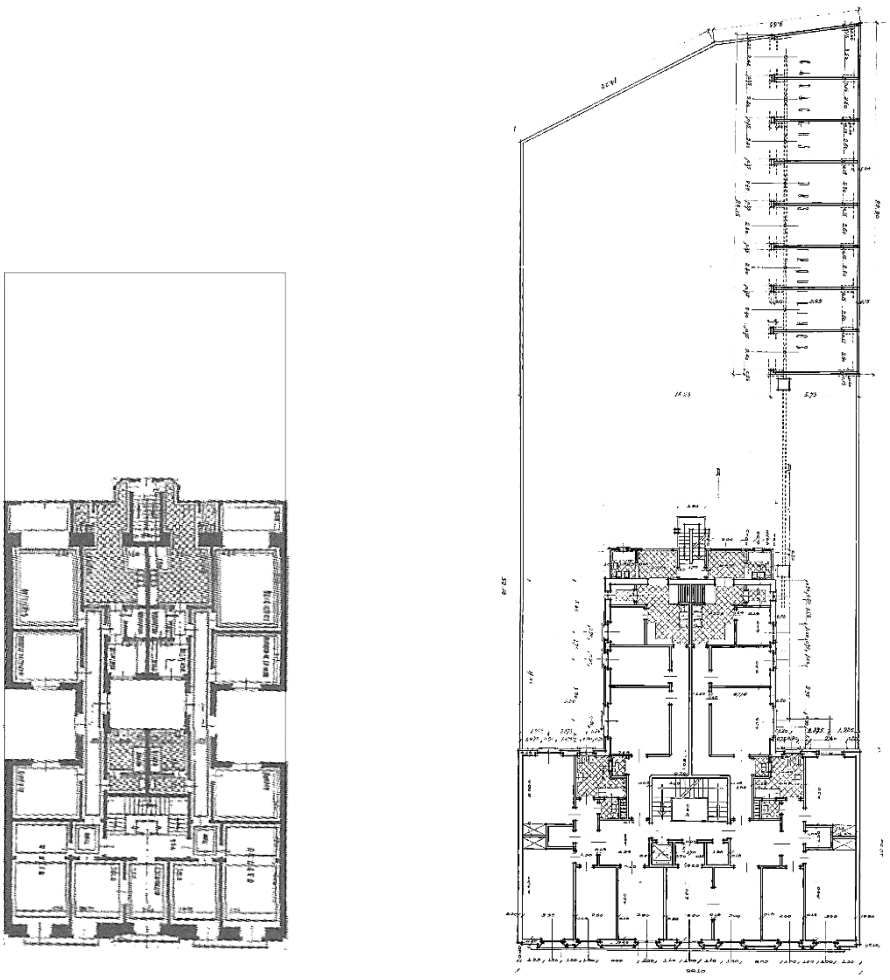


82. Tipologias habitacionais: o *Pombalino* e o *Gaioleiro* (editado e produzido pelo autor no âmbito da presente investigação) Esc: 1:500

extensões. Designado como o *dominante das Avenidas Novas*[163], esta tipologia rompe a matriz das anteriores, fazendo-se alongar na profundidade da parcela. O mesmo acontece também com as extensões das parcelas dos bairros do Areeiro e Alvalade, que originou uma outra tipologia, o *rabo de bacalhau,*[164] que embora de diferente modo, também segue a mesma vontade que o *dominante das avenidas* na adaptação e maior aproveitamento da sua parcela.

163. COELHO, Carlos Dias (coordenação), MONTEYS, Xavier et all, *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: o edifício comum. Casas Lisboetas* – Lisboa, Argumentum, 2015,, pg. 193

164.Ibidem, pg. 193



83. Tipologias habitacionais: o *Dominante das Avenidas* e o *Rabo de Bacalhau* (editado e produzido pelo autor com base: *in Cadernos de Morfologia Urbana – Elementos Urbanos* – Lisboa, Argumentum, pg. 192 Esc: 1:500

Embora se venha a observar uma grande semelhança no desenho formal destas duas últimas tipologias, seja na compartimentação para a frente de rua, seja na constituição e afastamento do núcleo de acessos verticais, as escadas, com a tipologia do século XVIII da Baixa Pombalina, é de facto, no seu desenvolvimento transversal em direção ao interior da parcela, que o *dominante das Avenidas Novas* e o *Rabo de Bacalhau*, se reinterpretam.[165]

165. (*"Colocando as plantas destas habitações, com os seus principais compartimentos, alinhadas a partir das fachadas da rua, obtém-se uma sequência na qual podemos apreciar maiores similitudes na frente de rua, por oposição ao que o corre do lado da traseira que dá para o interior do quarteirão. Observando-se esta sequência, particularmente as semelhanças das frentes destas casas sobre a rua, vemos ao mesmo tempo como as mudanças mais importantes entre estes três tipos*

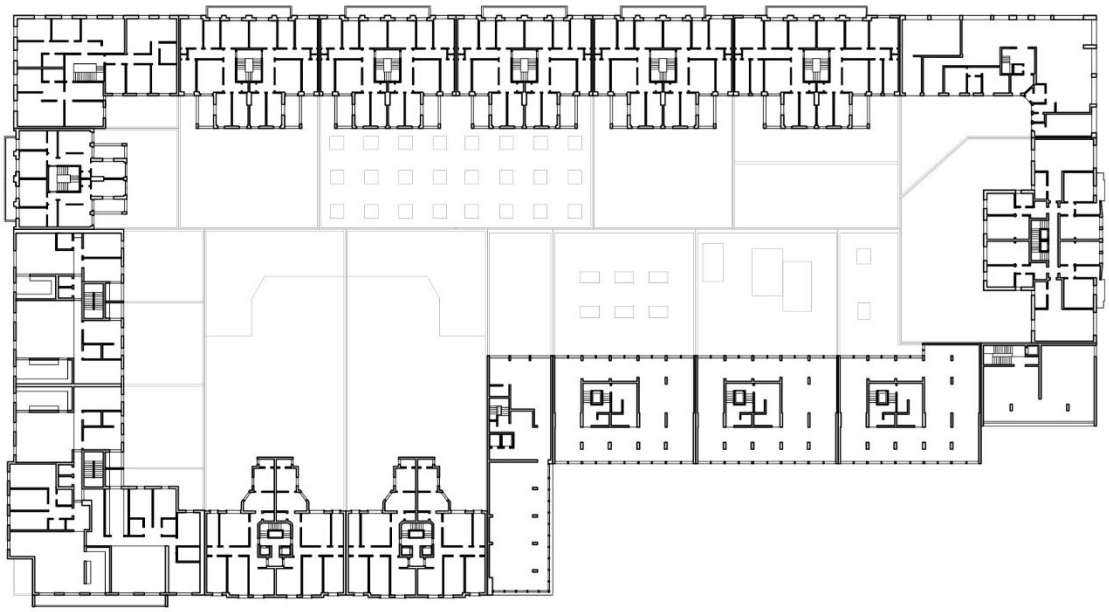
Se o *tipo da Baixa Pombalina*, ou até mesmo o seu antecedente, o Gaioleiro, eram claros e diretos no seu desenho - duas frentes, com compartimentos voltados a cada uma delas - já o *dominante das Avenidas Novas*, traz alguma complexidade. Embora mantendo uma estruturação semelhante na frente de rua, este último passa a incorporar dois saguões nas suas laterais, multiplicando os compartimentos por habitação, uma vez que para além daqueles que se viram para o vazio da rua através da fachada principal, e dos que se voltam para o vazio no tardoz, também surgem compartimentos centrais a toda a empena da tipologia, que se viram naturalmente para os novos saguões.

Esta lógica é também empregue na tipologia do *rabo de bacalhau,* embora esta em vez dos dois saguões, apresenta um desenho distinto na organização tardoz do *edifício estruturante*. Segue uma semelhante proporção e lógica na compartimentação de frente de rua, mas agora afastando a sua área construída nas traseiras, dos limites laterais da parcela, permitindo virar compartimentos para estes dois novos vazios, e repetindo-os através do prolongamento transversal da empena do edifício.[166]

Nesta evolução sucessiva pelas tipologias dominantes destes quatro bairros da cidade, percebe-se que "*enquanto os compartimentos do lado da rua se mantêm mais ou menos iguais, o resto da habitação configura-se de um modo muito distinto. Seria injusto apontar a organização do edifício e o funcionamento interno da casa como fator responsável por estas mudanças,*

de habitação ocorreram na parte dos fogos ligada de formas distintas com o interior de quarteirão (…) ") COELHO, Carlos Dias (coordenação), MONTEYS, Xavier et all, *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: o edifício comum. Casas Lisboetas* – Lisboa, Argumentum, 2015, pg. 194

166. É de sublinhar que, estes novos vazios laterais surgem como um elemento pensado na agregação de vários edifícios da mesma tipologia por parcelas vizinhas, uma vez que ao se repetirem lado a lado, estes vazios duplicam a sua área, potenciando um maior desafogo para as compartimentações que para eles se viram.

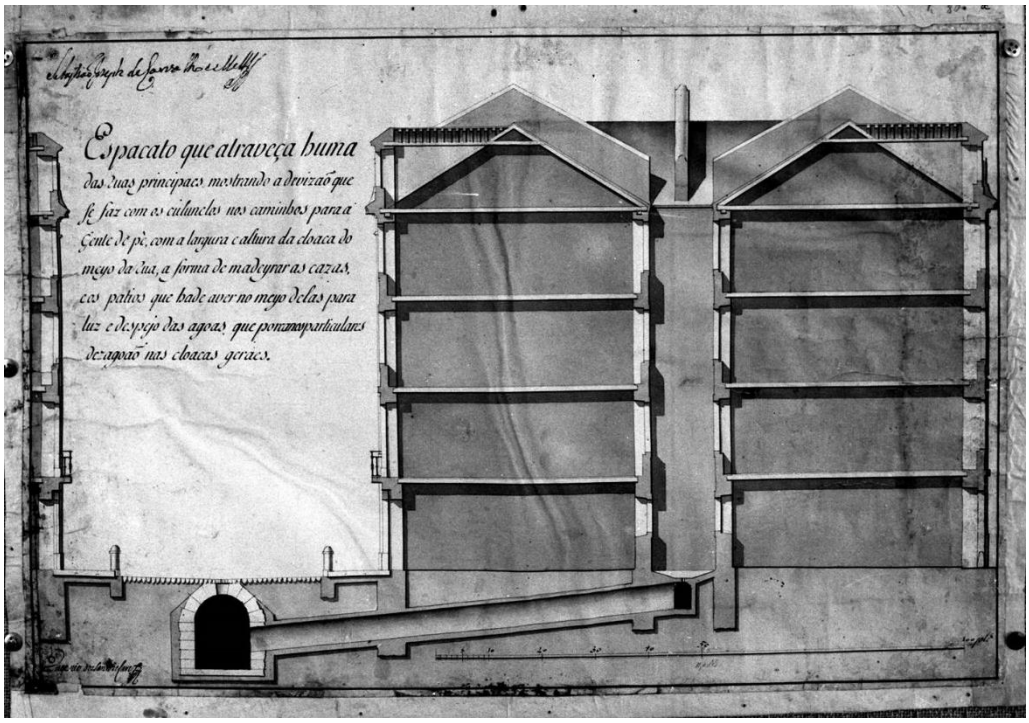


84. Planta de piso tipo de uma unidade de quarteirão do Bairro de Alvalade, avenida de Roma. (produzido pelo autor) Esc: 1:1000

e não referir o papel que a cidade tem nesta modelação".[167] É de facto com a extensão da parcela, e a sua eventualidade em fazer coexistir com o *edifício estruturante*, um vazio no tardoz, que estas duas tipologias se estendem também e reformulam o desenho das habitações.

Assim, este vazio sobre os limites perimetrais da parcela ganha um novo propósito, deixa de ser o saguão de funções infraestruturais como no caso da Baixa Pombalina, e passa a ser *logradouro*, um elemento, também uma construção em certa medida, essencial em toda a composição que a parcela suporta.

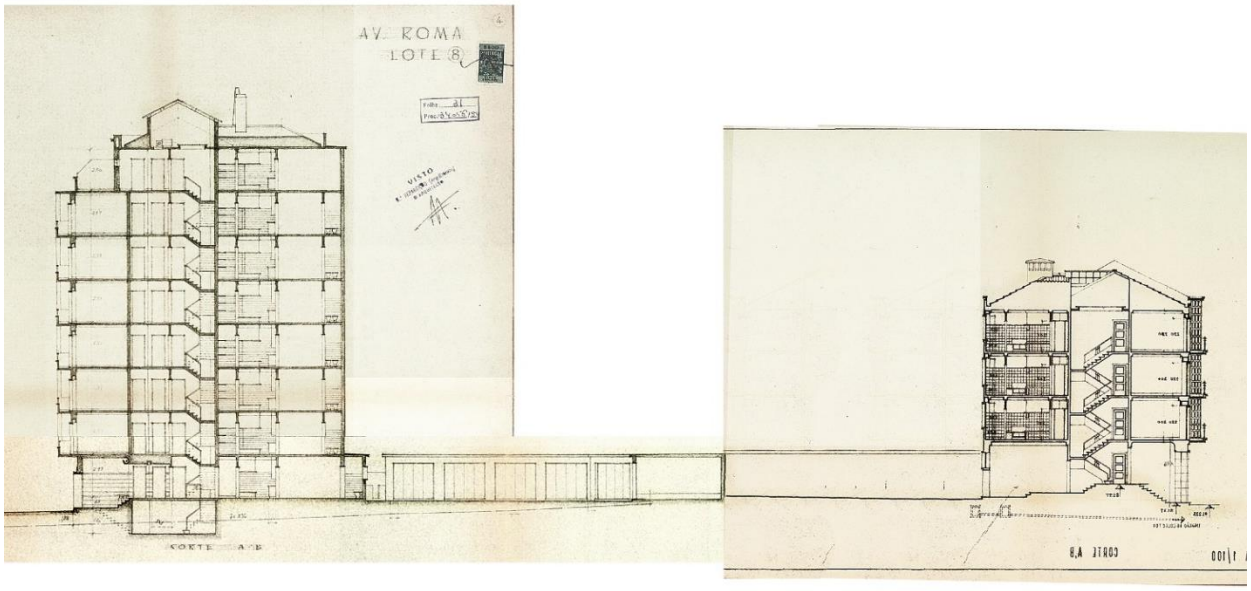
167. COELHO, Carlos Dias (coordenação), MONTEYS, Xavier et all, *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: o edifício comum. Casas Lisboetas* – Lisboa, Argumentum, 2015, pg. 202



85. Planta de piso tipo de uma unidade de quarteirão do Bairro de Alvalade, avenida de Roma. (produzido pelo autor) Esc: 1:1000

Assim, é-nos revelada a verdadeira essencialidade do conceito de *Logradouro*, que nasce sobretudo como um vazio fundamental para os compartimentos que se voltam para o tardoz dos edifícios estruturantes, nomeadamente daqueles provenientes das tipologias habitacionais como o *dominante das avenidas* e o *rabo de bacalhau*.

No caso do bairro da Baixa Pombalina, o saguão refletia apenas ser um ducto a céu aberto que facilitava por um lado a ventilação cruzada, e por outro, fazia conduzir as águas sujas para o coletor público, excluindo a possibilidade de suportar qualquer vivencia ou carisma social. Para além disso, os espaços e compartimentos da casa que para lá viravam estavam conscientemente pensados sobre este pressuposto, sobressaindo-se o "*conceito de que só os*



86. Corte transversal da tipologia habitacional de Rabo de Bacalhau, e o seu respetivo *Logradouro* (Composto e editado pelo autor)

compartimentos mais representativos da casa devem dar diretamente sobre a rua." [168]

Com o evoluir da cidade, e dos seus respetivos bairros e das dimensões das suas respetivas parcelas, as tipologias de edifícios estruturantes sofreram alterações significativas na sua organização, sobretudo no modo como os seus compartimentos eram voltados para o tardoz. Tal reverteu o *Logradouro*, num

168. (*"Estes saguões têm uma importância muito menor se comparados com a própria rua e consequentemente é difícil imaginar alguma possibilidade de relação social proporcionada por este vão para além da eminente prática. Estes pátios ou saguões dos quarteirões da baixa, de dimensão claramente menor que a da rua, resultam com conerteza do reconhecimento que a casa possui partes que se considera mais conveniente não darem sobre a rua. (Os saguões da reconstrução (...) fazem, portanto, parte inseparável do conceito de que só os compartimentos mais representativos da casa devem dar diretamente sobre a rua."*) COELHO, Carlos Dias (coordenação), COELHO, Carlos Dias (coordenação), MONTEYS, Xavier et all, *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: o edifício comum. Casas Lisboetas* – Lisboa, Argumentum, 2015, pg. 194

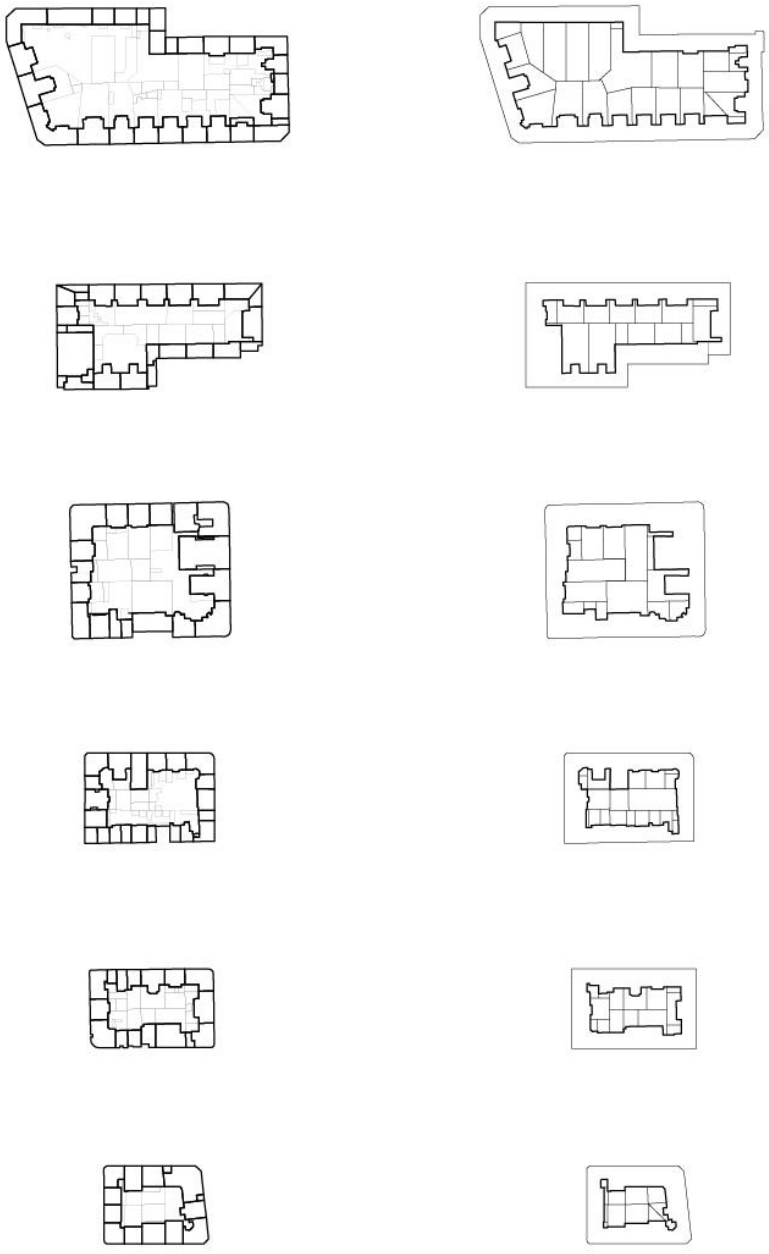
vazio essencial, mas agora ao ato de habitar, deixando para trás a mecânica infraestrutural que o bairro da Baixa Pombalina começou por apresentar.

O *Logradouro*, passa assim a ser o vazio essencial a toda a organização interna da casa voltada ao seu tardoz. Isto, porque do mesmo modo que a rua leva à frente do seu *edifício estruturante* os elementos vitais para a vida num edifício, a iluminação e ventilação natural, o *Logradouro* responsabiliza-se agora pelas funções análogas às da rua: fornecer e provir ventilação e iluminação natural mas agora aos compartimentos também mais representativos que para este se viram, mas pertencendo neste caso à esfera privada da cidade.

No entanto, é na gestão de atribuir à parcela uma tipologia edificada, que o edifício estruturante define também o tamanho e sentido do seu *Logradouro*, na medida em que na frente de rua o edifício estruturante é forçado a seguir a linha rígida que define e divide a esfera pública da esfera privada da cidade; já no seu desenvolvimento para o interior do território privado, o edifício estruturante assume uma diversidade de formas na sua planificação, fazendo oscilar por vezes a profundidade da área construída na parcela, logo como consequência, também da área de *Logradouro*.

Sobre este pressuposto, a planificação do *Logradouro* pode variar drasticamente, e apresentar formas e sentidos totalmente distintos, seja no mesmo contexto urbano, ou até na mesma unidade de *Quarteirão*. Mas pode ser o seu oposto, ao apresentar formas e planificações bastante semelhantes, quando comparadas com planificações de *Logradouros* de bairros diferentes, e por vezes com contextualizações morfológicas totalmente distintas.[169]

169. A esta situação ainda se soma uma agravante, que para além da influência ativa da planificação do edifício estruturante sobre a planificação do *Logradouro*, por vezes dá-se a compra e venda de porções de Logradouro entre proprietários e investidores, com o objetivo de um aproveitamento de uma área mais elevada para certas e determinadas utilizações ao nível do piso 0.



87. Amostras de Interiores do Quarteirão da cidade de Lisboa, e os seus respetivos cadastros parcelares de Logradouros. De cima para baixo: Areeiro, Alvalade, Avenidas Novas, Campolide, Campo de Ourique, Arroios (produzido pelo autor no âmbito da presente investigação)

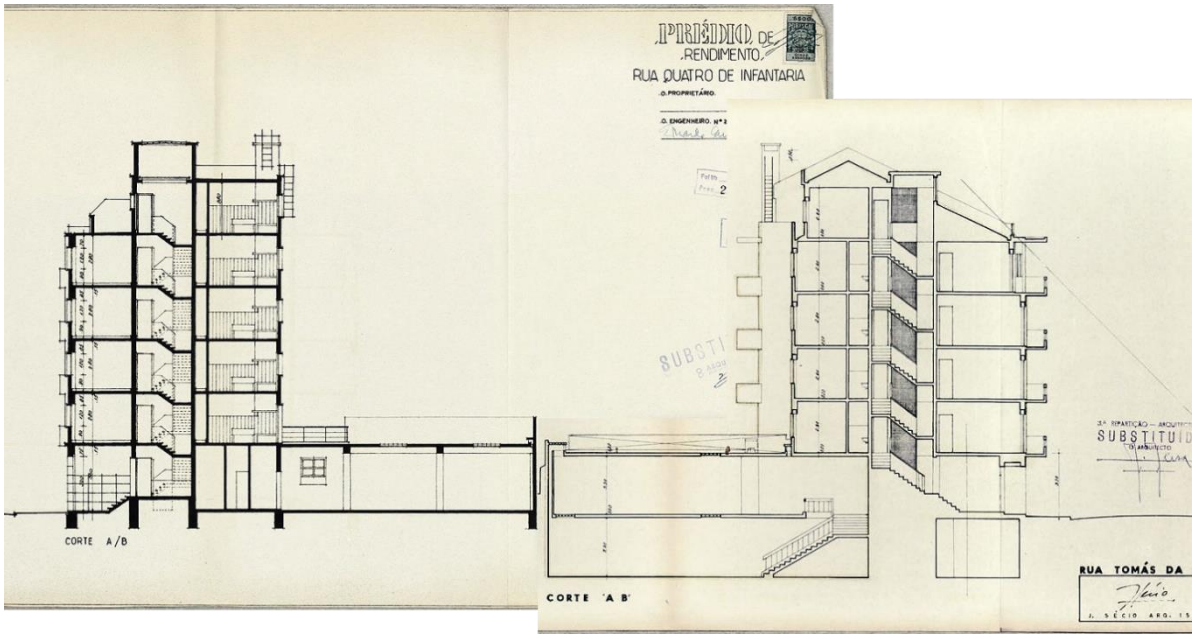
Contudo, é com a natural agregação dos vários edifícios estruturantes de um *Quarteirão*, suportados pela natural agregação das suas várias parcelas, que estes vazios essenciais, os *Logradouros*, vão também se agregar, originando um vazio coletivo, o qual associamos a expressão comum, *Interior do Quarteirão*.

Esta expressão é provavelmente originada pela disposição compositiva do edifício estruturante, que utiliza o núcleo da habitação comum como mediador, a fronteira entre o conjunto de compartimentos que se volta para a frente de rua, o suposto *exterior do quarteirão* e o conjunto de compartimentos que se volta para o seu tardoz, ou seja, o *Interior do Quarteirão*.

No entanto, também podemos considerar esta expressão aplicada a casos de *Quarteirões* abertos, isto é, unidades de *Quarteirão* no qual o seu espaço interno foi de raiz idealizado como espaço municipal, de utilização e usufruto coletivo, não contendo o conceito de *Logradouros* privativos. Porém, esta situação passou a ser corrente nomeadamente em traçados dos finais do século XX, como na zona sul do Parques das Nações, Telheiras e Lumiar, embora já patente também no bairro do Areeiro em poucos casos.[170] Não sendo uma situação decorrente no centro da cidade, nem nos bairros retratados anteriormente.

Excluindo estes últimos casos, o *Interior do Quarteirão* é assim um vazio facilmente interpretado como um só, no entanto ele é na verdade o resultado formal da agregação de outros vários vazios, os *Logradouros*., embora não interpretável desta forma, numa primeira leitura. Esta sua composição parcelar, revela-nos a razão por de trás da grande dificuldade de olhar para este

170. Visível sobretudo no Quarteirão definido pela Avenida João XXI e Avenida de Roma, no qual se insere o jardim Fernando Pessoa, no interior do quarteirão.



88. Corte de duas parcelas agregadas transversalmente num Quarteirão de Campo de Ourique, ambas refletem duas grandes superfícies de comercio e armazém, densificando a totalidade dos pisos 0 e -1 e os seus respetivos Logradouros. (Composto e editado pelo autor)

território como um todo. Por outras palavras, a sua leitura como uma unidade individual é falaciosa, não correspondendo à realidade prática, sendo que esta unidade é na verdade um aglomerado formal de outras diversas unidades parceladas e individualizadas, que correspondem a propriedades e a proprietários distintos.

Dada a escassa literatura aprofundada sobre este fenómeno, temos por vezes a tendência para olhar para os *Interiores de Quarteirão*, e neles imaginar a sua radical transformação em espaços públicos de usufruto coletivo, como jardins, parques ou praças interiorizadas, algo semelhante aos *Quarteirões* abertos assim idealizados de raiz. No entanto, a presença do cadastro parcelar revela-se como uma séria resistência, fazendo baixar drasticamente a probabilidade deste cenário se tornar uma realidade, dai a excessiva raridade, ou diríamos mesmo impossibilidade, de nunca nenhum destes, no tecido da cidade de Lisboa, ter sido convertido em área útil publica, ou para usufruto coletivo.

Este seu cadastro parcela trouxe também um outro sacrifício ao *Interior do Quarteirão*, uma vez que este vazio é na verdade a constituição de vários

Logradouros privativos, o seu toque com o solo reverteu-se numa natural subdivisão do território do *Interior do Quarteirão*; o que resulta por norma em várias e pequenas parcelas agregadas, que apresentam pouco espaço ou espaços pouco sugestivos para acontecimentos sociais, devido à sua proporção e dimensionamento, sobretudo em relação às escalas dos edifícios estruturantes.

USOS E UTILIZAÇÕES NOS LOGRADOUROS

Assim, os vários *Logradouros* ao nível térreo, e quando estes não se apresentavam como vazios essenciais, foram sendo alvo de adaptações espontâneas a usos e utilizações em função das necessidades momentâneas da cidade.

Os mais comuns variam entre espaços de maior intimidade como pequenos quintais e terraços lograds pelas habitações do nível zero e ou até mesmo em conjuntos de *Pátios e Vilas*, bem como, usos mais mecanizados como espaços de armazém de comércios de rua, que se prolongam por todo o piso térreo, é também ainda visível a utilização do solo de logradouro em estacionamento automóvel. No entanto, estas variações são uma clara expressão do evoluir da cidade, sobretudo nos últimos séculos, o que tem mostrado que o *Logradouro* tem-se adaptado às necessidades contemporâneas da cidade.

Ao analisarmos qualquer segmento da planta de 1858 de Filipe Folque, não só compreendemos já a existência de *Logradouros* e *Interiores do Quarteirão*, bem como, observamos o modo como estes eram até não há muito tempo, na verdade, a resistência do caracter rural em permanecer em solo urbano. Quintais, hortas e pequenos jardins, privados e individualizados, consumiam todo o vazio do território interior da cidade, potenciando nos edifícios estruturantes uma vida de maior intimidade refugiada e recatada da vida citadina. Isto evidentemente, era mais visível nos palacetes e pequenos



89. Horta, Paulo Guedes, primeira metade do século XX

edifícios burgueses, que preenchiam os bairros da cidade até às primeiras décadas do século XX.

Esta utilização do solo em contexto de *Logradouro* como um espaço exterior privativo e de traseira, foi herdado nos dias de hoje nomeadamente em tipologias habitacionais que suportam também habitação no piso térreo, fazendo então com que o vazio essencial aos pisos elevados, que caracteriza o *Logradouro*, venha também naturalmente a ser aplicado ao nível zero, fazendo assim deste espaço, uma extensão das casas no piso térreo. Trata-se de algo que conseguimos observar em diversas tipologias habitacionais espalhadas por toda a cidade, mas especialmente nos *Gaioleiros* dos finais do século XIX.

Porém, com a industrialização deu-se a explosão demográfica, e com o surto de população deu-se a densificação edificada, novos bairros foram repentinamente consumindo as periferias rurais das cidades; por sua vez, os centros históricos e os bairros mais apegados ao rio, foram progressivamente densificados, transformando muitos daqueles quintais, hortas e jardins, em habitação para quem a procurava, ou por outras palavras, em conjuntos de *Pátios e Vilas*, como abordamos no capitulo anterior.

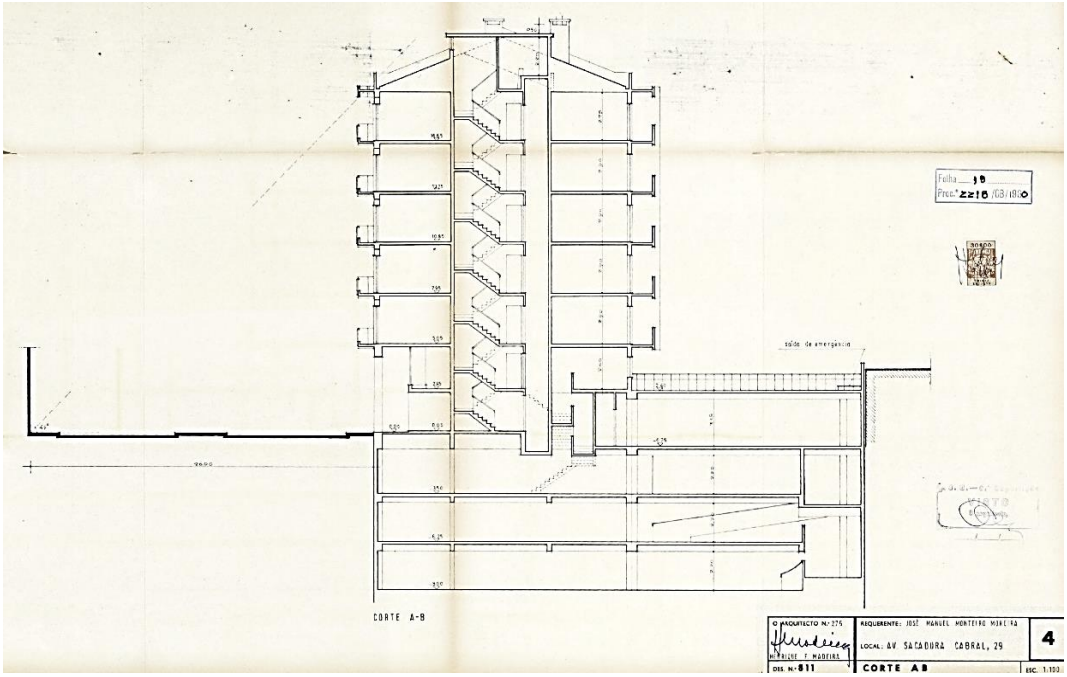
Contudo, esta destabilização provocada pelo repentino aumento demográfico que ocorreu durante a transição dos finais do século XIX para o século XX, trouxe sobretudo uma transformação estrutural em toda a cidade. As parcelas que continham pequenos edifícios e palacetes burgueses, rapidamente foram reedificadas com edifícios de rentabilidade habitacional, com mais pisos, mais área, mais edificação. Excluindo o solo do *Logradouro* do pensamento formal do edifício, deixando-o assim como um mero espaço de tardoz de serventia, com uma área reduzida para uma sugestiva utilização das dezenas de fogos da tipologia habitacional.



90. O Barateiro, Armazém de Móveis , Alberto Carlos Lima, década 10

Com o acompanhar da evolução da indústria e do comércio, estes espaços começaram também a ser absorvidos e reaproveitados para as utilizações que se voltavam para a via pública, nascendo sobretudo em contexto de *Logradouro*, enormes superfícies comerciais e de armazenamento, lojas e armazéns, que perduram a sua existência neste contexto até aos dias de hoje, especialmente visíveis por todo o bairro de Campo de Ourique.

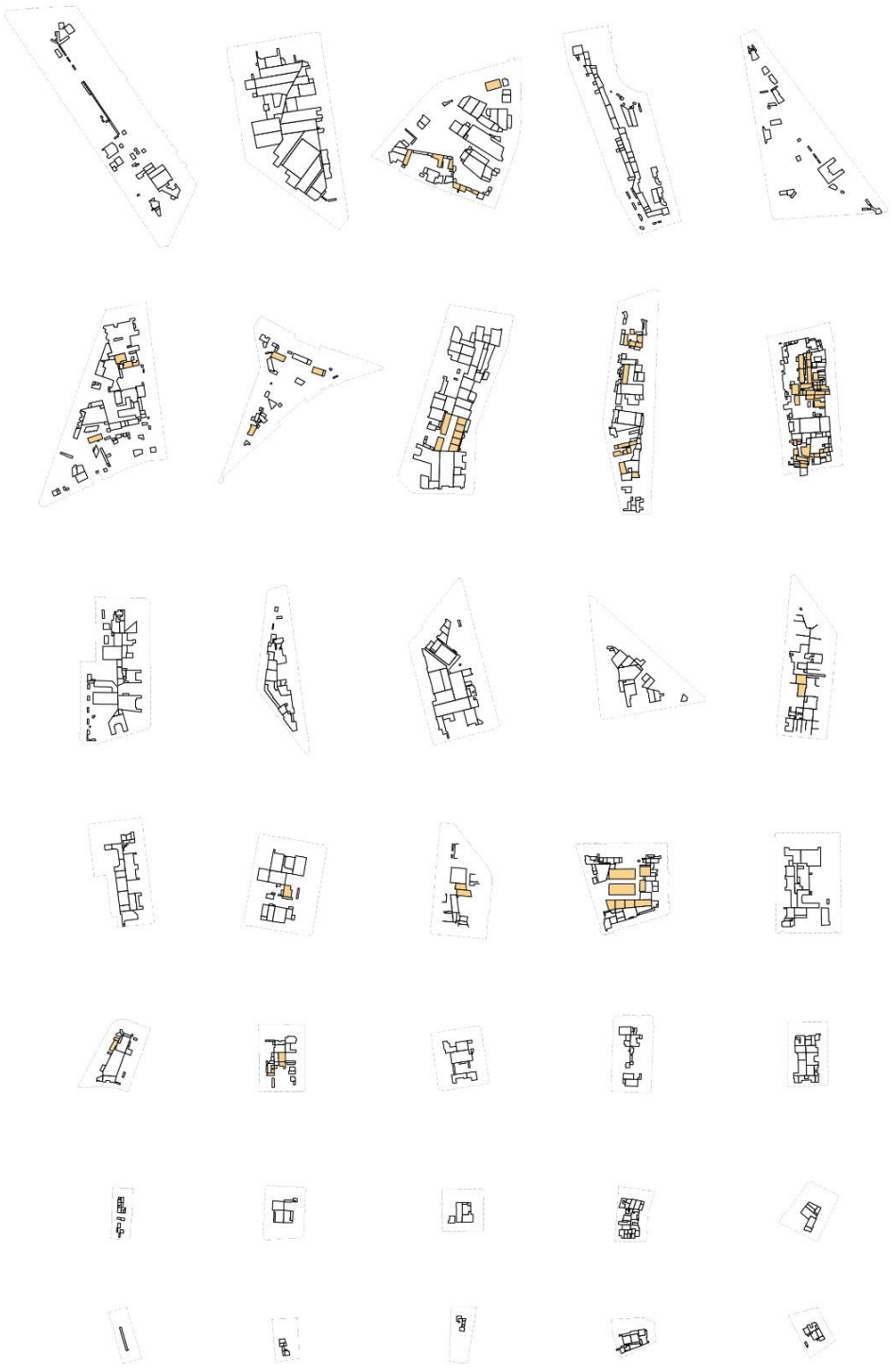
No entanto, é de notar, que com a globalização, deu-se a deslocação do comércio, especialmente para as grandes superfícies comerciais estrategicamente implementadas nos nós viários nas periferias das cidades, estas superfícies de armazenamento e comércio no centro da cidade, estão hoje desatualizadas e abandonadas, dada a crescente incompatibilidade das suas extensas áreas, com a procura comercial nos bairros da cidade.



91. Corte Transversal de uma parcela no Bairro das Avenidas Novas, com estacionamento em cave, preenchendo toda a área de implantação do edifício estruturante e toda a área do seu respetivo Logradouro

No entanto, em simultâneo com a expansão da cidade durante este período, implementou-se também a era do automóvel, as ruas passaram a avenidas, e os *Logradouros* passaram a estacionamentos. Desde aqueles ao nível térreo, que se fizeram implantar a céu aberto, meras adaptações do espaço inutilizável do *Logradouro*, como conseguimos observar sobretudo nas tipologias de rabo bacalhau e variantes por toda a Avenida de Roma, até a operações de maior invasão, que fizeram crescer em pisos negativos múltiplas superfícies de estacionamento, situação comum e altamente intensificada no bairro das Avenidas Novas. Sendo também patente este último uso agregado à utilização do *Logradouro* em grandes superfícies de comércio de rua e armazéns, existindo imensos casos em que coexistem lojas e armazéns ao nível térreo e de nível -1, e ainda superfícies subterrâneas de estacionamentos.

Contudo, com o decorrer dos tempos estes usos e utilizações foram permanecendo por toda a cidade, revelando-se como os mais comuns e disseminados por todo o tecido urbano da cidade de Lisboa, embora existam



92. Tábua comparativa e representativa das construções nos *Logradouros* nos *Quarteirões* em Lisboa. Realçado na cor amarela os conjuntos de *Pátios e Vilas*, em coexistência com as restantes diversidades de usos e utilizações nos *Logradouros*. (produzido pelo autor no âmbito da presente investigação) ESC 1:700

ainda outros mais pontuais. Hoje, seja em qualquer bairro, ou em qualquer contexto da cidade, podemos encontrar estes usos, coexistindo até na mesma unidade de *Quarteirão*,[171] algo que é consequência da dinâmica individual e independente no uso de cada parcela por parte do seu investidor e projetista, bem como, no seu respetivo tempo, como já foi referido anteriormente.

Estes usos refletem que existe um profundo sentido de adaptabilidade do território de *Logradouro*, para as utilizações e necessidades contemporâneas de uma sociedade. O pouco ou limitado controlo por parte das entidades municipais fez dos *Logradouros* palco de uma variedade de usos e utilizações, que na sua grande maioria nunca tiveram uma intenção de o celebrar, seja através do seu desenho ou de uma certa personalidade estética, o que nos fez chegar aos dias de hoje, uma realidade descaracterizada, em certa medida caótica e bastante residual.

CONCLUSÃO E TRANSIÇÃO

Em conclusão, podemos dizer com certeza que o *Logradouro* é um resultado formal da modelação da cidade, como ficou evidente neste capítulo. Mas é também justo considerar que o *Logradouro* é o elemento urbano que permitiu uma melhor e moderada modelação e expansão da cidade. Na verdade, este absorveu através da sua existência as dificuldades em articular a diversidade em termos de planificações e expressões construídas dos *Quarteirões*, bem como, obstáculos na clarificação e simplificação da gestão do território entre diferentes entidades e diferentes personalidades.

171. Como exemplo, podemos observar o quarteirão no bairro de Arroios, definido pela rua Dona Estefânia, rua Alexandre de Braga, rua Pascoal de Melo e a rua José Estevão, no qual este apresenta uma intensiva e até em certa medida caótica densificação do seu interior do Quarterão, com todos estes usos. Por um lado, temos superfícies enormes de estacionamento, seja a céu aberto, seja interior e subterrâneo, e grandes superfícies de comercio e armazéns, por outro temos também espaços de maior intimidade como pequenos quintais lograd os pelas habitações térreas, bem como também a Vila Luz Pascoal inserida no Interior do Quarteirão.



95. Pátio do Carrasco, Andrés Lejona, década de 60

Esta sua responsabilidade em absorver na sua existência a modelação da cidade, fez também com que a sua projeção sobre o território se tenha sacrificado a um resto de cidade, uma área aparentemente excluída da projeção das tipologias habitacionais, resumindo-se a sua utilidade e essencialidade às espontâneas e diversas utilizações dos seus proprietários em certos e determinados tempos da cidade.

Porém, é de refletir, que é realmente com a sua exploração em *Pátios e Vilas*, que é revelada a maior virtude que este resto e esquecido elemento urbano

nos pode dar, um espaço de profunda intimidade, escondido e recatado, altamente contrastante da vida acelerada da cidade.

Hoje, e cada vez mais afastados das inevitáveis más práticas cometidas sobre o tecido urbano, consequência de uma repentina, pouco planeada e progressiva expansão da cidade, torna-se fundamental reavermos estes espaços, e celebrarmos o seu sentido de intimidade como um profundo complemento urbano, sobretudo para nele podermos habitar, e responder às necessidades atuais da cidade e da sua sociedade. De facto, *Logradouro*, vindo do verbo *lograr*, demonstra-se essencialmente como um espaço de *fruir,*[172] e não propriamente um resto de cidade.

172. "*lograr"* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, Porto: Porto Editora, 2003-2020

III. A PROPOSTA

CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVOS

Retomando o objetivo geral do presente Projeto Final de Mestrado, pretende-se agora através de uma reflexão prática, conceber e experimentar numa perspetiva académica a viabilidade da reativação do modelo de *Pátio e Vila* como revitalização ativa, através de habitação coletiva, de parcelas de *Logradouro*.

Assim, a seguinte proposta prática é reflexo do conhecimento construído e está bem patente nos capítulos anteriores, sendo que esta se estrutura como um ensaio prático que tende a refletir e a correlacionar as várias dimensões inerentes a ambos os temas, sejam as do modelo habitacional de *Pátio e Vila*, sejam as dimensões inerentes ao território em contexto de *Logradouro*.

O modelo de *Pátio e Vila*, como retratado no primeiro capítulo, é marcado resumidamente por duas dimensões basilares, por um lado a formalização ativa de uma parcela de *Logradouro* através de habitação coletiva, e por outro,

a sua capacidade de disseminação e replicação em contextos geográficos distintos do *tecido urbano* da cidade de Lisboa, e que se afiguram como objetivos fundamentais a atingir com o desenvolvimento desta proposta.

No entanto, e como ficou evidente no segundo capítulo entendemos também que o território de *Logradouro* é um fenómeno formal fruto da modelação da cidade, que com alguma complexidade, apresenta de igual modo dimensões distintas e significativas a ter em consideração e que se configuram como resistências ativas a uma futura implementação do modelo de *Pátio e Vila* a ser engendrada na presente investigação.

Assim, estas resistências estruturam-se em três momentos de operação, basilares de reflexão e que organizam a presente proposta:

i) Em primeiro lugar, existe a relação indissociável entre o *Logradouro* e o seu edifício estruturante, o que se traduz antecipadamente como a maior resistência que podemos prever na reativação do modelo de *Pátio e Vila*, sobretudo visível ao nível do piso térreo; como vimos no capítulo anterior, este alberga atualmente uma diversidade de usos e utilizações consoante a parcela e a sua contextualização urbana. O que nos faz questionar de que modo é que o futuro *Pátio e Vila* se irá sobrepor ou coexistir com estes usos, e também como é que este se poderá relacionar com o respetivo edifício estruturante, na eventual e inevitável comunicação entre a via pública e o novo conjunto habitacional de *Pátio e Vila* no *Logradouro*.

ii) Em segundo lugar, apresenta-se a questão da dimensão e proporção morfológica da própria parcela de *Logradouro*, resultado da morfologia da parcela que advém, grosso modo, da modelação da cidade - dos seus *Traçados* e dos seus respetivos *Quarteirões*. Tal leva-nos a questionar, por um lado, de que modo o modelo de *Pátio e Vila* se poderá implantar em contextos de *Logradouro* com características

morfológicas diferentes,[173]seja na escala e dimensão da parcela, seja na sua relação com a escala e tipologia do edifício estruturante que esta suporta; por outro lado, de que modo o modelo de *Pátio e Vila* se poderá implementar tendo em conta a contextualização legal atual do *Plano Diretor Municipal* em relação ao contexto urbano de *Logradouro*.

iii) Terceiro e último momento, remete para o tema da casa, que como foi abordado no primeiro capítulo, este necessita de ser alvo de uma reflexão ponderada, de modo a produzir um modelo compositivo acomodado e seguro ao contexto de *Logradouro*. Assim, importa, por um lado, ter em conta o modo compositivo e que este possa assegurar um eficaz sentido de habitabilidade neste contexto urbano atípico, e por outro, o modo como este ainda poderá corresponder às vivências contemporâneas da casa e do habitar e às suas respetivas necessidades tipológicas.

De forma a operacionalizar estes três momentos, fundamentais de reflexão e de experimentação prática, a presente proposta avança incidindo em dois casos de intervenção. Esta intenção reflete a necessidade de reflexão e experimentação das várias resistências que o território de *Logradouro* apresenta face à implementação de novos conjuntos de *Pátios e Vilas*, bem como, tenta delinear a viabilidade da segunda dimensão do modelo de *Pátio e Vila,* a sua possível replicação e ativação em diversos contextos urbanos e geográficos distintos do tecido da cidade de Lisboa.

Contudo, seria imprudente consideramos como critério de escolha destes casos a intervir, uma suposta categorização morfológica de *Quarteirões tipo*,

173. Esta questão levanta-se inevitavelmente como resposta à segunda dimensão patente do modelo de *Pátio e Vila*, uma vez que este foi formalizado como modelo devido à sua intensiva proliferação pelo tecido da cidade de Lisboa, comportando contextos urbanos de diferentes escalas, diferentes pensamentos, com diferentes parcelas, diferentes usos etc. Num contexto de experimentação académica, e a fim de refletir sobre a viabilidade de reativação deste modelo, torna-se essencial incluir estas questões como estruturantes no presente ensaio prático.

uma vez que como constatamos no capítulo anterior, o que existe na verdade são contextos urbanos com características elementares e formais comuns, seja um elemento de *Quarteirão* extraído do bairro dos Anjos, seja de Campo de Ourique, Avenidas Novas, Campolide, Arroios, Alvalade..., muito embora tenham escalas, materializações e planificações diferentes, todos eles refletem a mesma constituição elementar.

Partindo deste pressuposto, foram selecionados dois contextos de *tecido urbano* da cidade de Lisboa, que traduzem as resistências e premissas já descritas e a ter em conta no presente exercício pratico. O primeiro, é referente a um segmento de tecido dos finais do século XIX, o bairro de Campo de Ourique, planeado a cargo de Federico Ressano Garcia; o segundo, um segmento da segunda metade do século XX, o bairro de Alvalade, cuja projeção esteve a cargo de Faria da Costa.

Ambos estes bairros refletem escalas diferentes de *traçado urbano*, *quarteirão* e *parcela*, logo também de *logradouro*, bem como apresentam tipologias edificadas de tempos e pensamentos distintos. Campo de Ourique apresenta *quarteirões*, *parcelas* e *logradouros* de menores dimensões, suportando tipologias edificadas mais antigas, nomeadamente *Gaioleiros* que ainda resistem ao fundamento compositivo do Pombalino. Já Alvalade, apresenta unidades de *quarteirão, parcelas* e *logradouros* mais avantajados e de maior profundidade, que suportam tipologias edificadas de ideologia modernista, e que trazem o fundamento estrutural do betão armado, como a tipologia de *Rabo de Bacalhau*.

Assim, a presente proposta projetual progride num exercício prático de duas dimensões, a primeira referente *à escala do Quarteirão*, no qual se mede e reflete a revitalização do território de *Logradouro e Interior de Quarteirão* de dois conjuntos de *Quarteirão,* extraídos de cada um destes bairros; a segunda dimensão referente *à escala da Parcela,* no qual se reflete uma proposta de

maior concretização, focada na aproximação de duas parcelas características de cada um destes bairros, vinculando-se ao bairro de Campo de Ourique e à sua respetiva parcela de menores proporções, a tipologia de *Pátio,* e ao bairro de Alvalade, e de igual modo à sua respetiva parcela de maiores dimensões, a tipologia de *Vila*.

III.I CASOS DE INTERVENÇÃO

CAMPO DE OURIQUE E ALVALADE

Retomando a leitura feita no capítulo anterior, sucintamente, o bairro de Campo de Ourique é resultado de um dos projetos urbanísticos executados no programa de melhoramentos da cidade de Lisboa nos finais do século XIX, sobre o planeamento e execução de Frederico Ressano Garcia, à frente da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa. Campo de Ourique, é fruto de um projeto claro de malha ortogonal, aprovado em Novembro de 1878, no qual se procurava estimular a iniciativa privada no sentido da construção de habitação para a cidade, em consequência do repentino aumento demográfico registado naquele momento.[174]

Como reflexo da sua condição periférica em relação à cidade nos finais do século XIX, este bairro foi sobretudo procurado pelo investimento da pequena

174. DINIZ, Susana Pais de Almeida Maia e Silva Correia - *O bairro de Campo de Ourique: projectos e actuações* (1878-1958), Dissertação de Mestrado, FCSH: Universidade NOVA de Lisboa, 2014 - pág. 2



96. Bairro de Campo de Ourique, Silva Pinto, 1911 (editado pelo autor)

e média burguesia, que se fez refletir na dimensão e proporção dos seus lotes, bem como, no seu caráter edificado, promovendo especialmente modestos prédios de rendimento adequados também às condições financeiras dos seus compradores. Algo contrastante com a situação que simultaneamente se registava nas grandes Avenidas Novas, também executadas sobre o mesmo desejo de expansão e melhoramento da cidade dos finais do século XIX, tendo por base o apoio da grande burguesia que fez erguer grandes "*prédios de rendimento, ou grandes moradias unifamiliares, condizentes com a sua condição socioeconómica*". [175]

175. (*"Em Campo de Ourique, (...) nos lotes adquiridos por proprietários da pequena e média burguesia, erguem-se, na sua maioria, modestos prédios de rendimento, uma opção mais adequada à capacidade económica dos seus encomendadores. Paralelamente, nas grandes avenidas da cidade, nas grandes parcelas de terreno adquiridas pela alta burguesia, constroem-se sumptuosos prédios de rendimento, ou*

Este investimento privado por parte da pequena e média burguesia moldou naturalmente a materialização dos *Quarteirões* do bairro de Campo de Ourique, seja pelas dinâmicas de parcelamento, compra e venda de terrenos, seja nas suas edificações, o que resultou em pequenas parcelas, que foram altamente densificadas em função à necessidade de rentabilização dos seus investidores e proprietários.[176] Muito para além da habitação, e como reflexo do isolamento geográfico do Bairro de Campo de Ourique naquele momento, o domínio desta classe social influenciou também a sedimentação de pequenos negócios de ativação comercial local, essenciais à vida quotidiana do bairro.

Mais recentemente, e com a natural atualização de tipologias habitacionais de grande parte das parcelas dos quarteirões a nascente do bairro durante a segunda metade do século XX, o progressivo aumento desta dinâmica do comércio local de Campo de Ourique, e das pequenas indústrias que lá emergiram e que foram reflexo de uma intensiva densificação do piso térreo e dos seus respetivos *Logradouros*. Tal era reflexo das grandes superfícies comerciais e de armazenamento necessárias para albergarem as dinâmicas

grandes moradias unifamiliares, condizentes com a sua condição sócio-económica.") DINIZ, Susana Pais de Almeida Maia e Silva Correia - *O bairro de Campo de Ourique: projectos e actuações* (1878-1958), Dissertação de Mestrado, FCSH: Universidade NOVA de Lisboa, 2014 - pág. 4

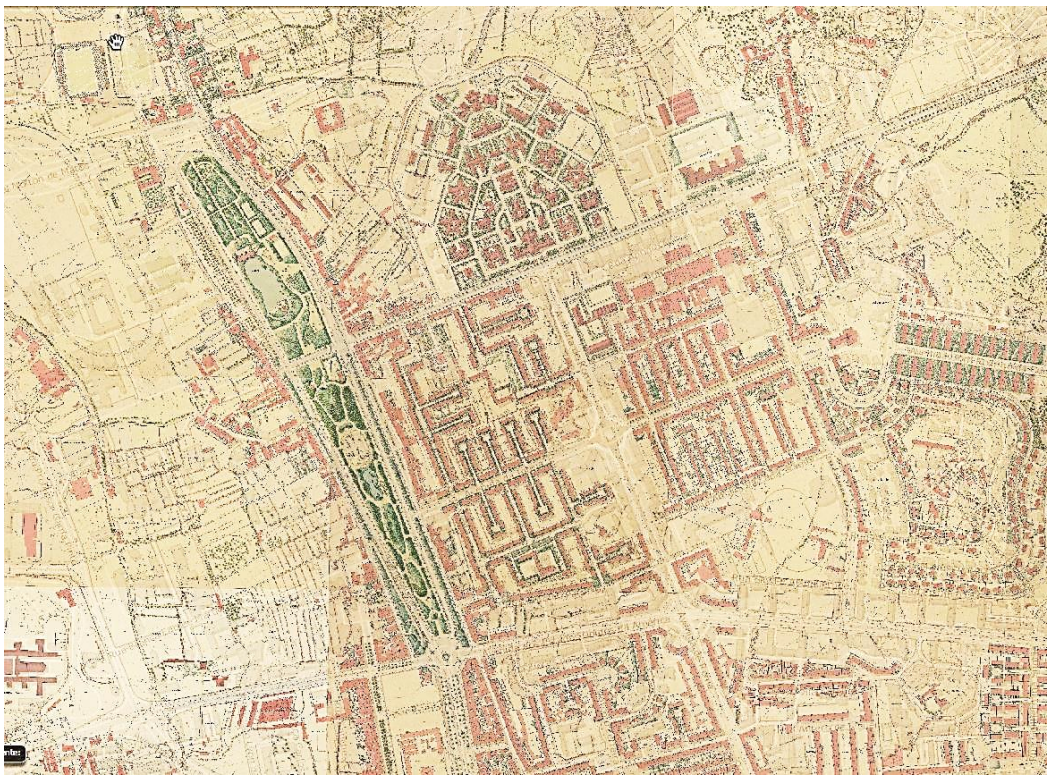
176. *("A vivência económico-social de cada proprietário não determinou apenas a escolha da tipologia arquitetónica, mas também a forma como faz a ocupação do lote, sendo esta mais ou menos intensiva, consoante a necessidade de rentabilização do mesmo. No bairro de Campo de Ourique, e de forma idêntica em bairros mais afastados do centro da cidade, dedicados à pequena e média burguesia, dá-se primazia a uma construção intensiva do lote. De uma forma geral os edifícios ocupam a totalidade do lote, forçada pela necessidade da máxima rentabilização de todo o espaço.")* DINIZ, Susana Pais de Almeida Maia e Silva Correia - *O bairro de Campo de Ourique: projectos e actuações* (1878-1958), Dissertação de Mestrado, FCSH: Universidade NOVA de Lisboa, 2014 - pág. 118



97. Bairro de Campo de Ourique, CML, 1950 (editado pelo autor)

comerciais dominantes na segunda metade do século XX. Atualmente, para além da sua atratividade habitacional, esta dinâmica comercial continua a ser um dos elementos fortes e identitários do bairro de Campo de Ourique.

No entanto, com a globalização e especialização do comércio, e com a sua sucessiva descentralização, especialmente para as grandes superfícies comerciais estrategicamente implementadas nos nós viários nas periferias das cidades, estas superfícies de armazenamento e comércio de rua que ocupam também os *Logradouros*, estão hoje em progressiva desatualização. Tal justifica-se dada a crescente incompatibilidade do atual valor por metro quadrado das suas extensas áreas, reflexo da gentrificação e da especulação imobiliária, com a capacidade de investimento e de arrendamento por parte das atuais

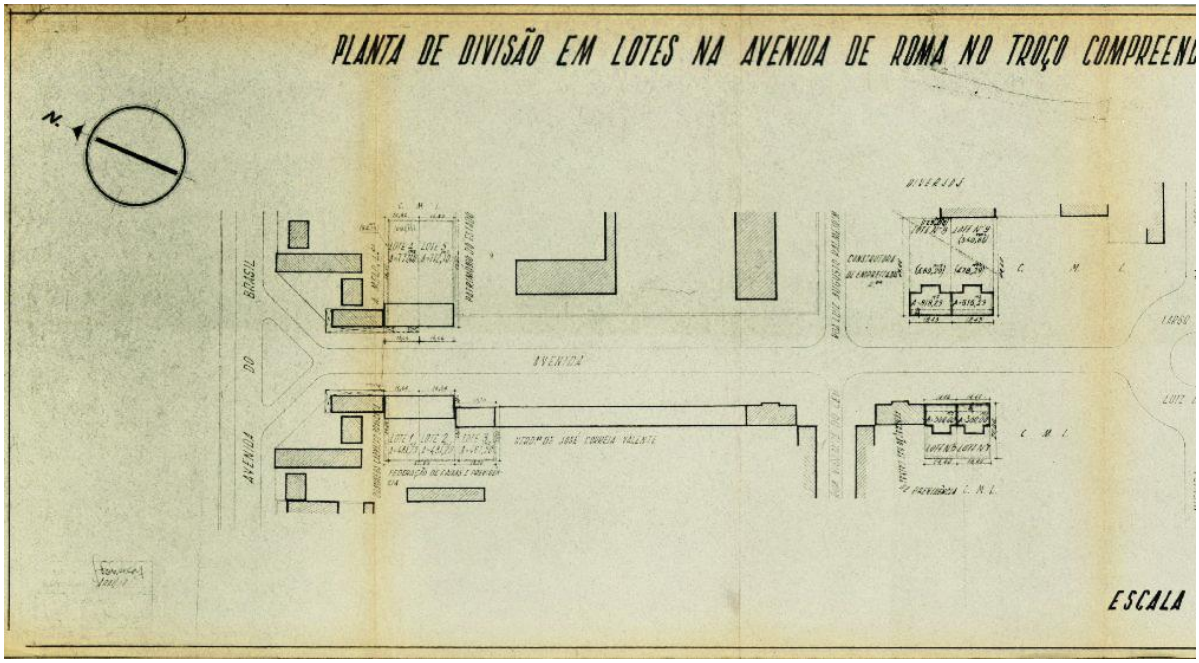


98. Bairro de Alvalade, CML, 1950 (editado pelo autor) Ainda sem as expressões construídas das parcelas autónomas de investimento privado

dinâmicas de comércio de rua, nomeadamente pequenos e médios comércios de caráter local.

Com o intuito de procurar uma resposta cabal face ao problema estrutural de escassez de habitação contemporânea na cidade e tendo em conta a necessidade de procurar outros usos para os espaços ocupados por superfícies de comércio e armazéns, que ocupam o piso térreo e se fazem estender para o território de *Logradouro*, o presente ensaio prático tem por base um primeiro caso de intervenção na unidade de Quarteirão delimitada pela rua Correia Teles, rua 4 de Infantaria, rua Infantaria 16 e rua Tomás de Anunciação.

Esta unidade de Quarteirão, embora ainda apresente algumas tipologias habitacionais como *Gaioleiros* dos finais do século XIX, com utilizações de

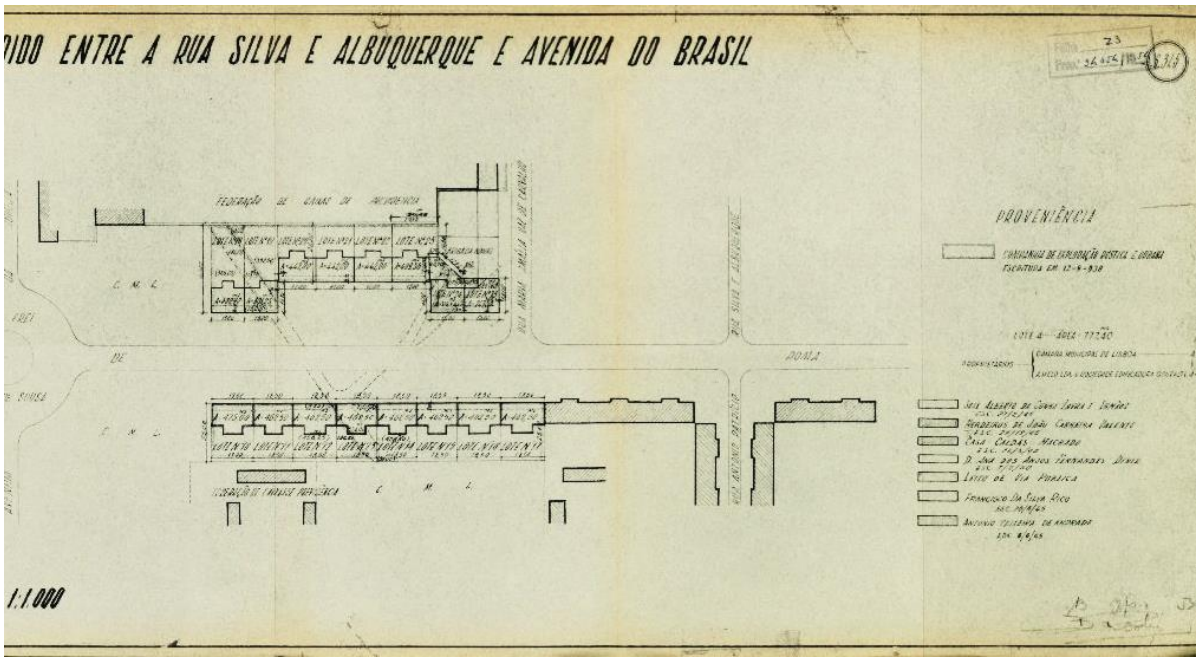


99. Parte 1: Planta de escala urbana, com o projeto de uma tipologia habitacional de rabo de bacalhau de investimento autónomo e particular, a ser implementada por várias parcelas ao longo de toda a Avenida de Roma. 1960 (editado pelo autor)

pequenos quintais nos *Logradouros*, reflete na sua base um domínio pela utilização do seus pisos térreos e *Logradouros* destas situações de grandes lojas e armazéns, agarradas a tipologias habitacionais mais recentes, nomeadamente reconstruções de parcelas durante a segunda metade do século XX.

Consequentemente ao traçado sedimentado no planalto de Campo de Ourique, ocorreu próximo da segunda metade do século XX, uma enorme operação urbana, quase inteiramente de promoção pública, agarrada ao planalto do Campo Grande. Este processo urbanístico, com a intenção explicita de habitação económica, mediou "*25 anos desde a aprovação do Plano de Urbanização da Zona Sul da Avenida Alferes Malheiro, em 1945, e a conclusão do seu processo de edificação, mediante unidades de execução autónomas, no final da década de 1960.*"[177]

177. COELHO, Carlos Dias (coordenação), COSTA, João Pedro et al - *Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: O Quarteirão. Elemento experimental no desenho da cidade contemporânea* – Lisboa, Argumentum, 2015, pg. 125.



100. Parte 2: Planta de escala urbana, com o projeto de uma tipologia habitacional de rabo de bacalhau de investimento autónomo e particular, a ser implementada por várias parcelas ao longo de toda a Avenida de Roma. 1960 (editado pelo autor)

Este prolongamento no processo urbanístico do bairro de Alvalade, gerou duas realidades construídas distintas, uma de incentivo e promoção municipal, e outra de incentivo e investimento privado, que embora envolvendo-se no mesmo contexto de *traçado urbano,* ambas as materializações edificadas apresentam escalas, e expressões construídas claramente diferentes e por vezes dispares. Esta situação é sobretudo visível em toda a extensão da Avenida de Roma, que contrariando a situação do plano original de Alvalade, de promoção estatal, esta avenida foi reflexo da exploração individual de particulares, gerando expressões construídas bastante dispares do conjunto em causa.

Esta relação entre o investimento e promoção estatal, e investimento e promoção particular livre, originou aquilo que consideramos ser um elemento de tensão no tecido edificado do bairro, sobretudo corporizado em toda a extensão da proclamada avenida de Roma, e que impôs sobre o plano

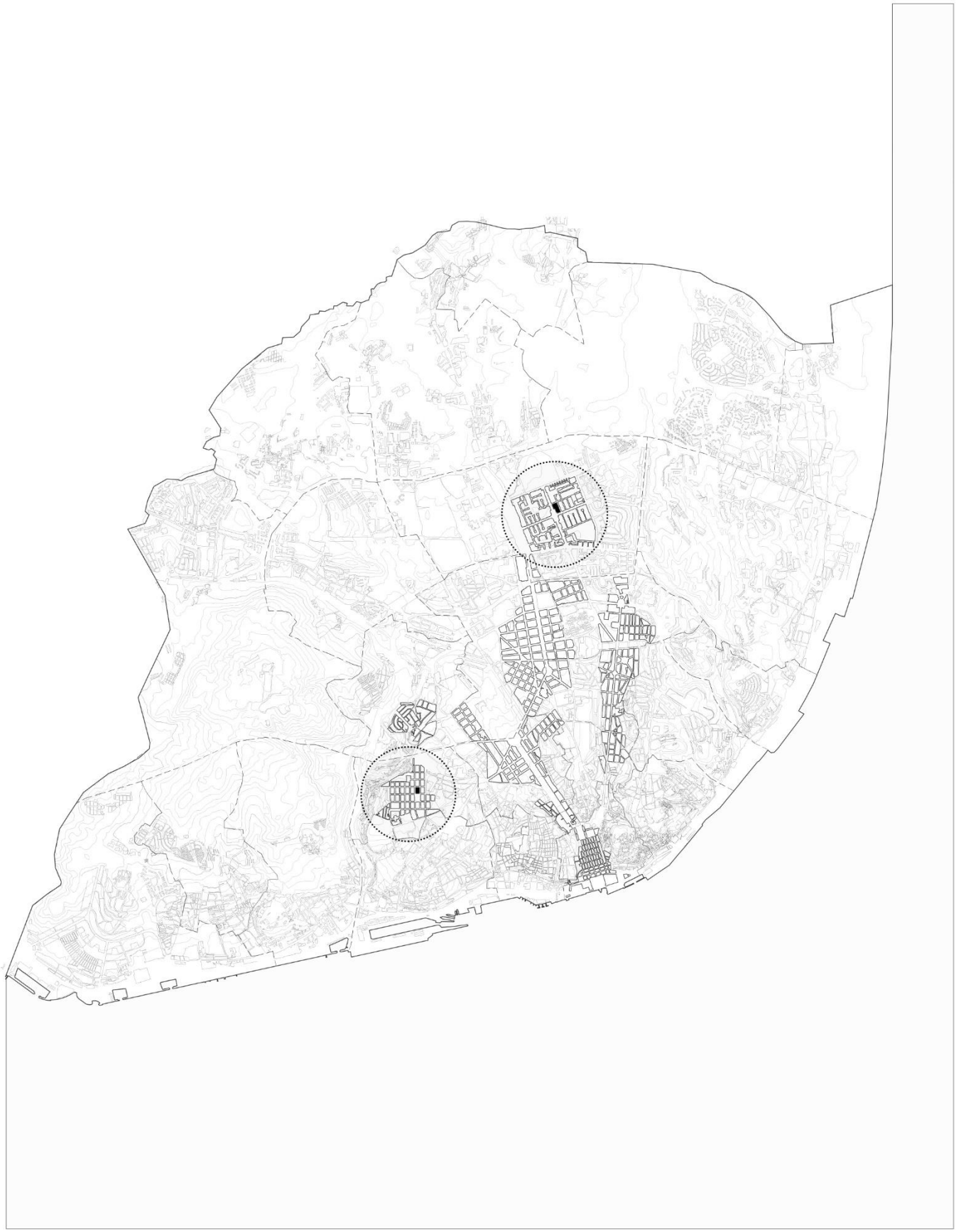
municipal, uma extensa fileira de edifícios e tipologias habitacionais de escala e personalidade estética díspar do plano inicial.[178]

Esta colagem entre diferentes realidades, provocou unidades de Quarteirão com distintas realidades construídas, sendo que a sua natural tensão formal foi absorvida e suportada pelos seus *Logradouros*, ocultando esta tensão através da sua natural ocultação, refletindo-se nomeadamente em parcelas de *Logradouro* com elevadas dimensões, e albergando usos e utilizações distintas e por vezes não premeditadas, observável seja em terrenos totalmente vazios, seja como pequenos estacionamentos privativos logrados pelos prédios de rendimento, ou até em superfícies de comércio e armazém semelhantes às observadas no caso de Campo de Ourique.

Sobre estre prossuposto, a presente proposta projetual, vincula o segundo caso de intervenção à unidade de *Quarteirão* definida pela Avenida de Roma, Avenida da Igreja, rua Marquesa de Alorna e rua Luís Augusto Palmeirim, de modo a fazer uma sobreposição entre a necessidade pela habitação, com a possibilidade de repensar este território de *Logradouro* fruto de uma tensão entre tecidos.

Esta unidade de *Quarteirão*, possui por um lado a área comercial do plano de Alvalade, que apresenta na proposta original pequenas superfícies comerciais ao nível do piso térreo, com as suas respetivas parcelas de *Logradouro* vazias e não edificadas, embora já visíveis em alguns destes lotes, uma apropriação do *Logradouro* como extensão do comércio de rua nos finais do século XX, semelhante ao caso patente de Campo de Ourique e visível por toda a cidade de Lisboa.

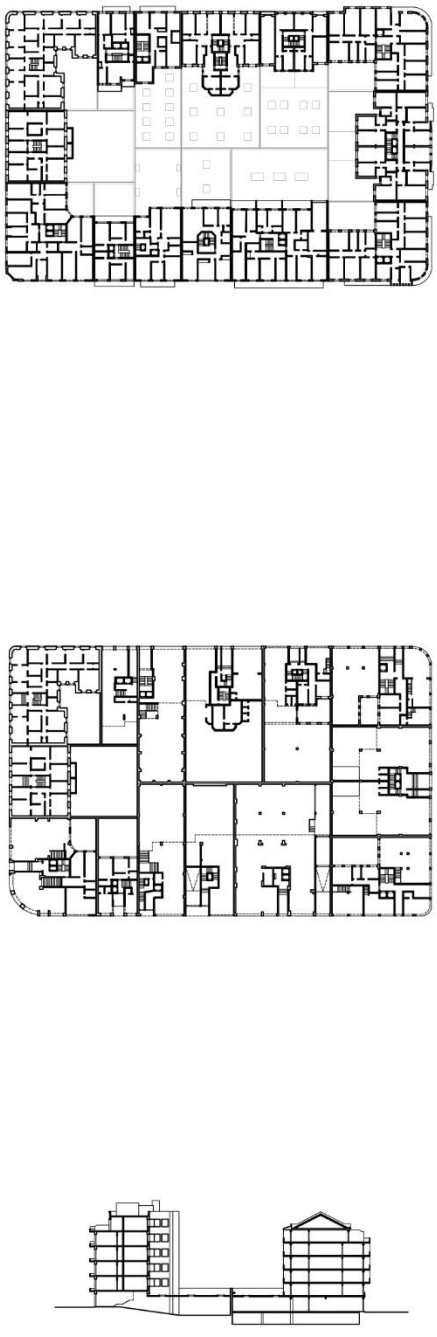
178. Visível sobretudo no contraste entre as modestas tipologias habitacionais de caráter económico do plano original de Alvalade, com a sobreposição dos dois blocos habitacionais de planificação em "Y", do arquiteto Rui Jervis Atouguia, que marcam o cruzamento da Avenida de Roma com a Avenida da Igreja.



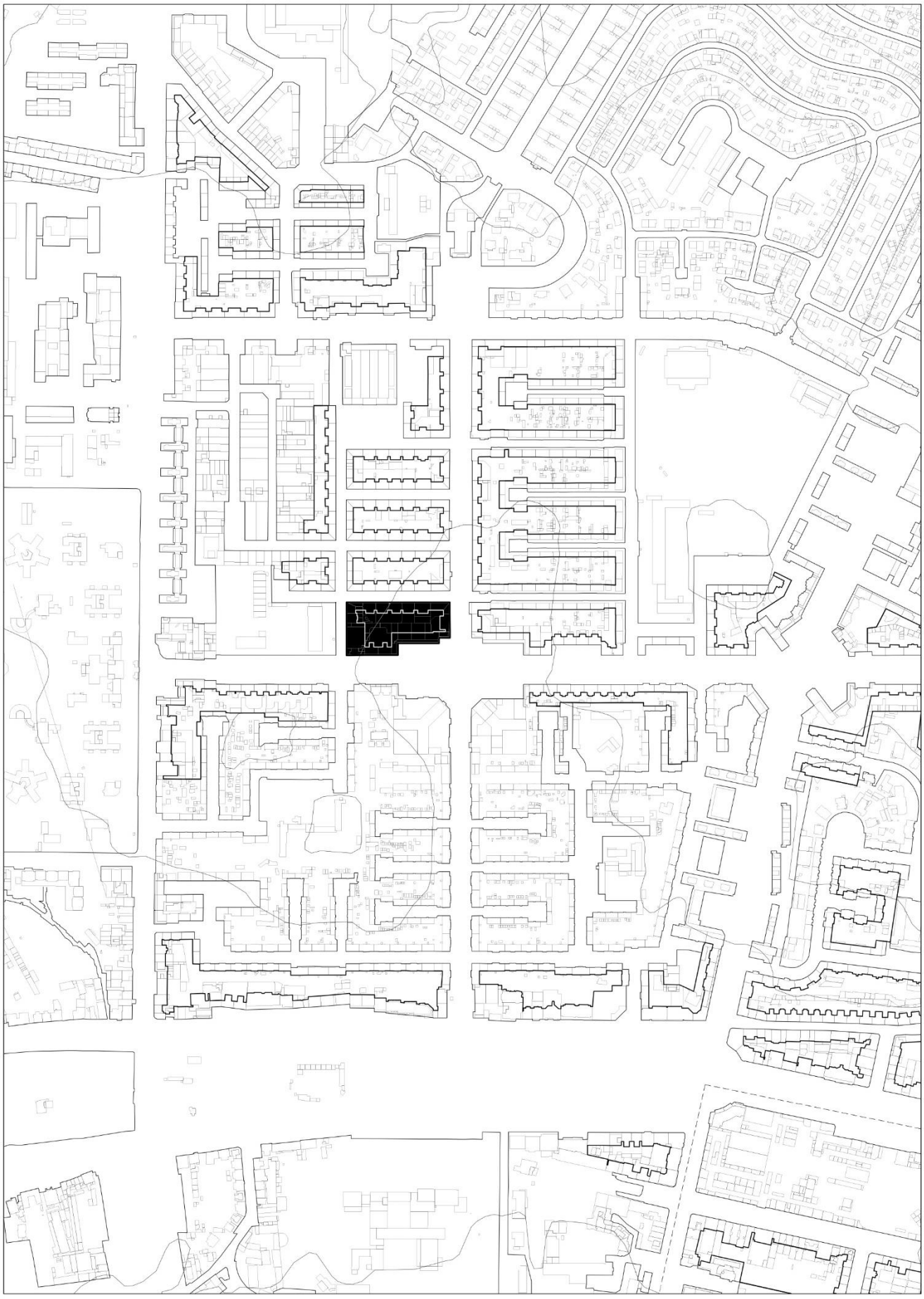
101. Planta da cidade de Lisboa, assinalado os Bairros a intervenção: à esquerda Campo de Ourique e à direita Alvalade (produzido pelo autor)



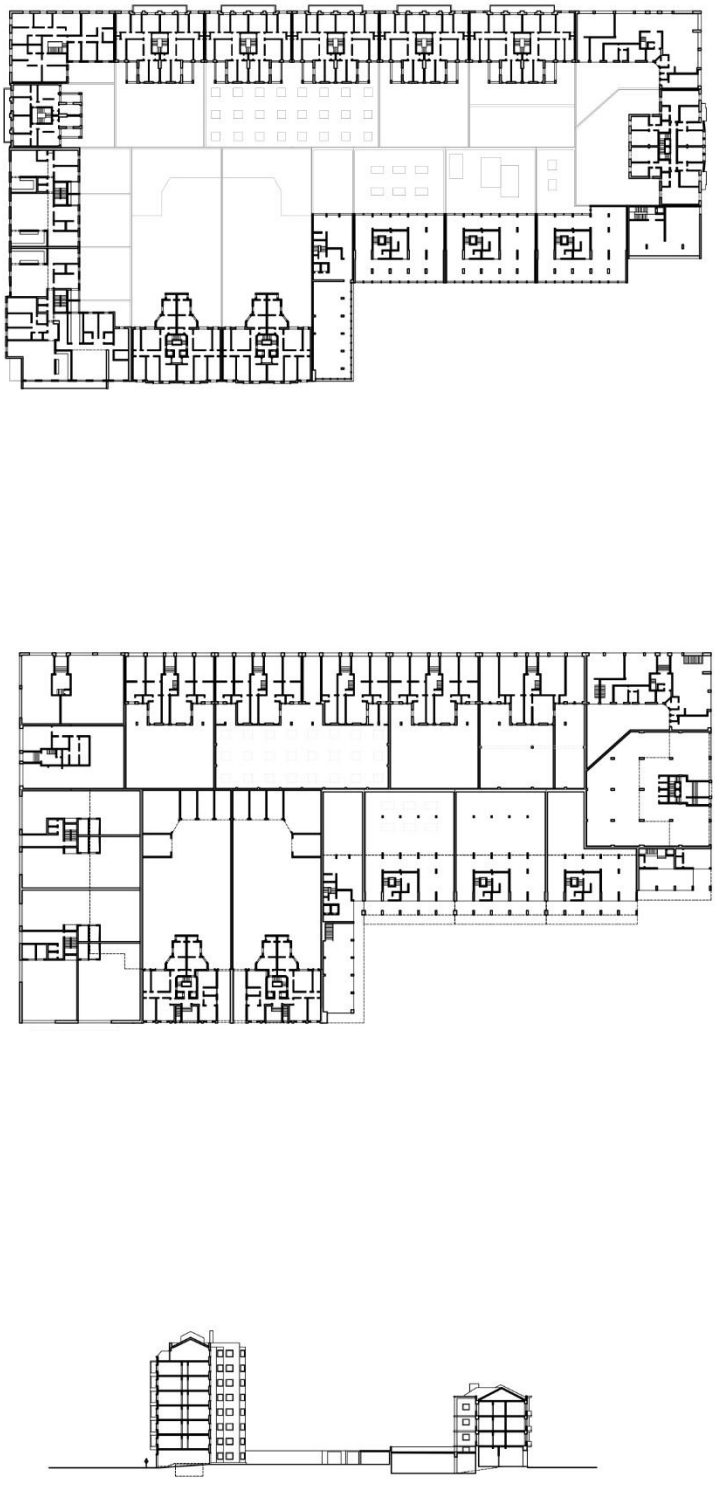
102. Planta de escala Urbana Bairro de Campo de Ourique. Esc: 1:5000 (produzido pelo autor)



103. Levantamento síntese do caso de intervenção do Bairro de Campo de Ourique. Esc: 1:1500 (produzido pelo autor)



104. Planta de escala Urbana Bairro de Alvalade. Esc: 1:5000 (produzido pelo autor)



105. Levantamento síntese do caso de intervenção do Bairro de Alvalade. Esc: 1:1500 (produzido pelo autor)

III.II À ESCALA DO QUARTEIRÃO

GESTÃO DE ATUAÇÃO

Ambos estes casos, como qualquer unidade de *Quarteirão*, são também reflexo de uma constituição parcelar que reflete a sua evolução temporal por diferentes propriedades, diferentes investidores e diferentes projetistas. Escusado será considerar a possibilidade de uma intervenção integral e global em toda a sua área de *Logradouros*, ou seja, de todo o *Interior do Quarteirão*, como se este fosse uma só propriedade.

Esta possibilidade como vimos no capítulo anterior, revela-se como uma inviável estratégia de atuação, dado que não assume como realidade prática o regime de propriedade horizontal ao qual um quarteirão está naturalmente submetido. Assim, o primeiro passo da presente proposta começa pela gestão de atuação, que se define por uma estratégia de intervenção parcelar e que tende a ir ao encontro da própria génese elementar do *Quarteirão*.

Esta estratégia é aqui assumida como uma clara proposta de valor à escala do *Quarteirão*, uma vez que possibilita que a revitalização do território de *Logradouro e Interior do Quarteirão,* acompanhe as dinâmicas temporais das suas parcelas, não ficando a intervenção premeditadamente refém das reais inércias exercidas nos processos de compra e aquisição de propriedades, dos processos legais de licenciamento, ou ainda das vontades e capacidades de investimento dos seus atuais, ou futuros proprietários e investidores.

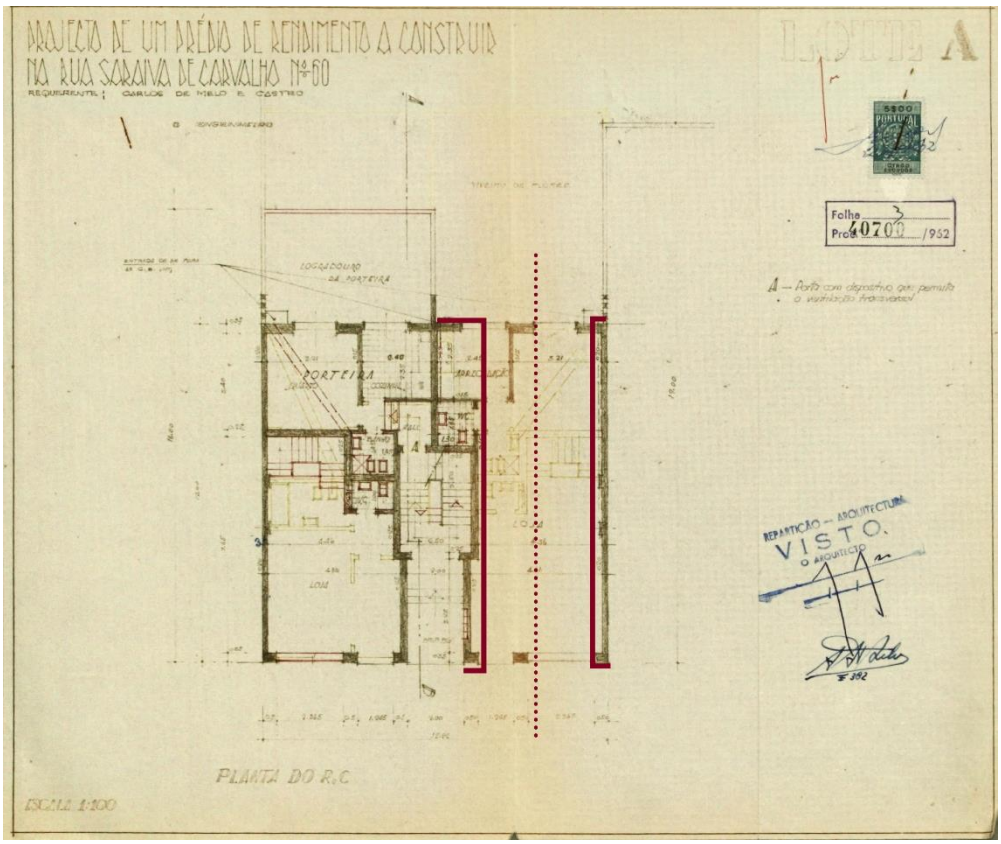
Assim, ao se fragmentar a proposta pelas parcelas já previamente existentes, fragmenta-se também a sua atuação, bem como o faseamento de todos estes processos, amplificando expressivamente a probabilidade de implementação do modelo de *Pátio e Vila*, seja esta ao nível de várias parcelas de um mesmo Quarteirão, seja até por várias parcelas de *Quarteirões* diferentes.

UTILIZAÇÕES DO PISO TÉRREO E PASSAGENS DE SERVENTIA

No caso de Campo de Ourique apresentam-se 8 parcelas possíveis de revitalização, visto que as restantes se inserem em contexto de gaveto e a sua área é drasticamente reduzida. Já em Alvalade, o mesmo se observa, apresentando-se de igual modo 8 parcelas de intervenção, excluindo-se também as situações em gaveto.[179]

O primeiro momento reflete sem dúvida as resistências ao nível das utilizações do piso térreo, uma vez que como vimos no capítulo anterior, a área de

179. Na presente proposta o exercício de experimentação estende-se a todas as parcelas possíveis de ambos os quarteirões, no entanto, estamos cientes de que num contexto real, estas parcelas seriam também expressão de diferentes projetos e de diferentes propostas, bem como. cada uma delas iria apresentar inércias e resistências diferentes, acabando mesmo por não ser possível uma implementação bem-sucedida em todas elas.

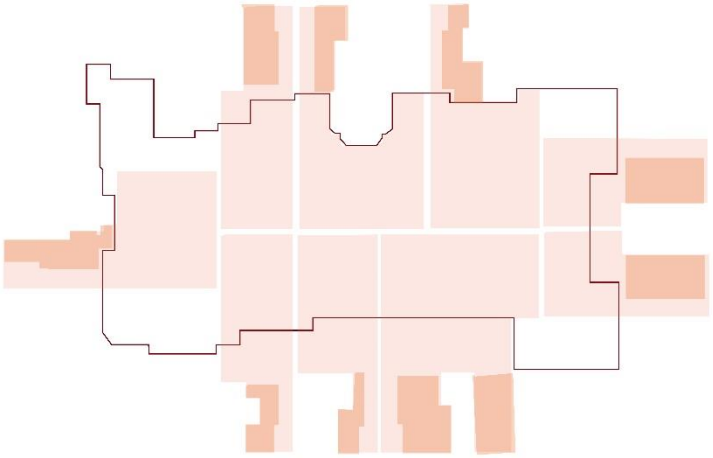


106. Planta de arquivo com a loja adquirida e adaptada a passagem de serventia. Com sobreposição da intervenção feita a cabo pelo arquiteto Bak Gordon (editado pelo autor)

Logradouro foi alvo ao longo dos tempos de uma elevada densificação, expressão basilar da sua apropriação por parte dos usos que acontecem nos pisos térreos dos edifícios estruturantes.

Assim, a aquisição legal da propriedade horizontal do piso térreo que se faz associar à porção de *Logradouro* no miolo da parcela é inevitável, algo que podemos ver como um dos pouquíssimos casos reais de implementação de habitação em contexto de *Logradouro* na cidade de Lisboa, projeto e obra do arquiteto Bak Gordon, intitulado *Duas casas em Santa Isabel*.

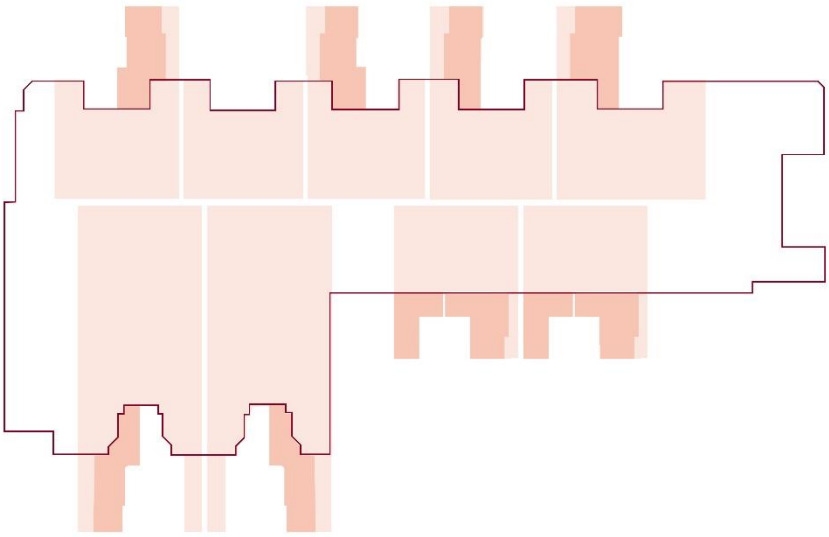
Aqui, não abordamos já a maior relevância conceptual que este projeto tem para a presente investigação, o que irá acontecer adiante, mas antevemos já a sua referência no modo de operação de fazer comunicar o conjunto habitacional inserido em *Logradouro,* com a via pública.



107. Diagrama representativo da mancha de redução das áreas de loja/armazém ou de aquisição dos usos nos Logradouros no caso de Campo de Ourique. A mancha de cor clara, as áreas afetas à reconversão e implantação de habitação (Pátios e Vilas), manchas de cor escura, as áreas que permanecem o comercio de rua. (produzido pelo autor)

Embora num contexto morfológico que podemos claramente considerar como singular, nomeadamente pela enorme escala e planificação geométrica da sua parcela de *Logradouro*, este projeto passou também pela obrigatoriedade de superar a resistência da barreira que fazia separar a ligação da via pública com o terreno no interior da parcela. Esta barreira era outrora um pequeno espaço comercial, que forçou a aquisição de propriedade, e adaptação formal a passagem de serventia para acessibilidade às então duas habitações a serem erguidas em contexto de *Logradouro*.

Na presente proposta esta ideia de aquisição e adaptação é também assumida, no entanto de modo claramente distinto, não passando pela literal reconversão de uma loja a uma passagem de serventia, mas antes pelo manusear do desenho do piso térreo, o que implica manter o uso existente na



108. Diagrama representativo da mancha de redução das áreas de loja/armazém, ou da aquisição dos usos nos Logradouros no caso de Alvalade. A mancha clara, as áreas afetas à reconversão e implantação de habitação (Pátios e Vilas), manchas escuras, as áreas que permanecem o comercio de rua. (produzido pelo autor)

frente de rua, e fazer coexistir com este uma passagem de serventia de escala pedonal.

Isto, porque como vimos anteriormente, é característico do bairro de Campo de Ourique a vitalidade do comércio de rua, assim como é também em Alvalade, e na sua presente situação entre a Avenida de Roma, e a célula 3 projetada como a área comercial de todo o bairro.

Assim, a presente proposta não apresenta uma precipitada solução de substituição deste uso imprescindível para a vitalidade de ambos os bairros e respetivamente das suas ruas, mas antes a diminuição da sua área quando se trata de lojas e armazéns, ao subtrair-lhe em certa medida a porção de *Logradouro*, a reverter em habitação coletiva no tardoz da parcela.

Esta estratégia exprime uma equilibrada gestão entre usos e utilizações, fazendo permanecer na frente de rua superfícies comerciais agora com áreas

mais reduzidas e de maior adequação às dinâmicas comerciais atuais, ativando sobretudo pequenos negócios locais, sendo que no desenvolvimento interno da parcela, nascem conjuntos habitacionais de resposta também às contemporâneas necessidades de habitação que a cidade vive.

Assim, condensámos as atuais utilizações dos pisos térreos às suas adaptações, propondo sempre a permanência dos atuais usos virados para a via pública, e coexistindo com a típica passagem de serventia patente do modelo de *Pátio e Vila,* que faz então comunicar o conjunto habitacional no *Logradouro* com a respetiva via pública.

IMPLANTAÇÃO E PERMEABILIDADE NO LOGRADOURO

Contudo, é então após a gestão da comunicação entre o território de *Logradouro*, com a via pública, e dos seus respetivos usos, que se configura a implantação dos conjuntos de *Pátios e Vilas* nas porções de *Logradouro*.

Como vimos no capítulo do presente trabalho, referente ao modelo de *Pátio e Vila,* o habitar o *Logradouro* só se torna possível na transposição conceptual das mecânicas vitais que a via pública alberga, um vazio vital que concede a ventilação e iluminação natural, para o contexto segregado de *Logradouro*. Definindo-se sempre uma relação indissociável entre vazio não construído, e o cheio construído e o modo como esta relação é posteriormente o elo potenciador e fundamental das vivências entre exterior e interior experimentadas de forma intimista e em contexto de *Logradouro*, e de conjuntos de *Pátios e Vilas*.

Retomando, novamente, o projeto e obra do arquiteto Bak Gordon, conseguimos compreender que nas *duas casas em Santa Isabel,* este pensamento entre cheio e vazio, construído e não construído, é a sua maior característica formal e que leva estrutura todo o desenvolvimento do projeto.



109. Pátio de entrada das duas casas em Santa Isabel, Fernando Guerra, 2004

Tal é sentido, logo ao primeiro passo na transição entre a rua e o *Logradouro*, após a transição pela passagem de serventia, ilustrado num grande pátio de chegada com funções distributivas entre as duas habitações e de pequeno estacionamento logrado às mesmas. Mas é sobretudo no desenvolvimento interno da habitação, que esta relação entre vazio e cheio se torna fundamental, articulando os espaços sociais e íntimos da casa através de pátios exteriores, que por sua vez albergam também vivências e usos para o leito familiar.

Assim, esta relação entre vazio e cheio é materializada na presente proposta ao fazer fragmentar toda a área construída e edificada em dois polos opostos, por um lado o já existente referente à implantação do edifício estruturante, e por outro o novo corpo de habitação que se faz encostar na extremidade oposta da parcela, de modo a condensar num só espaço todo o vazio exterior



110. Pátio da Casa de Hóspedes Rockefeller de Philip Johnson, Dean Kaufman 2016

vital, de modo a reforçar uma leitura ampla de noção de espaço, e aligeirar o caráter confinado que estes contextos de Logradouro possuem por natureza.

Esta articulação entre edifício estruturante, pátio, e edifício implantado em território de *Logradouro*, é claramente moldada com referência à clássica obra da *Casa de Hóspedes Rockefeller* de Philip Johnson. Esta obra, nitidamente indispensável enquanto elemento de reflexão na presente proposta, reforça a clara e subtil articulação entre o edifício estruturante definido no limite da rua, e o edificado definido no limite oposto da parcela, provocando um espaço exterior em pátio que potencia toda uma intimidade altamente contrastante com a natural vida caótica da cidade de Nova York.

Contudo, esta relação entre vazio e cheio é ainda na presente proposta celebrada pela lei vigente do *Plano Diretor Municipal de Lisboa*, que reflete uma intenção atual bastante expressiva ao incentivo da permeabilidade e da



111. Planta da Casa de Hóspedes Rockefeller de Philip Johnson

descompressão da edificação em território de *Logradouro*. Esta intenção, materializada sobre o conceito legal de *Superfície Vegetal Ponderada*[180], surge sem dúvida em prol da negligência que se fez acontecer sobre o território de *Logradouro*, durante a evolução da cidade, que como vimos anteriormente foi alvo de uso e abuso com construções de caráter residual.

Esta consciencialização da *Superfície Vegetal Ponderada*, não só nos faz salvaguardar a construção em contexto de Logradouro, bem como incentiva

180 ("*«Superfície vegetal ponderada (Svp)» é o resultado, expresso em área, do contributo das diferentes superfícies com revestimento vegetal, ponderadas em função da sua importância, com o objetivo de requalificar os logradouros e espaços exteriores, do ponto de vista ambiental, funcional e urbanístico, promover a melhoria do conforto térmico e visual, favorecer a infiltração de água no subsolo, retardar o lançamento da água da chuva nas redes públicas de saneamento básico e contribuir para a regulação micro climática*.") REPÚBLICA PORTUGUESA, 30 de agosto de 2012 – Despacho n.º 41/MES/85 [Revisão do Plano Diretor Municipal, incluindo o Regulamento, a Planta de Ordenamento e a Planta de Condicionantes, aprovada na reunião de 24 de julho de 2012, de acordo com a deliberação nº47/AML/2012]. Diário de República, 2.ª Série. N.º 168, Artigo 4º, alinha d).

a permeabilidade deste território. Ao adotar o seu intuito legal de promover a permeabilidade nos *Logradouros*, a presente proposta tira proveito de uma das suas condições construtivas, a introdução de coberturas verdes, compostas por uma *superfície vegetal sobre laje com (...) terra viva/substrato.*[181] que potencia o desenvolvimento de elementos verdes ajardinados.

Por um lado, esta medida expressa-se como fundamental por se demonstrar ser uma moeda de troca a um maior aproveitamento da área disponível em *Logradouro* para a edificação de habitação[182], mas por outro lado, também se revela como uma proposta conceptual que vem a ter um papel fundamental como solução passiva na ecologia e estética dos *Interiores do Quarteirão*.

Tendo em conta o caráter construtivo residual que estes por norma apresentam, com a disseminação temporal e parcelar destes novos conjuntos habitacionais aqui propostos, as suas coberturas vão impondo, parcela a parcela, uma mancha significativa verde e vegetal, que aliadas ainda a um sistema de acessibilidade sugestivo e fruído nas coberturas por parte dos seus futuros moradores, vão demarcando gradualmente este território do seu caráter não habitado e descaracterizado.

Esta situação da *Svp* e das respetivas coberturas ajardinadas, é figurada num outro projeto de três moradias urbanas em contexto de *Logradouro*, na avenida Almirante Barroso na cidade de Lisboa, atualmente ainda em projeto

181. Idem.

182. Ao adotar as coberturas com superfície vegetal sobre laje, a legislação vigente no artigo 44º do PDML, referente aos *Logradouros*, permite uma extensão da área disponível para implantação edifica. Sendo que a contabilização da superfície vegetal ponderada a cumprir dá-se na seguinte equação: 0,5 ATLOG = A + 0,6 B + 0,3 C ; Sendo que "ATLOG" corresponde a área total do Logradouro; "A" corresponde a área vegetal não edificada; "B" corresponde a superfície vegetal sobre laje com 1 metro de altura; "C" corresponde a superfície vegetal sobre laje com 0,3 metros de altura. Consultar em: Ibidem, Artigo 44º, ponto 6.



112. Vista tardoz das moradias urbanas do projeto de um edificio na Avenida Almirante Barroso da autoria do atelier Embaixada. Imagem pelo autor em ambito profissional (StudioNascente), 2019

de execução e obra, da autoria do atelier de arquitetura intitulado *Embaixada*, dos arquitetos Nuno Griff, Cristina Mendonça e Paulo Goinhas. Este projeto apresenta uma gestão clara e sóbria da *Svp,* fazendo implementar na sua estreita e extensa parcela de *Logradouro*, três módulos repetidos de moradias urbanas, originando vazios em pátio que articulam tanto o edifício estruturante com estes módulos, tal como fazem também articular os próprios módulos entre si.

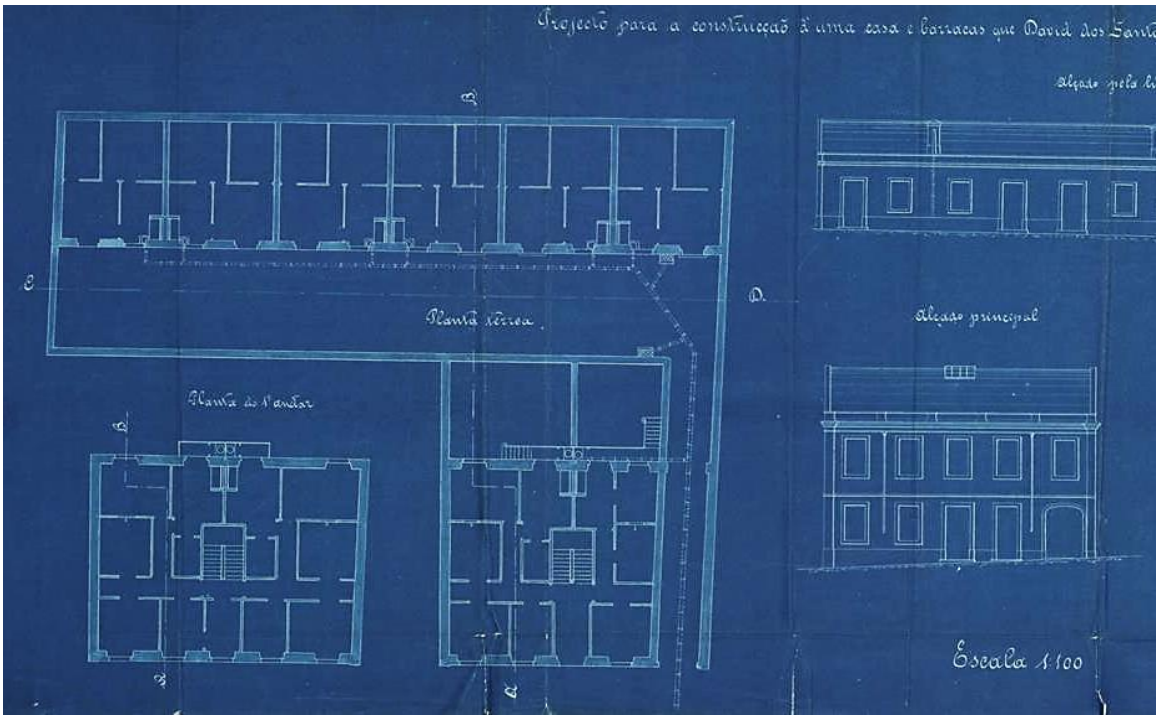
Esta gestão de implantação é sobretudo referência para o uso da superfície vegetal sobre laje em coberturas, mas também alude ao modo como se pode vir a manusear a implantação e o seu respetivo sistema distributivo, numa parcela extensa de *Logradouro*, nomeadamente transposto para o presente trabalho nas parcelas de maior dimensões do caso de Alvalade, e que iremos ver com maior detalhe no subcapítulo seguinte, *à escala das Parcelas*.

Contudo, após a gestão do modo como o modelo de *Pátio e Vila* se faz implementar, apresenta-se a sua materialização, introduzindo-se o tema da casa e da sua respetiva composição elementar e tipológica, e como este se acomoda à relação especifica entre o exterior e interior em contexto de *Logradouro*.

A presente proposta molda assim o modelo compositivo da habitação, como critica ao modulo compositivo de *Vila*, e a forma como este não estava preparado para uma eventual implantação em contexto de *Logradouro*, como retratado no primeiro capítulo do presente trabalho. Tal era claramente comum a presença de compartimentações interiores sem vãos de comunicação com exterior, isto em virtude do desenho do módulo compositivo de *Vila* estar preparado para uma situação de implantação de rua, e não propriamente para situações condicionadas em contexto de *Logradouro*.

No entanto, as parcelas de *Logradouro* apresentam na sua generalidade morfologias que são facilmente condicionadoras a um desenvolvimento compositivo da habitação com duas frentes, isto é, voltando os seus compartimentos interiores para uma frente e para um suposto tardoz. Tal, assenta em duas razões: para além da natural ausência da via pública, que obriga o vazio em pátio a assumir as responsabilidades análogas às da rua; as parcelas de *Logradouro,* genericamente, apresentam áreas difíceis para grandes áreas de construção, resistência ainda acrescida pelas exigências legais por parte do PDML.

Sobre este pressuposto, desenvolveu-se um modelo compositivo base que reflete ser capaz de superar as limitações até aqui apresentadas, através de



113. Vila Rosário – Campo de Ourique, AML

uma composição de uma só frente, e que hierarquiza de modo direto e claro o espaço servidor, o espaço servido e o pátio exterior. Assim, é encostado ao núcleo interno e cego do fogo, uma bateria infraestrutural que corresponde aos espaços da casa que têm o intuito de servir, ou seja, a instalação sanitária e a cozinha.

Esta bateria infraestrutural possibilita então a libertação da restante área do fogo ao se voltar e ao usufruir do pátio exterior, estabelecendo uma relação bastante clara na composição da casa, se por um lado os espaços dominantes da casa, salas e quartos, são servidos pelas instalações sanitárias e cozinhas, por outro são prolongados e assistidas pelo o pátio exterior.[183]

183. Esta noção compositiva tem como clara referência o "neoracionalismo" do arquiteto Souto de Moura, fundamento patente em todo seu portefólio de projetos e em muitas das suas obras de habitações.

Este fundamento compositivo do fogo, permite também em certas parcelas o aproveitamento da área absorvida pela empena do edifício estruturante, e que possibilita a exploração com habitação virada para o *Logradouro,* fazendo encostar a bateria infraestrutural do fogo com alguma naturalidade, ao núcleo central de acessos verticais do edifício estruturante, moldando também a fronteira e barreira entre o espaço comercial a permanecer e o conjunto habitacional proposto.

Contudo, as diversidades tipológicas fazem-se acontecer sobretudo no desenvolvimento horizontal deste modelo de fogo, mas também visível no seu sentido vertical. Se podemos considerar que este módulo de fogo se inicia numa tipologia de T0, esta pode ser ampliada e articulada a tipologias de T1, T2, T3 e T4, fazendo agregar no seu interior as compartimentações extra.

Já no seu sentido vertical, esta composição base do fogo, retoma o acesso vertical predominante no módulo compositivo da *Vila* da era industrial, as *escadas em tiro.,* como foi aludido no primeiro capítulo. Esta introdução possibilita então um leque imensurável de variantes, refletindo uma versatilidade imensa no modo de compor as habitações e as suas respetivas tipologias. Se por um lado com a introdução das escadas em tiro no interior da habitação podemos desenvolver tipologias verticais em duplex, por outro podemos ainda agregar às tipologias do fogo com desenvolvimentos horizontais compartimentos independes que se desenvolvem no piso elevado.

Sobre este pressuposto, todas as parcelas aqui intervencionadas fazem adaptar estas noções compositivas à sua morfologia, sendo que as suas tipologias, num sentido prático e abstrato à presente proposta académica, seriam moldadas face às eventuais vontades dos seus proprietários e investidores, bem como, às necessidades momentâneas afetas a cada uma das parcelas.

III.II À ESCALA DAS PARCELAS,

O PÁTIO E A VILA

Como sequência do tópico anterior, no qual se reflete sobre diretrizes da proposta projetual *à escala do Quarteirão,* como um estudo prévio, e ensaiadas as resistências que o território de *Logradouro* apresenta à implementação do modelo de *Pátio e Vila*, neste segundo momento da proposta, progredimos a intervenção para uma reflexão de maior aproximação à parcela, abordando essencialmente os dispositivos e elementos arquitetónicos que aludem ao modelo de *Pátio e Vila* a ser aqui engendrado.

Este segundo e último momento da proposta, faz uma maior aproximação à realidade prática e exercitada na disciplina da Arquitetura, como se tratasse de uma situação banal de uma "encomenda" conceção para uma parcela de *Quarteirão*, com o intuído de nela fazer explorar o seu *Logradouro* com habitação. Tendo como referência face aos projetos e obras referenciados anteriormente, as moradias urbanas na Av. Almirante Barroso, ou as duas

casas em Santa Isabel, os quais correspondem a operações independentes e sobre parcelas autónomas, abstratas ao seu contexto de *Quarteirão*.

À escala das Parcelas, reflete-se ainda como um momento que podemos considerar num sentido ideal do presente trabalho, como se estas parcelas fossem as parcelas chave, e que seriam as possíveis a iniciar esta tipo de intervenção nas unidades de *Quarteirão* já faladas anteriormente.

Assim, e como seguimento da proposta desenvolvida à escala do Quarteirão, a presente proposta faz a aproximação a duas parcelas, uma de cada um dos casos em intervenção, e que apresentam entre si características diferentes e distintas seja ao nível da sua dimensão e proporção, seja ao nível das tipologias edificadas que estas suportam.

A primeira parcela alude às características morfológicas típicas do bairro de Campo de Ourique, referenciando também as parcelas de *Logradouro* com dimensões mais contidas e com menos profundidade presentes por todo o tecido da cidade de Lisboa, e que ainda comporta uma tipologia habitacional mais antiga, o típico *Gaioleiro*.

A segunda parcela alude às características opostas, morfologicamente típicas de bairros com *Quarteirões* de maior dimensão como Alvalade, com dimensões mais avantajadas, sobretudo no desenvolvimento da sua profundidade, e que ainda absorve nos seus limites uma tipologia habitacional mais recente, o também típico *Rabo de Bacalhau*.

Assim, o presente momento de reflexão da proposta prática, vincula o *Gaioleiro* de Campo de Ourique à tipologia de *Pátio*, e o *Rabo de Bacalhau* de Alvalade à tipologia de *Vila.* Refletindo-se aqui o *Pátio*, como o conjunto de habitação coletiva no *Logradouro*, com articulação dependente ao edifício estruturante - neste caso o *Gaioleiro* - em que ambos os corpos edificados, o existente e o novo, dependem mutuamente de um único vazio - o pátio.

A *Vila*, é assim o conjunto de habitação coletiva no *Logradouro*, com articulação semi-independente do edifício estruturante, neste caso uma das muitas variantes de *Rabo de Bacalhau*, em que o novo conjunto se desenvolve para o interior do *Logradouro*, multiplicando-se e articulando-se por pátios, e dissociando-se gradualmente do edifício estruturante existente, dando a possibilidade de a *Vila* ser lida e assumida como um conjunto quase independente e autónomo.

IDENTIFICAÇÃO E PASSAGEM DE SERVENTIA

Como vimos no tópico anterior, o primeiro momento na implementação do modelo de *Pátio e Vila* está na sua gestão ao nível do piso zero, com os seus atuais usos e o modo como estes se vão fazer adaptar à implementação da passagem de serventia que faz a ligação entre o conjunto segregado, e a via pública.

No caso do *Gaioleiro* de Campo de Ourique, este apresenta a utilização de habitação ao nível térreo, fazendo-se adaptar um dos seus fogos existentes a uma tipologia menor, dando espaço para a implantação da passagem de serventia típica do modelo de *Pátio e Vila*.

Já no *Rabo Bacalhau* de Alvalade, este apresenta de igual modo a utilização ao nível térreo de habitação, no entanto, no seu *Logradouro* de extensas dimensões, dá-se um estacionamento a céu aberto, logrado pelos moradores do respetivo edifício de habitação coletiva. A presente proposta, para este contexto de parcela com maiores dimensões, passa de igual modo pela aquisição de uma das habitações de piso térreo, e pela sua redução tipológica de modo a fazer coexistir ao nível da rua, a passagem de serventia que irá fazer a comunicação pedonal entre o novo conjunto habitacional no *Logradouro*, e a via pública. Já a passagem de serventia existente, permanecerá como acesso automóvel, mas agora proposto a se desenvolver



114. Alçado principal da tipologia habitacional de Gaioleiro, com a implementação da identificação e passagem de serventia do Pátio. (Imagem pelo autor no ambito da presente investigação.)

para o subsolo, com o objetivo de compensar o estacionamento atualmente existente, e fazer corresponder a proposta com exigências legais patentes no Plano Diretor Municipal.[184]

Assim, ao se fazer adaptar esta operação às tipologias do *Gaioleiro* e do *Rabo de Bacalhau*, surge fundamentalmente a necessidade de se fazer articular a identificação e entrada para as passagens de serventia pedonais, com o desenho dos seus respetivos alçados. No caso do *Gaioleiro* de Campo de Ourique, a passagem de serventia é enunciada na sua fachada seguindo a sua regra compositiva, e métrica de alçado, tirando partido do desenho patente no vão da porta principal de acesso ao edifício, copiando-o e replicando-o à

184. O estacionamento tem como referência o projeto das três moradias urbanas em contexto de Logradouro, dos Embaixada, no qual se faz desenvolver dois pisos no subsolo, acedidos por uma plataforma elevatória, e de estacionamento automóvel.



115. Alçado principal da tipologia habitacional de Rabo de Bacalhau, com a implementação da identificação e passagem de serventia da Vila. (Imagem pelo autor no ambito da presente investigação.)

atual janela lateral, fazendo então um vão de sacada ao qual dará entrada ao *Pátio*. Já no caso do *Rabo de Bacalhau* de Alvalade, a situação apresenta-se com maior simplicidade, uma vez que o desenho existente e patente da atual passagem de serventia automóvel, é facilmente reaplicado para o lado oposto, fazendo aceder-se da rua ao novo conjunto de *Vila* no Logradouro, e coexistindo ambos os acessos, pedonal e viário, com um desenho simétrico ao nível da fachada.

Contudo, no limite entre a via pública e o acesso restrito privativo destes conjuntos, estas passagens de serventia são protegidas pela aplicação do típico portão de metal que faz identificar o *Pátio*, e a *Vila*, situação que como vimos durante o presente trabalho, é ainda algo notório nas centenas de conjuntos disseminados pela cidade de Lisboa, e que refletem uma das

grandes características identitárias destas tipologias, e que as faz definir sobretudo como modelo.

IMPLANTAÇÃO E TIPOLOGIAS COMPOSITIVAS

Ao atravessarmos então as passagens de serventia, surgem agora no interior dos *Logradouros*, os respetivos conjuntos de *Pátio e Vila*. No caso do *Pátio*, e como consequência da sua parcela de Campo de Ourique de pequenas dimensões, este faz implementar o novo corpo edificado adossado ao limite oposto do edifício estruturante, e fazendo-o desenvolver-se num piso -1 de modo a rentabilizar a área para habitação, originando então, o espaço exterior nuclear em pátio, que articula o edifício existente com o edifício proposto. Esta relação é consequente das situações abordadas no tópico anterior, sobretudo visível na referência anterior da *Casa de Hospedes Rockefeller* de Philip Johnson.

Por outro lado, a *Vila* faz-se implementar de modo diferente, naturalmente reflexo da sua extensa parcela de *Logradouro*, que obriga esta a se desenvolver no sentido do *Interior do Quarteirão*, multiplicando a sua área edificada, e como consequência, também os seus respetivos vazios em pátios e em galerias de distribuição. Esta implantação segue o sóbrio e claro fundamento da referência das três moradias urbanas em contexto de *Logradouro*, projetadas para uma parcela na avenida Almirante Reis, por parte do atelier *Embaixada*. Neste projeto, os três módulos repetidos e afastados entre si, aludem a uma sóbria gestão da *superfície vegetal ponderada*, fazendo articular um sistema distributivo que faz comunicar de modo claro e racional a passagem de serventia, com toda a extensão da parcela de *Logradouro,* fazendo então a distribuição por todos os vários fogos.

Assim, na *Vila,* por esta se desenvolver numa parcela de *Logradouro* também extensa, esta solução de distribuição é copiada, fazendo passar então pelos corpos edificados propostos, e cobertos por um substrato vegetal sobre laje,



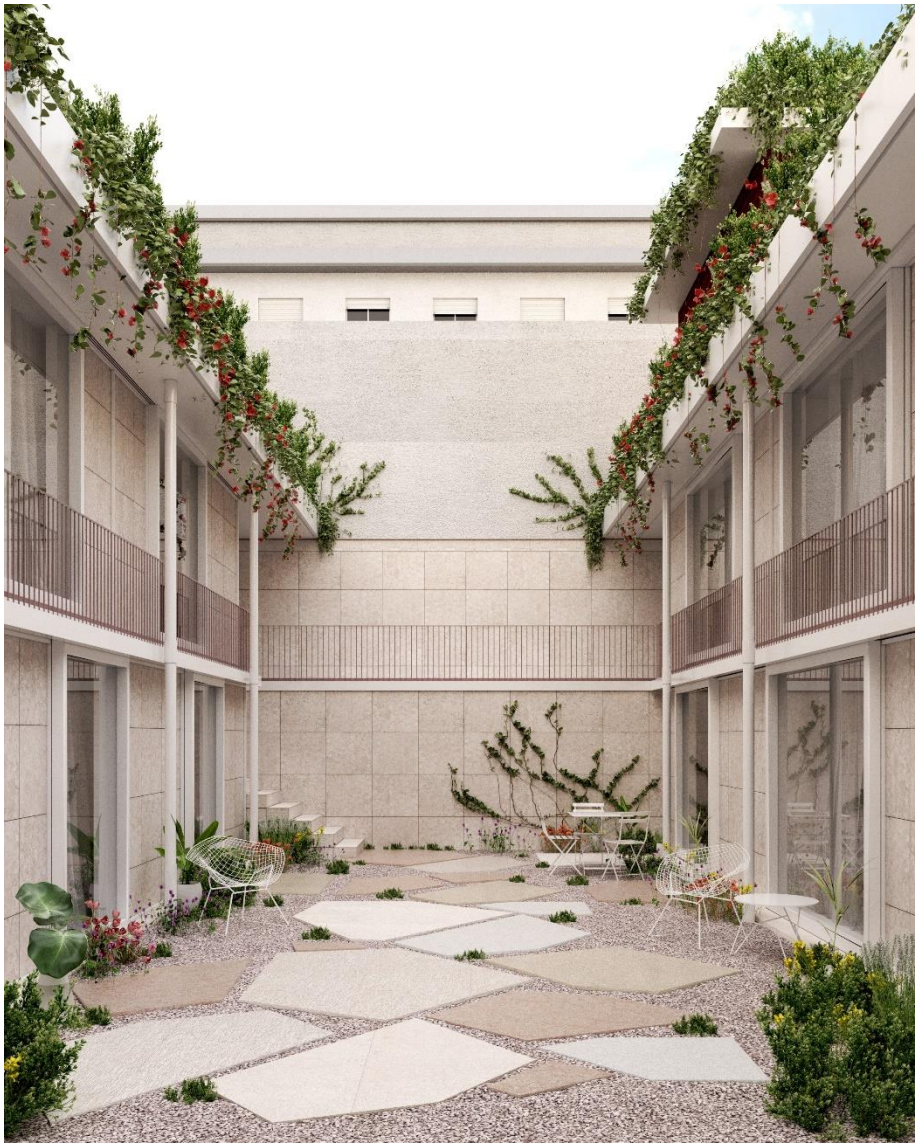
116. Vista interior das moradias urbanas do projeto de um edificio na Avenida Almirante Barroso da autoria do atelier Embaixada. Imagem pelo autor em ambito profissional (StudioNascente), 2019

todo um percurso direto e retilíneo de extensão da passagem de serventia pedonal, de modo a distribuir-se posteriormente em duas situações secundárias, por um lado as galerias de distribuição aos fogos compreendidos ao nível térreo, e os pátios e coletividade que desenvolvem tanto no piso térreo como no piso -1.

Dentro desta sucessão, desenvolvem-se então as tipologias habitacionais, que se moldam por um lado em função do pátio de convivência comum, e por outro de uma maior rentabilização da área edificada para o uso da habitação. Seja no *Pátio*, como também na *Vila*, são exploradas tipologias mais pequenas, de modo a possibilitar a acomodação de mais pessoas.



117. Atmosfera do espaço exterior comum do conjunto de Pátio (Imagem pelo autor no ambito da presente investigação.)



118. Atmosfera do espaço exterior comum do conjunto de Vila (Imagem pelo autor no ambito da presente investigação.)

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do presente trabalho, o problema estrutural da escassez de habitação vinculou a necessidade de reflexão do tema dos *Pátios e Vilas* de Lisboa, uma solução que outrora respondeu às necessidades mais expressivas por habitação na cidade.

Este modelo, aqui considerado de profundo sucesso, trouxe com ele a revelação de um território da cidade totalmente esquecido, e desvalorizado, que possibilitou a sedimentação e disseminação destes conjuntos por todo o tecido de Lisboa.

Assim, a presente investigação conclui a viabilidade de reativação do modelo de *Pátio e Vila*, que com evidencia, a sua futura implementação e reaplicação pelo tecido urbano da cidade de Lisboa, não só traz a possibilidade de oferta de habitação, como demonstra celebrar um território urbano esquecido e de carater residual, bem como a possibilidade uma futura construção e

reaplicação destes conjuntos pelo tecido urbano da cidade de Lisboa e ainda a valorização urbana que este pode apresentar, um verdadeiro sentido de intimidade.

Para tal, além de refletir sobre o modelo de Pátio e Vila, que embora um modelo de sucesso do passado na oferta de habitação, revela profundas carências habitacionais nos parâmetros da atualidade. Mais ainda, considerou-se essencial a análise e decomposição do espaço do *Logradouro*, de forma a assegurar a viabilidade da proposta: a reativação do modelo de Pátio e Vila.

Assim, a presente reflexão prática deste modelo, baseia-se nos planos municipais e normativas de condições de habitabilidade de hoje e assume como fator real e antecedente um possível reenforço nas medidas limitadoras de construção em contexto de logradouros no Plano Diretor Municipal, em sinfonia com uma possível medida de incentivo legal à construção de habitação coletiva em logradouros (modelo de Pátio e Vila), em troca de uma regularização e limitação do valor de arrendamento por metro quadrado anual.

Por fim, deseja-se sensibilizar o leitor e à disciplina da Arquitetura, para os valores e qualidades que o território em contexto de Logradouro poderá assumir no carácter mais íntimo da cidade.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Gonçalo M.F.S. - (2017)
Políticas sociais de habitação (1820 - 2015): espaço e tempo no concelho de Lisboa, Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

ANTUNES, Filipa A.S.G.O. - (2003)
Habitação operária – Pátios e Vilas de Lisboa – a experiência da cidade operária industrial, Tese de Mestrado em Arquitetura de Habitação, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa.

AUGÉ, Marc - 2012 (1992)
Não-Lugares – Introdução a uma antropologia da sobremodernidade, Lisboa, Editora Letra.

ARAÚJO, Norberto – 1992
Peregrinações em Lisboa - Livro II – Lisboa, Veja.

BASTOS, Francisco Leite – 1883
O Último Carrasco - Lisboa.

Boletim Olisipo - 1996
2ª Série, nº 3 –, CML, Lisboa.

COELHO, Carlos Dias et al - 2015
Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: O tecido. Leitura e interpretação – Págs. 12 a 35 – Lisboa, Argumentum.

COELHO, Carlos Dias et al - 2015
Cadernos de Morfologia Urbana – O Tempo e a Forma – Lisboa, Argumentum.

COELHO, Carlos Dias (coordenação), COSTA, João Pedro et al - 2015
Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: O Quarteirão. Elemento experimental no desenho da cidade contemporânea – Págs. 122 a 143 – Lisboa, Argumentum.

COELHO, Carlos Dias (coordenação), LEITE, João Silva et al – 2015
Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: A Parcela. Um instrumento de leitura dos elementos lineares emergentes – Págs. 144 a 163 – Lisboa, Argumentum.

COELHO, Carlos Dias (coordenação), MONTEYS, Xavier et al – 2015
Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: o edifício comum. Casas Lisboetas – Págs. 188 a 207 – Lisboa, Argumentum.

COELHO, Carlos Dias (coordenação), FERDANDES, Sérgio et al - 2015
Cadernos de Morfologia Urbana – Os Elementos Urbanos: O traçado. O sítio e a forma da cidade – Págs. 36 a 57 – Lisboa, Argumentum.

CULLEN, Gordon – 1983
Paisagem Urbana. Lisboa, Edições 70.

DINIZ, Susana Pais de Almeida Maia e Silva Correia - (2014)
O bairro de Campo de Ourique: projectos e actuações (1878-1958), Dissertação de Mestrado, FCSH: Universidade NOVA de Lisboa

HERTZBERGER, Herman - 1999
Lições de Arquitetura. Martins Fontes, São Paulo.

LYNCH, Kevin – 1960
A imagem da cidade - Lisboa, Edições 70.

LEITE, Cristina Ana e VILHENA, João Francisco – 1991
Pátios de Lisboa – Aldeias entre muros – Lisboa.

MACEDO, Luís Pastor – 1960

Lisboa de Lés-a-Lés - Vol. III - Lisboa, CML.

MENDES, Luís - (2020)

Nova Geração de Políticas de Habitação em Portugal: Contradições entre o discurso e as párticas no direito à habitação, Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia, Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/19635 , acedido a 16 de Agosto de 2020.

PEREIRA, Nuno Teotónio – 1993

Pátios e Vilas de Lisboa, 1870/1930 – *A promoção privada do alojamento operário* In Análise Social, Lisboa, Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

PEREIRA, Nuno Teotónio, Irene Buarque – 1995

Prédios e Vilas de Lisboa. Livros Horizonte, Lisboa.

RITO, André – 2020

Arrendamento: preços caem em Lisboa e mantêm-se no Porto. in Jornal Expresso. Disponível em: https://expresso.pt/economia/2020-07-22-Arrendamento-precos-caem-em-Lisboa-e-mantem-se-no-Porto , acedido a 16 de Agosto de 2020.

RODRIGUES, Maria João Madeira - 1979

Tradição, Transição e Mudança – a Produção do espaço Urbano na Lisboa Oitocentista. Boletim Cultural da Assembleia distrital de Lisboa, Lisboa.

SALGUEIRO, Teresa Barata - 1981

Habitação Operária em Lisboa, Lisboa.

TÁVORA, Fernando – 2004

Da Organização do Espaço. FAUP, Porto.

TEIXEIRA, Manuel - 1992

As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. In Análise Social, Lisboa, Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

ZUMTHOR, Peter - 2006

Atmosferas, Barcelona, Editorial Gustavo Gili.

REPÚBLICA PORTUGUESA, 7 de agosto de 1951
Decreto-Lei n.º 38 382 [Aprova o Regulamento Geral das Edificações Urbanas – Alterado pelos Decretos-Lei n.º38 888 de 29 de Agosto de 1952, n.º 44 258 de 31 de Março de 1962, n.º 45 027 de 13 de Maio de 1963, n.º 650/75 de 18 de Novembro, n.º 43/82 de 8 de Fevereiro, n.º 463/85 de 4 de Novembro, n.º 172–H/86 de 30 de Junho, n.º 64/90 de 21 de Fevereiro, n.º 61/93 de 3 de Março, n.º 555/99 de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho]. Diário da República, 1.ª Série. N.º 166

REPÚBLICA PORTUGUESA, 14 de fevereiro de 1985
Despacho n.º 41/MES/85 [Aprova as Recomendações Técnicas para Habitação Social (RTHS), na sequência da publicação da Portaria n.º 580/83, de 7 de maio]. Diário de República, 2.ª Série. N.º 38.

REPÚBLICA PORTUGUESA, 30 de agosto de 2012
Despacho n.º 41/MES/85 [Revisão do Plano Diretor Municipal, incluindo o Regulamento, a Planta de Ordenamento e a Planta de Condicionantes, aprovada na reunião de 24 de julho de 2012, de acordo com a deliberação nº47/AML/2012]. Diário de República, 2.ª Série. N.º 168

RTP 2 - (1996)
Pátios e Vilas de Lisboa – Parte I. Disponível em: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/patios-e-vilas-em-lisboa-parte-i/

RTP 2 - (1996)
Pátios e Vilas de Lisboa – Parte II. Disponível em: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/patios-e-vilas-em-lisboa-parte-ii/

ANEXOS

PARTE I - Documentação gráfica dos casos de intervenção consultada no Arquivo Municipal de Lisboa: 1. Campo de Ourique; 2. Alvalade

PARTE II – Fotografias Maquetes

PARTE III – Processo (Esquissos)

PARTE IV – Paneis de Apresentação

PARTE I – DOCUMENTOS CONSULTADOS EM AML

1. CAMPO DE OURIQUE

Lista de documentos:

1 – Rua Tomás de Anunciação,70-70B

2 – Rua Correia Teles, 21

3 - Rua de Infantaria 16, 58-58B Rua do Quatro de Infantaria, 27-27E

4 - Rua Correia Teles, 19-19D Rua do Quatro de Infantaria, 41-43

5 - Rua de Infantaria 16, 62-62C Rua Tomás de Anunciação, 62-62E

6 - Rua Correia Teles, 23-23B Rua Tomás de Anunciação, 72

7 - Rua de Infantaria 16, 60-60E

8 - Rua do Quatro de Infantaria, 29-29D

9 - Rua do Quatro de Infantaria, 29 – 29A

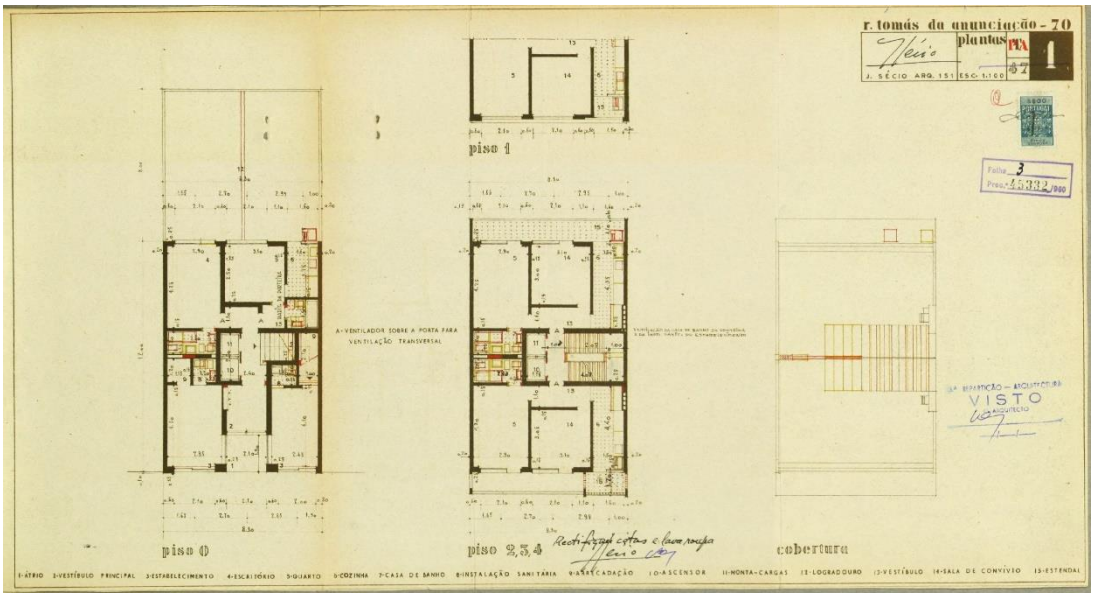
10 - Rua do Quatro de Infantaria, 31-31C

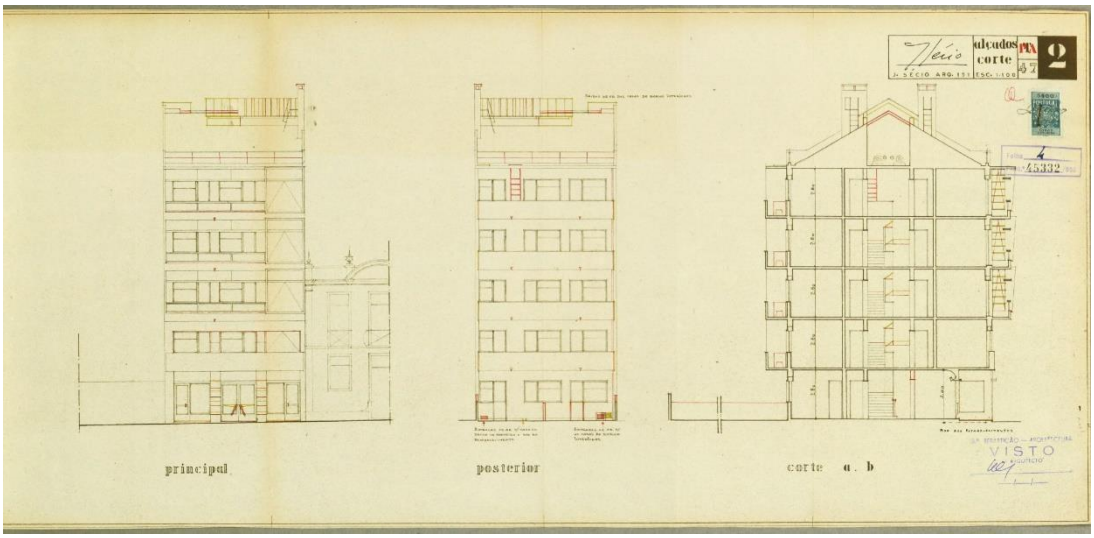
11 - Rua do Quatro de Infantaria, 33-33A

12 - Rua do Quatro de Infantaria, 35-35A

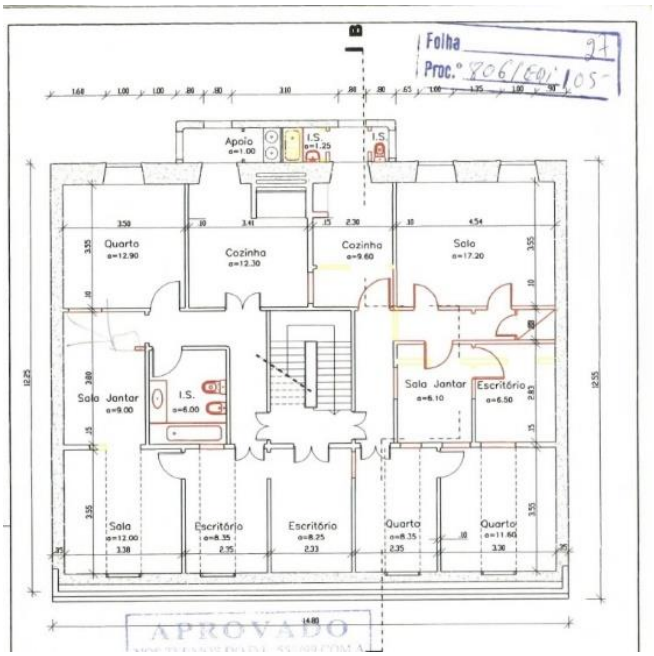
13 - Rua Tomás de Anunciação, 64-64D

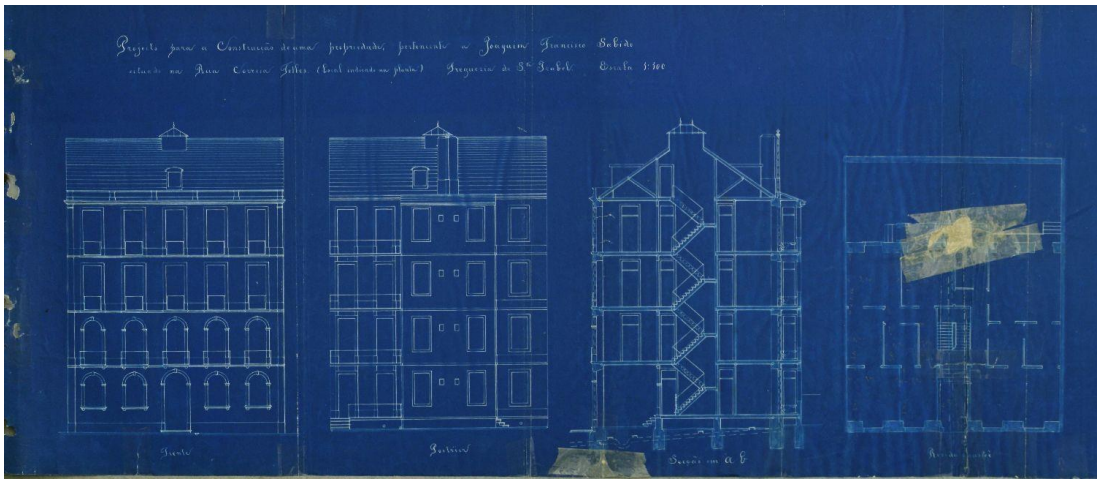
14 – Rua Tomás de Anunciação, 66-66B



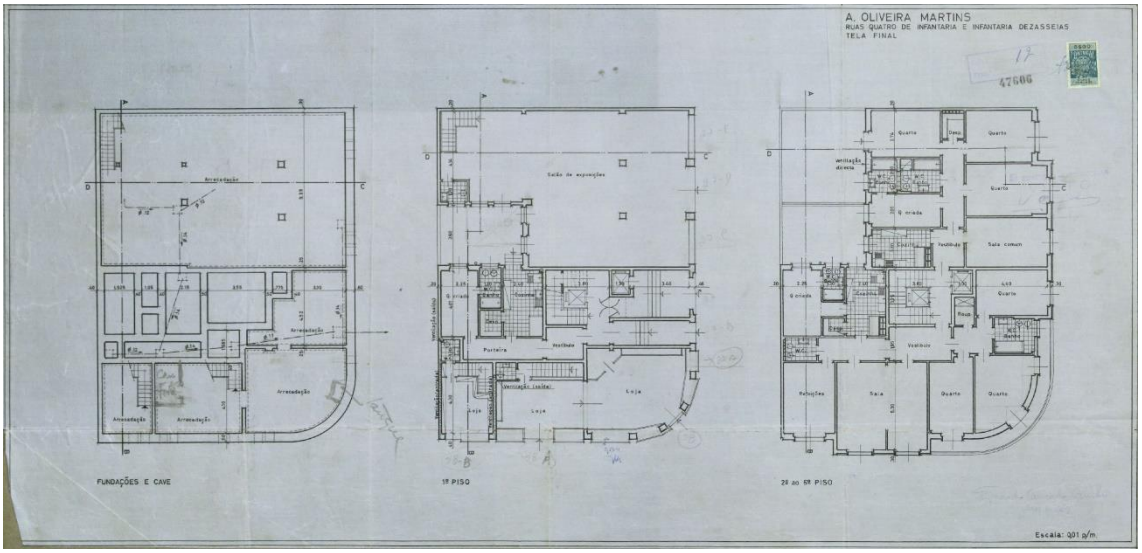


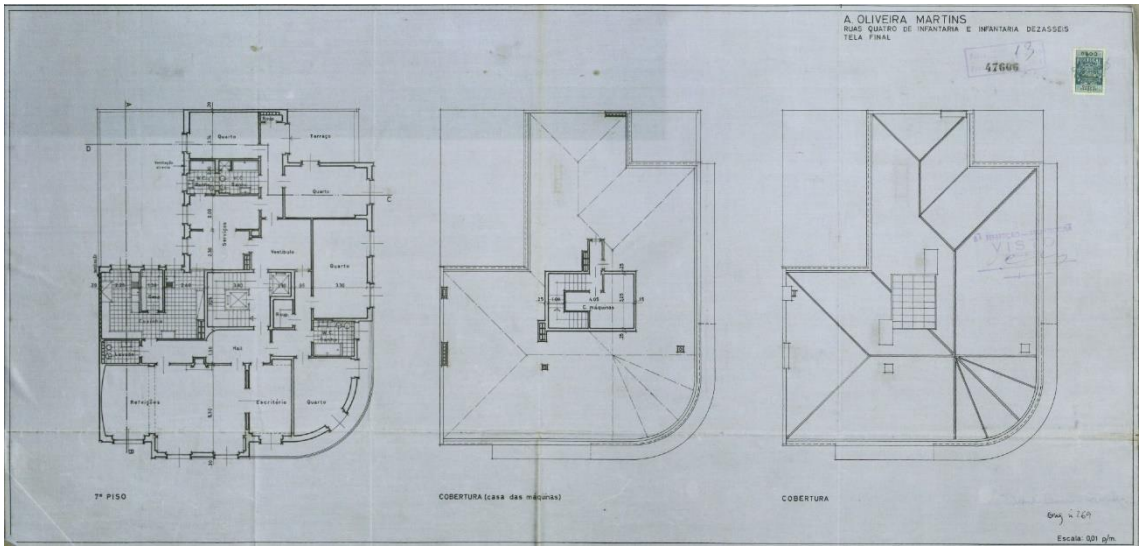
Rua Tomás de Anunciação,70-70B

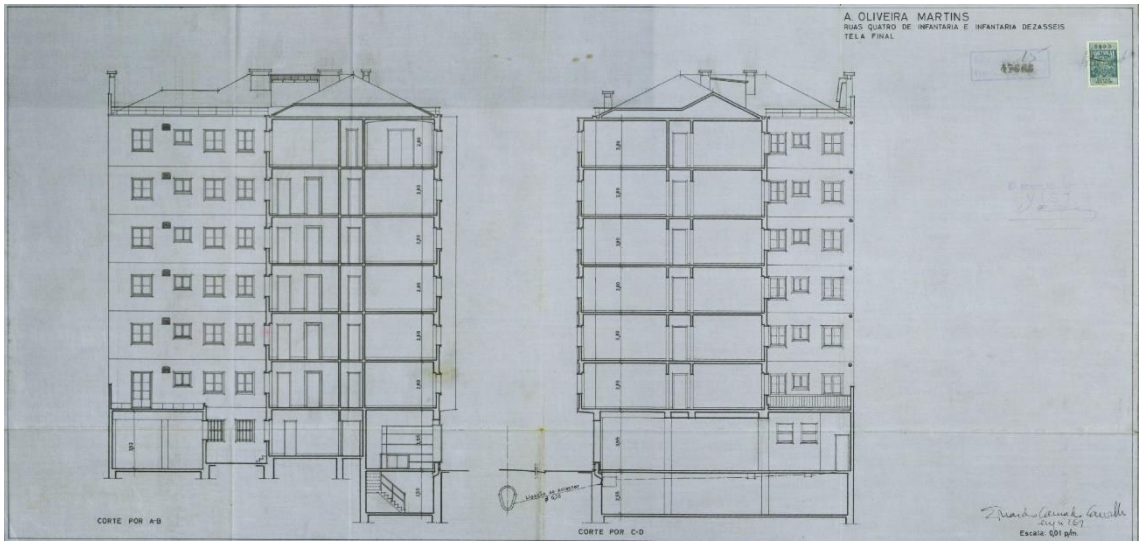




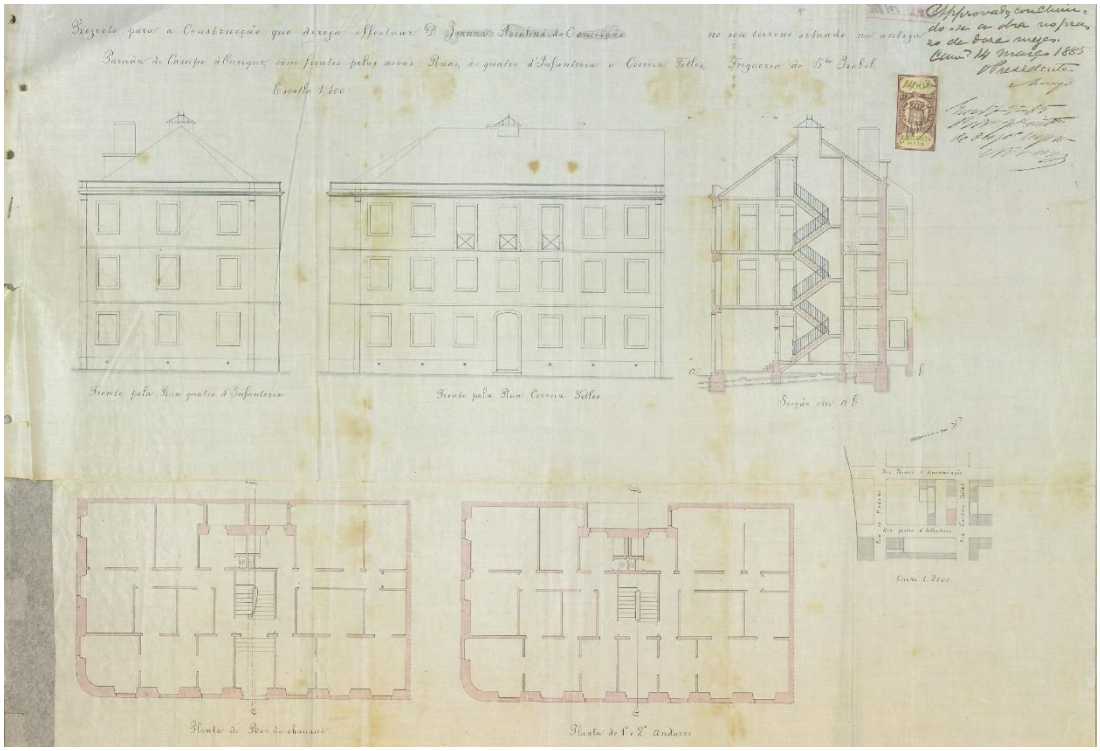
Rua Correia Teles, 21



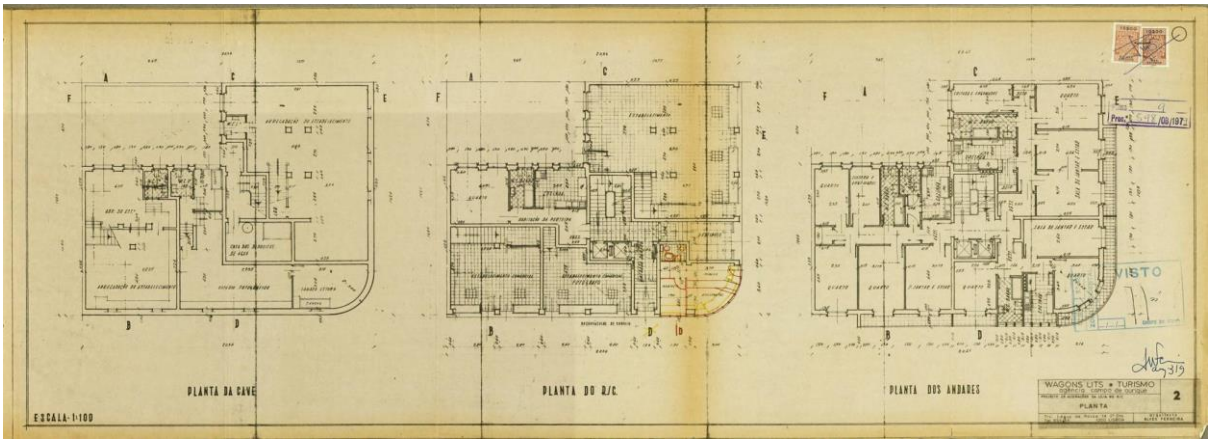


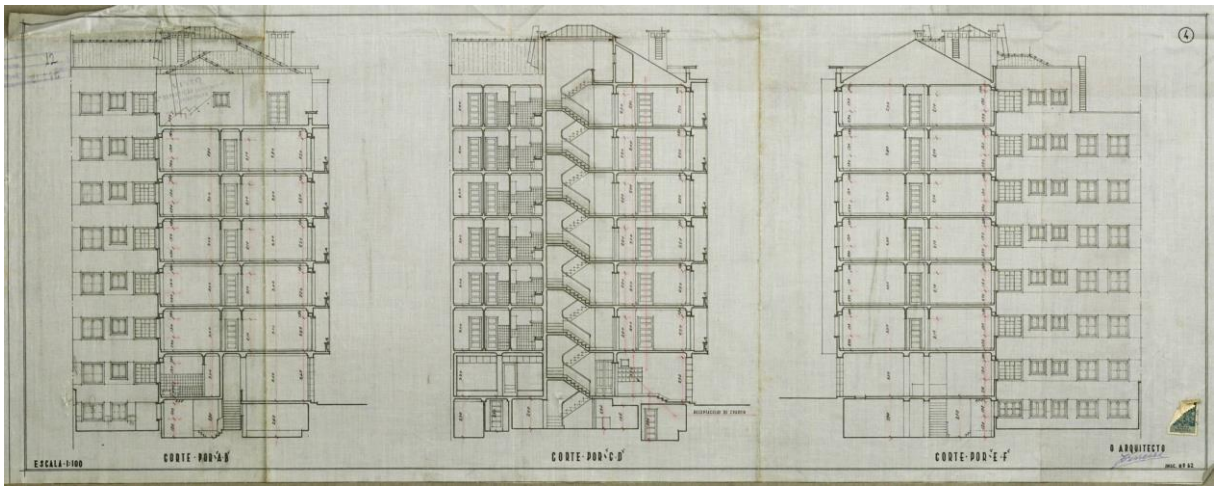


Rua de Infantaria 16, 58-58B Rua do Quatro de Infantaria, 27-27E

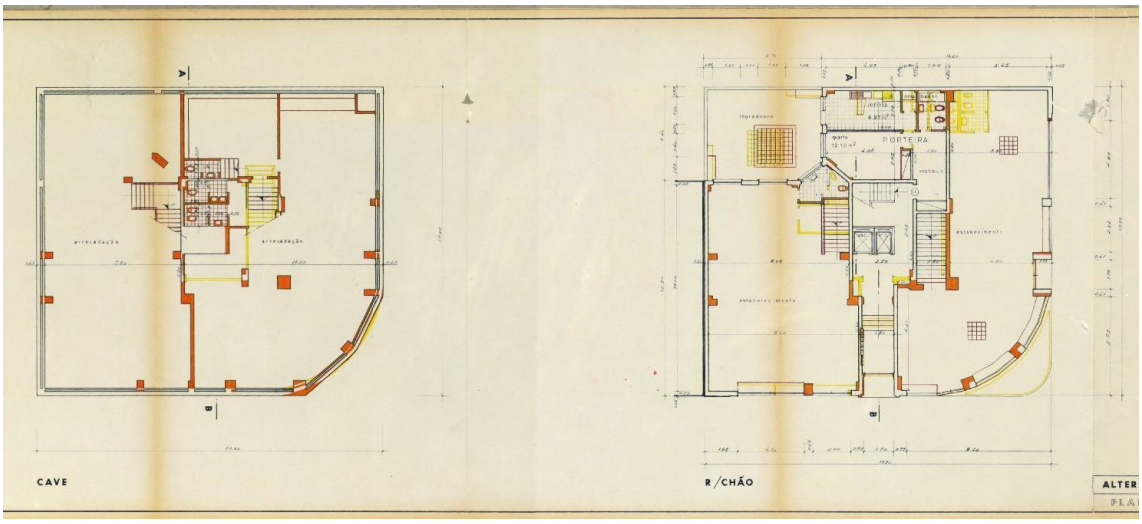


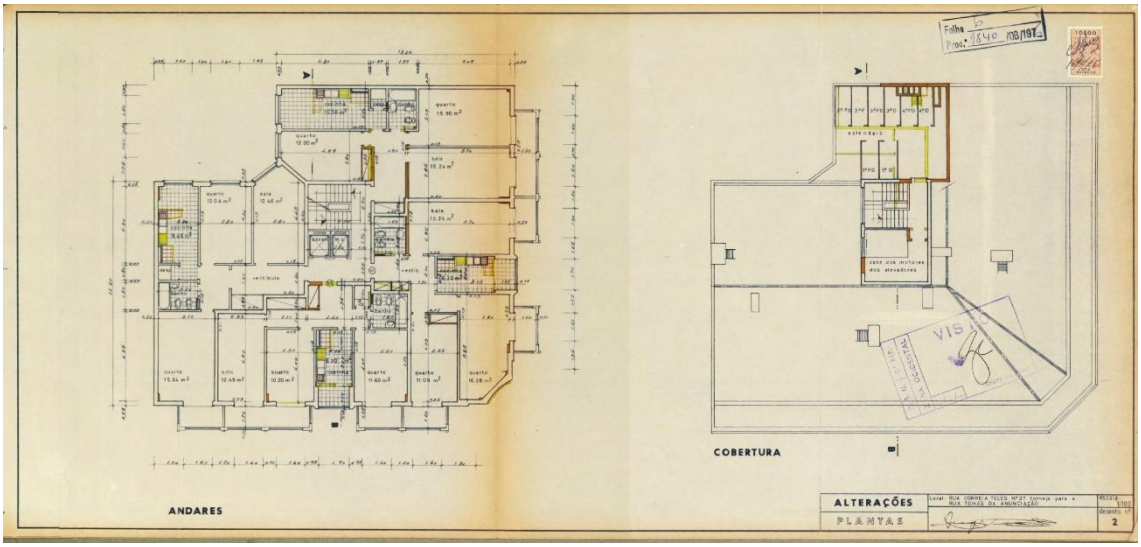
Rua Correia Teles, 19-19D Rua do Quatro de Infantaria, 41-43

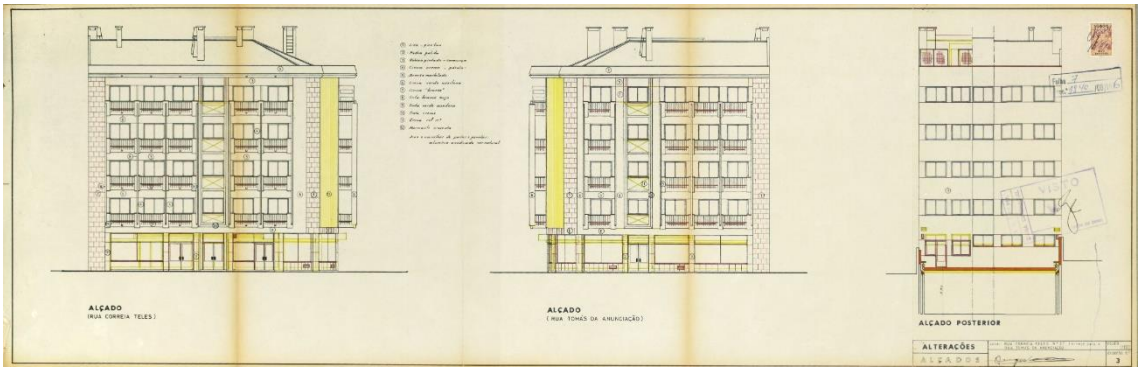




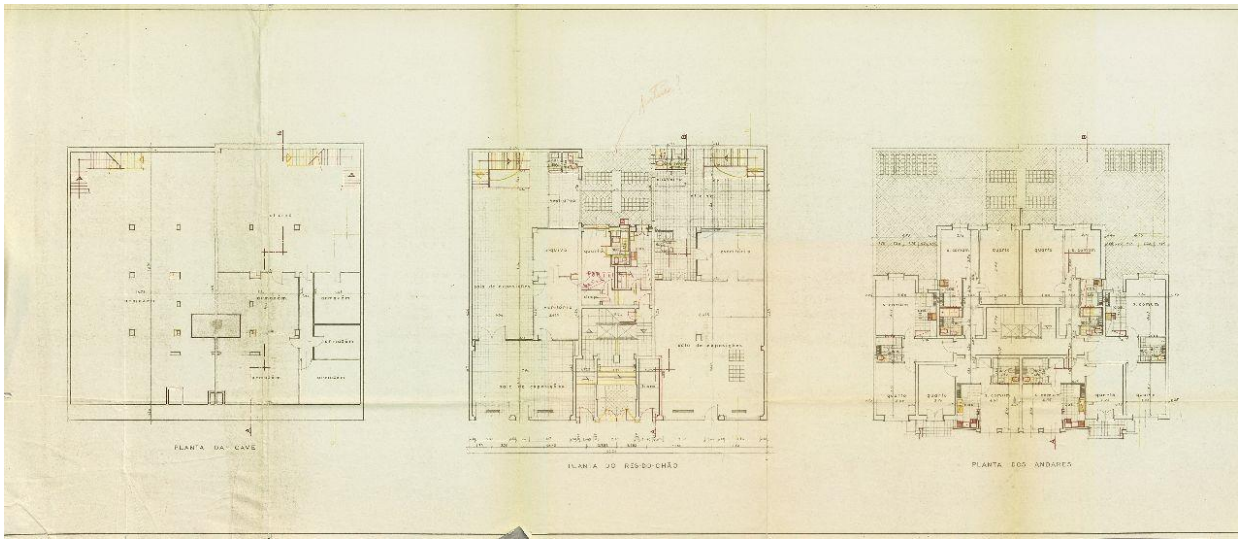
Rua de Infantaria 16, 62-62C Rua Tomás de Anunciação, 62-62E

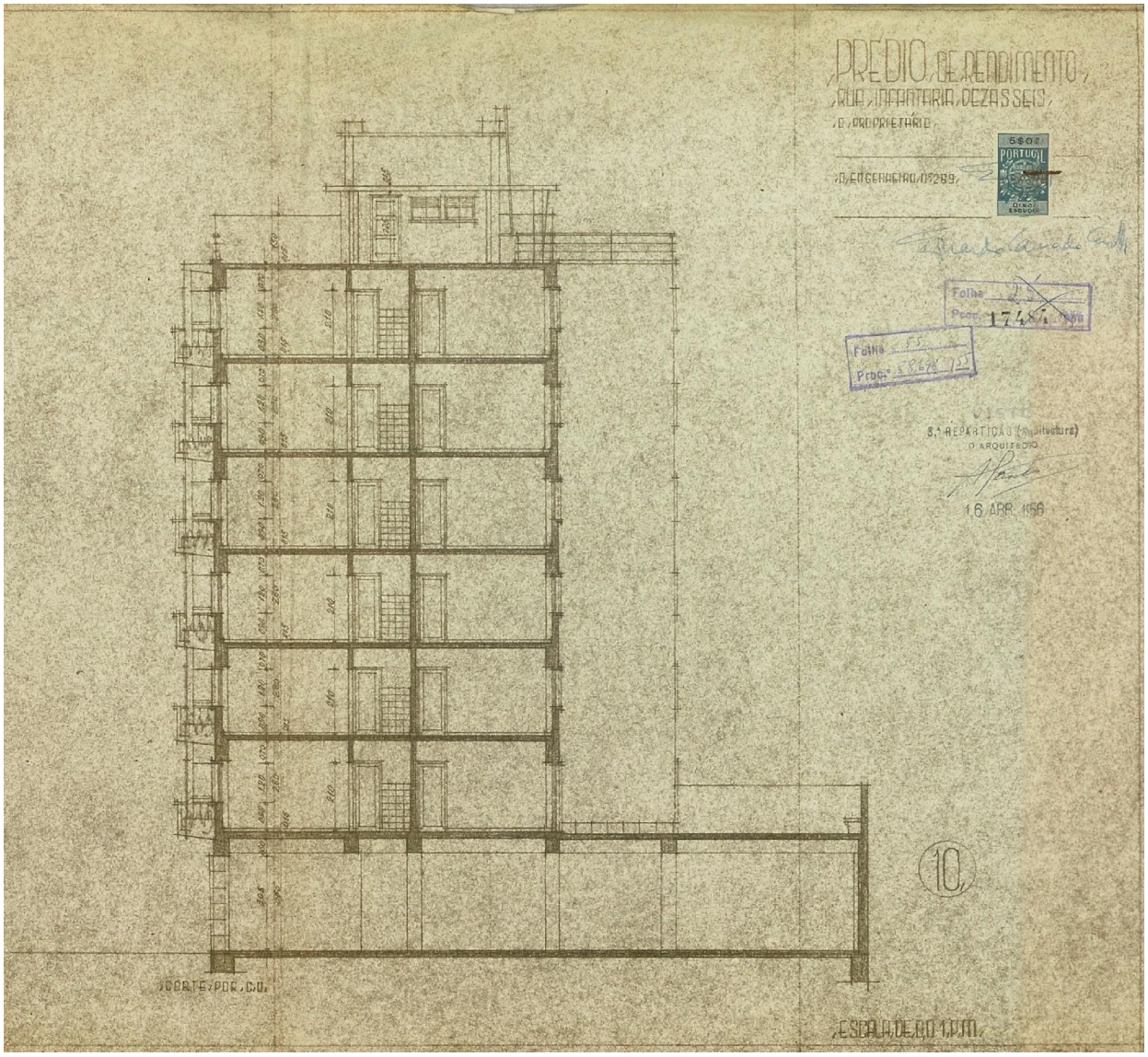




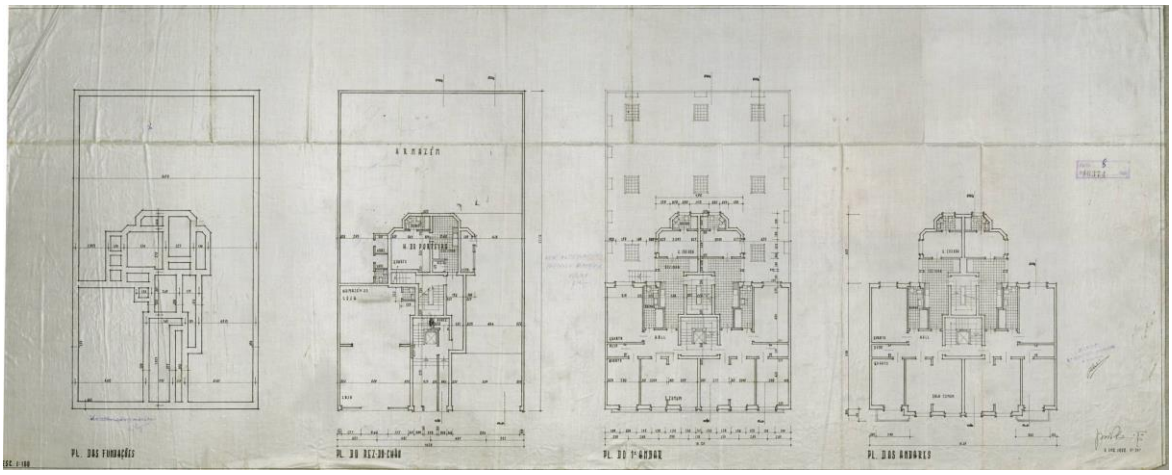


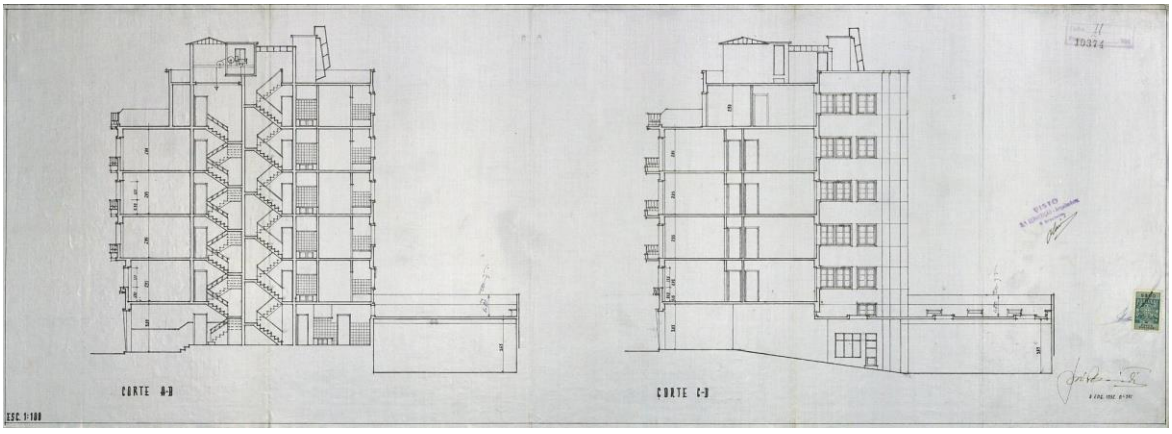
Rua Correia Teles, 23-23B Rua Tomás de Anunciação, 72



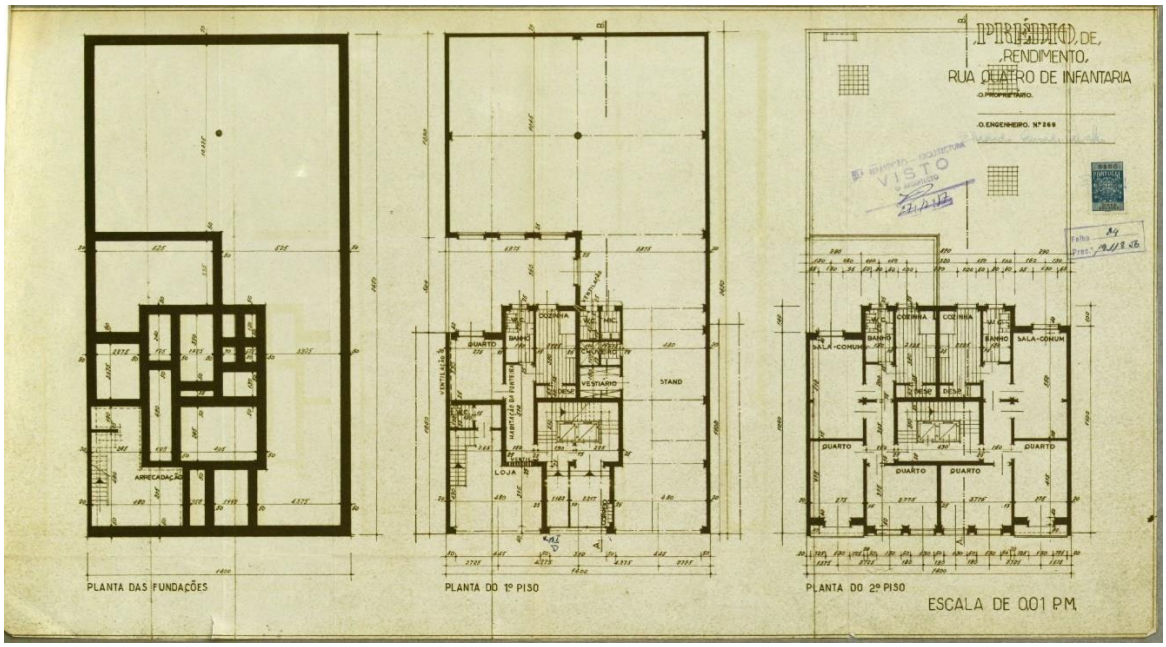


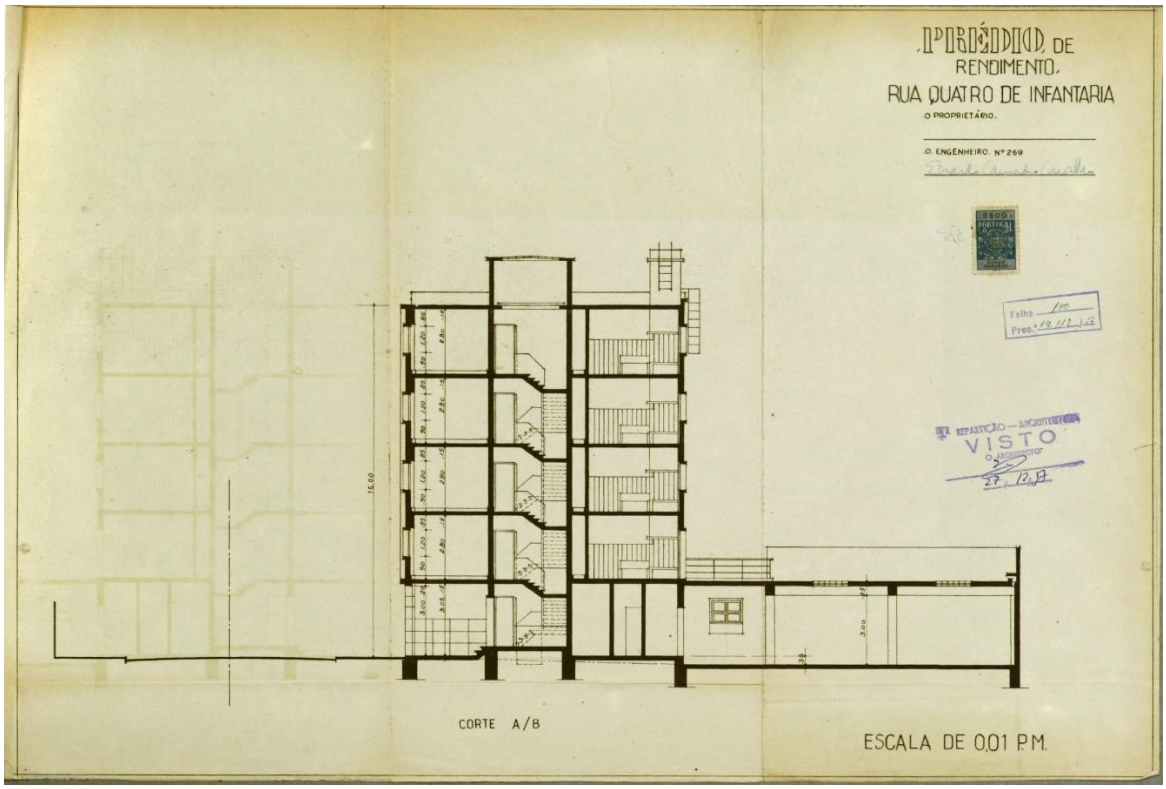
Rua de Infantaria 16, 60-60E



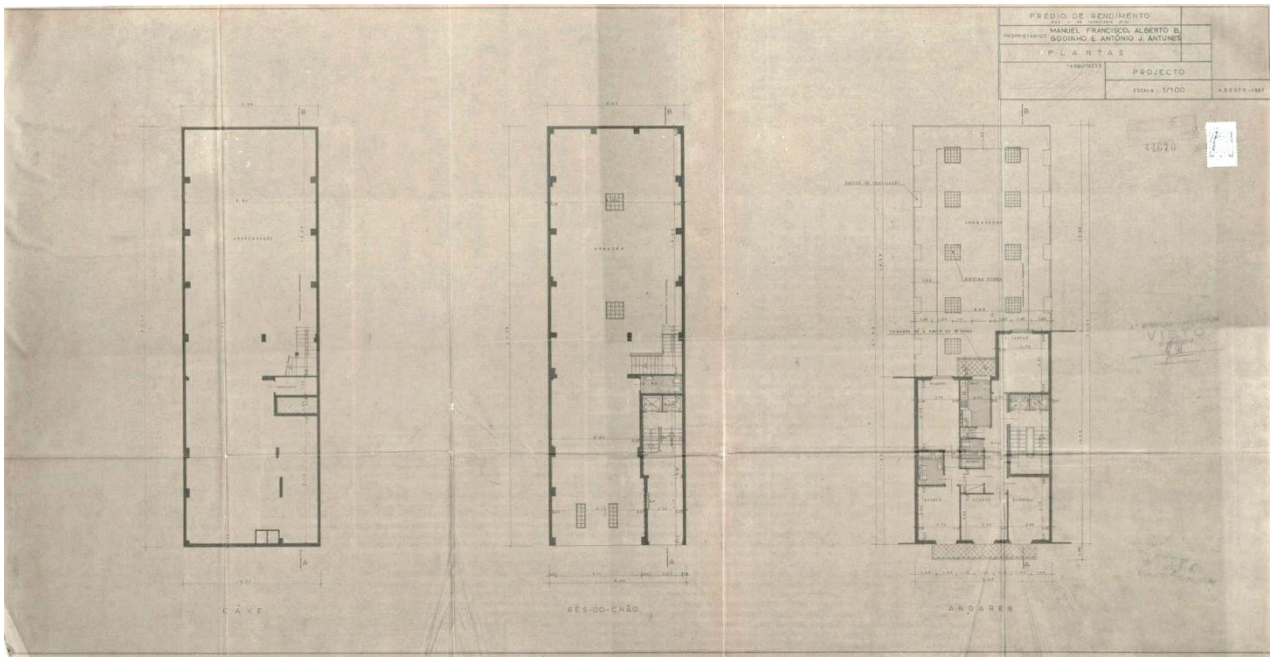


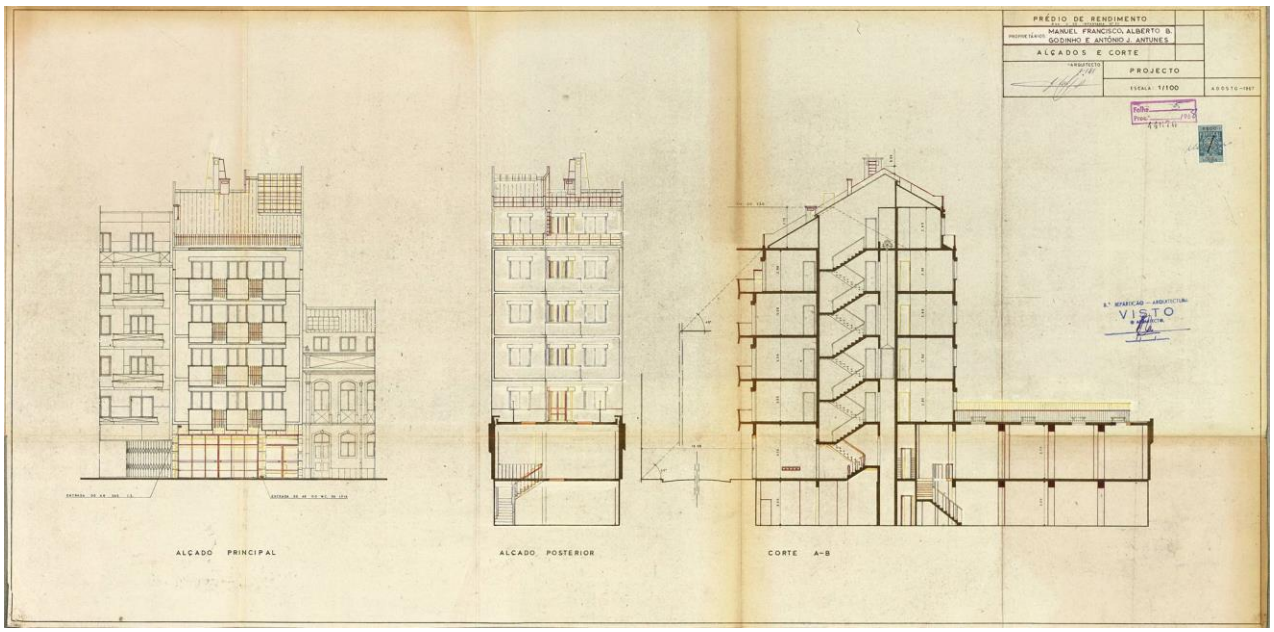
Rua do Quatro de Infantaria, 29-29D



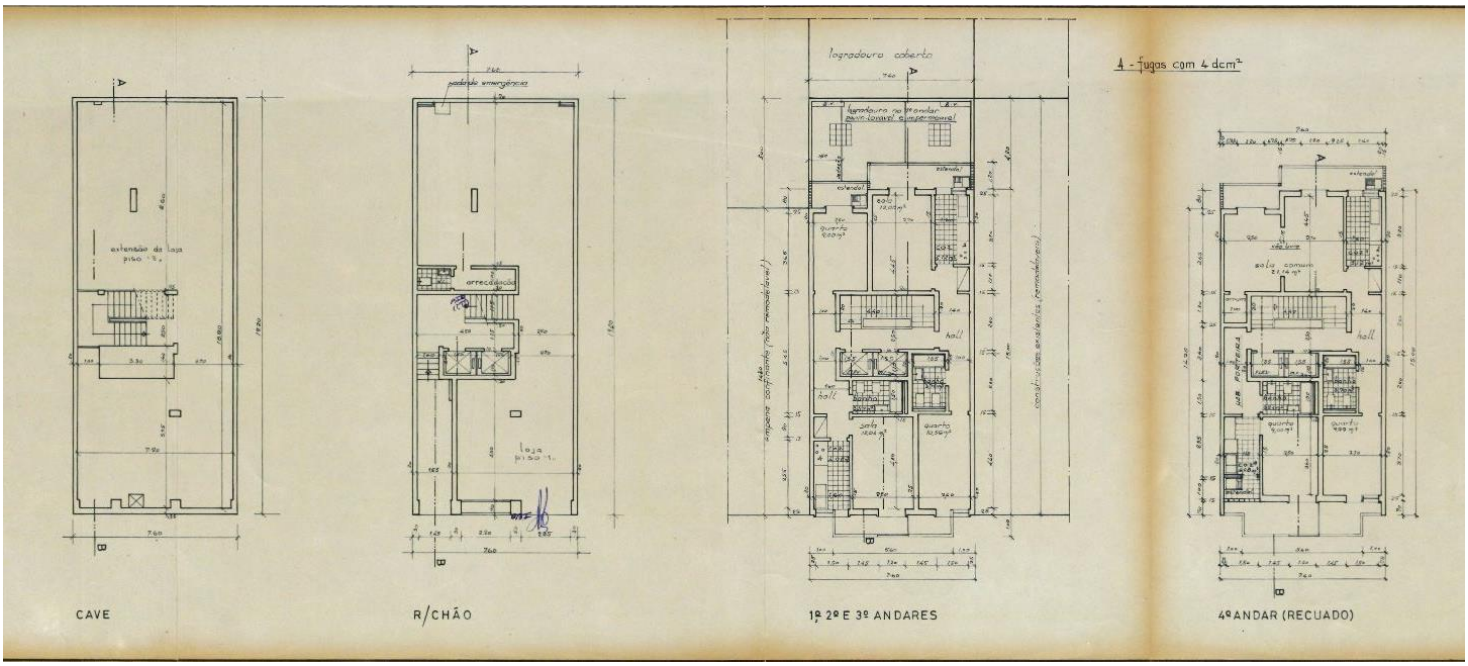


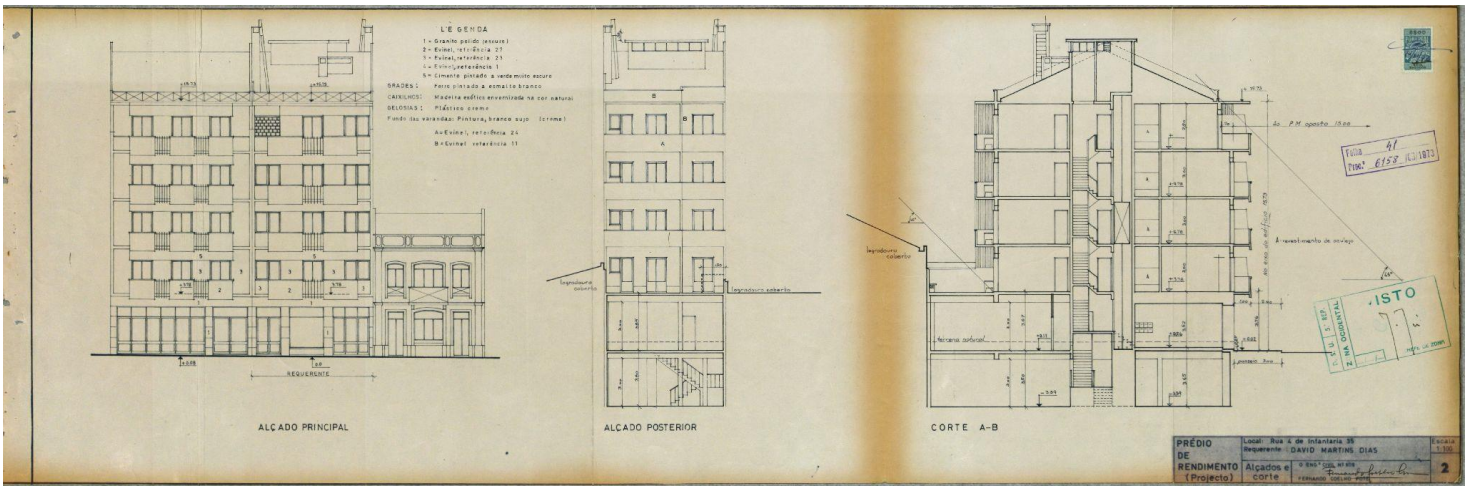
Rua do Quatro de Infantaria, 29 – 29A



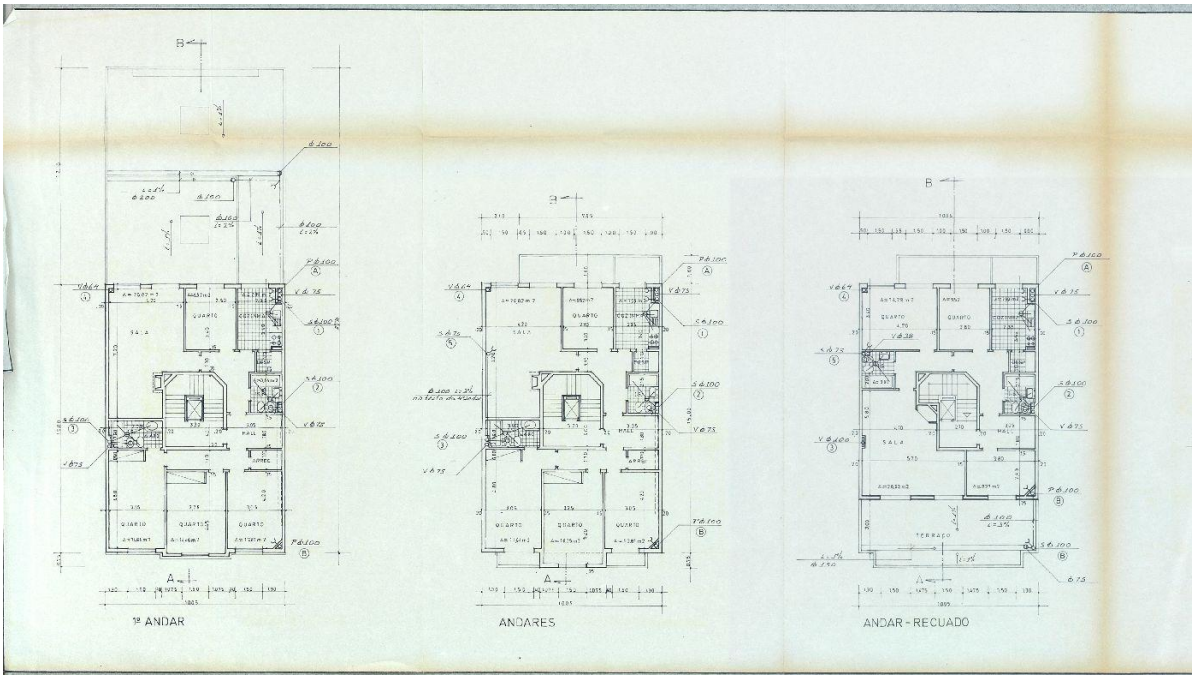


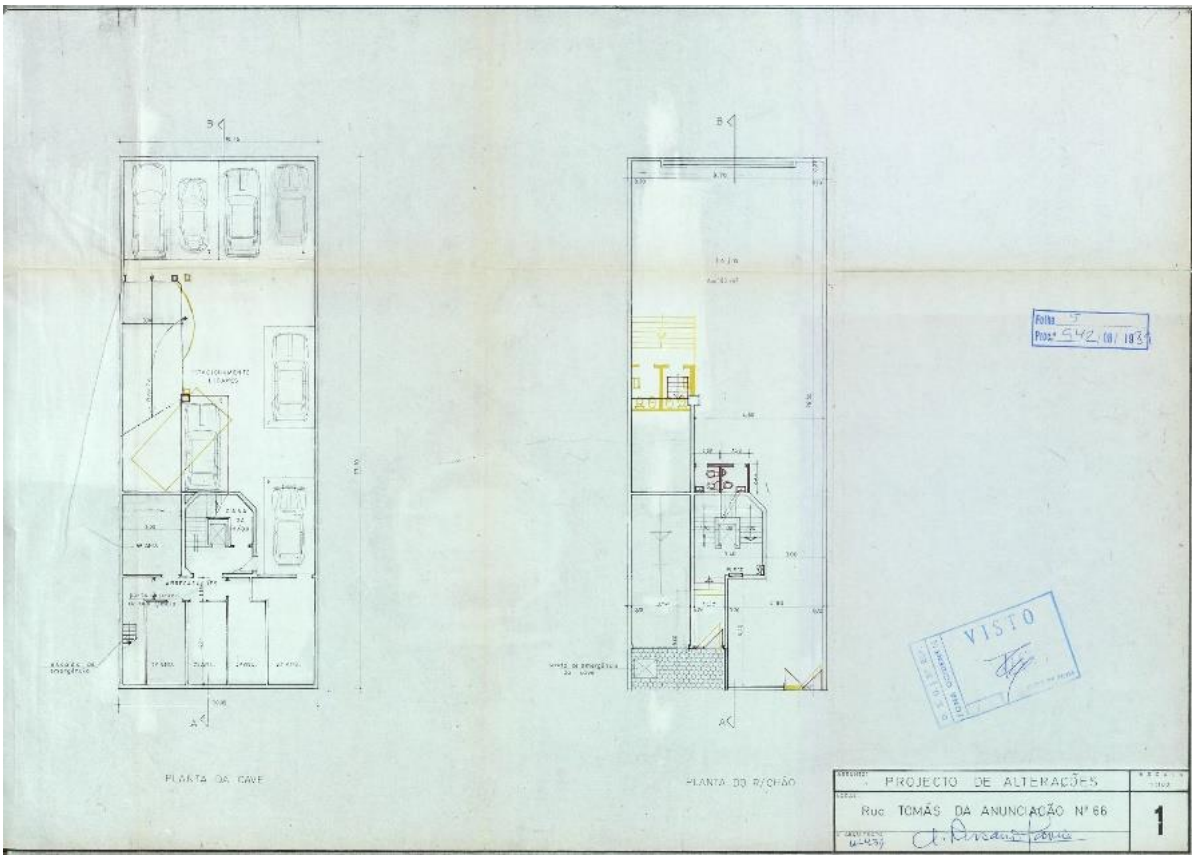
Rua do Quatro de Infantaria, 31-31C



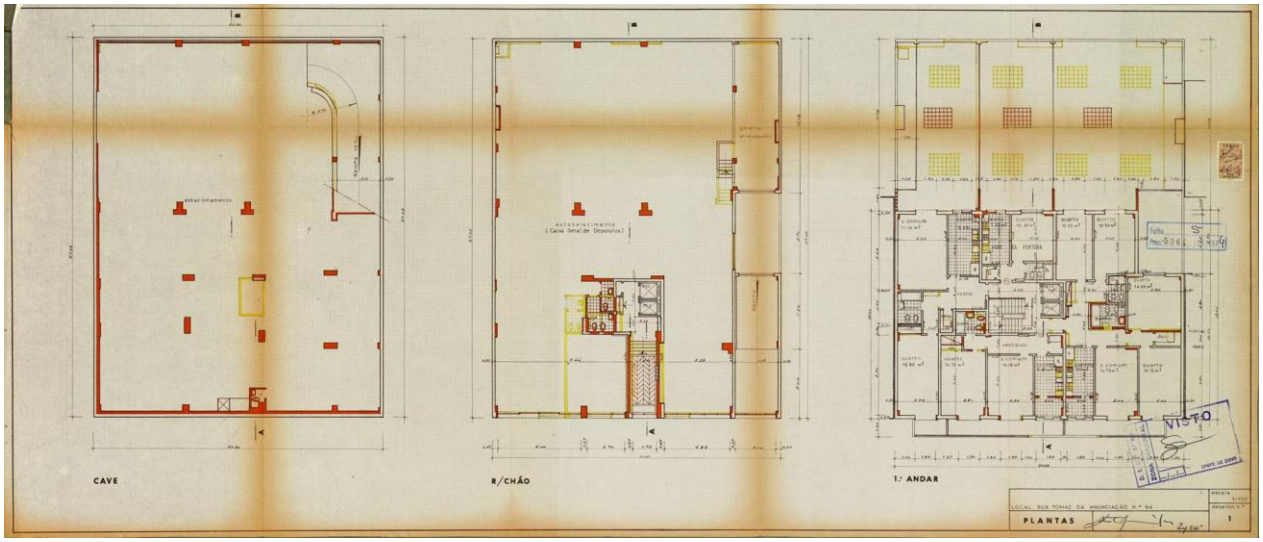


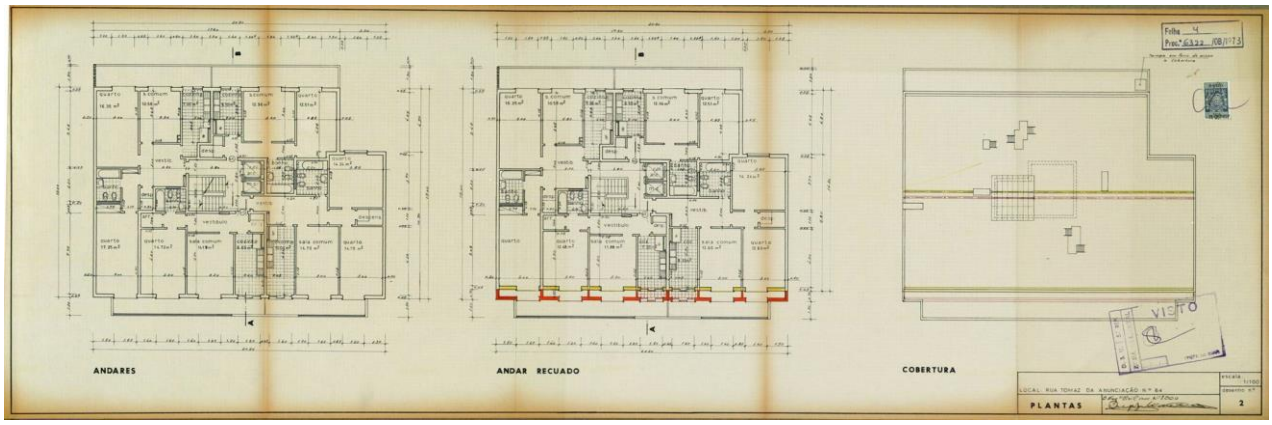
Rua do Quatro de Infantaria, 33-33A

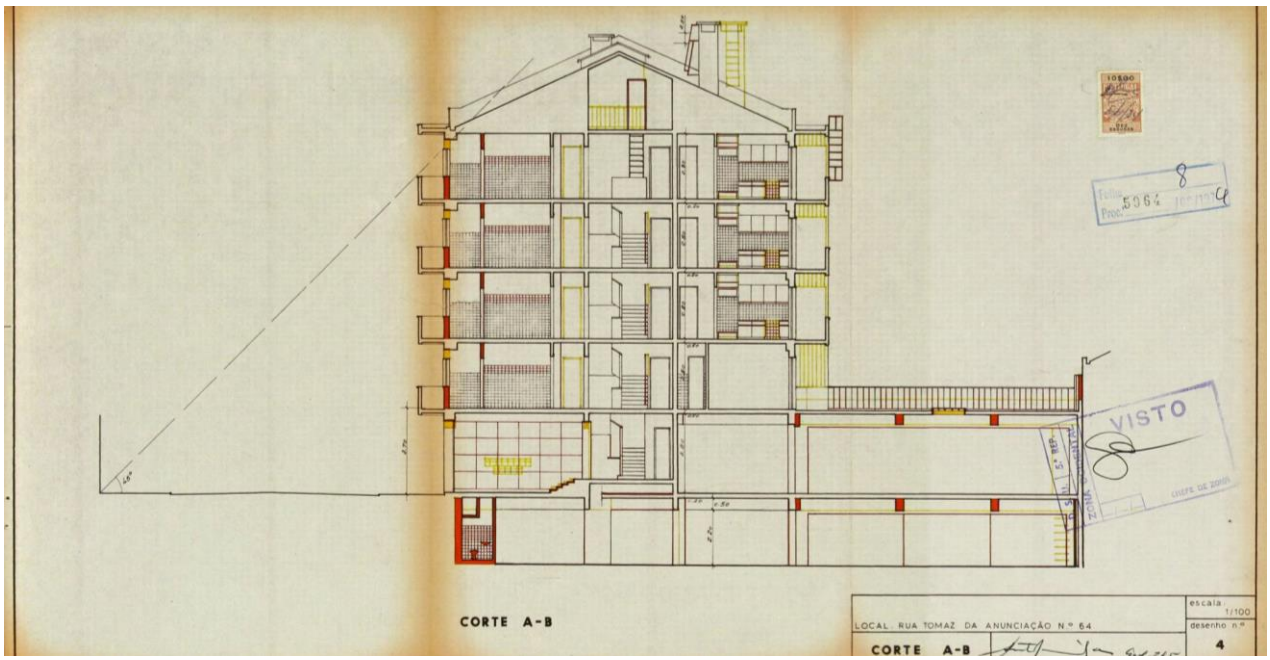




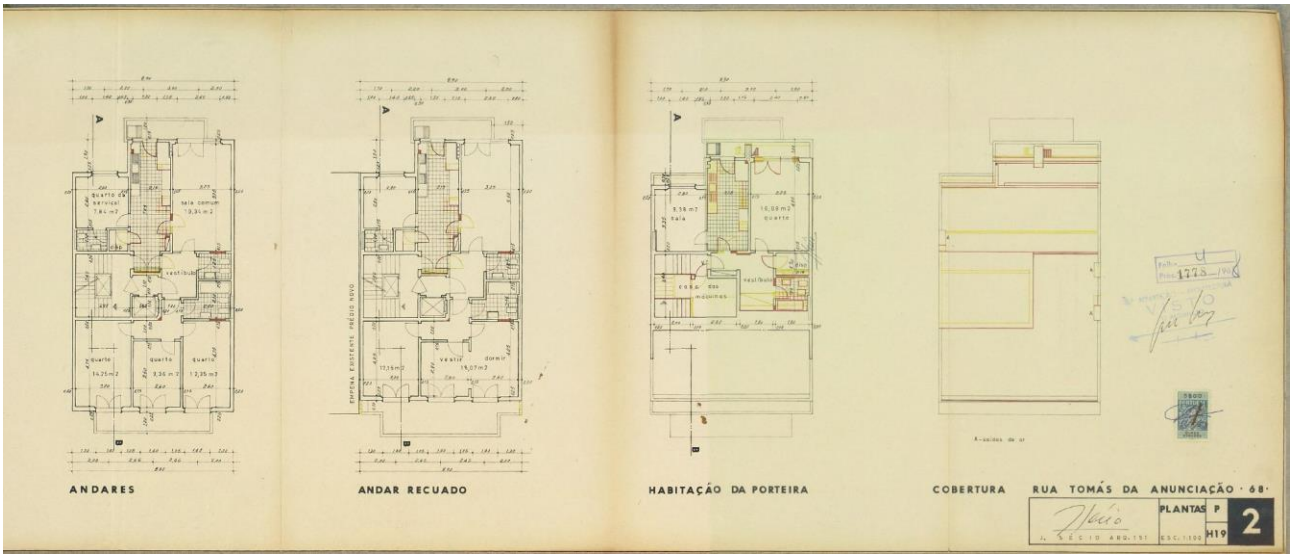
Rua do Quatro de Infantaria, 35-35A

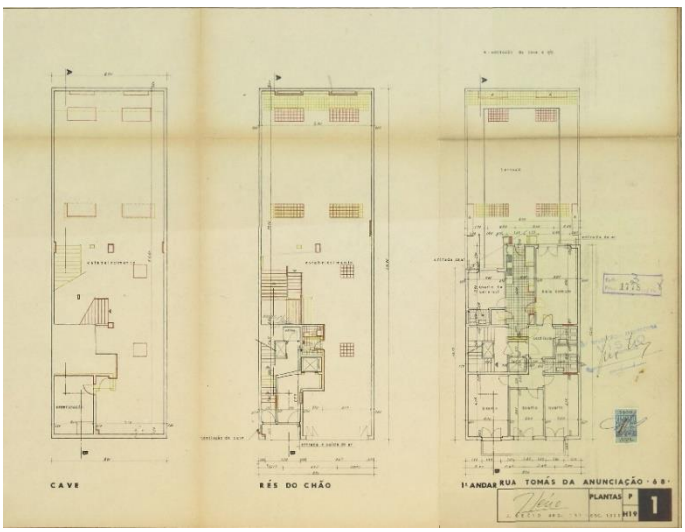


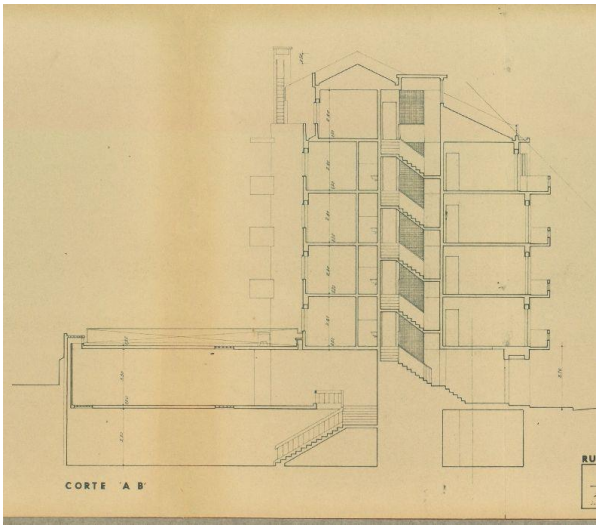




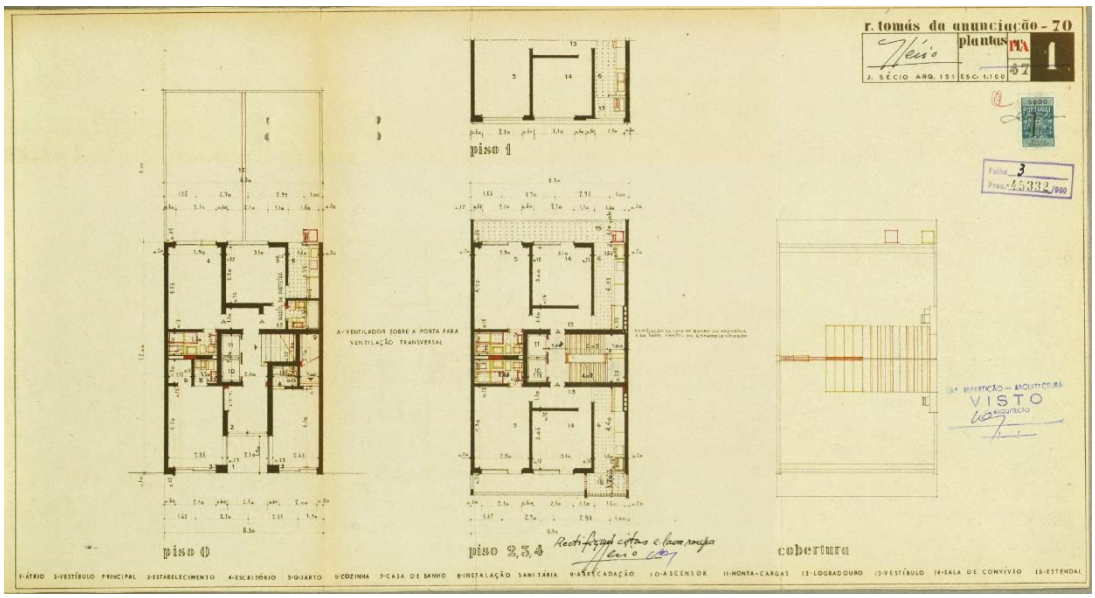
Rua Tomás de Anunciação, 64-64D

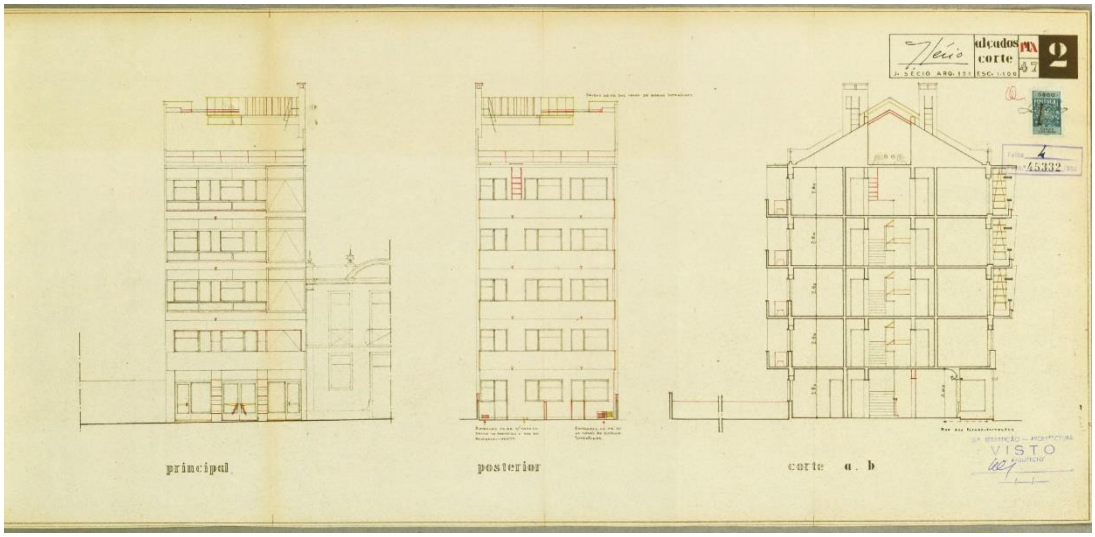






Rua Tomás de Anunciação, 66-66B





Rua Tomás de Anunciação,70-70B

2. ALVALADE

Lista de documentos:

1 - Rua Marquesa de Alorna, 23-27

2 – Rua Marquesa de Alorna, 21-21D

3 - Avenida de Roma, 96-96B

4 - Avenida da Igreja, 34-34D

5 - Avenida de Roma, 98-98B

6 - Praça de Alvalade, 11-11E

7 - Praça de Alvalade, 11-11E

8 - Rua Luís Augusto Palmeirim, 15-15B

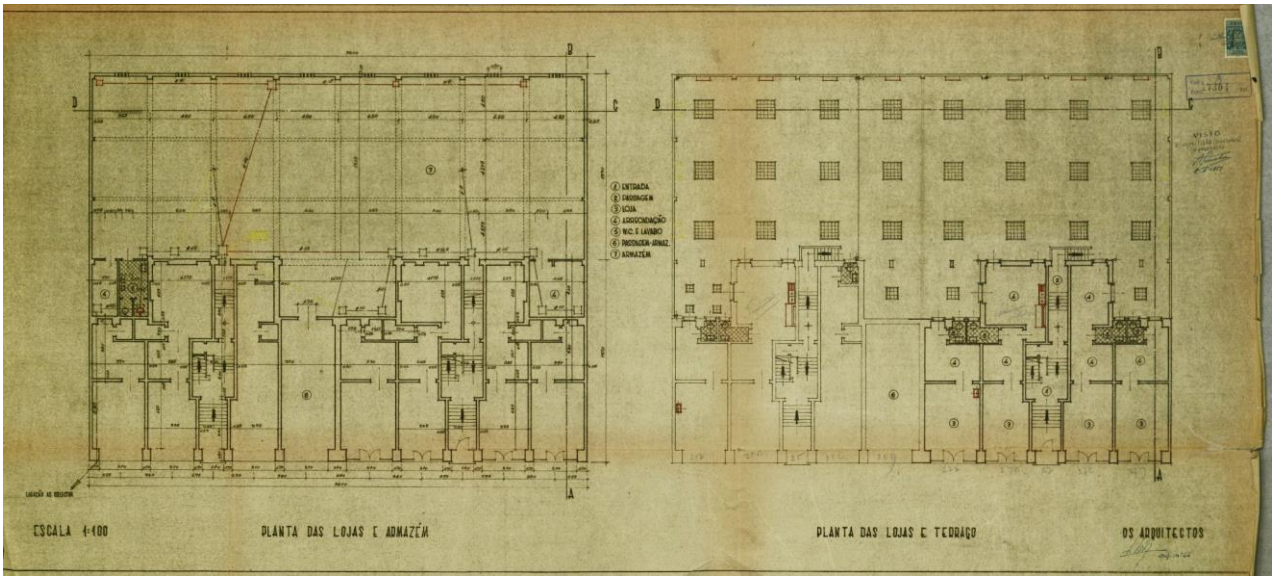
9 - Rua Marquesa de Alorna 19; 19D Avenida da Igreja 32-32A

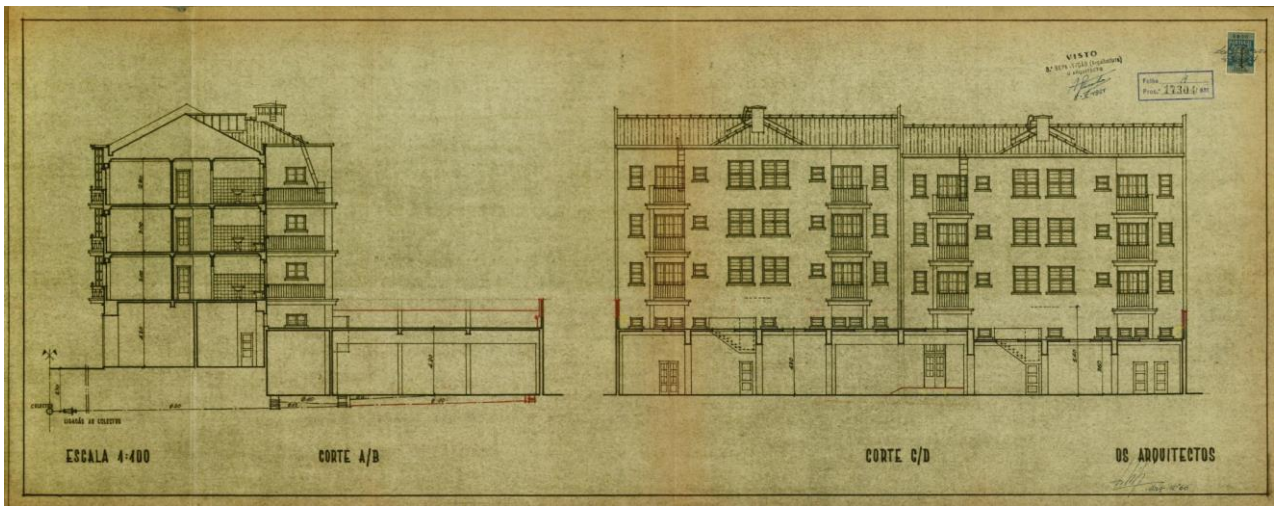
10 - Rua Marquesa de Alorna, 29-29D

11 - Rua Marquesa de Alorna, 27-27D

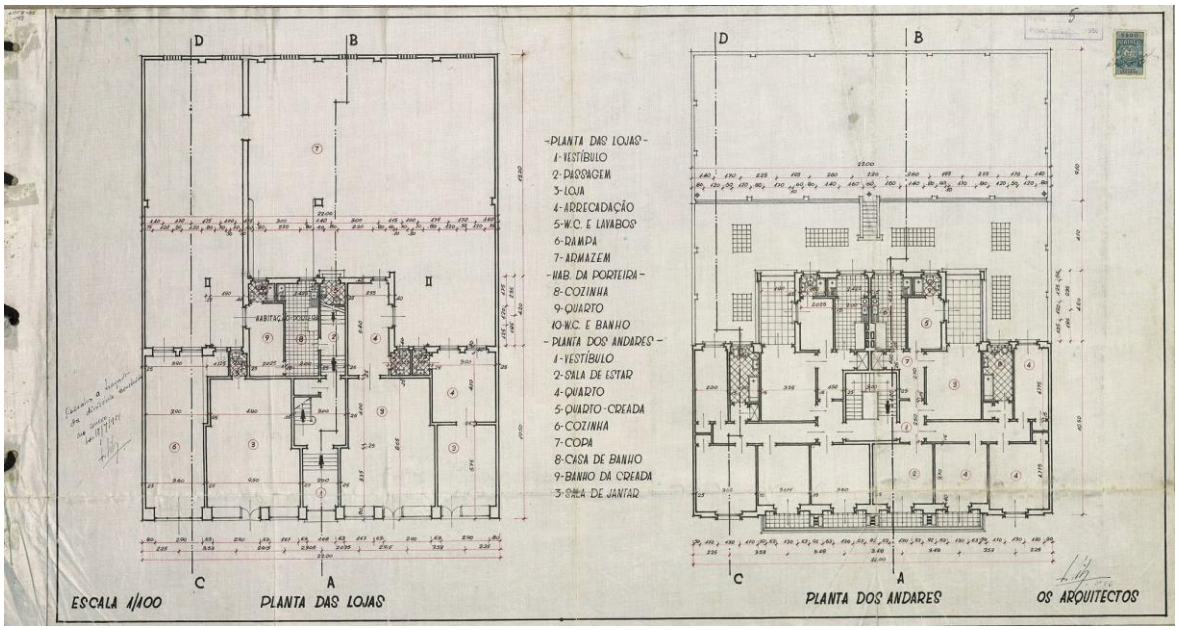
12 - Rua Marquesa de Alorna, 23-23D

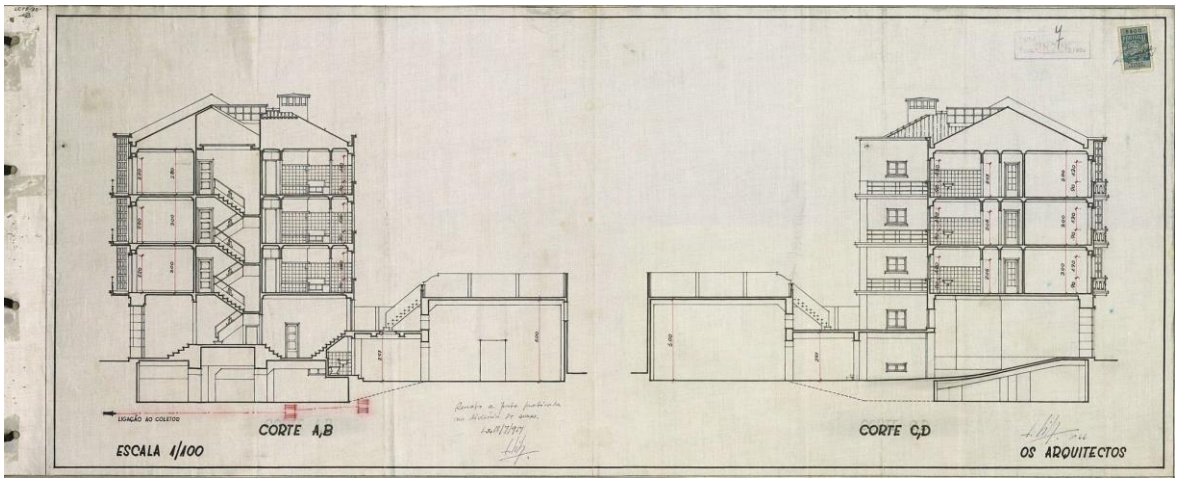
13 - Rua Marquesa de Alorna, 31-31B, Rua Luís Augusto Palmeirim, 13



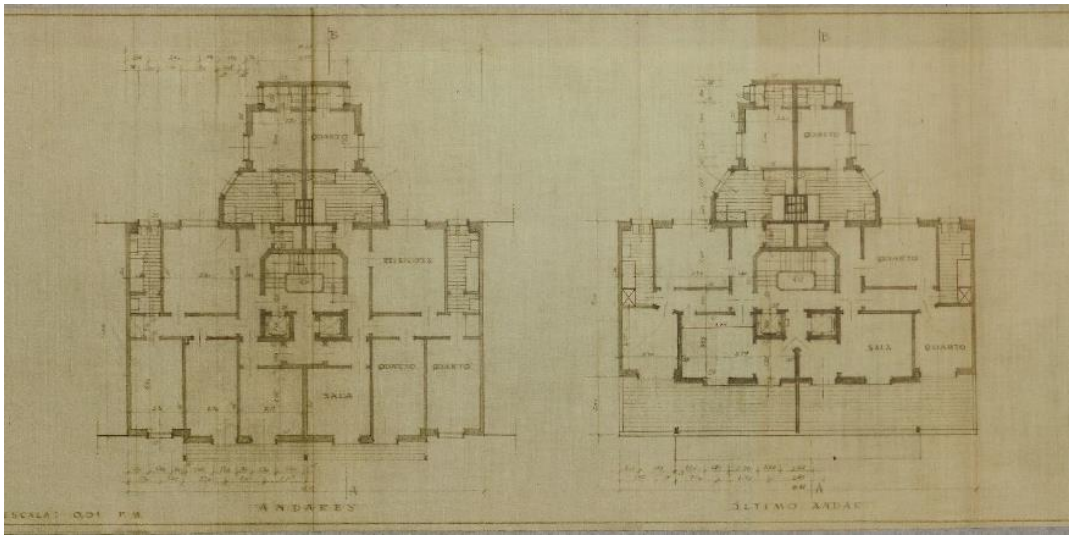


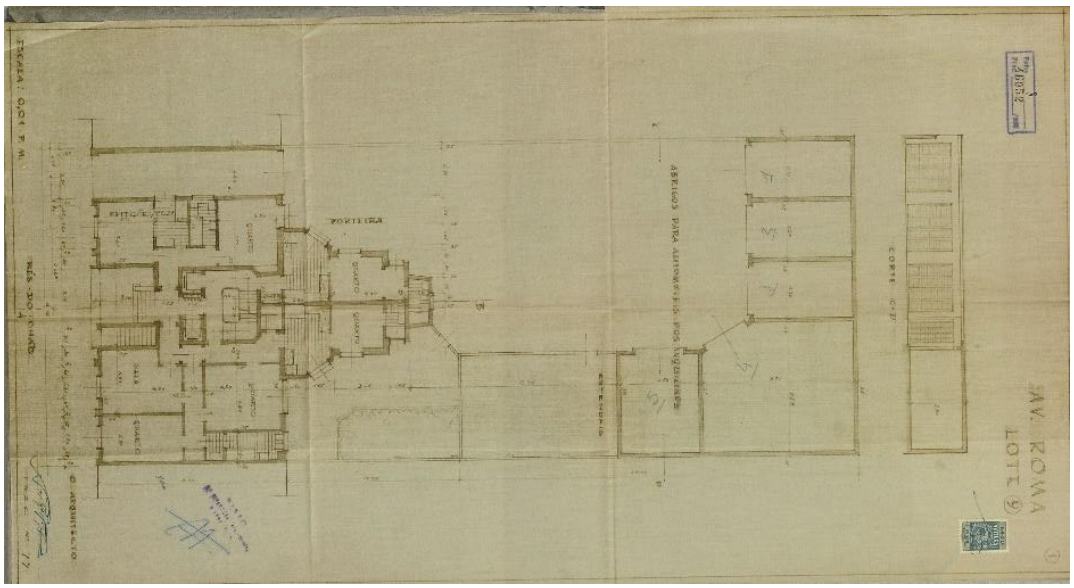
Rua Marquesa de Alorna, 23-27

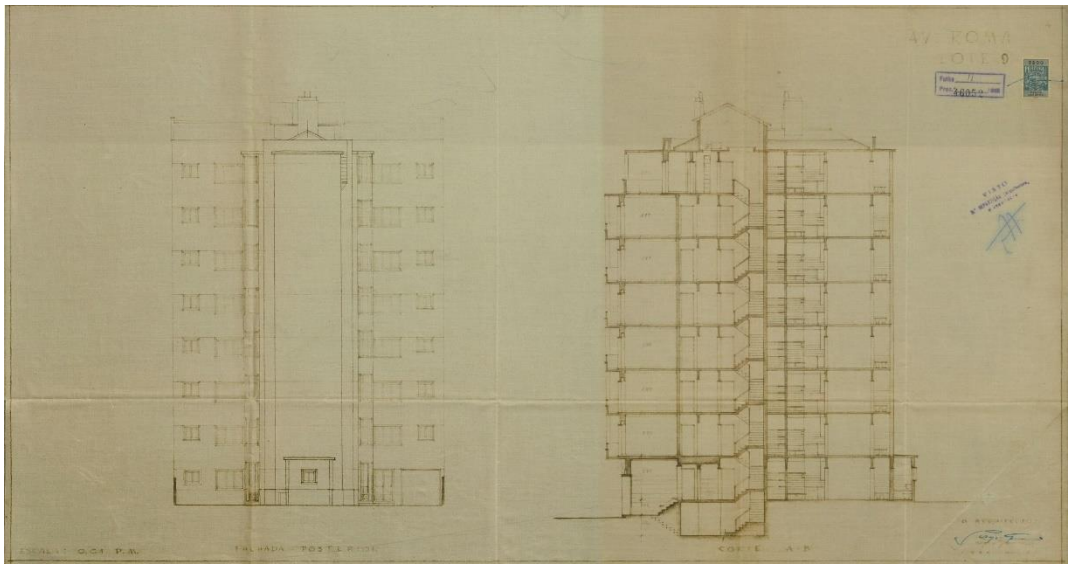




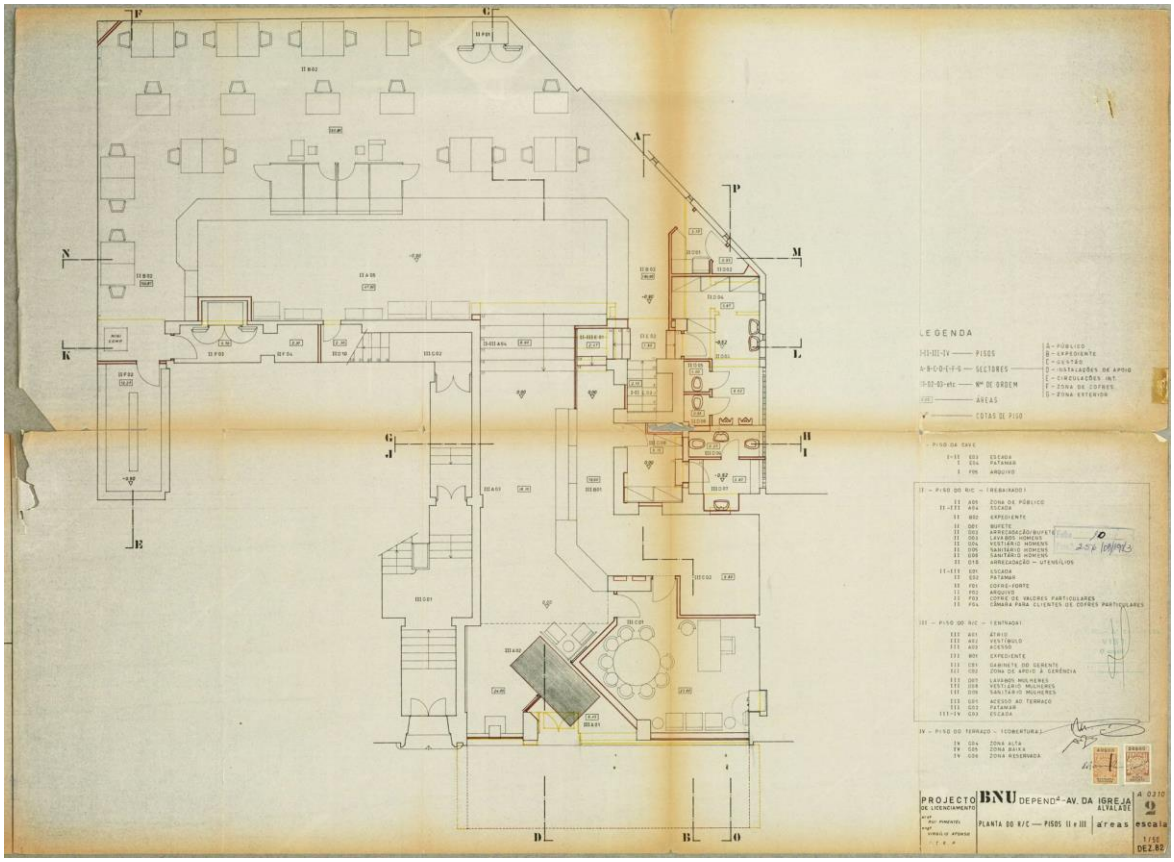
Rua Marquesa de Alorna, 21-21D

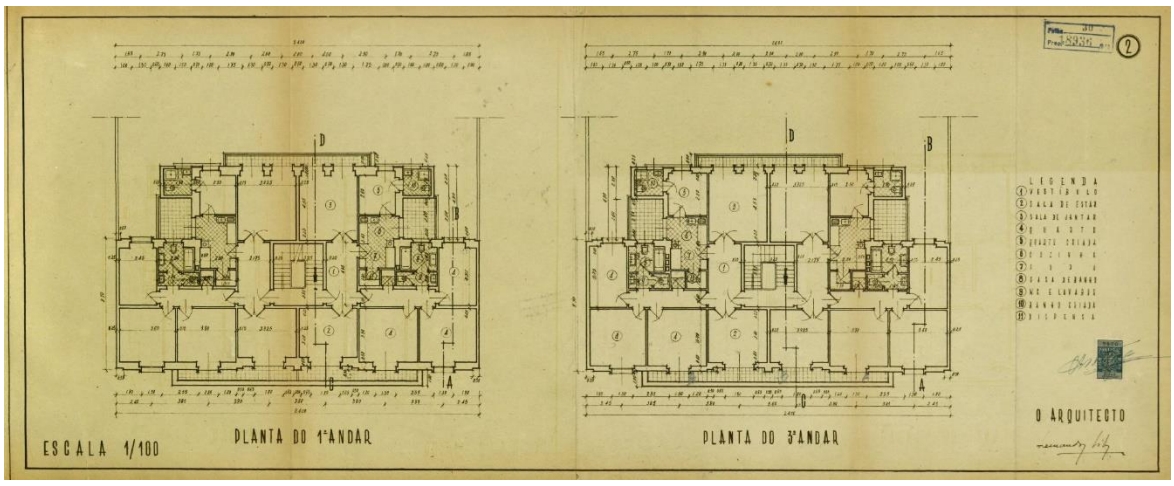




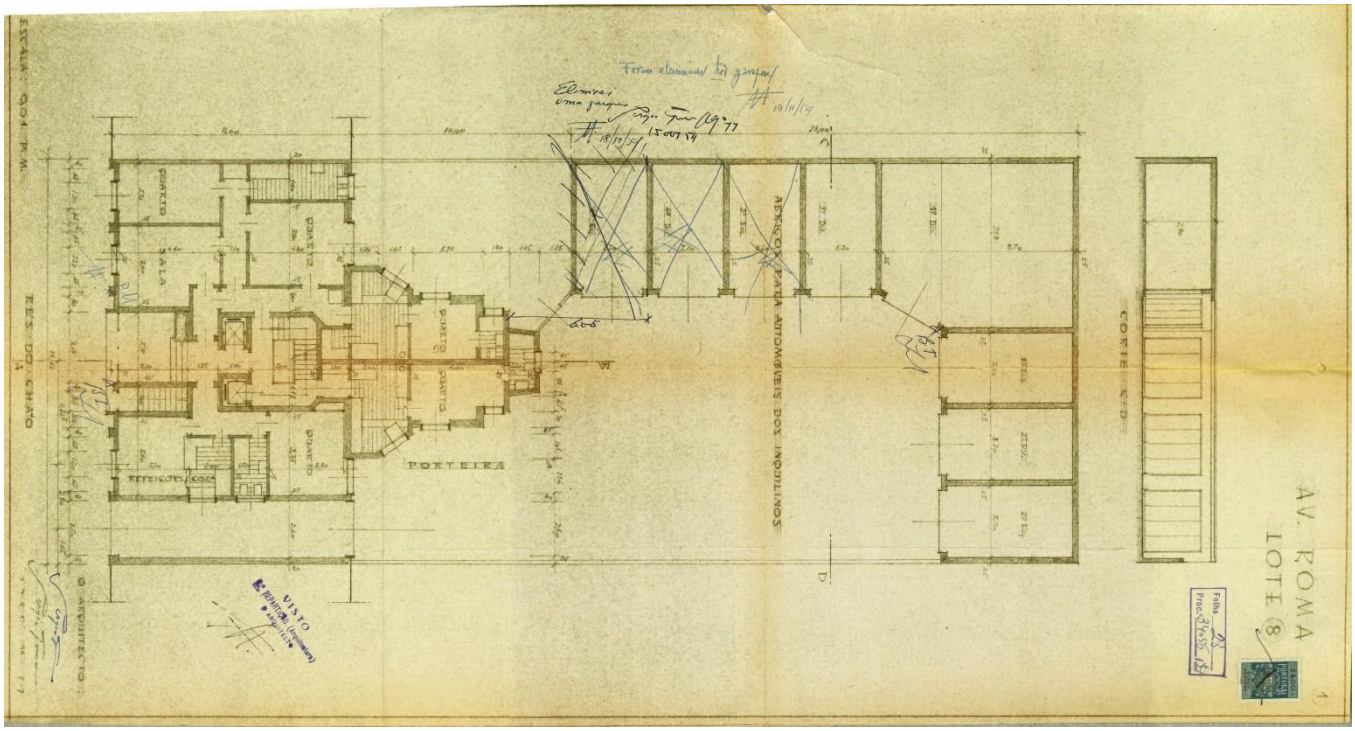


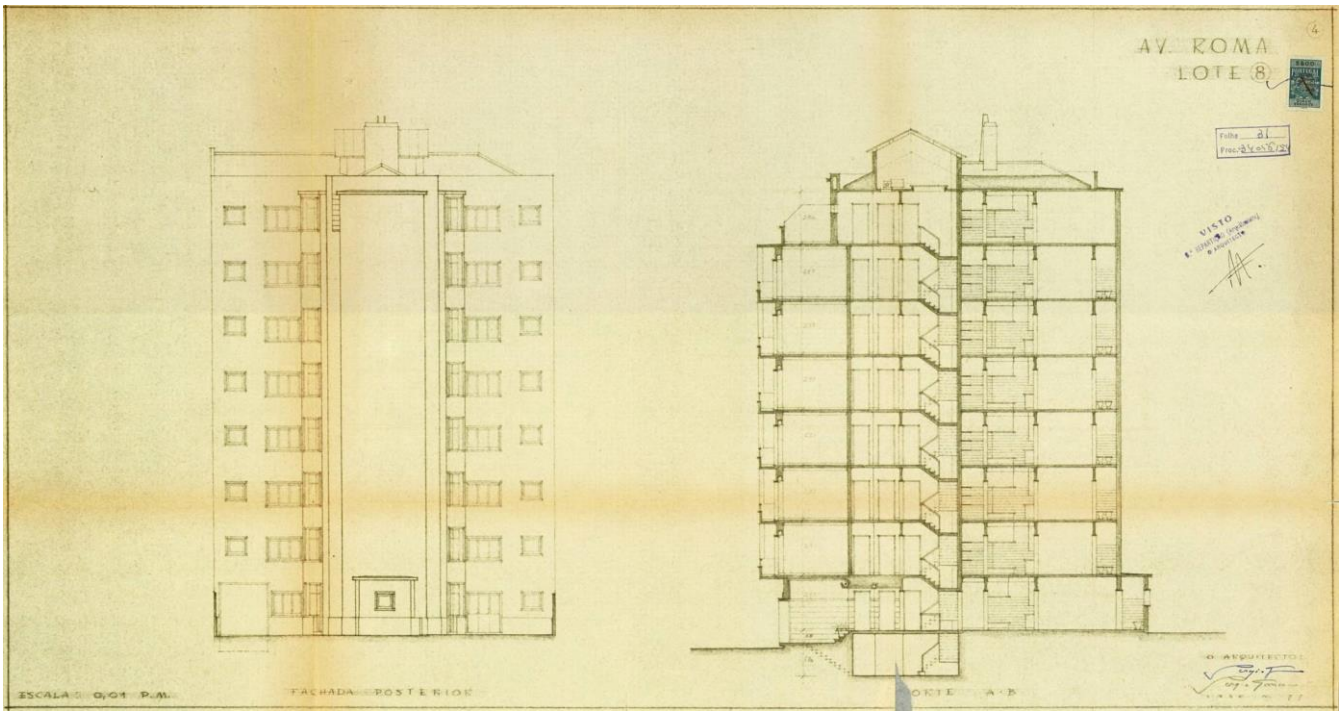
Avenida de Roma, 96-96B



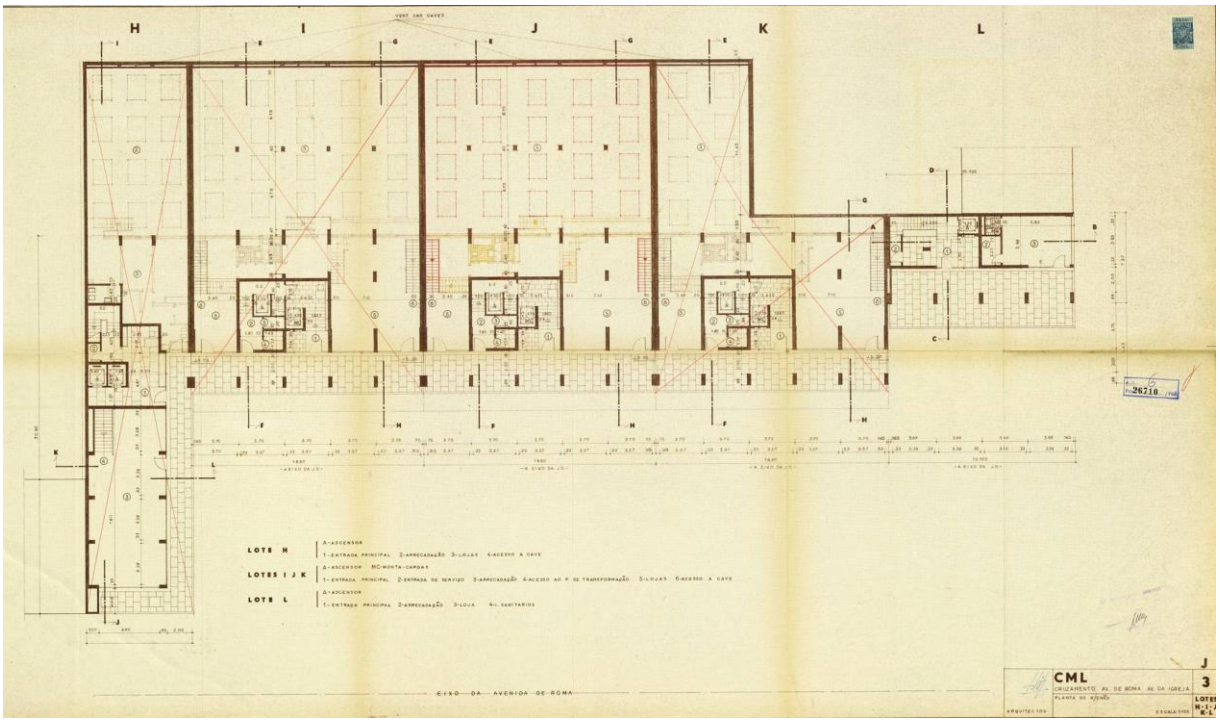


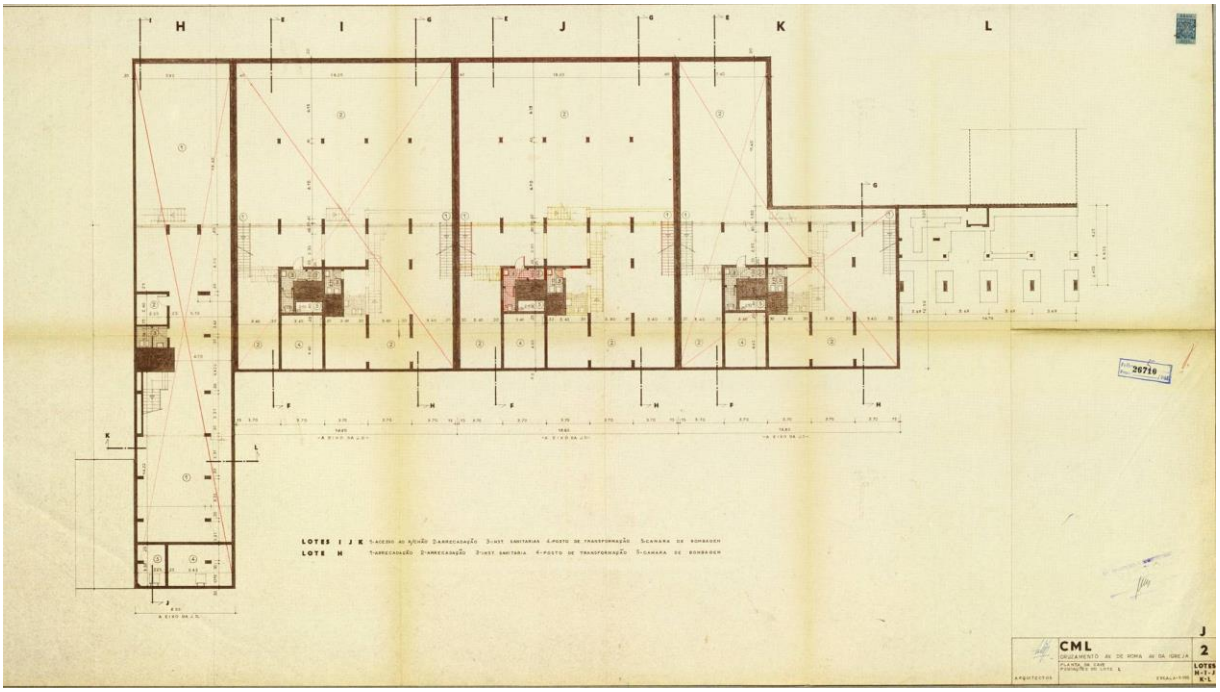
Avenida da Igreja, 34-34D



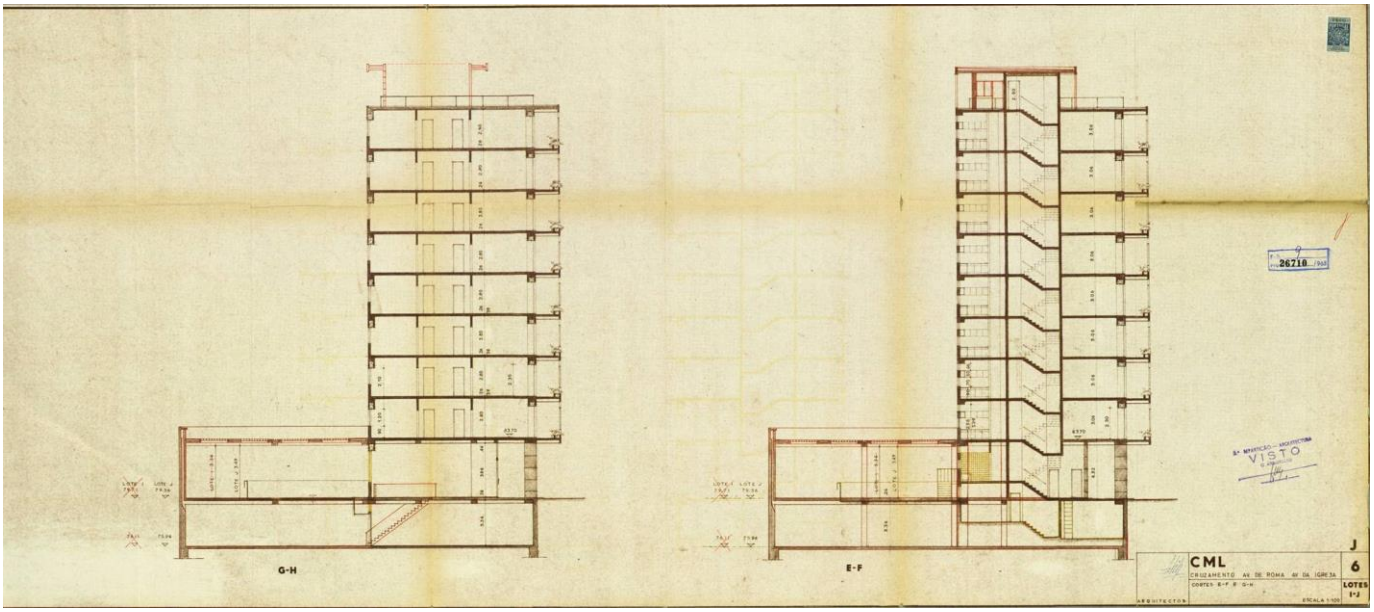


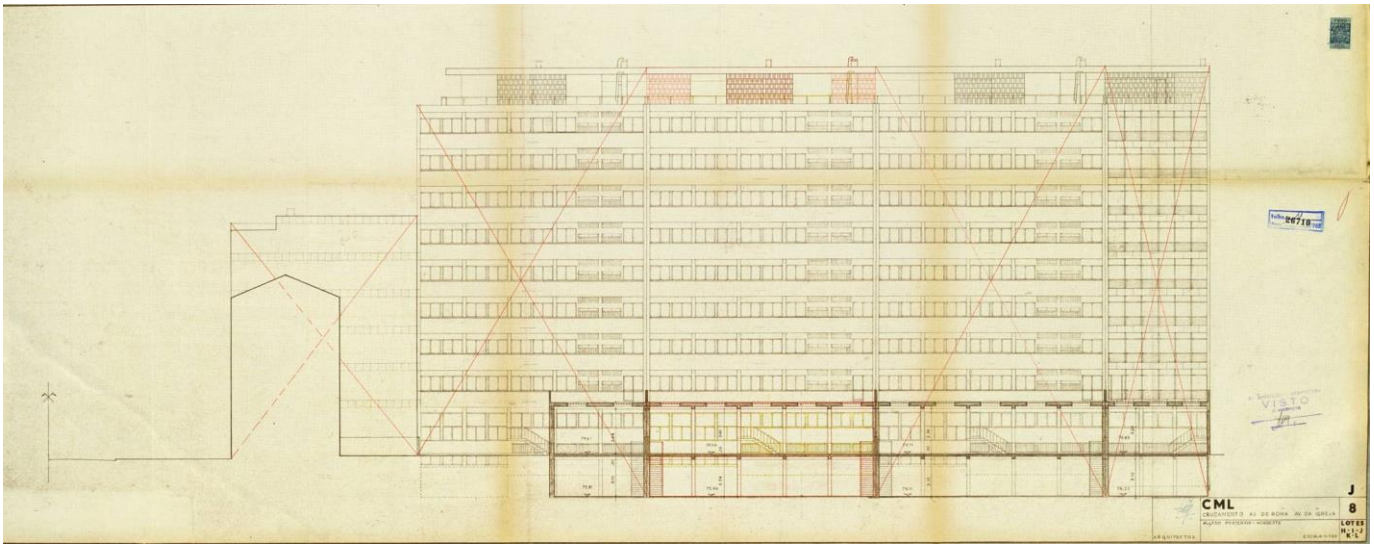
Avenida de Roma, 98-98B



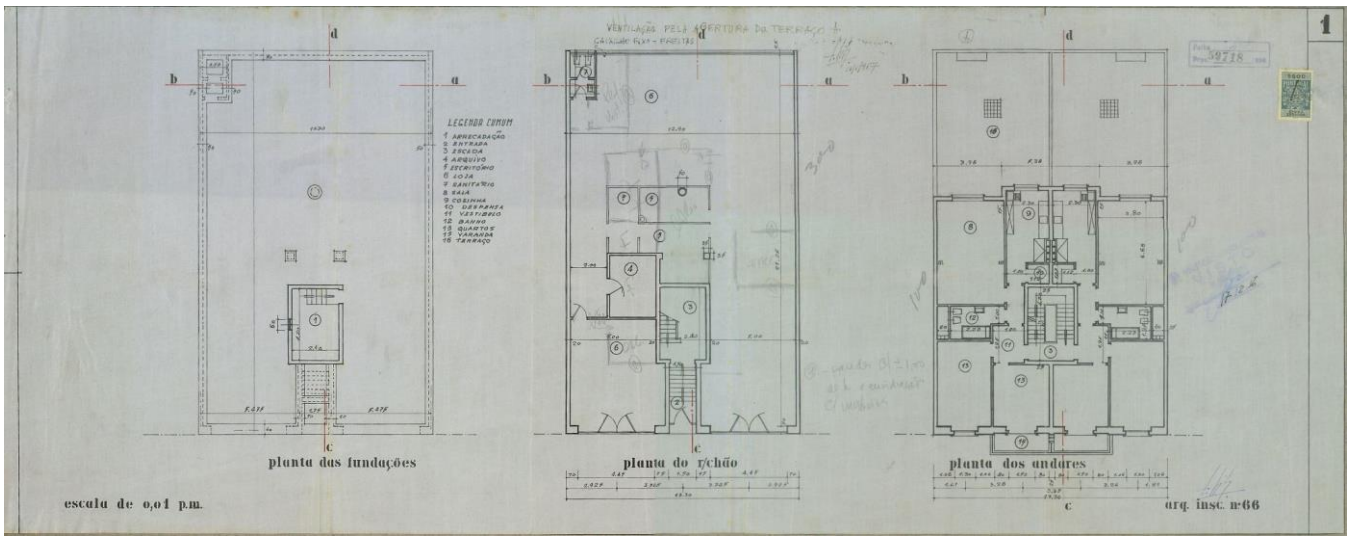


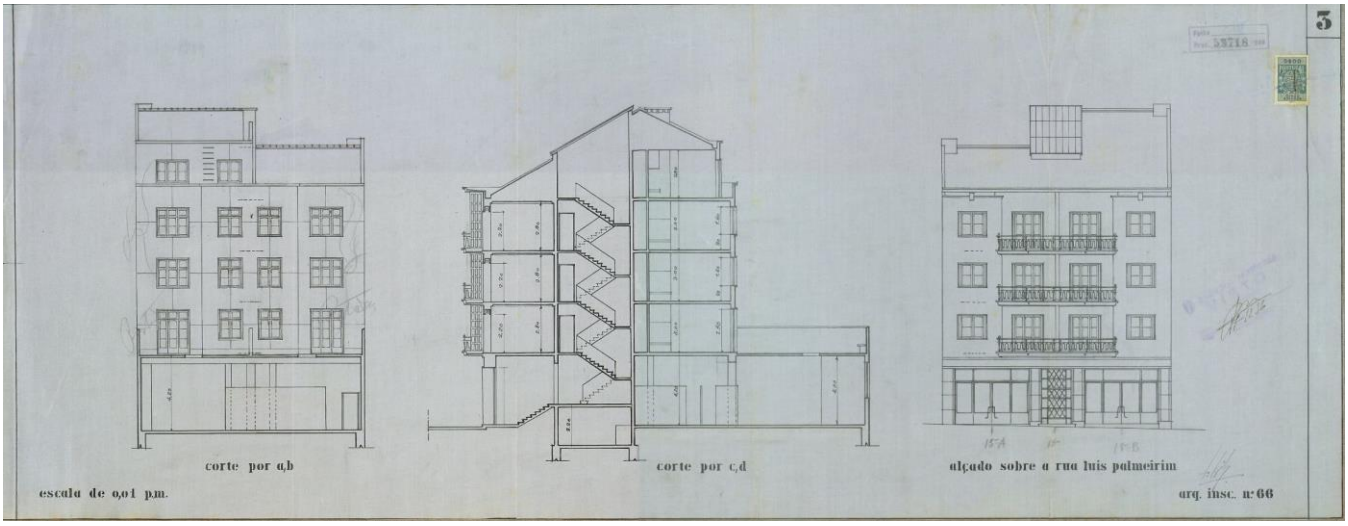
Praça de Alvalade, 11-11E



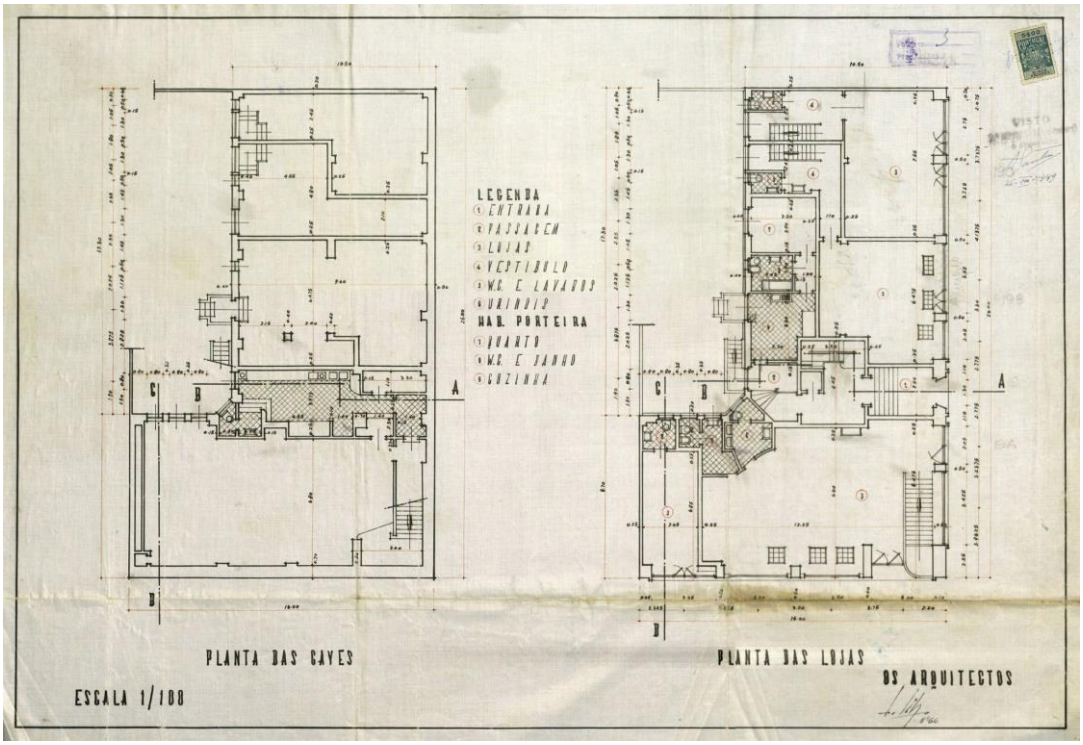


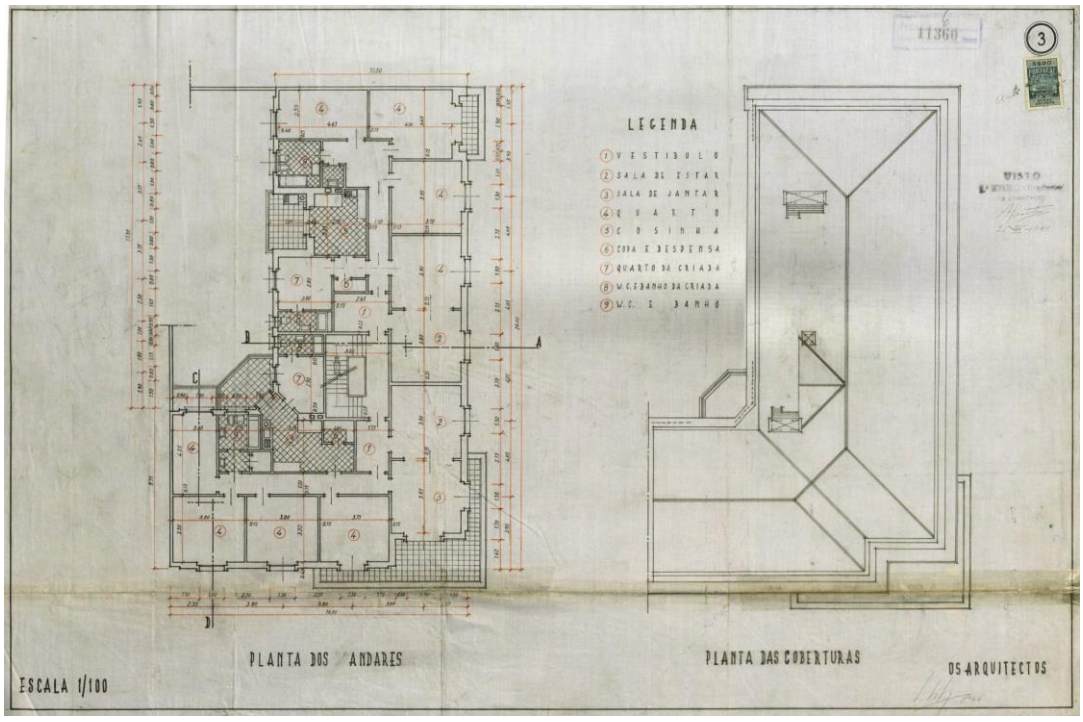
Praça de Alvalade, 11-11E



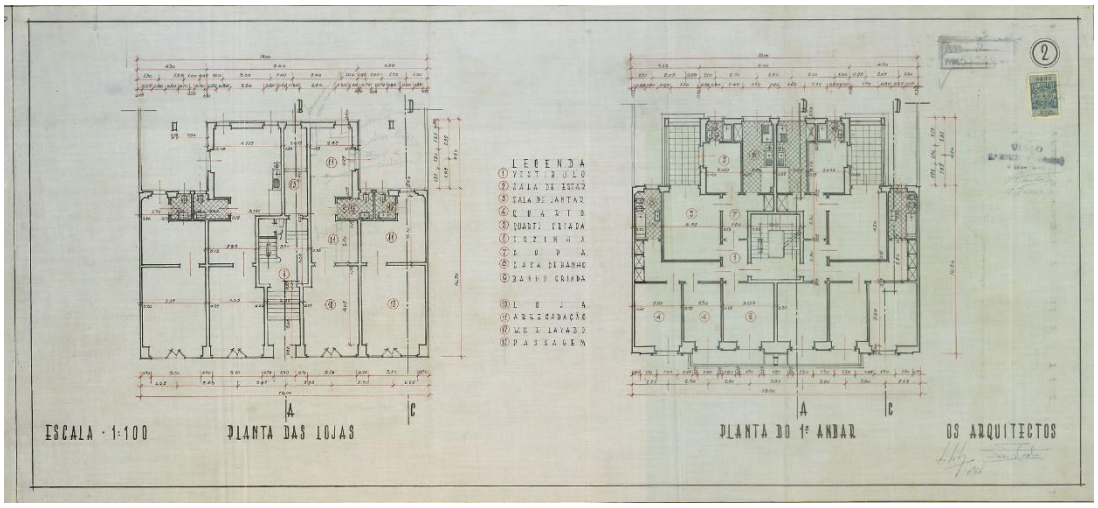


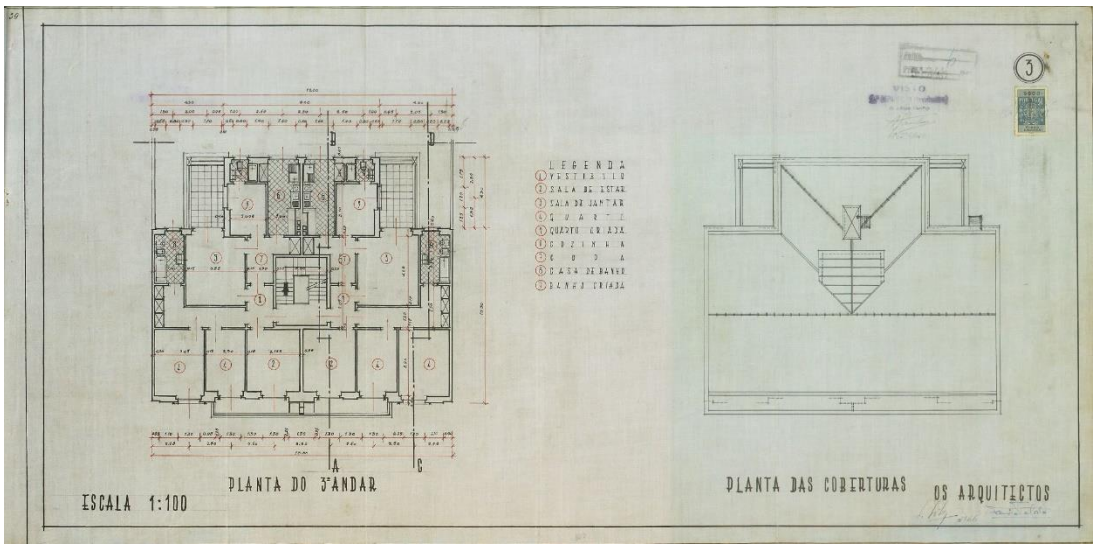
Rua Luís Augusto Palmeirim, 15-15B

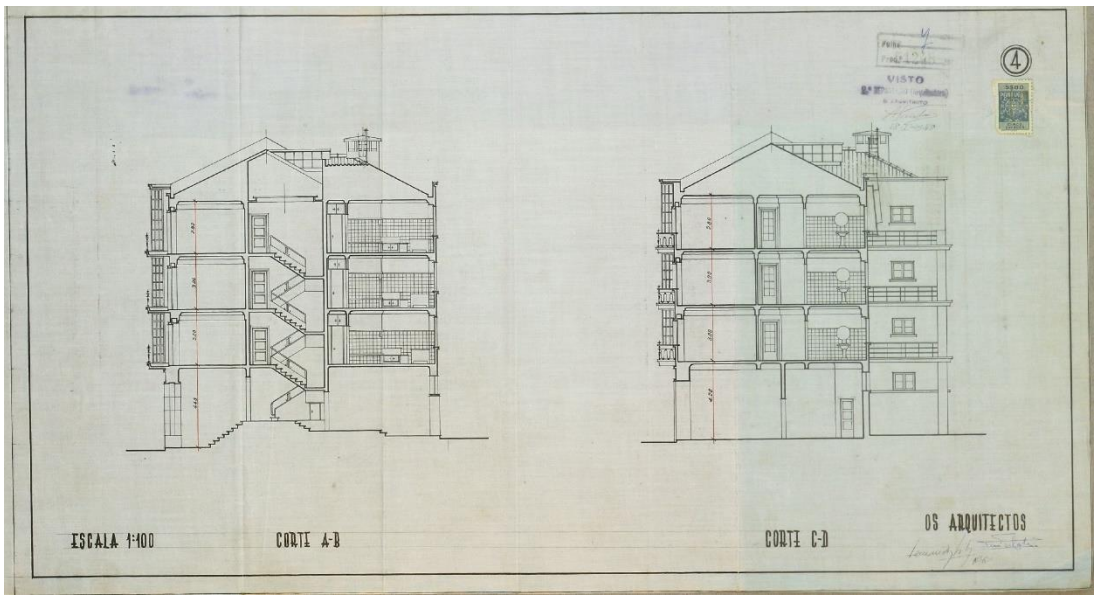




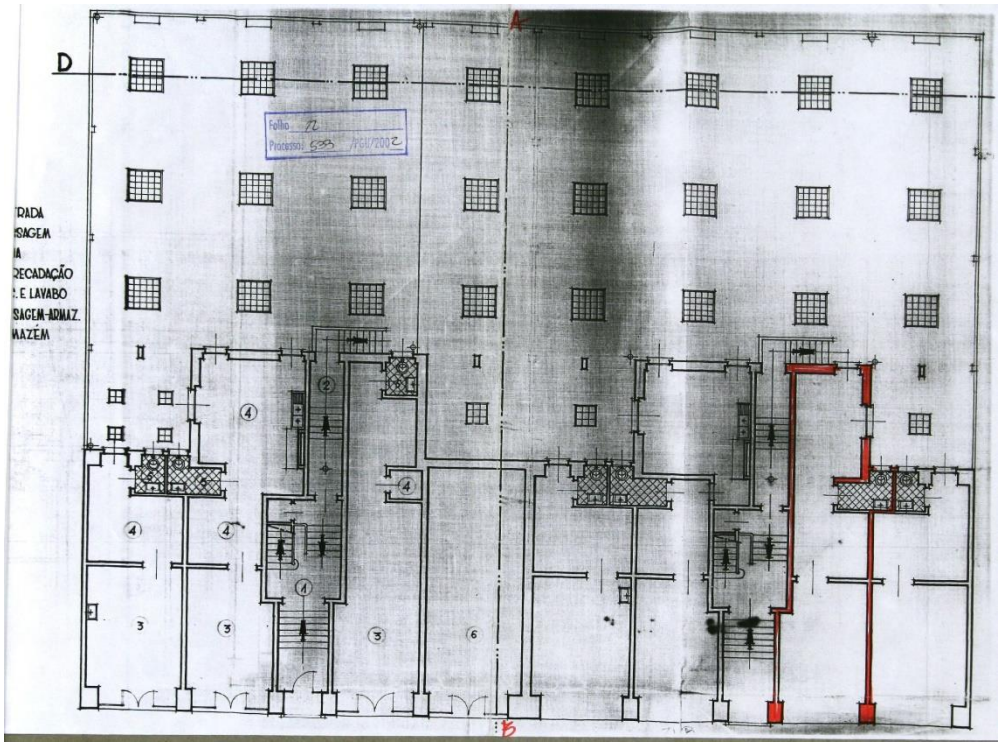
Rua Marquesa de Alorna 19 -19D Avenida da Igreja 32-32A

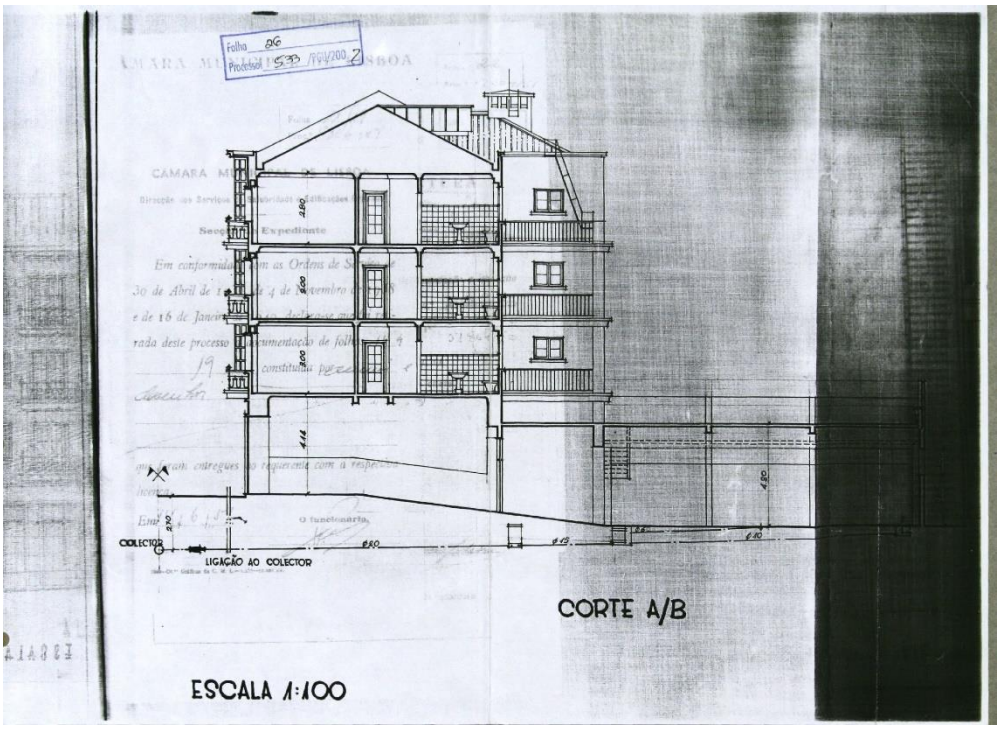




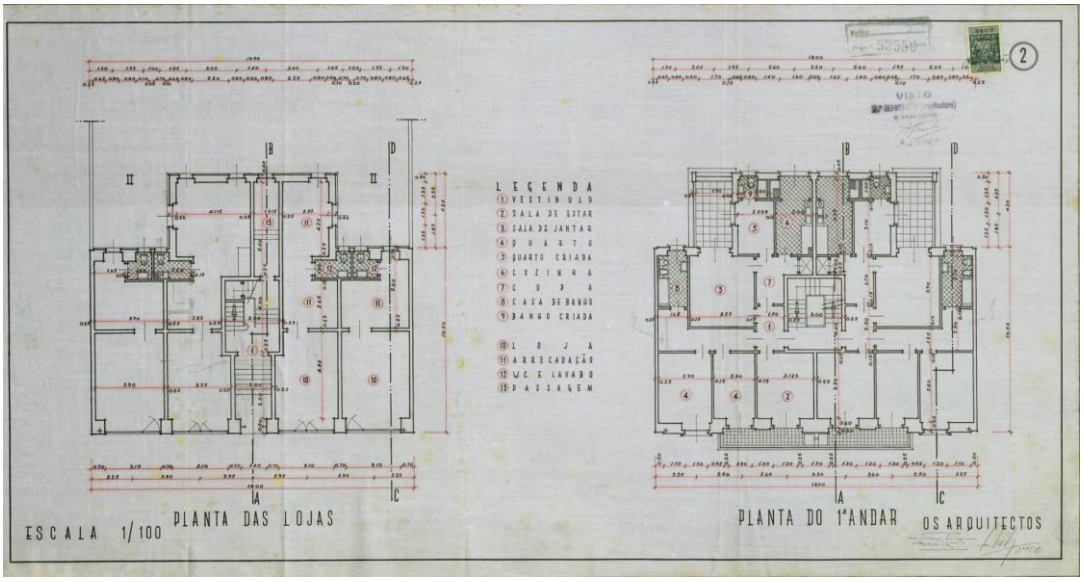


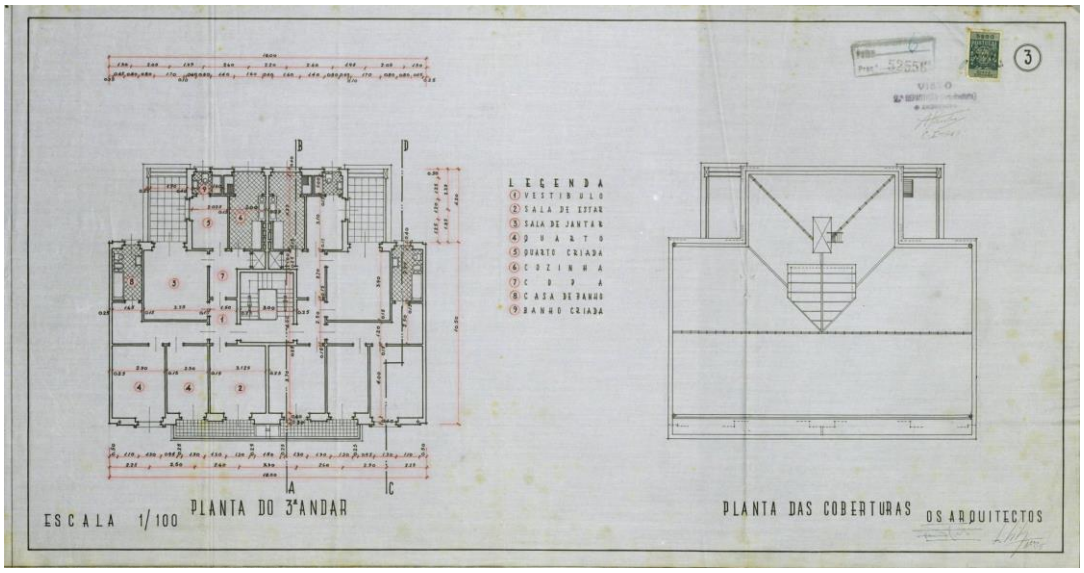
Rua Marquesa de Alorna, 29-29D

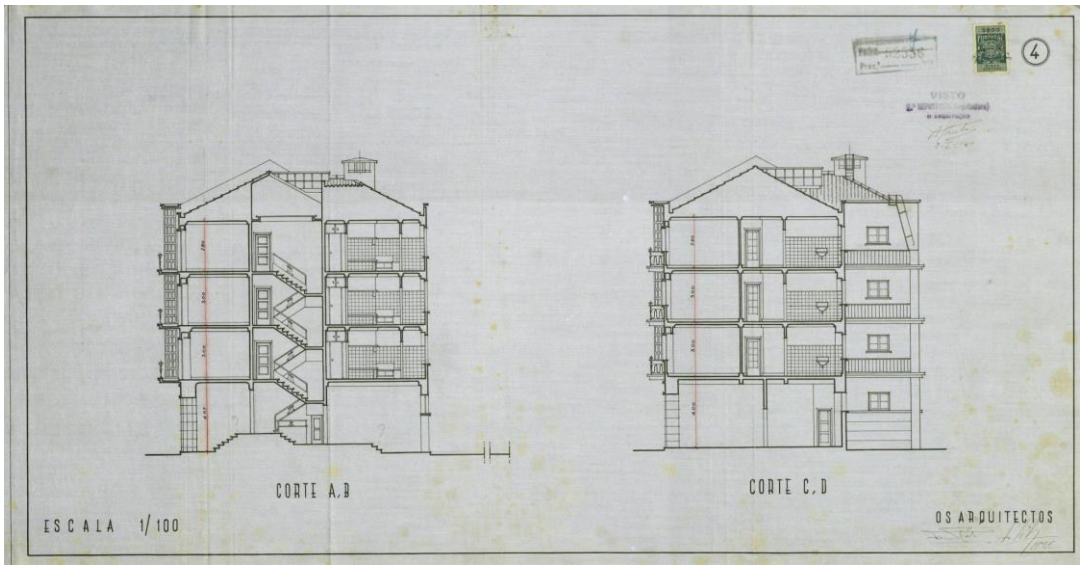




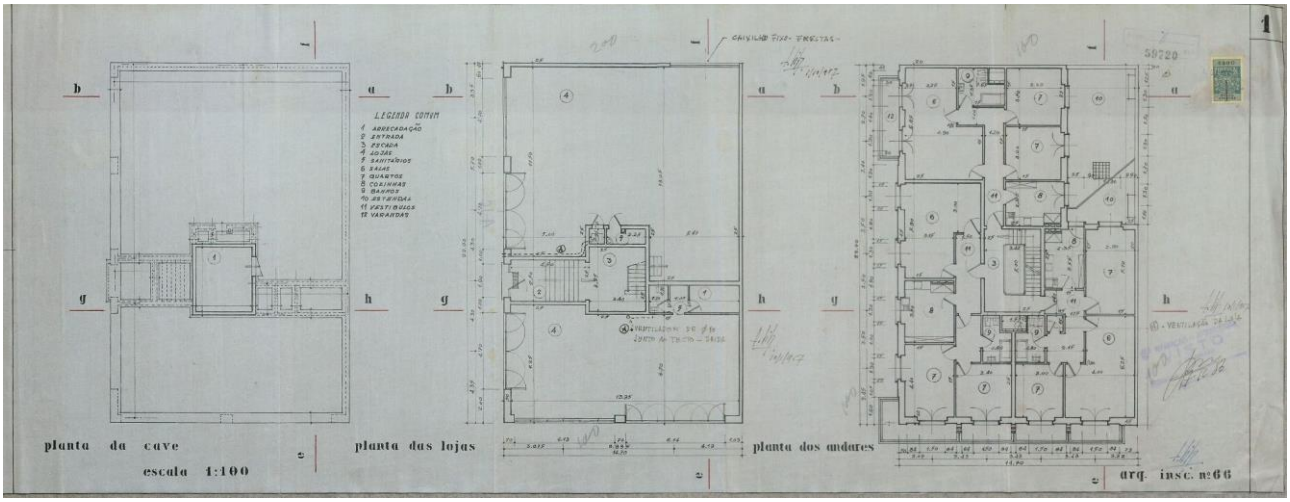
Rua Marquesa de Alorna, 27-27D

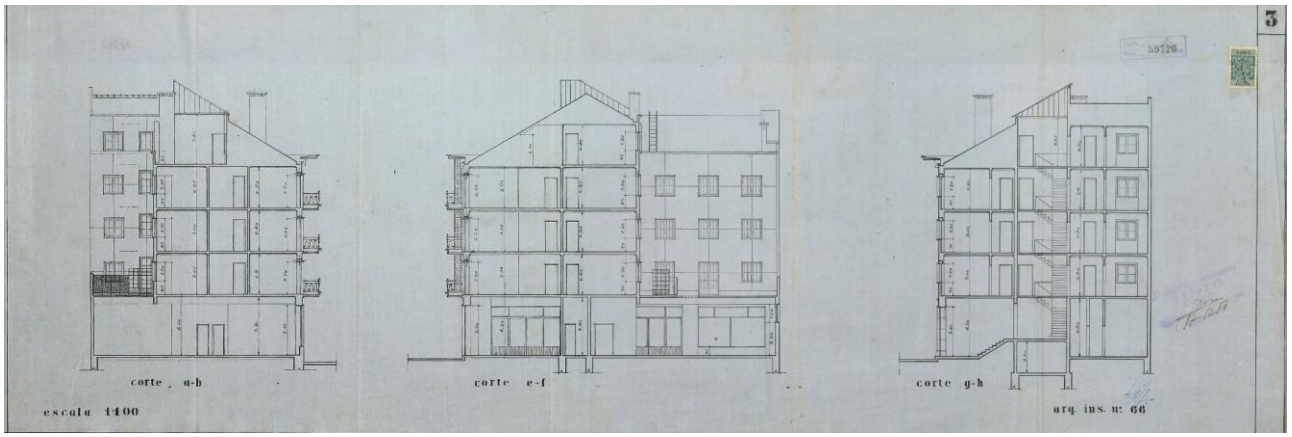


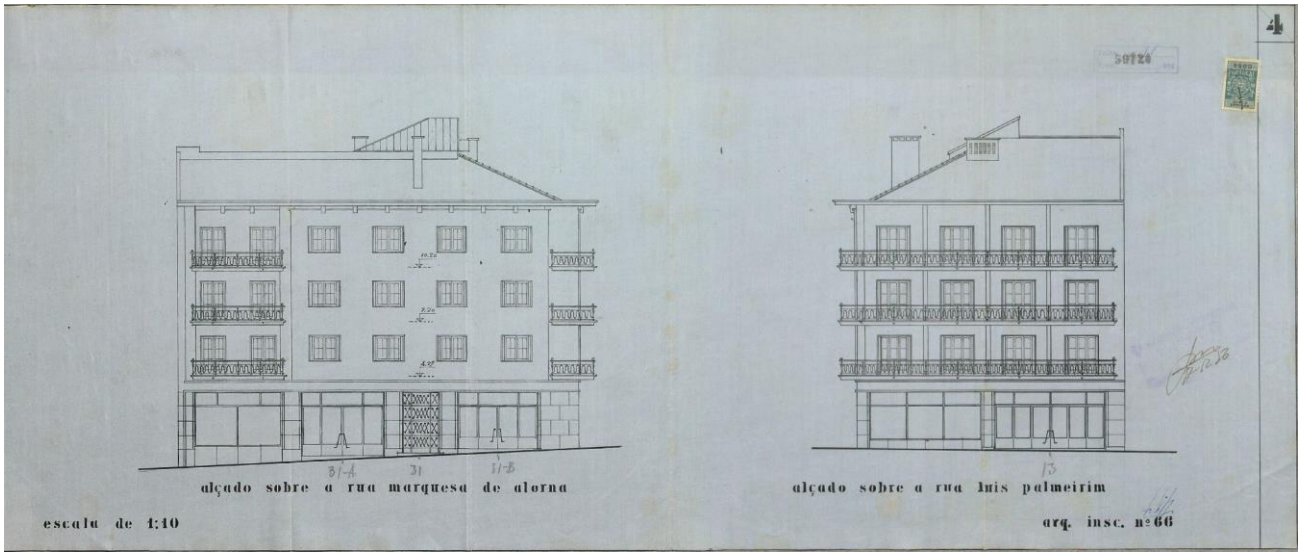




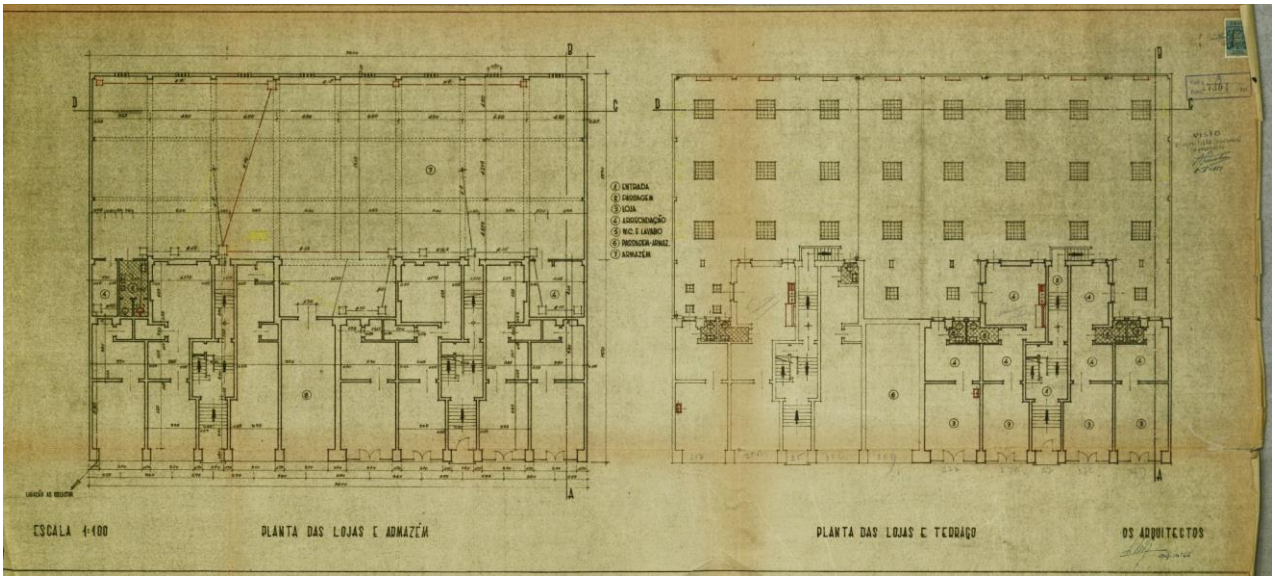
Rua Marquesa de Alorna, 23-23D

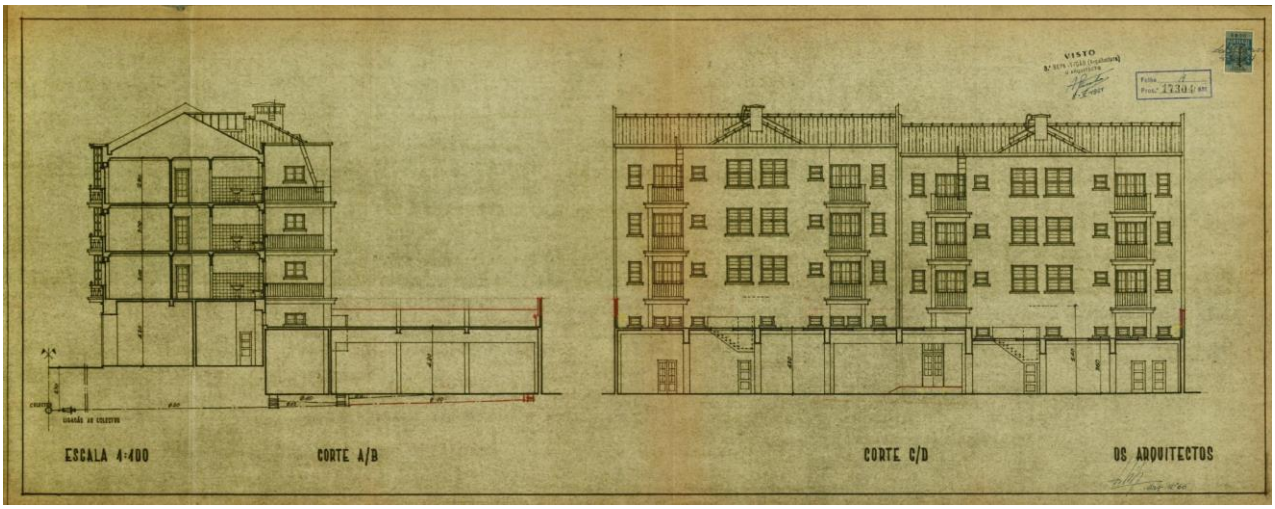






Rua Marquesa de Alorna, 31-31B, Rua Luís Augusto Palmeirim, 13





Rua Marquesa de Alorna, 23-27

PARTE II – FOTOGRAFIAS DAS MAQUETES

Lista de fotografias:

1 – Decomposição dos Quarteirões 1

2 – Decomposição dos Quarteirões 2

3 – Quarteirão de Campo de Ourique 1

4 – Quarteirão de Campo de Ourique 2

5 - Quarteirão de Campo de Ourique 3

6 – Quarteirão de Alvalade 1

7 – Quarteirão de Alvalade 2

8 – Quarteirão de Alvalade 3

9 – Parcela Gaioleiro; Pátio 1

10 – Parcela Gaioleiro; Pátio 2

11 – Parcela Gaioleiro; Pátio 3

12 – Parcela Gaioleiro; Pátio 4

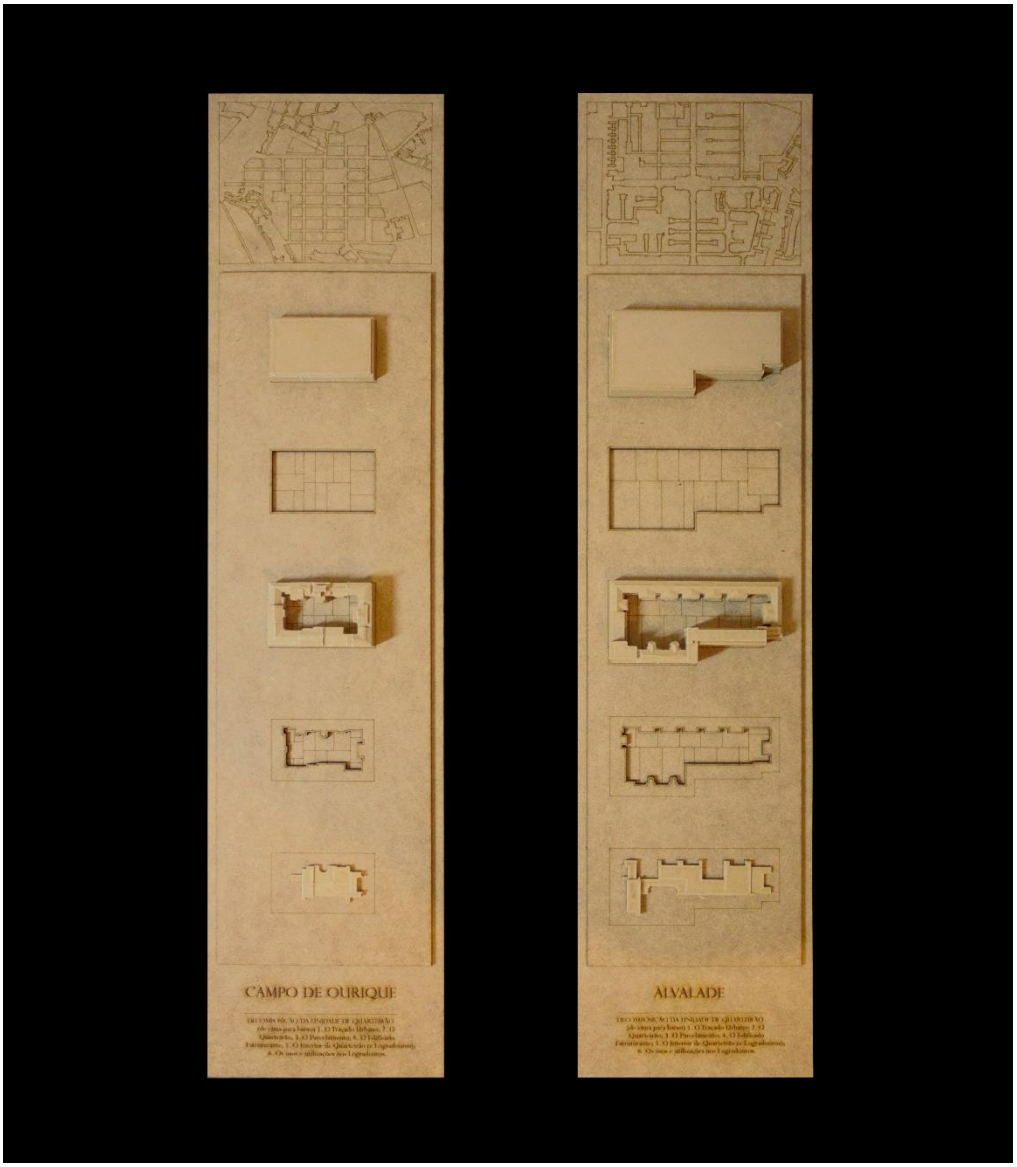
13 – Parcela Rabo de bacalhau; Vila 1

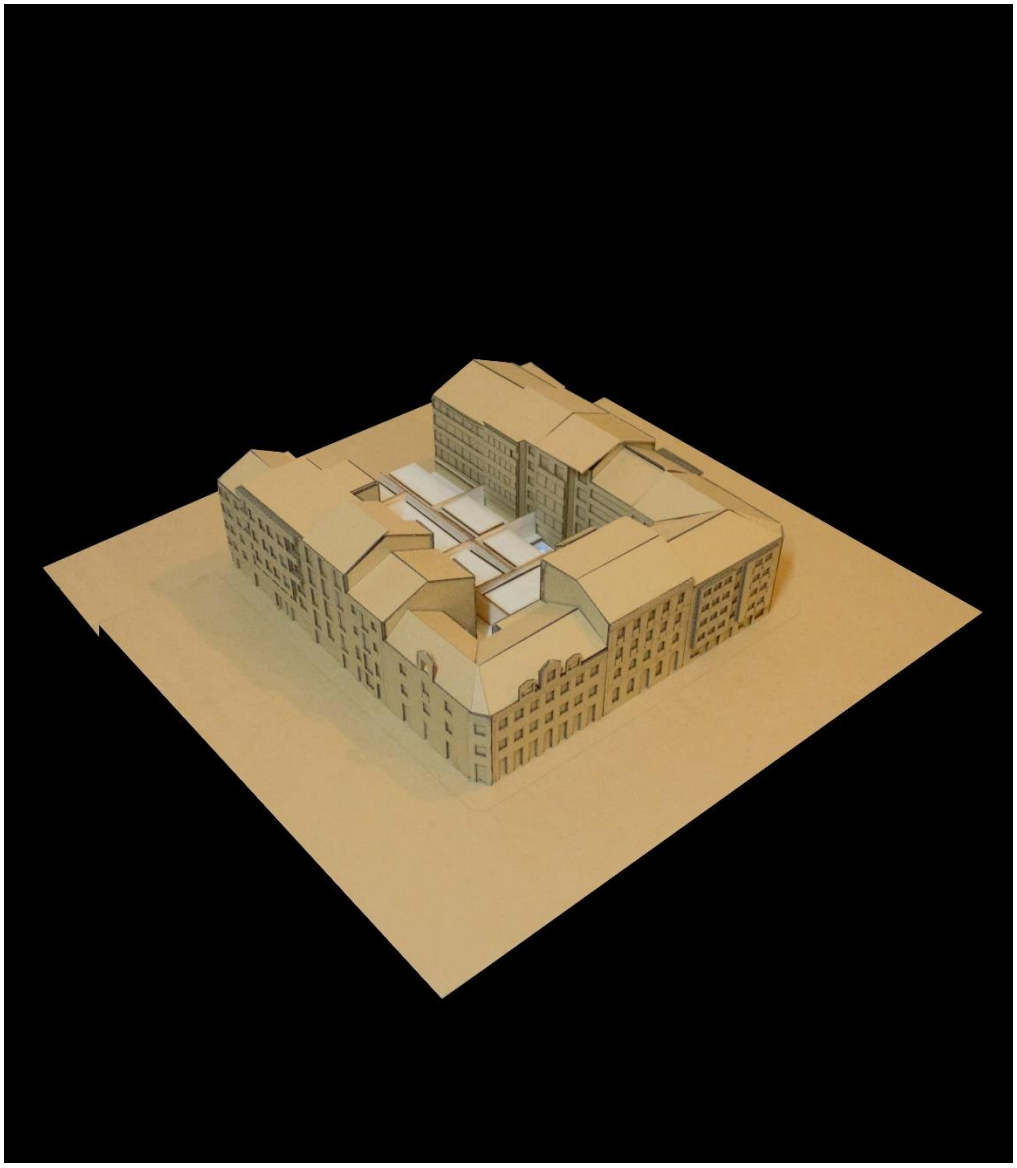
14 – Parcela Rabo de bacalhau; Vila 2

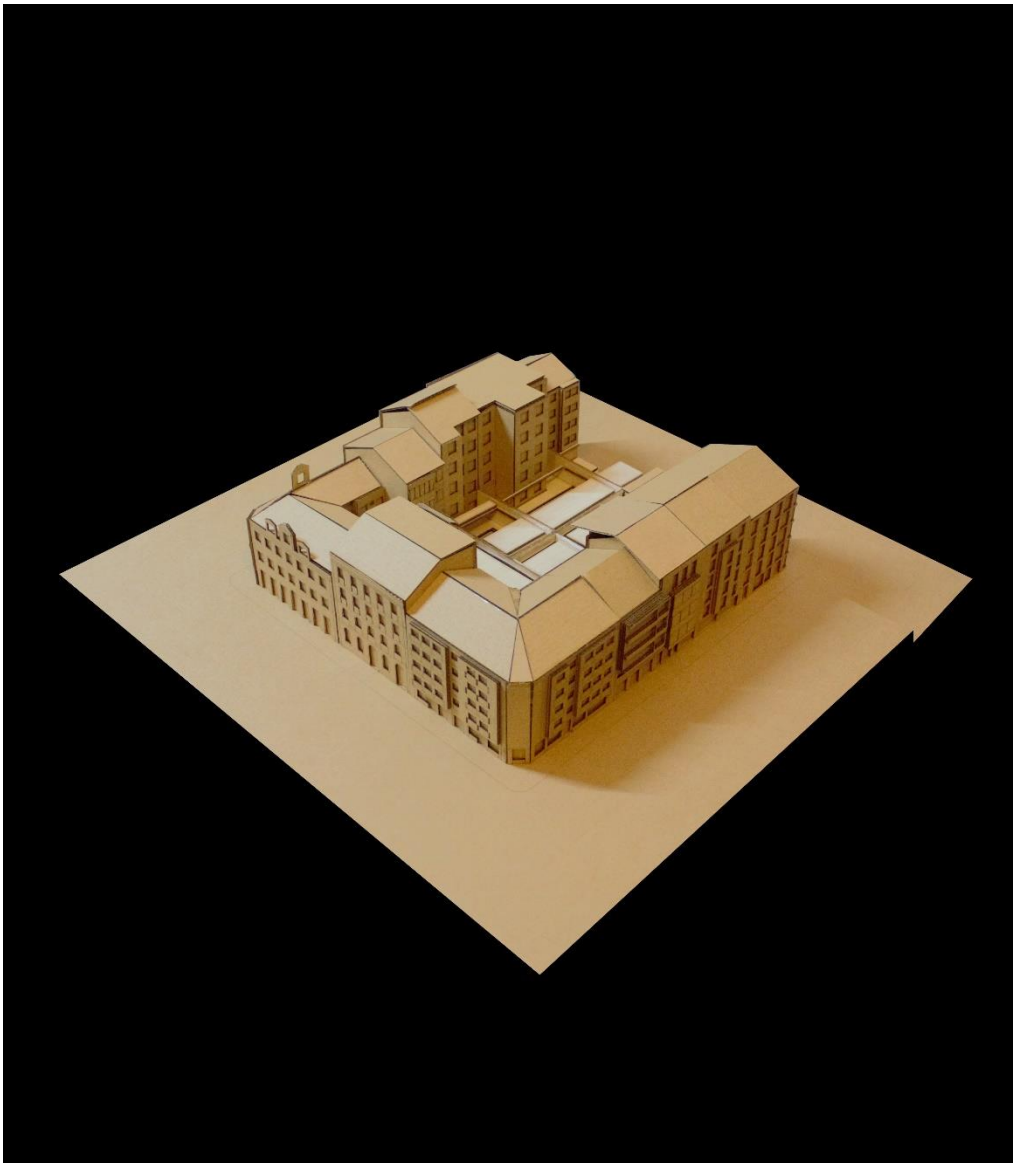
15 – Parcela Rabo de bacalhau; Vila 3

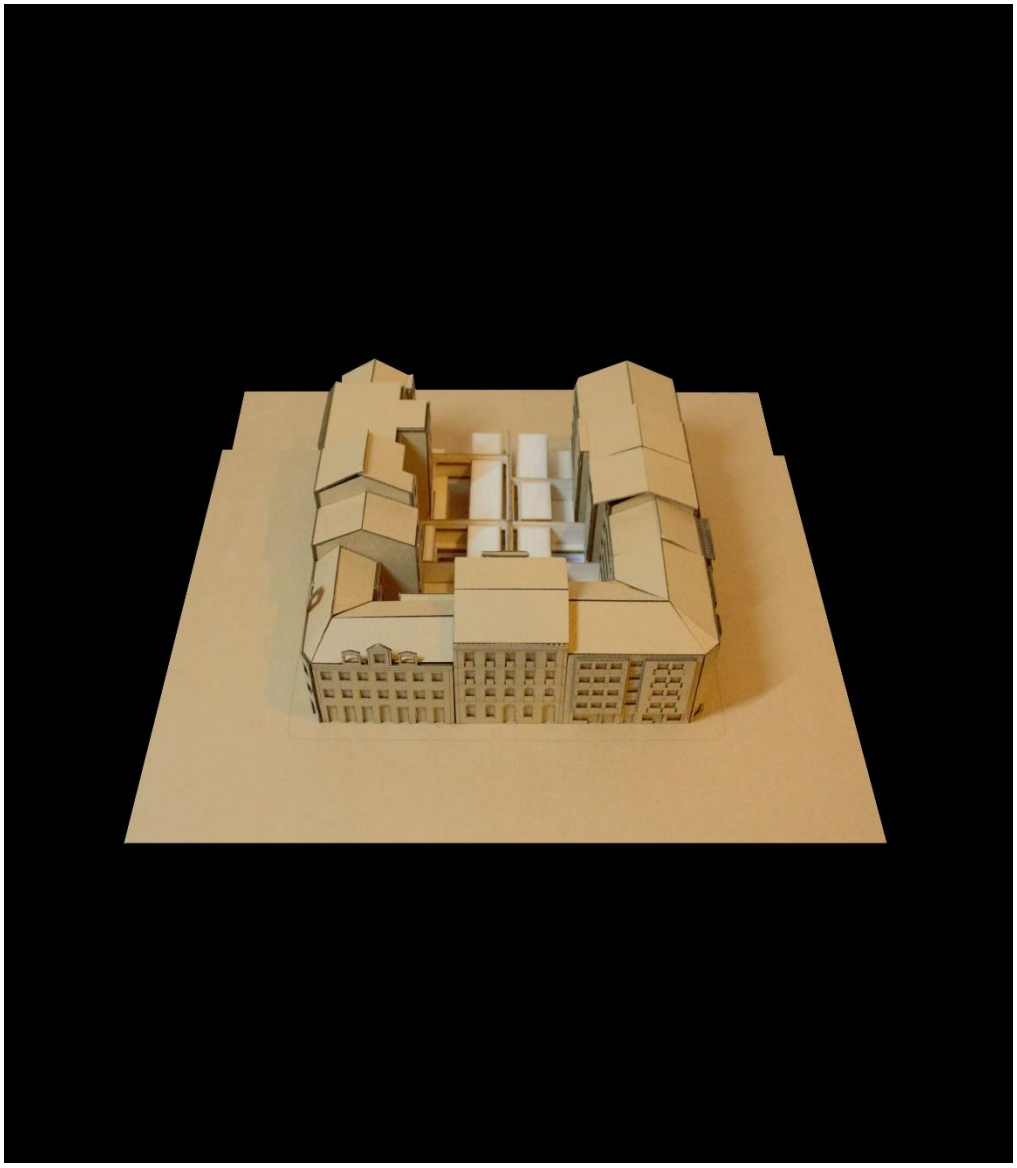
16 – Parcela Rabo de bacalhau; Vila 4

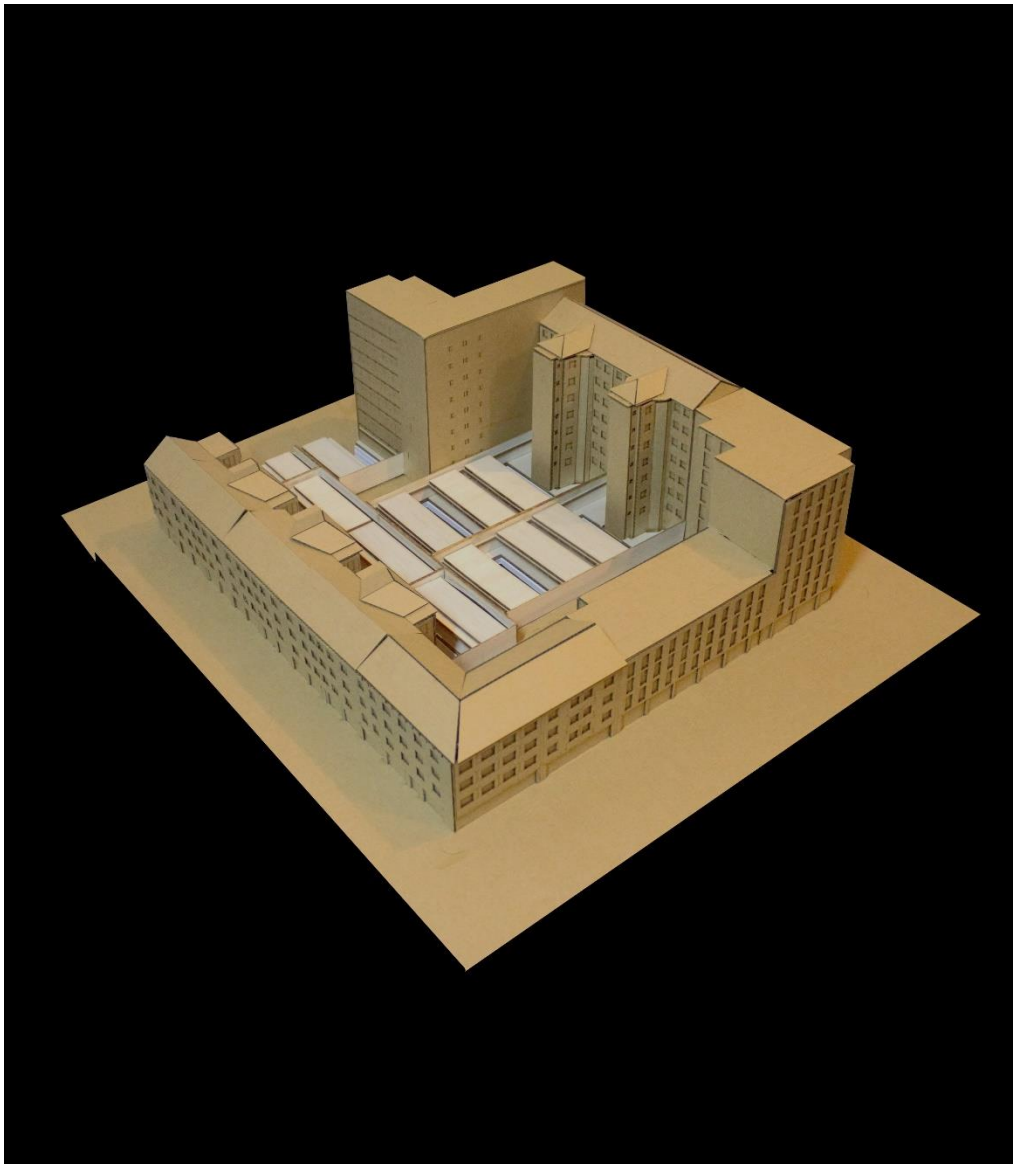

CAMPO DE OURIQUE
ALVALADE

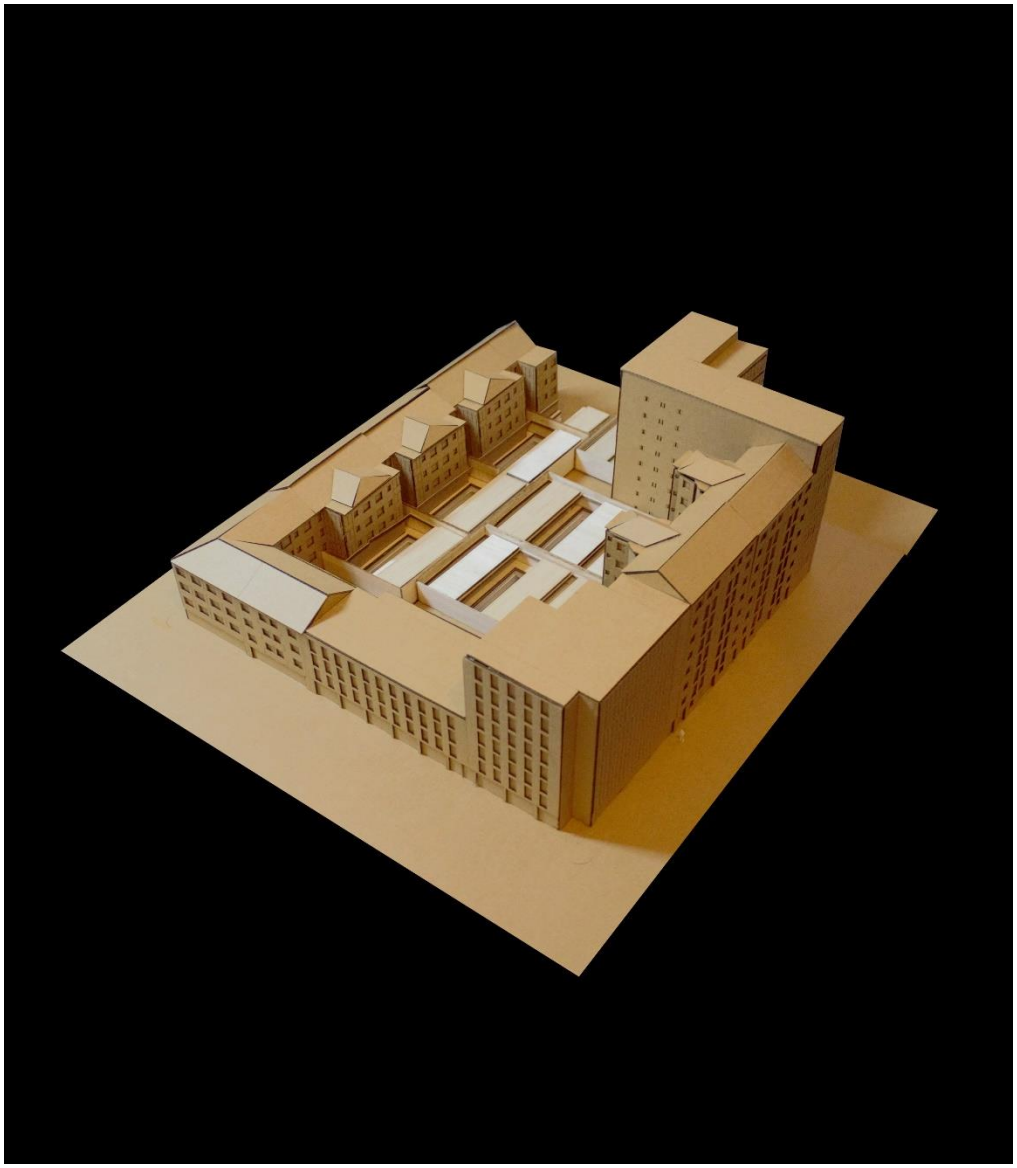

CAMPO DE OURIQUE
ALVALADE

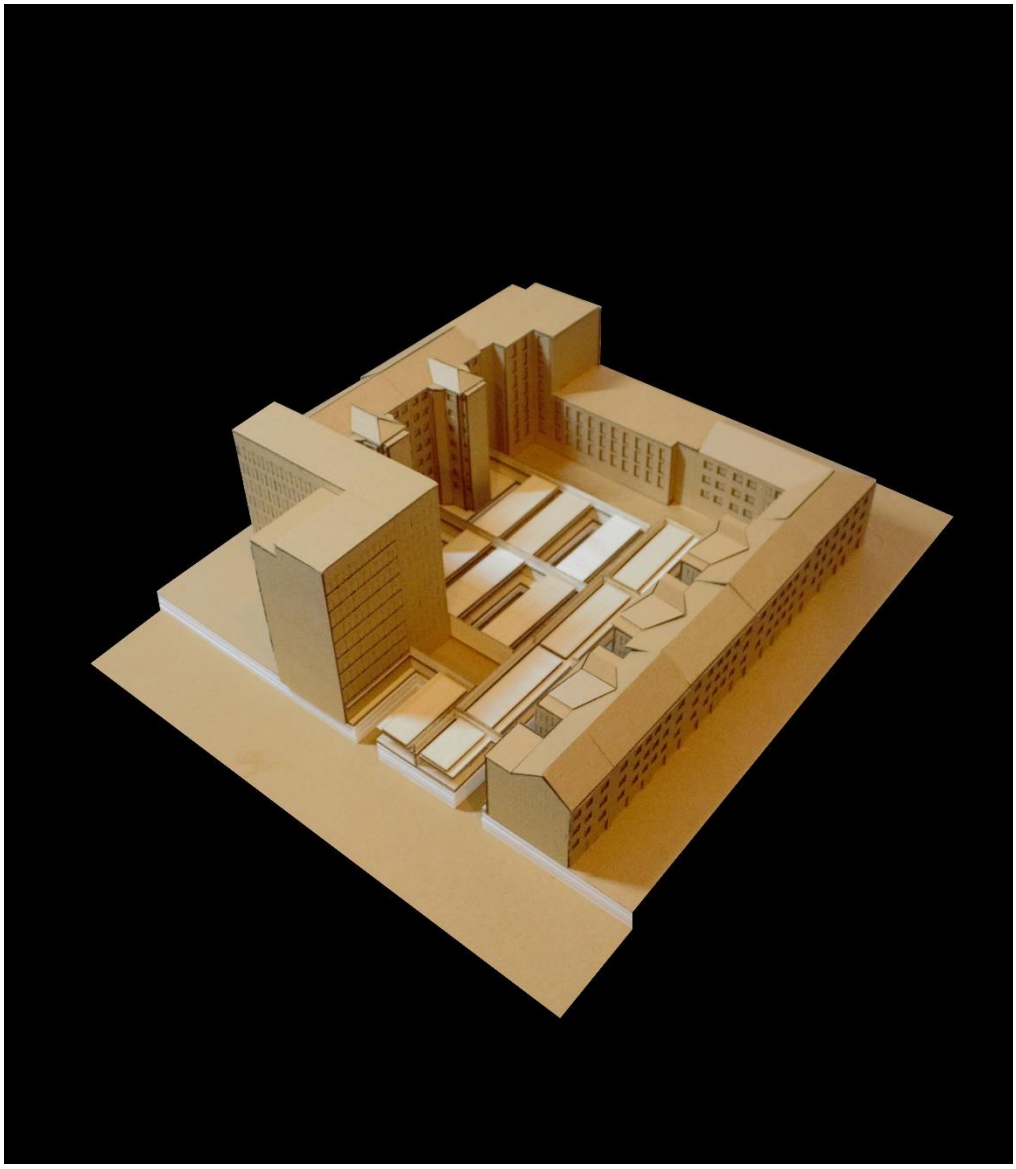




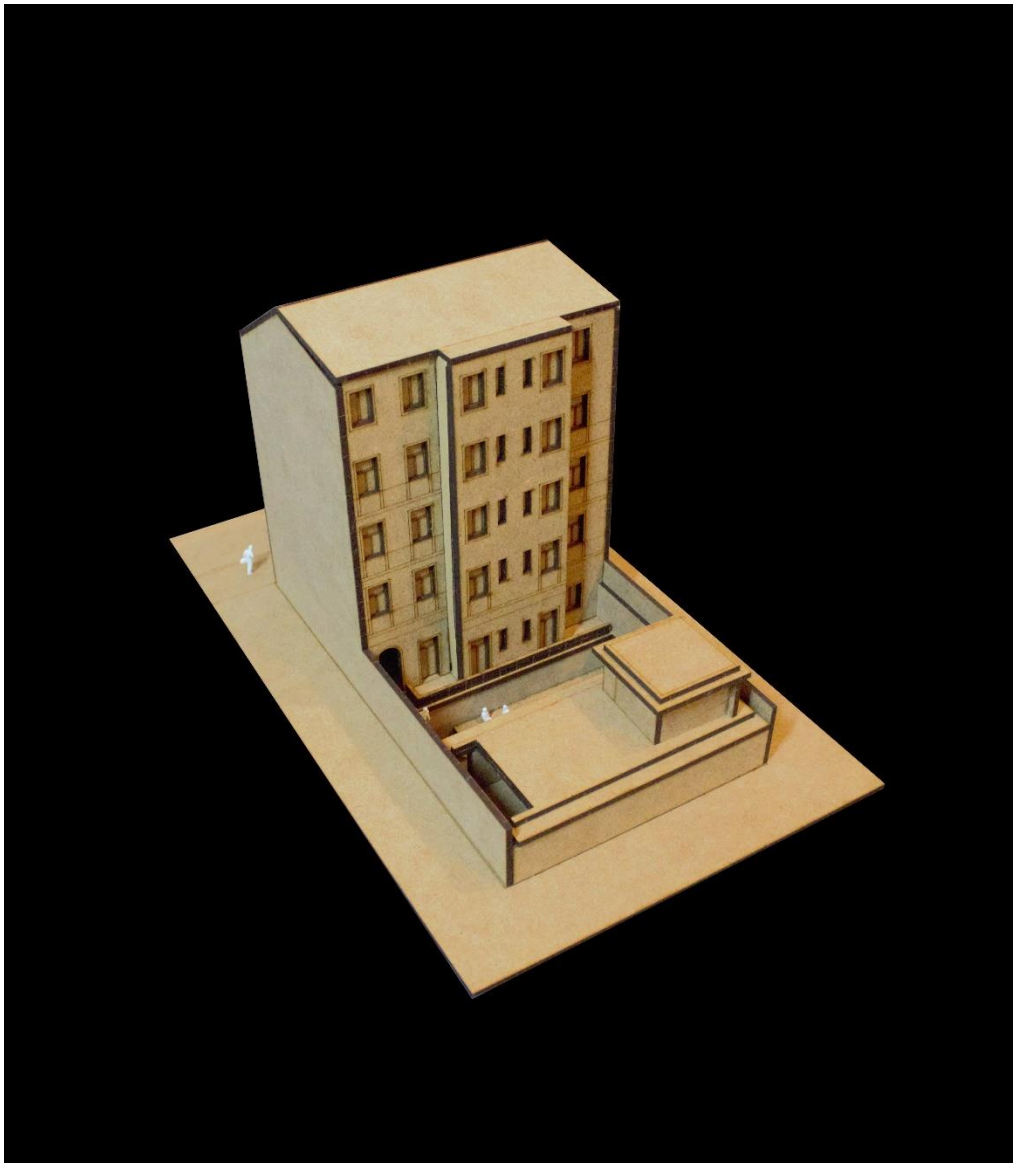


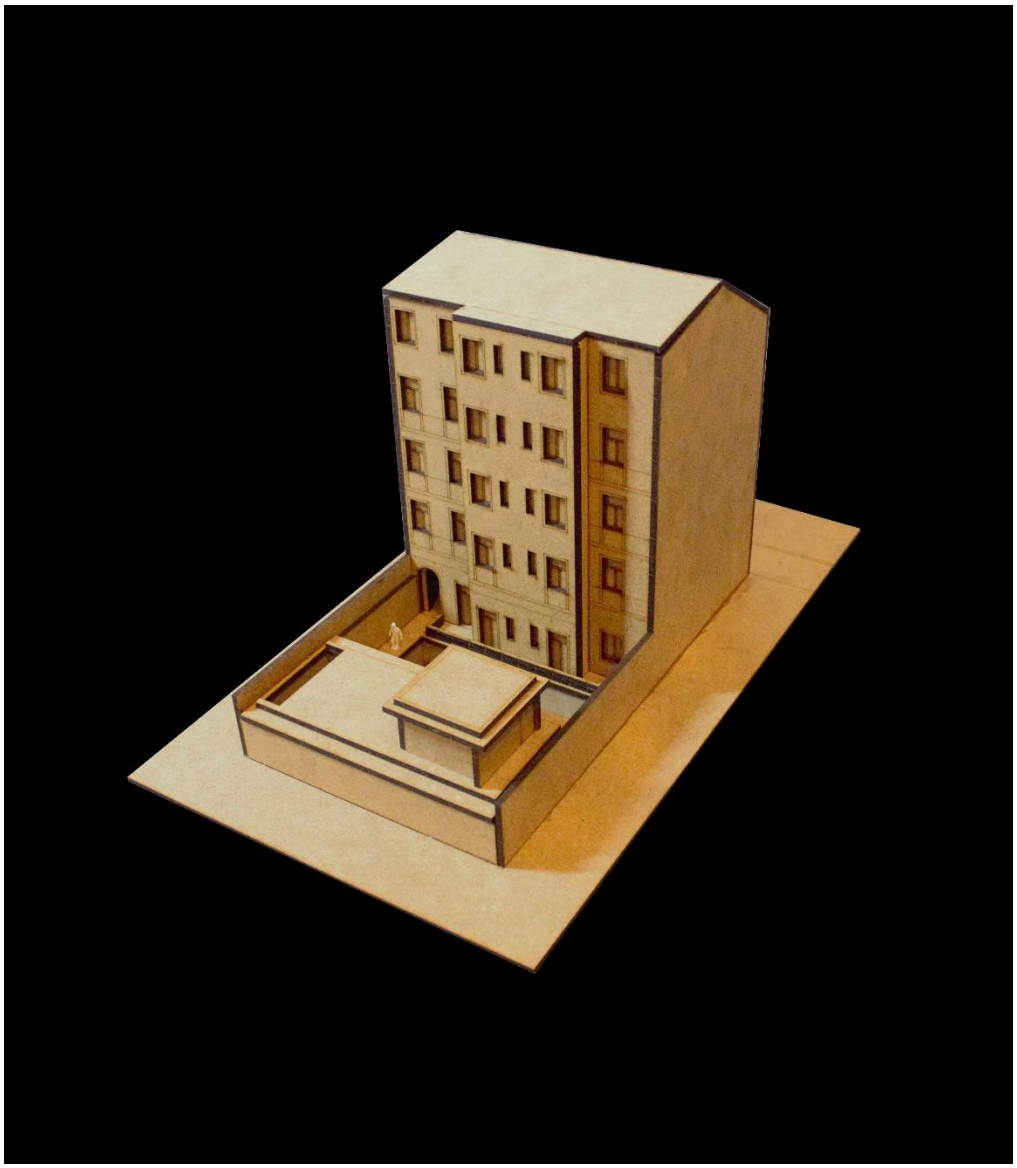






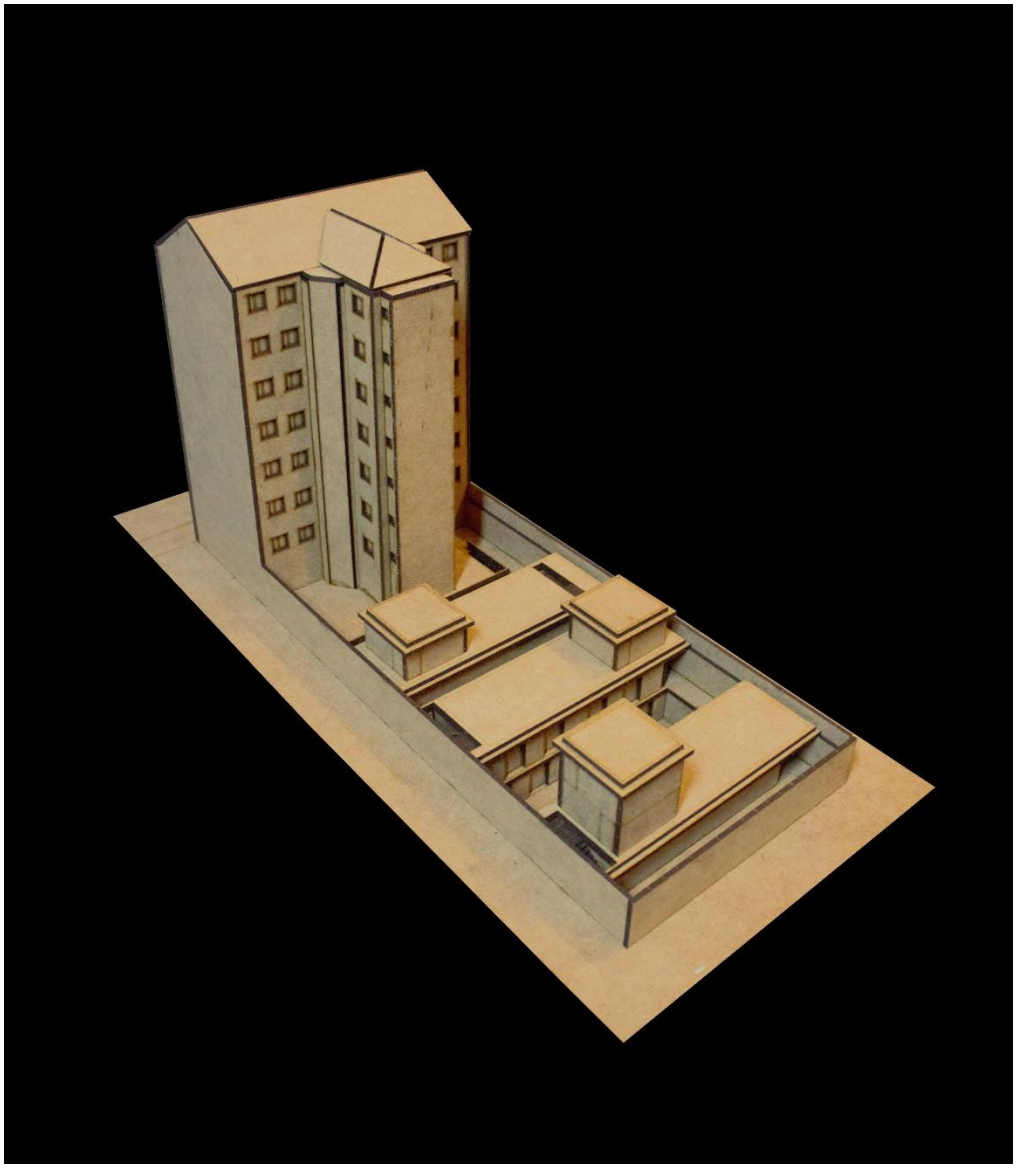














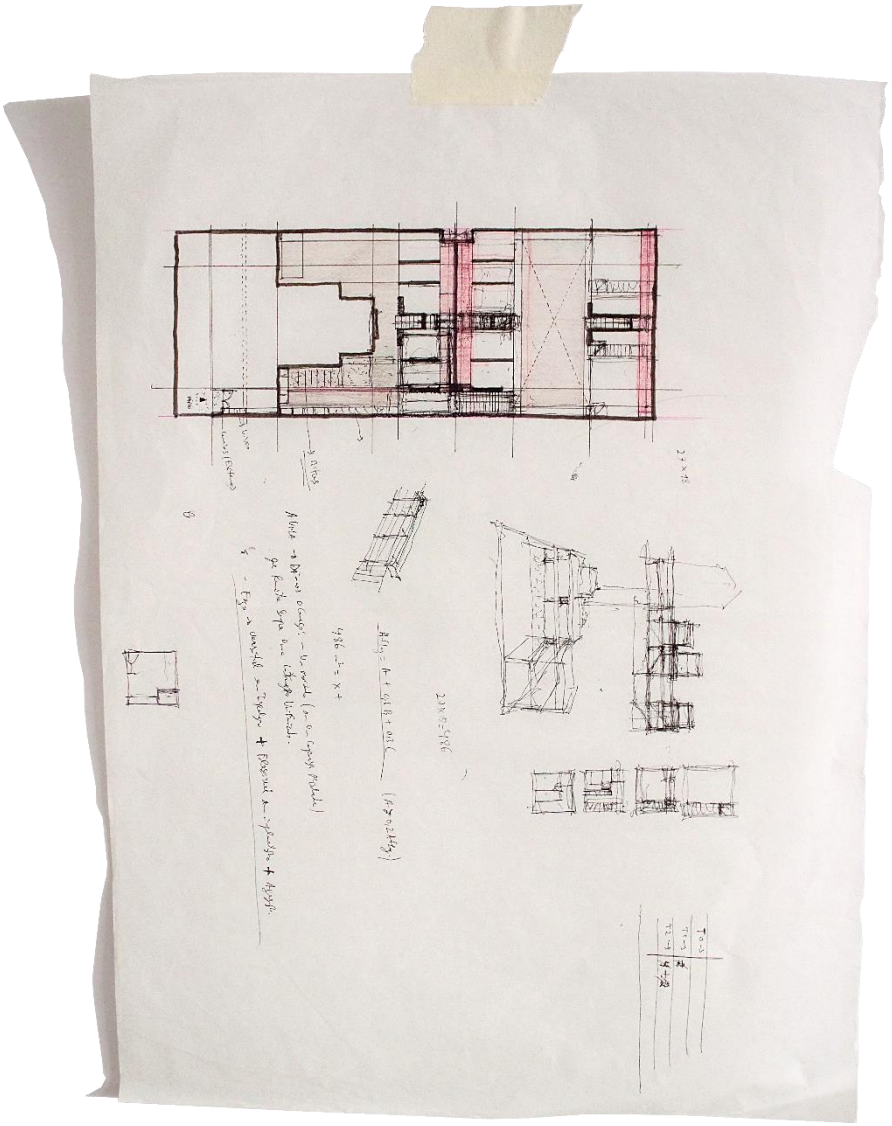


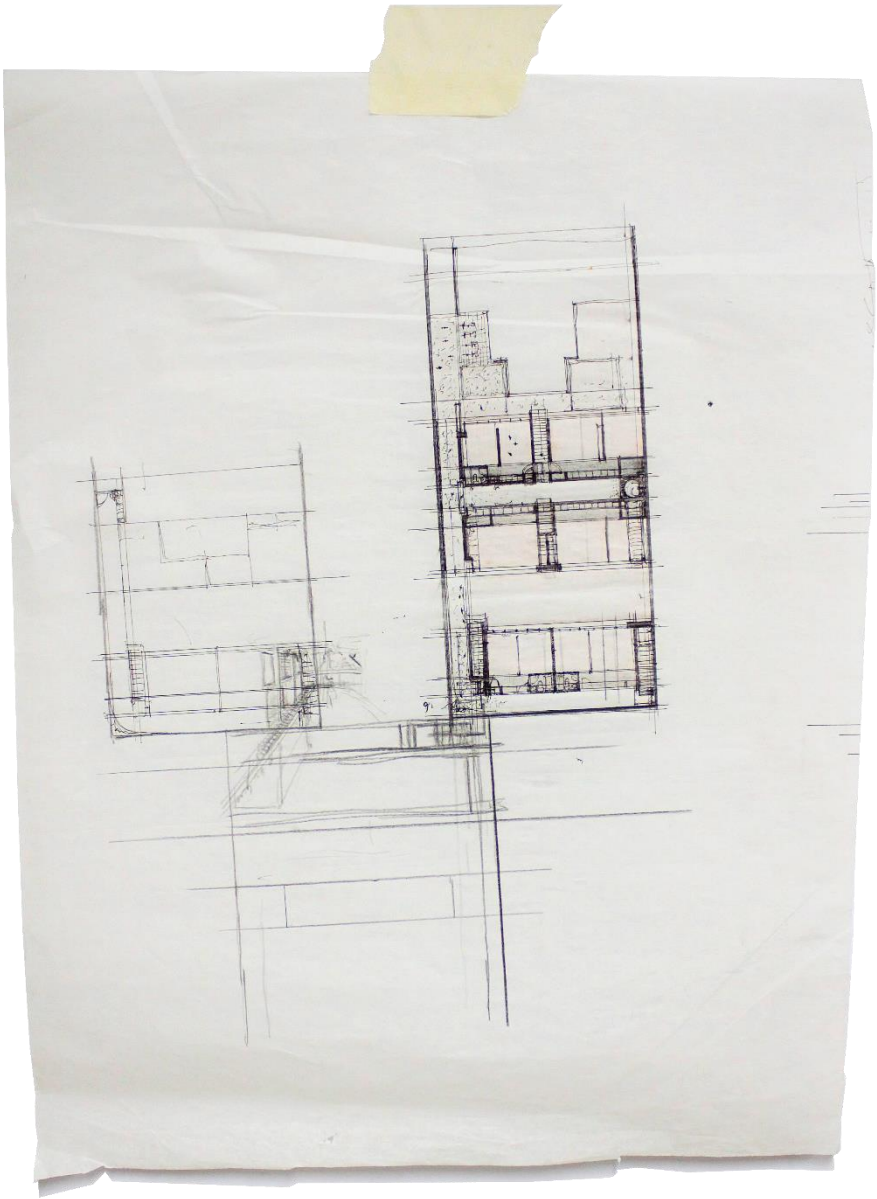
PARTE III – PROCESSO (ESQUISSOS)

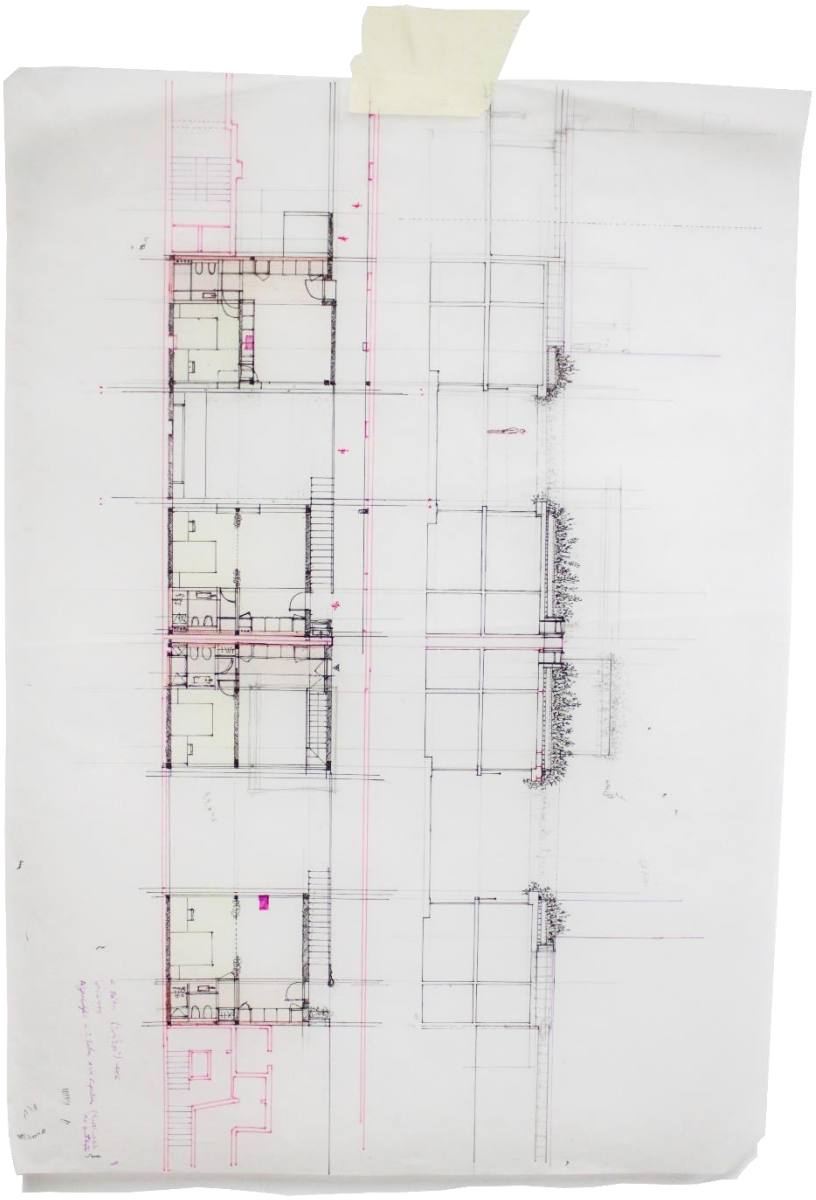
Lista de peças:

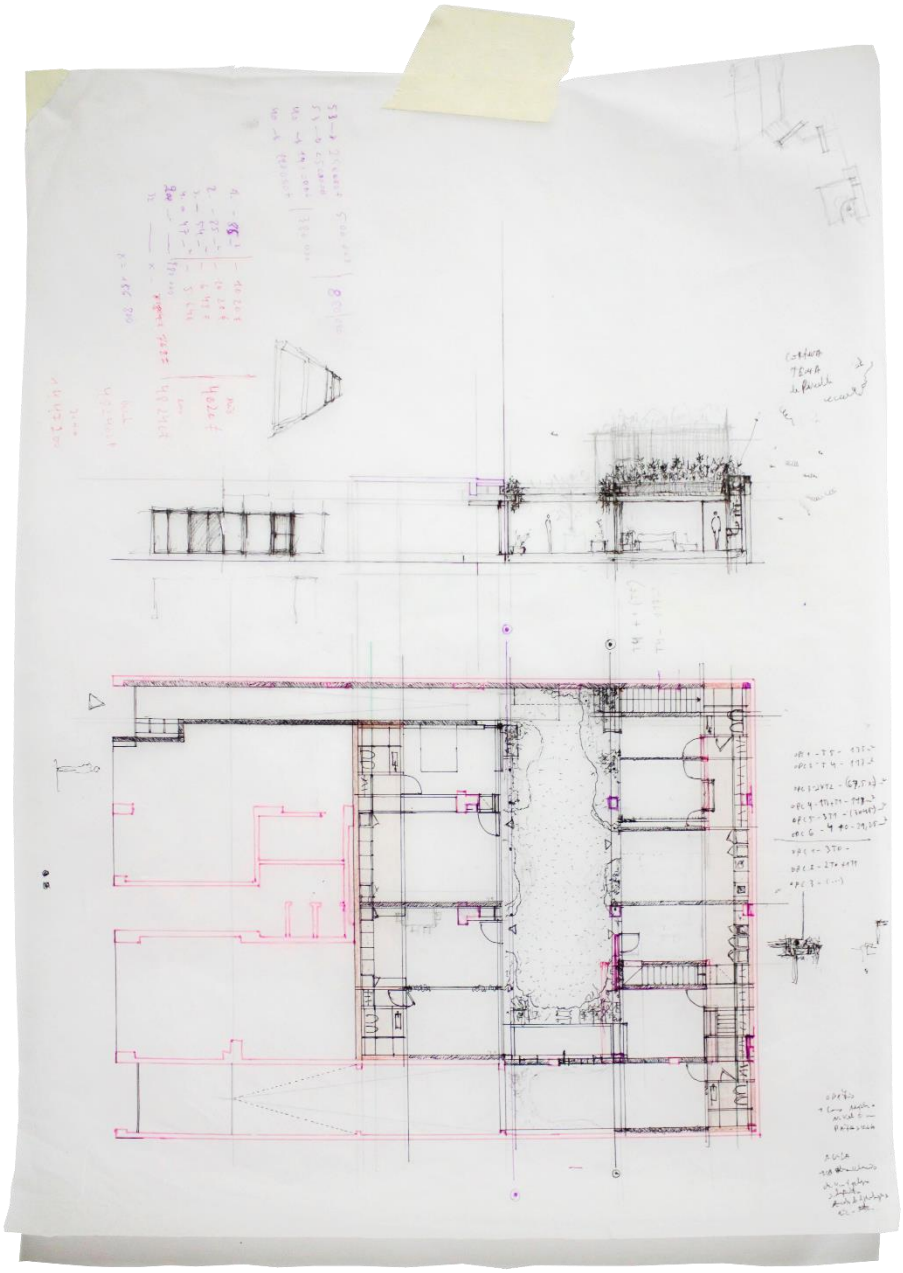
1 até 12 – Exemplares selecionados do processo em papel esquisso: Projeto e desenvolvimento geral do trabalho

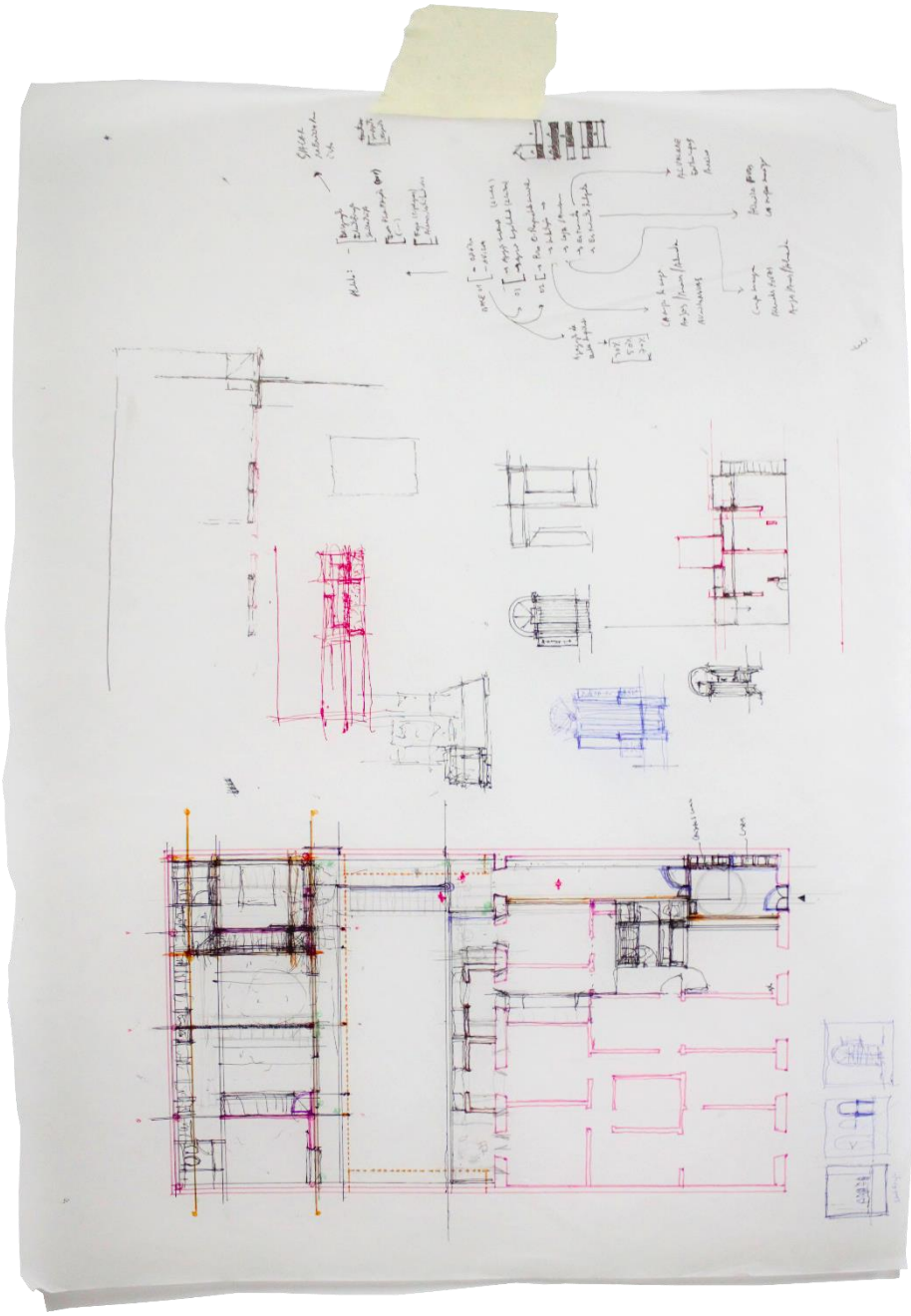
13 até 21 – Exemplares selecionados do processo em cadernos: Projeto e desenvolvimento geral do trabalho

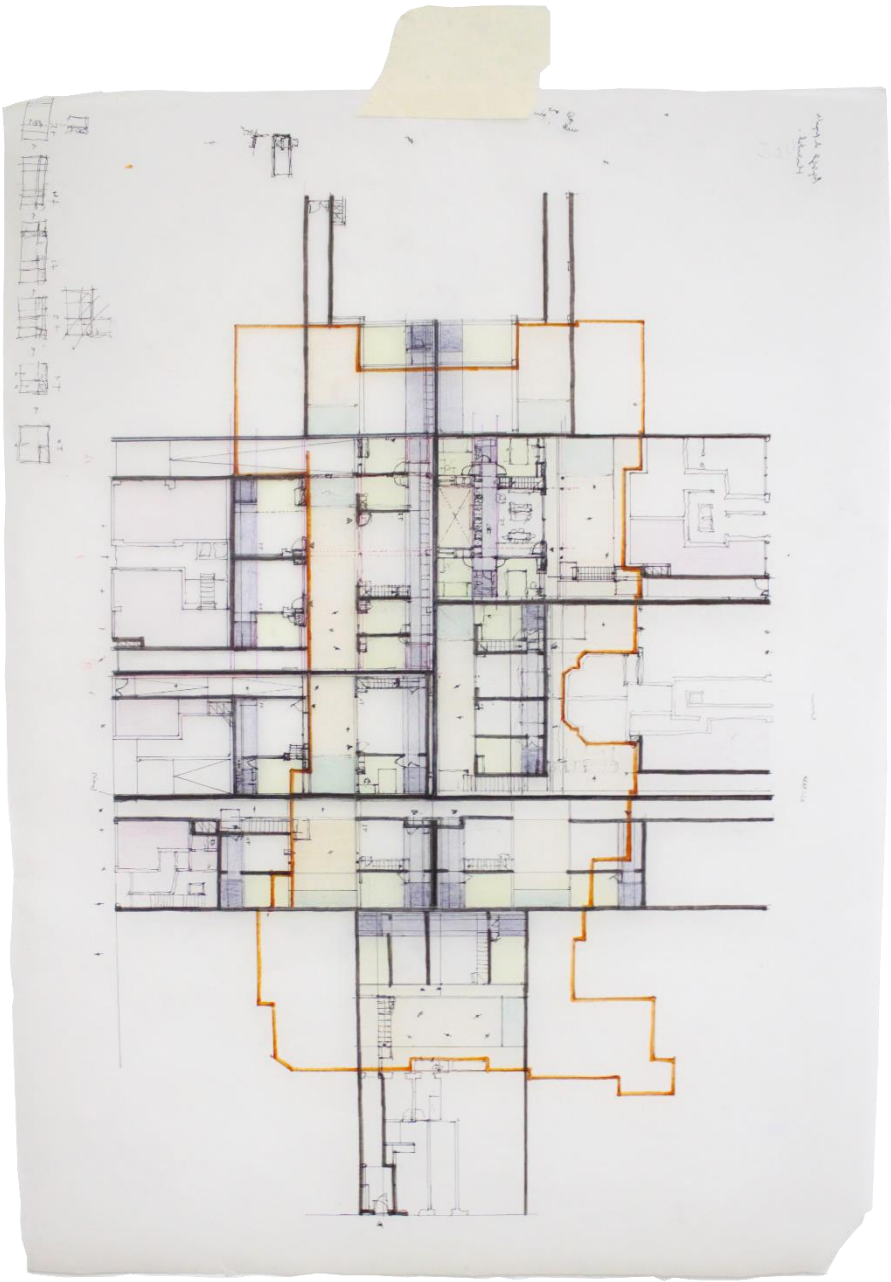


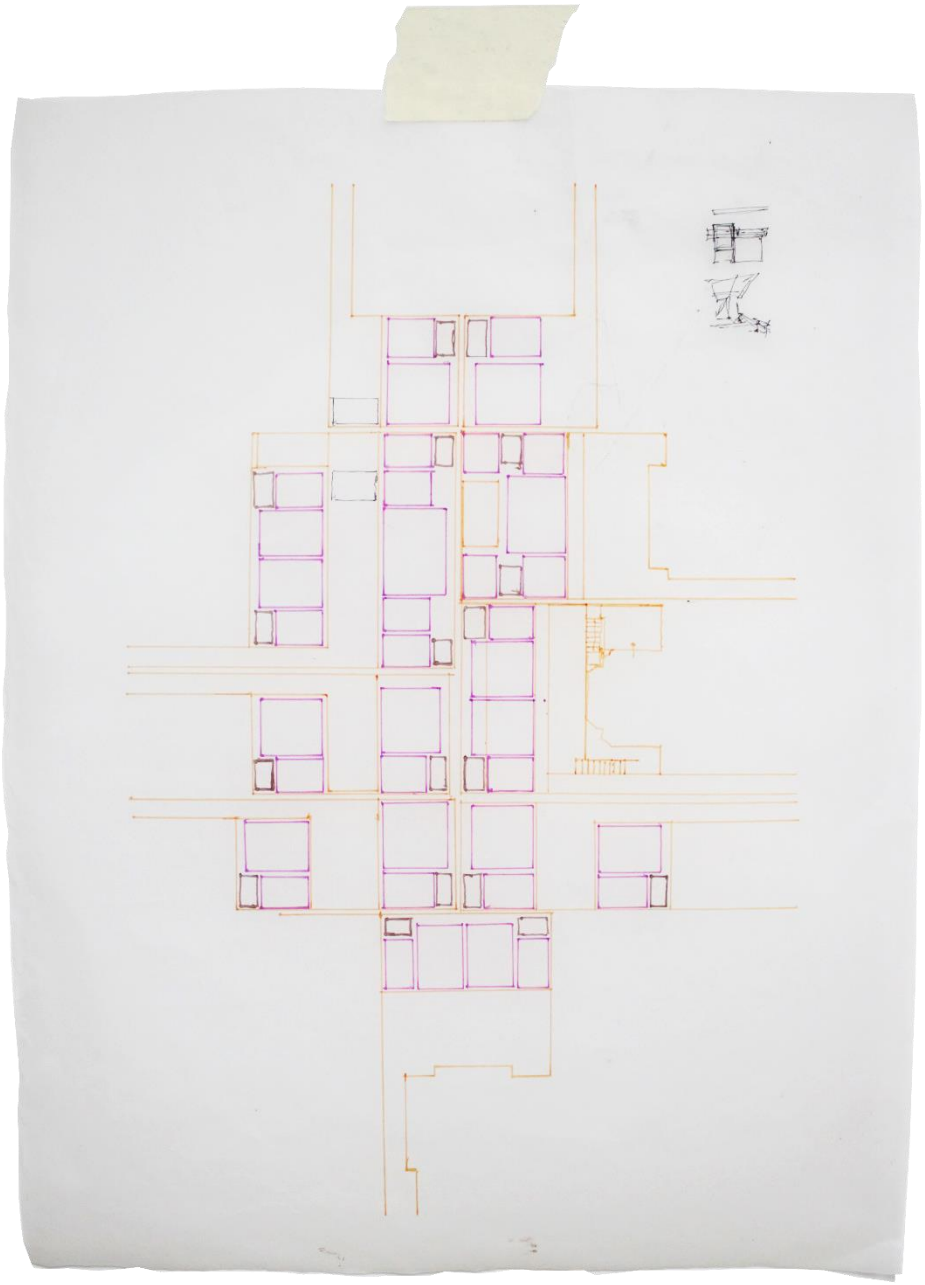


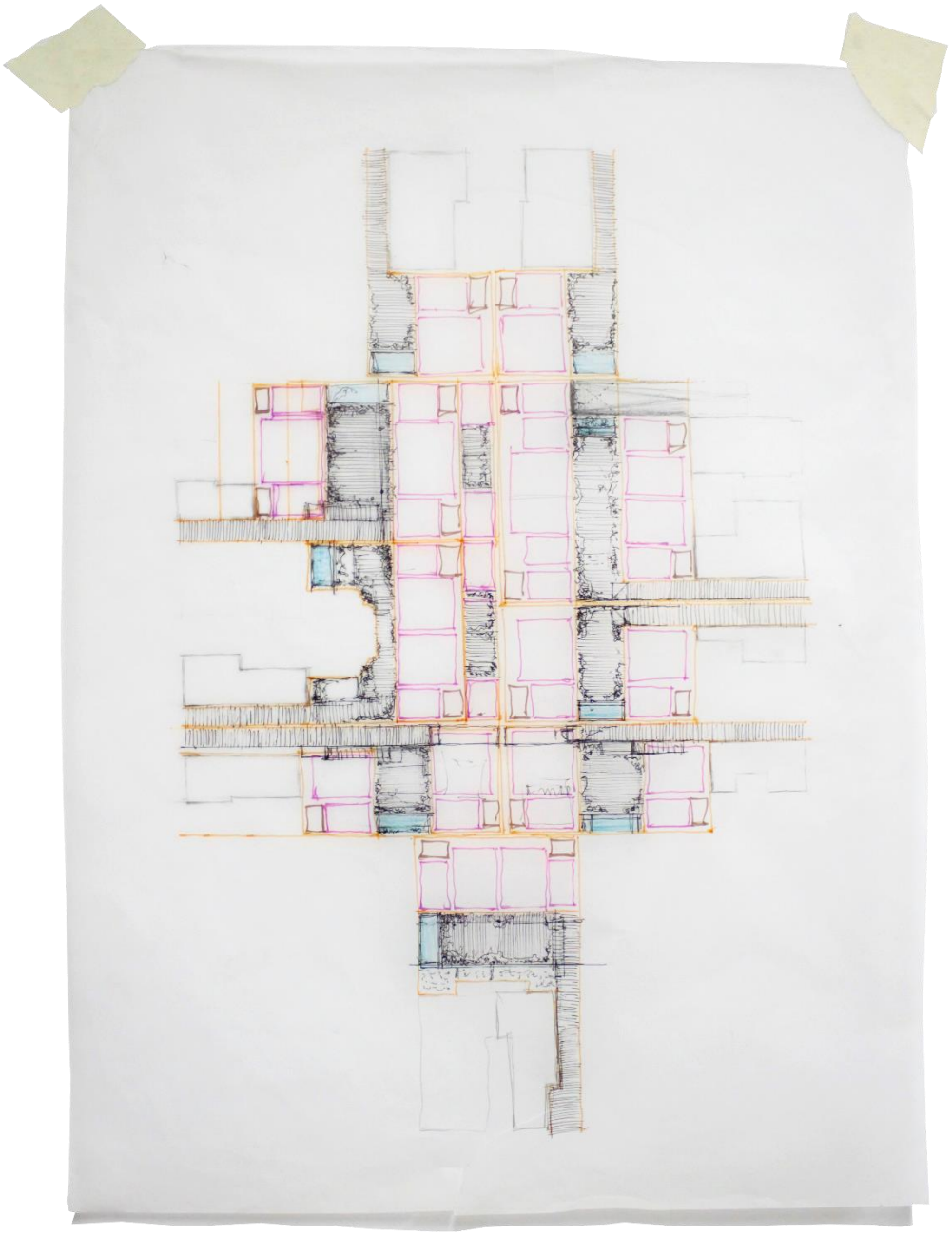


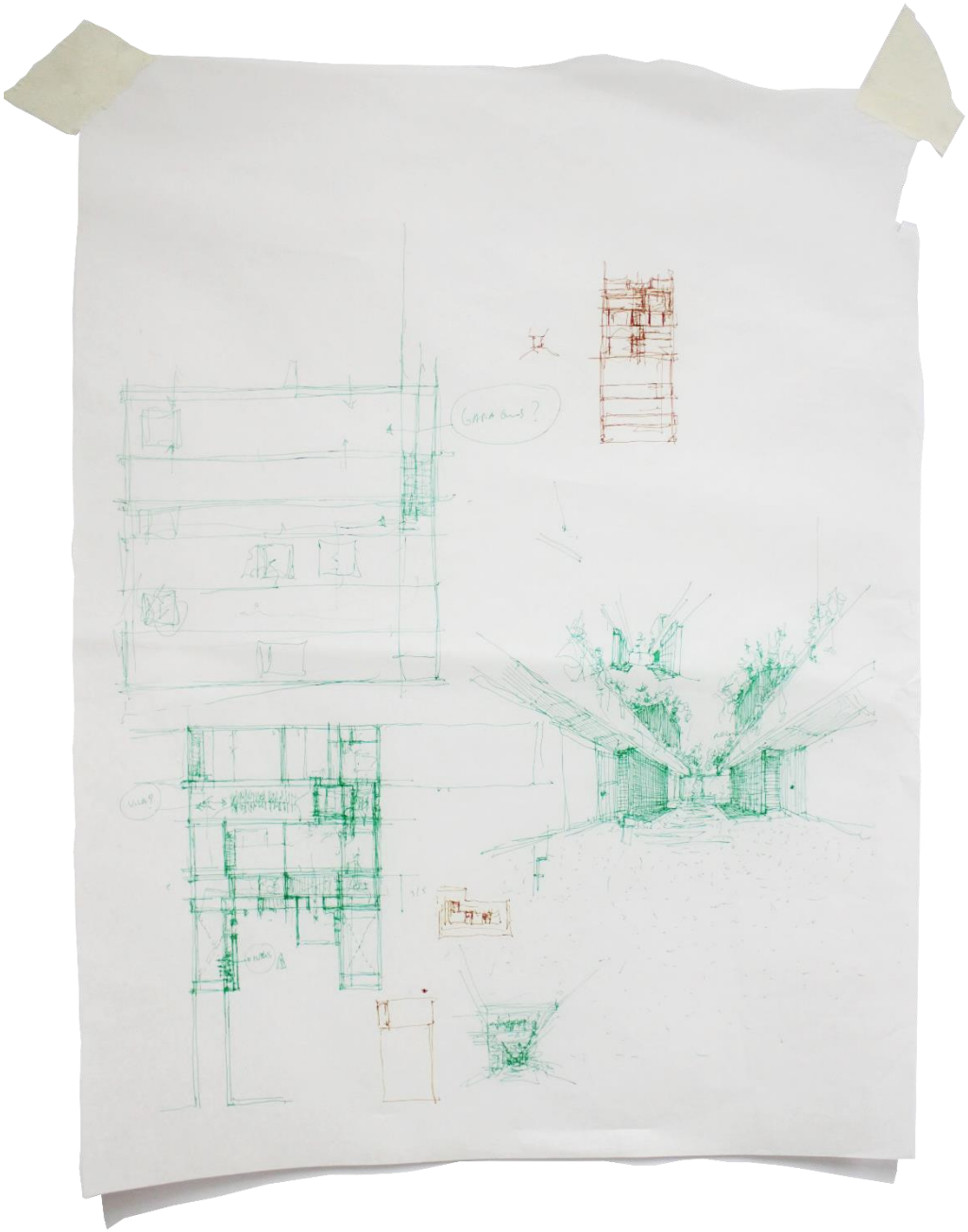


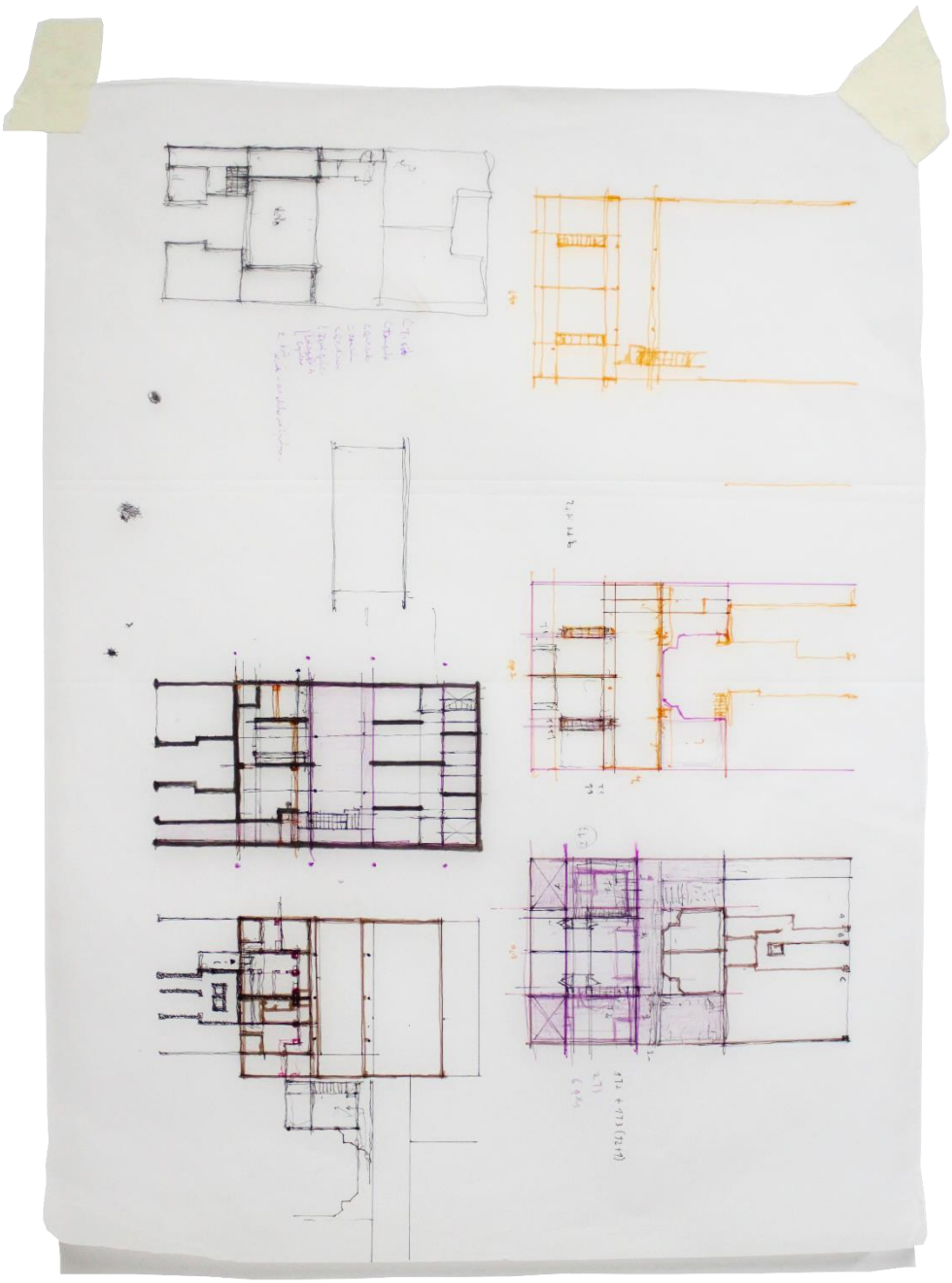


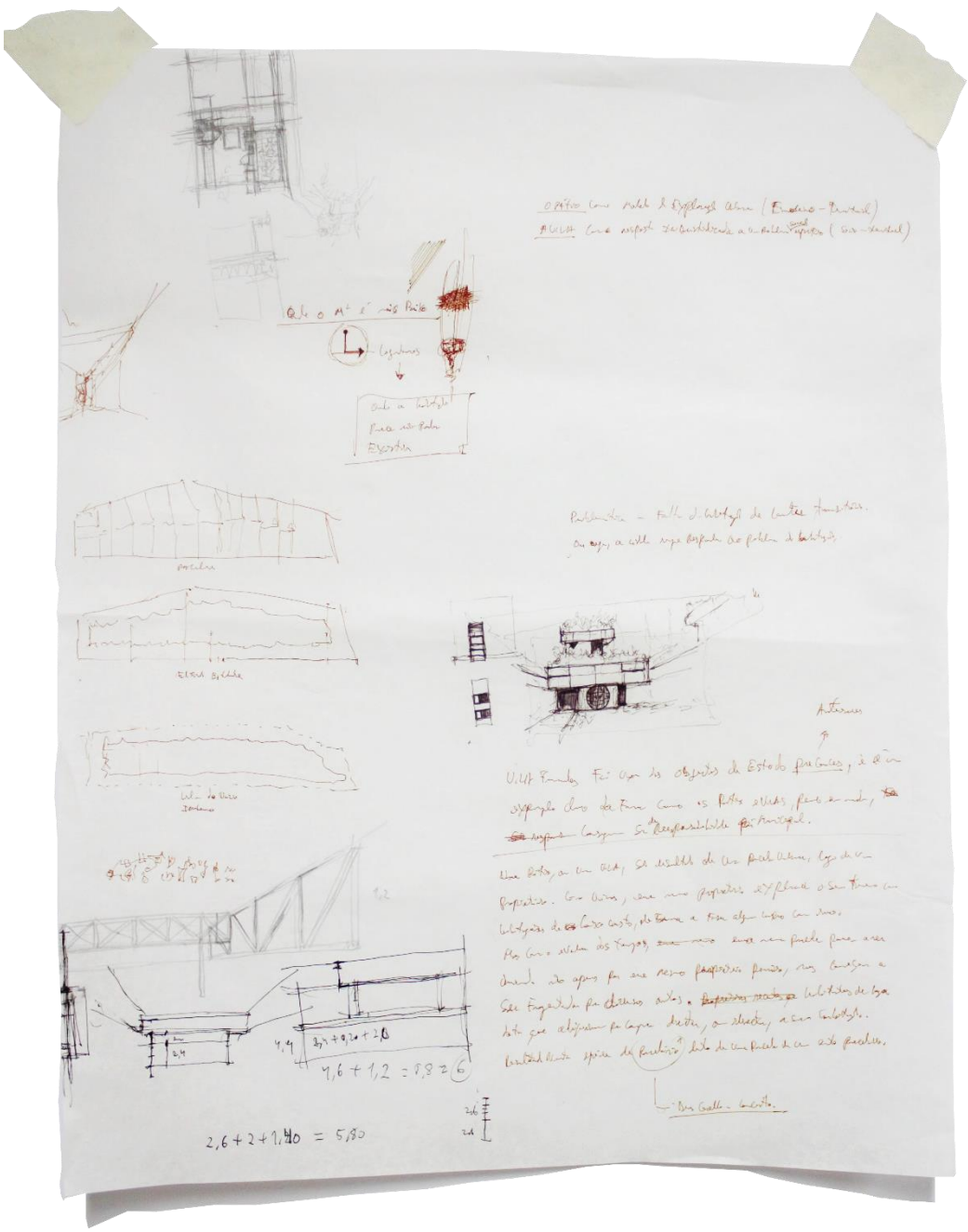


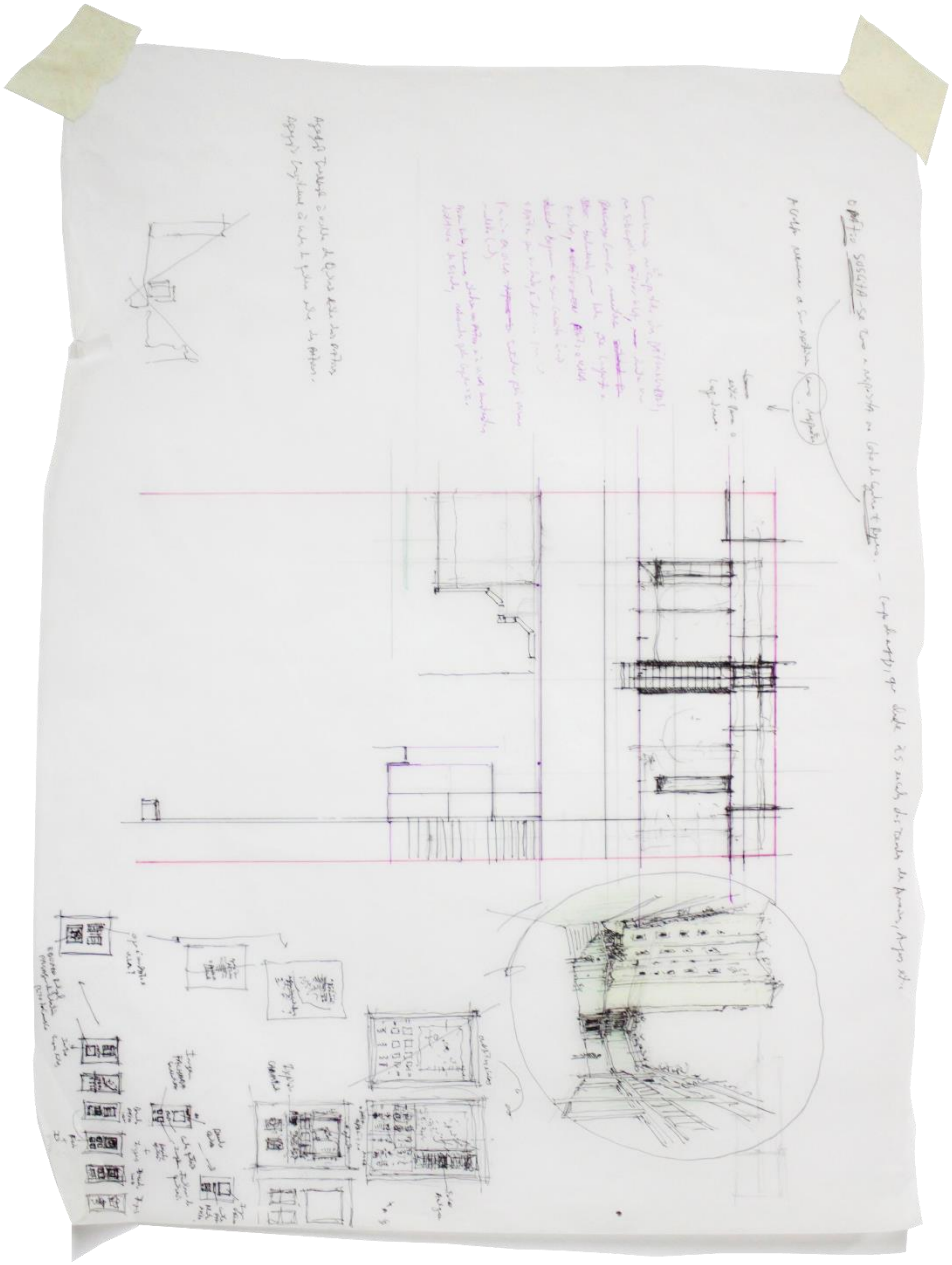


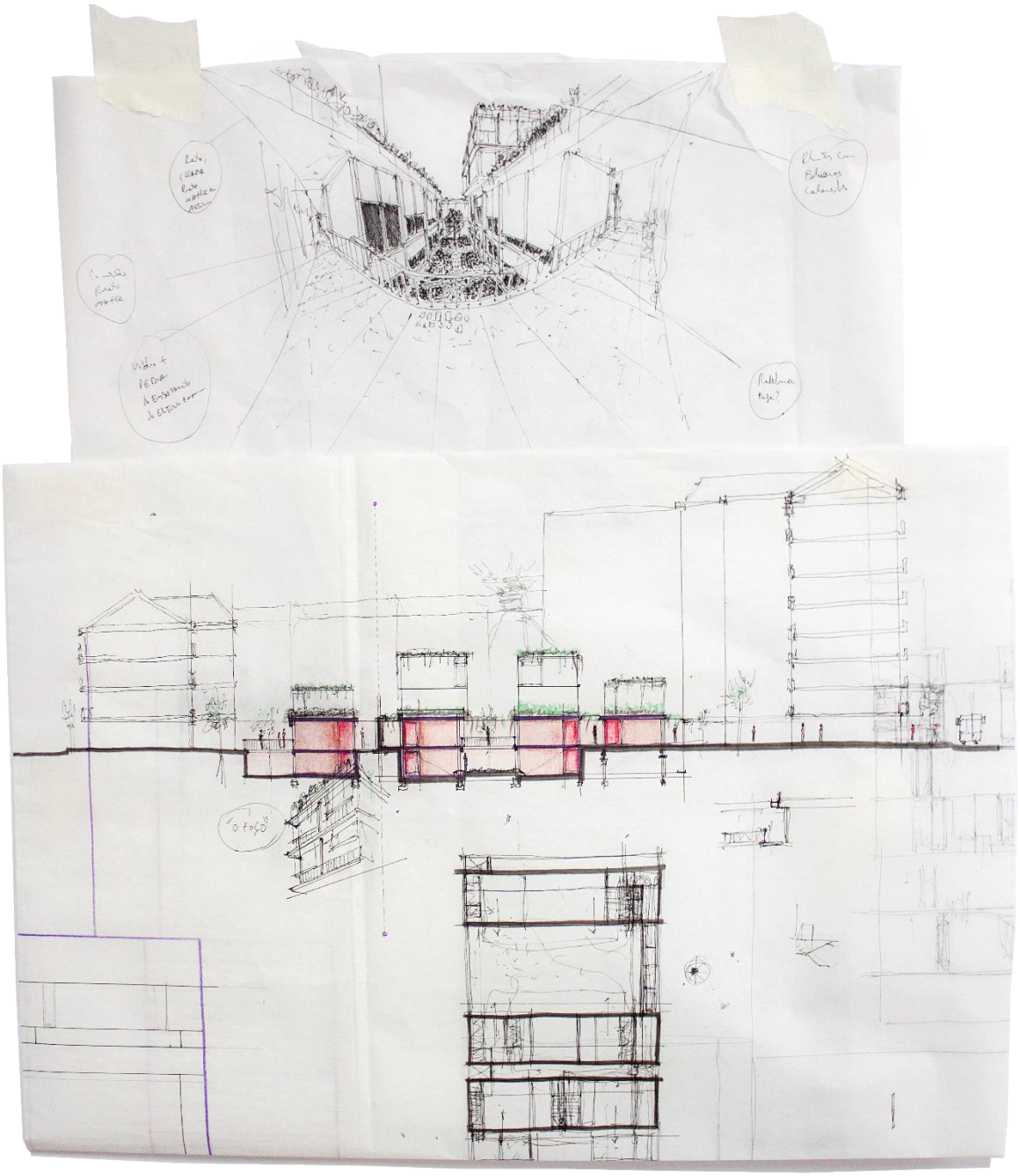


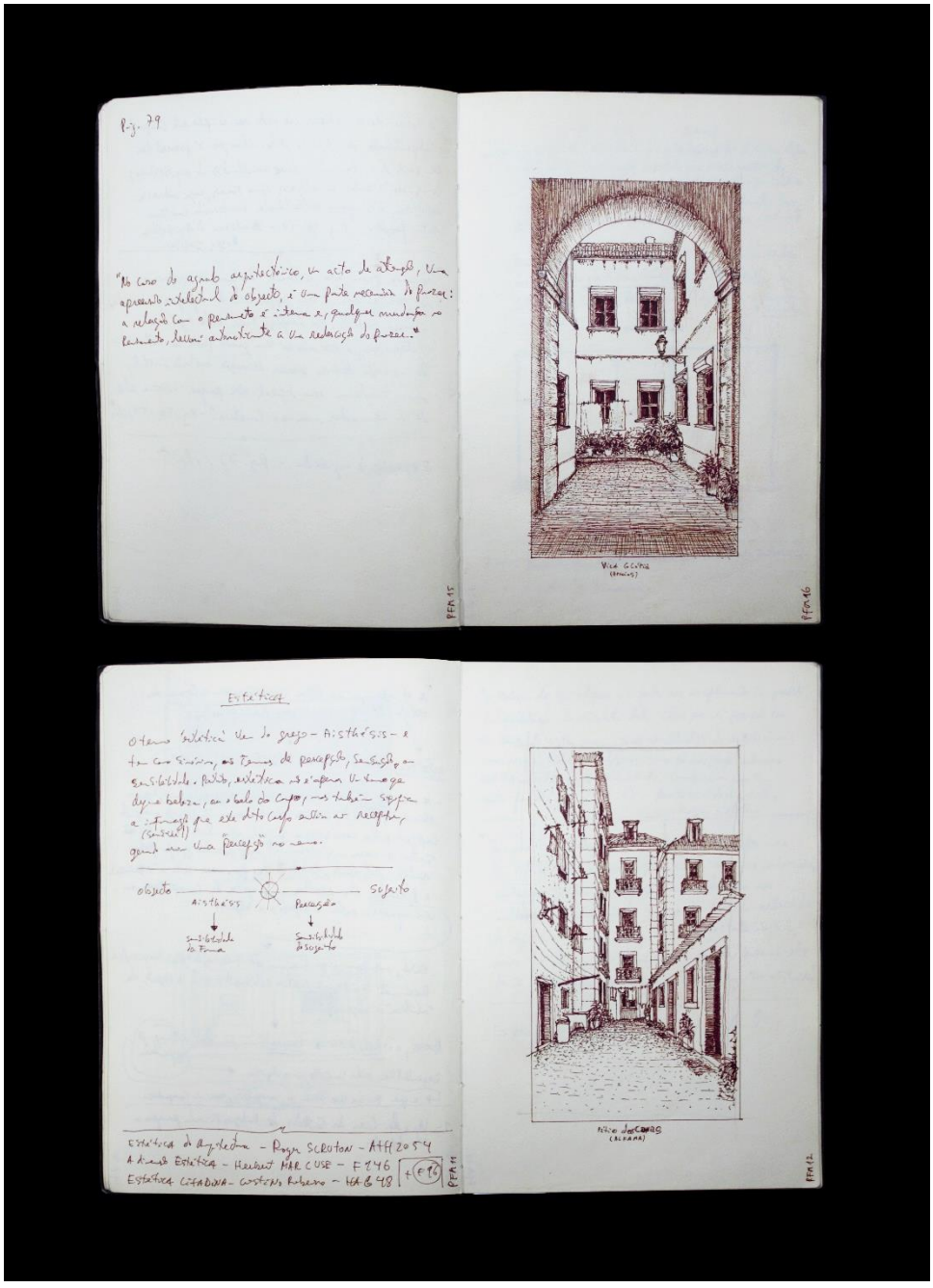


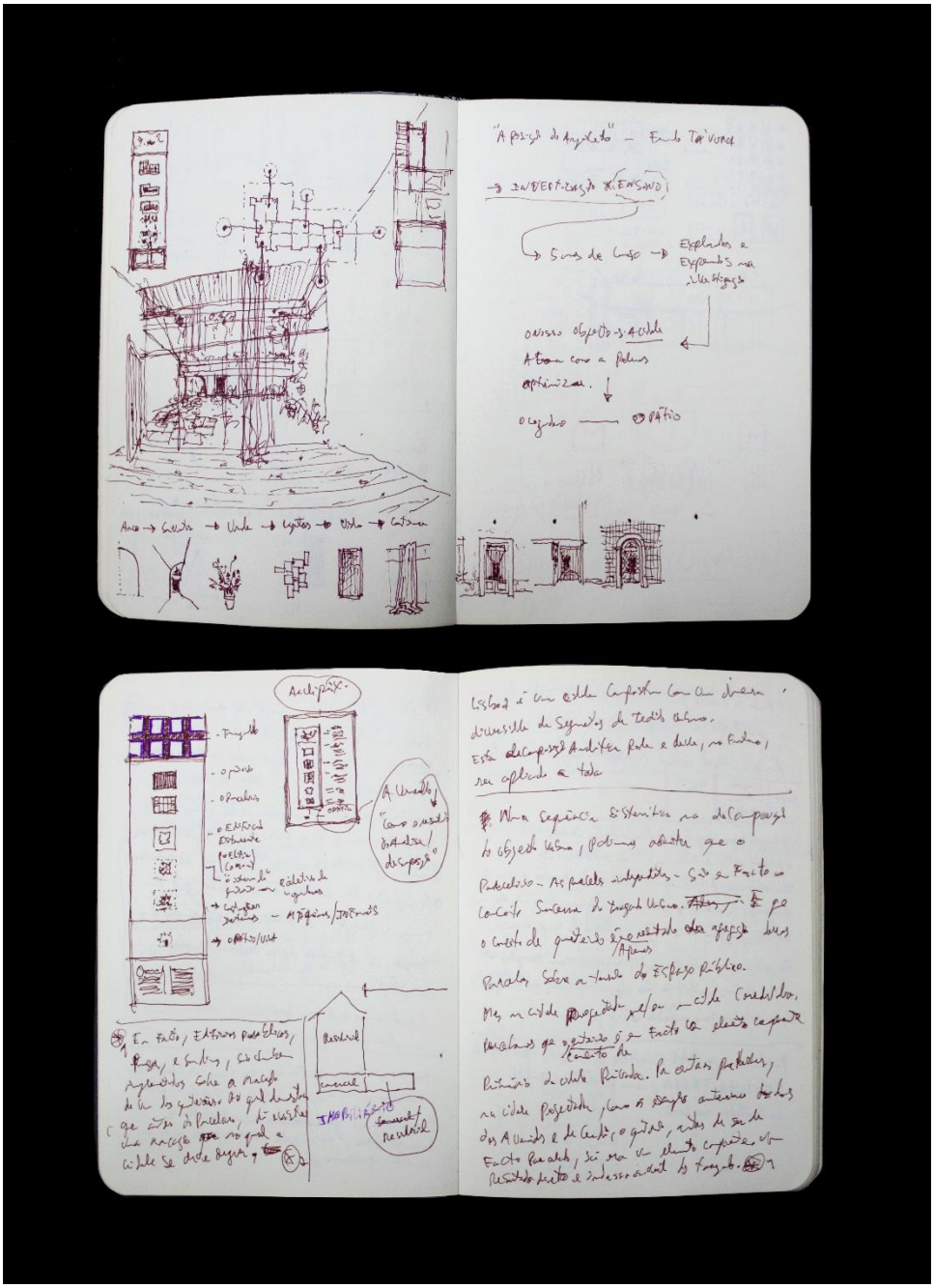


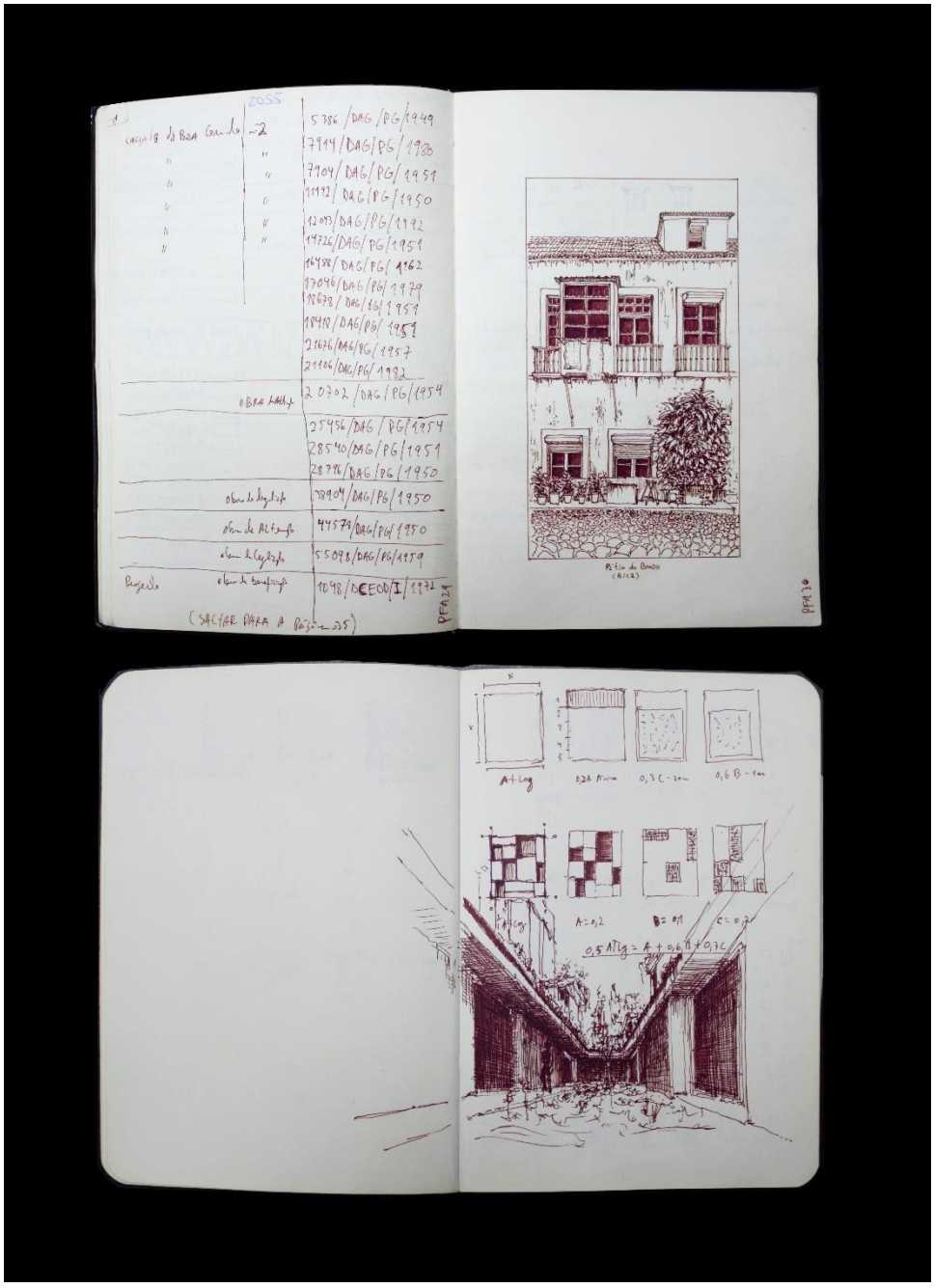

Parcelas
Elevação Bicicleta
Vista do Rio Jardim
Anteriores
2,4
4,4
2,4 + 0,20 + 2,0
4,6 + 1,2 = 8,8 = 6
2,6 + 2 + 1,40 = 5,80

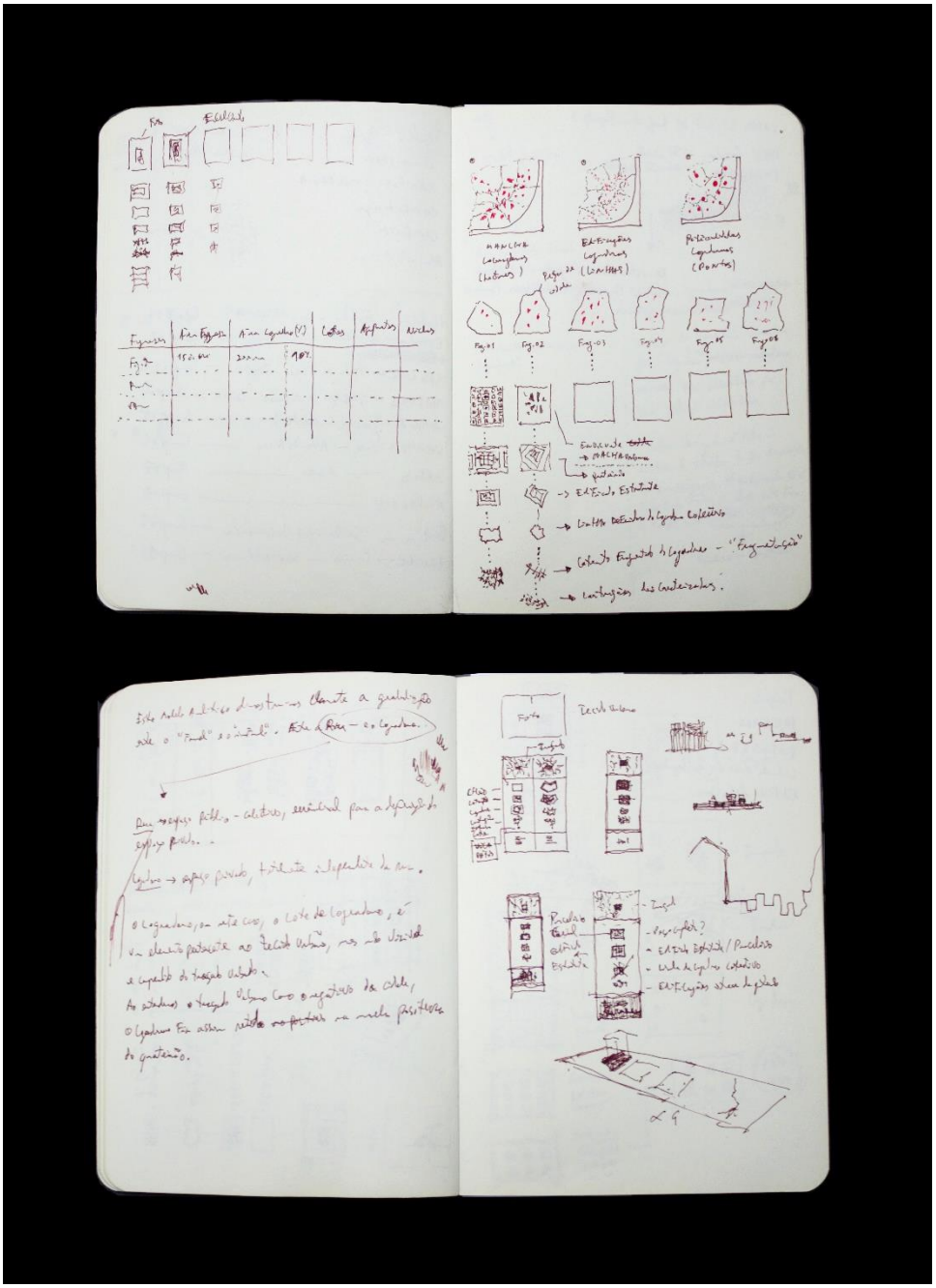


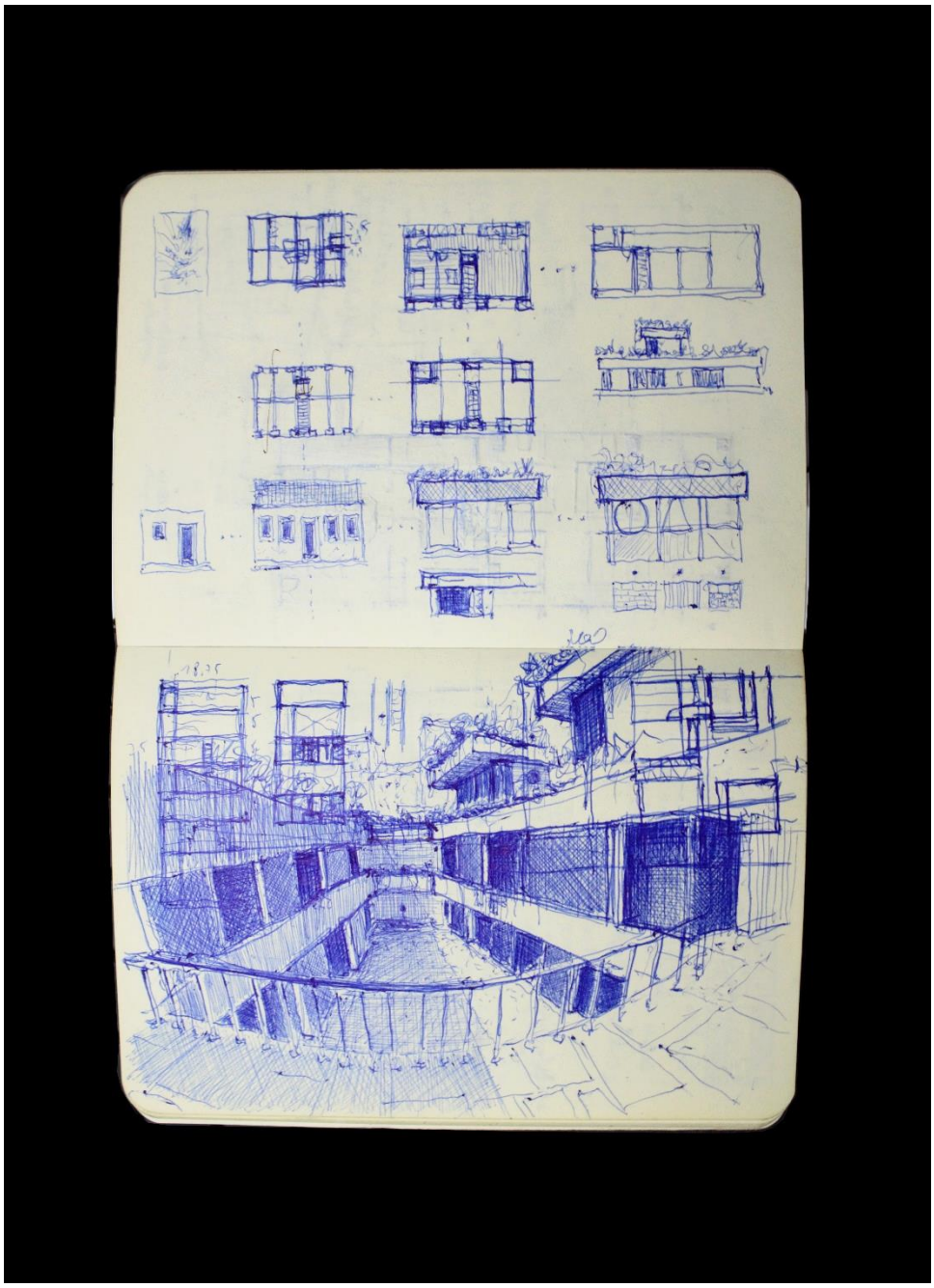


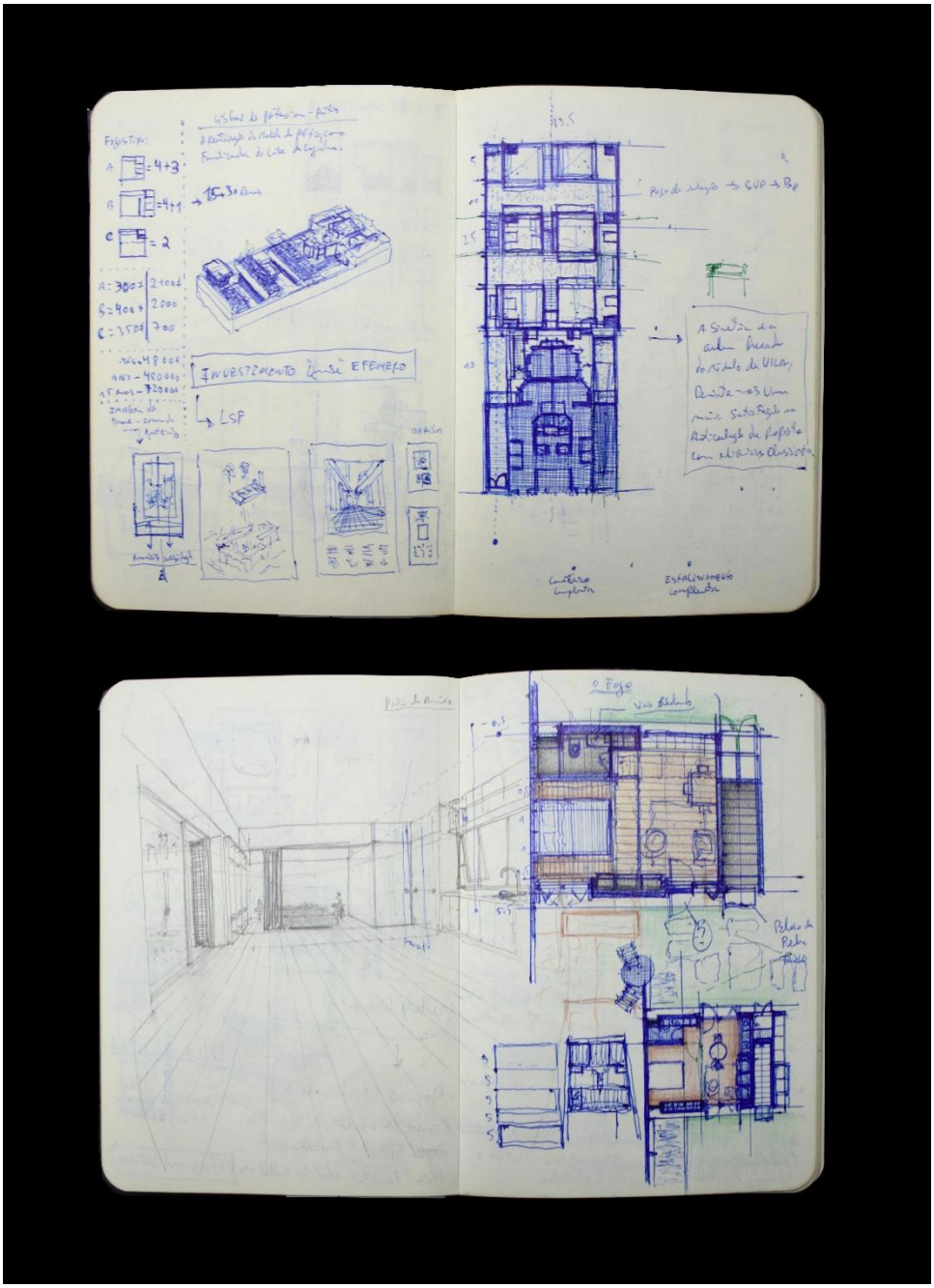

Pág. 79
"No caso do agrado arquitectónico, um acto de atenção, uma apreensão intelectual do objecto, é uma parte necessária do prazer: a relação com o pensamento é interna e, qualquer mudança no pensamento, levará automaticamente a uma redescrição do prazer."
PFM 15
Vila Gloria
(Brasília)
PFM 16
Estética
O termo 'estética' vem do grego – Aisthésis – e tem como sinónimo, os termos de percepção, sensação, ou sensibilidade. Portanto, estética não é apenas um termo que diz-se beleza, ou o belo do corpo, mas também significa a informação que este dito corpo envia ao receptor, (sensível) gerando assim uma "percepção" no mesmo.
objecto
sujeito
Aisthésis
Percepção
Sensibilidade da Forma
Sensibilidade do sujeito
Estética da Arquitectura – Roger SCRUTON – ATH 2054
A dimensão Estética – Herbert MARCUSE – F 246
Estética Citadina – Cristino Ribeiro – HA 648
+ F 96
PFM 11
Pátio dos Cavas
(Alkamar)
PFM 12

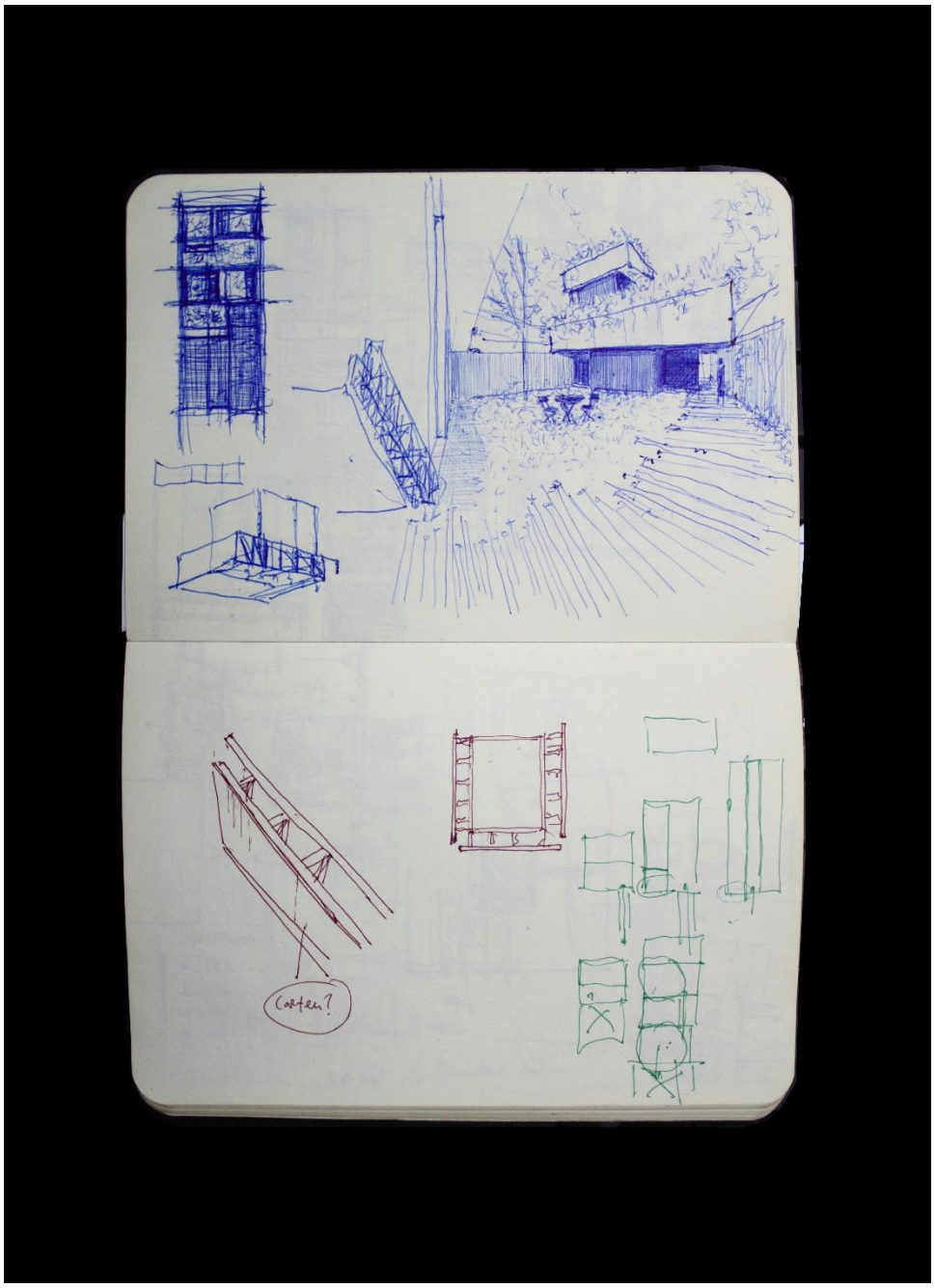


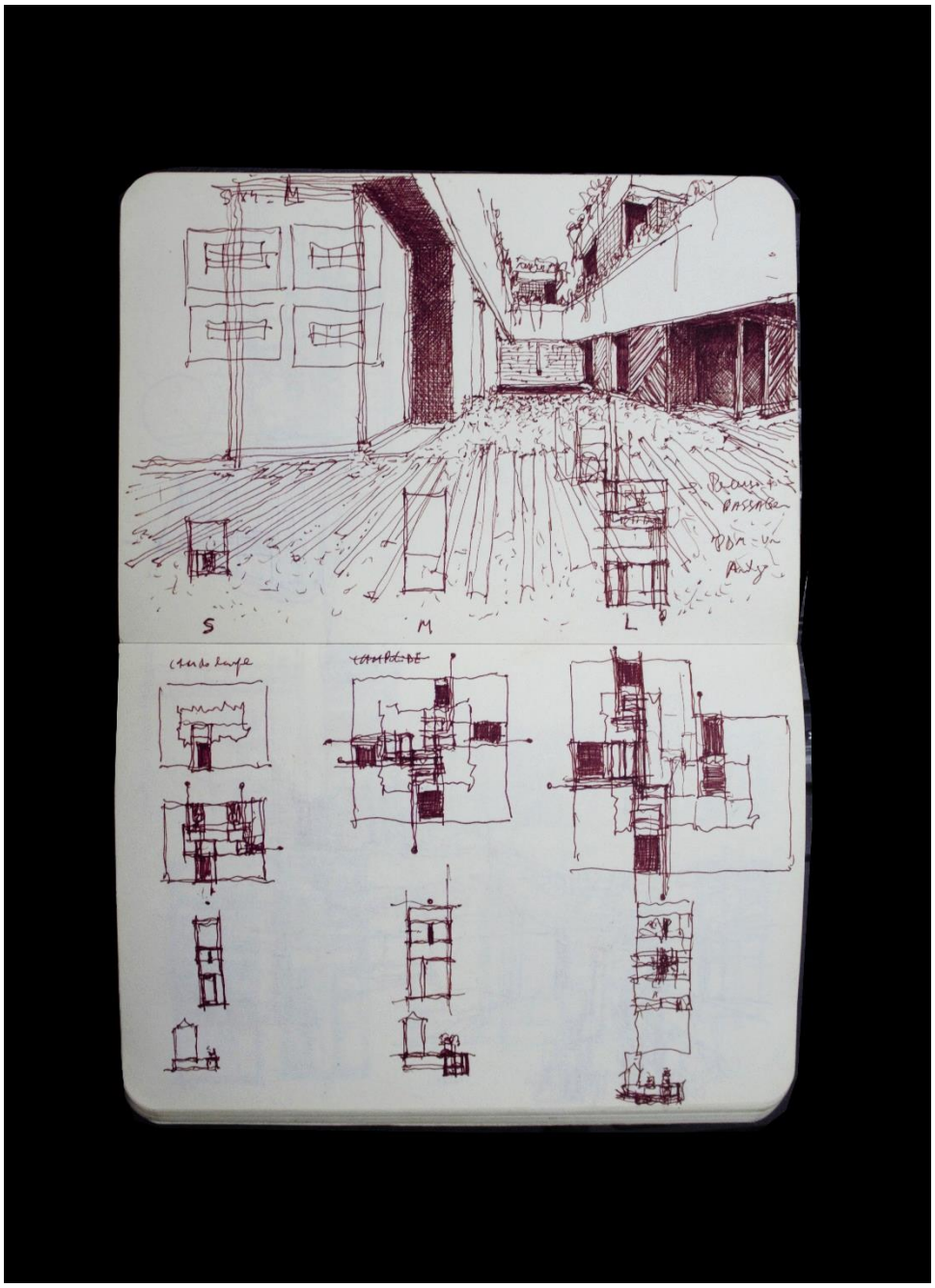

2055
5386/DAG/PG/1949
7914/DAG/PG/1980
7904/DAG/PG/1951
11192/DAG/PG/1950
12093/DAG/PG/1992
14726/DAG/PG/1951
16488/DAG/PG/1962
17046/DAG/PG/1979
18678/DAG/PG/1951
18418/DAG/PG/1951
21676/DAG/PG/1957
21106/DAG/PG/1982
20702/DAG/PG/1954
25456/DAG/PG/1954
28540/DAG/PG/1951
28796/DAG/PG/1950
38904/DAG/PG/1950
44578/DAG/PG/1950
55098/DAG/PG/1959
1048/DCEOD/I/1972
PFA29
PFA30
A+Lg
A=0,2
B=0,1
C=0,2
0,5 ATLg = A + 0,6 B + 0,3 C

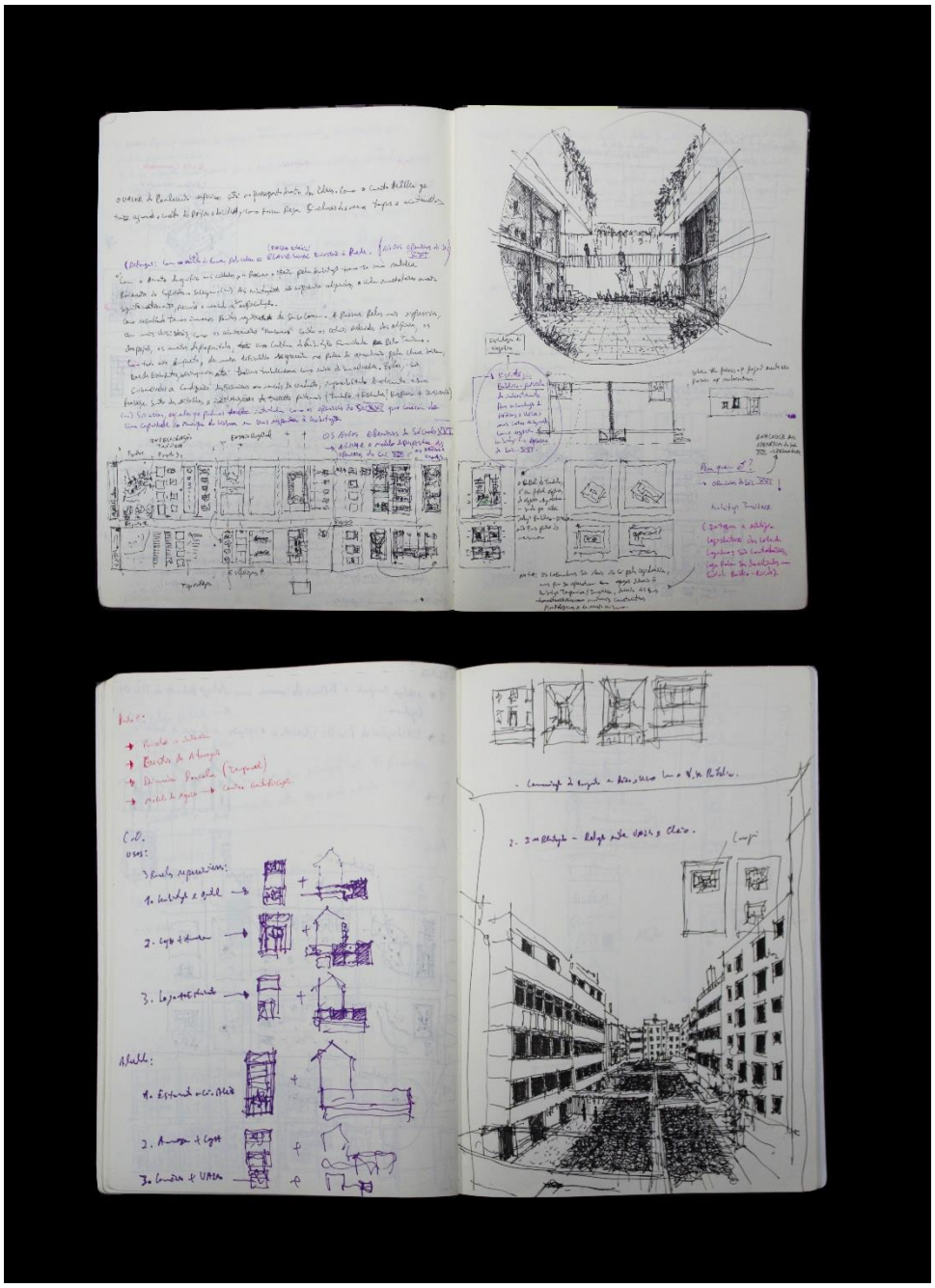





INVESTIMENTO
LSF


Corten?


S
M
L



PARTE IV – PANEIS DE APRESENTAÇÃO

1 – Introdução + estrutura do trabalho

2 – Pátios e Vilas + Interiores do Quarteirão

3 – Os Bairros: quarteirões em analise

4 – Decomposição dos Quarteirões em analise

5 – Os bairros a Intervenção: Campo de Ourique e Alvalade

6 – Planta piso tipo – Campo de Ourique

7 – Planta piso térreo – Campo de Ourique

8 – Planta piso cave – Campo de Ourique

9 – Identificação + Passagens de serventia

10 – Cortes transversais: Campo de Ourique + Alvalade

11 – O interior de Quarteirão

12 – Planta piso tipo – Alvalade

13 – Planta piso térreo – Alvalade

14 – Planta piso cave – Alvalade

15 – O Pátio e a Vila: atmosferas e características identitárias

16 – O Pátio

17 – A Vila

18 – A Vila: Corte

19 – Fogos tipo

20 – Corte 1.20



Pátio do Carrasco, Alfama - *Artur Pastor 1960*



Pátio do Carrasco, Alfama - *Armando Serôdio, 1968*

LOGRADOURO, PÁTIO E VILA

A reativação do modelo urbano de Pátio eVila como exploração das parcelas de Logradouro em Habitação Coletiva

Para a presente investigação, o problema estrutural da falta de habitação vincula o Logradouro como o território urbano a revitalizar, e o modelo de Pátio e Vila por sua vez, como a sua sucessora revitalização em habitação coletiva. No entanto, é necessário previamente problematizar estes 3 conceitos, seja o de Pátio e Vila, seja o de Logradouro, , nomeadamente e enquanto elementos urbanos, importa perceber qual a sua génese, de modo a fundamentar uma atual e consciente regeneração de Logradouros em novos conjuntos de habitação coletiva como Pátios e Vilas.

Seguindo esta linha de pensamento, o presente trabalho, estrutura-se em dois primeiros capítulos, de teor teórico e antecedentes a um terceiro referente à proposta projetual. O primeiro, com a designação de "O Pátio e Vila: a reativação de um modelo," aborda de modo critico e analítico a génese por de trás do modelo de Pátio e Vila, compreendendo a sua origem na tipologia de Pátio, e a sua gradual evolução até à tipologia de Vila, bem como as suas diferenças e virtudes compositivas, e concluindo com uma reflexão analítica da lógica deste modelo em especifico no contexto de Logradouro.

De seguida, procede-se a uma procura em torno do entendimento do conceito de Logradouro, e da sua contextualização atual no tecido da cidade de Lisboa, e que está patente no segundo capítulo, intitulado: " O Logradouro: a regeneração de um território".

Não sendo este um conceito amplamente retratado e abordado pela análise científica, este segundo capítulo progride numa narrativa formal e metódica, que desconstrói o conceito de cidade como estrutura física, designadamente, os seus tecidos, e alcançando um entendimento sucessivo dos seus principais elementos estruturantes, os Traçados, e os Quarteirões, e que estão irredutivelmente na génese existencial do elemento Logradouro.

O último capítulo deste Trabalho Final de Mestrado reflete-se na proposta projectual, que interseta os temas abordados na componente teórica e os tenta operacionalizar em dois contextos reais. Por um lado, uma unidade de Quarteirão do bairro de Campo de Ourique, que reflete um traçado dos finais do século XIX, e por outro uma unidade de Quarteirão do bairro de Alvalade, de traçado do século XX.

Com isto, procura-se por um lado refletir a capacidade ativa do modelo de Pátio e Vila na regeneração e reconversão de parcelas de Logradouro em habitação coletiva, mas por outro, também compreender o seu impacto à escala da unidade de conjunto, o Quarteirão. Esta proposta prática em dois contextos urbanos diferentes, pretende ainda demonstrar a possibilidade de reaplicação deste modelo em contextos diferentes do tecido da cidade de Lisboa, uma dimensão expressamente patente deste modelo, visível pelas dez centenas de conjuntos disseminados pela cidade de Lisboa entre 1850 e 1930.



Vila Borba, Campolide - *pelo autor, 2020*



Vila Fernandes, Graça - *Armando Serôdio, 1968*



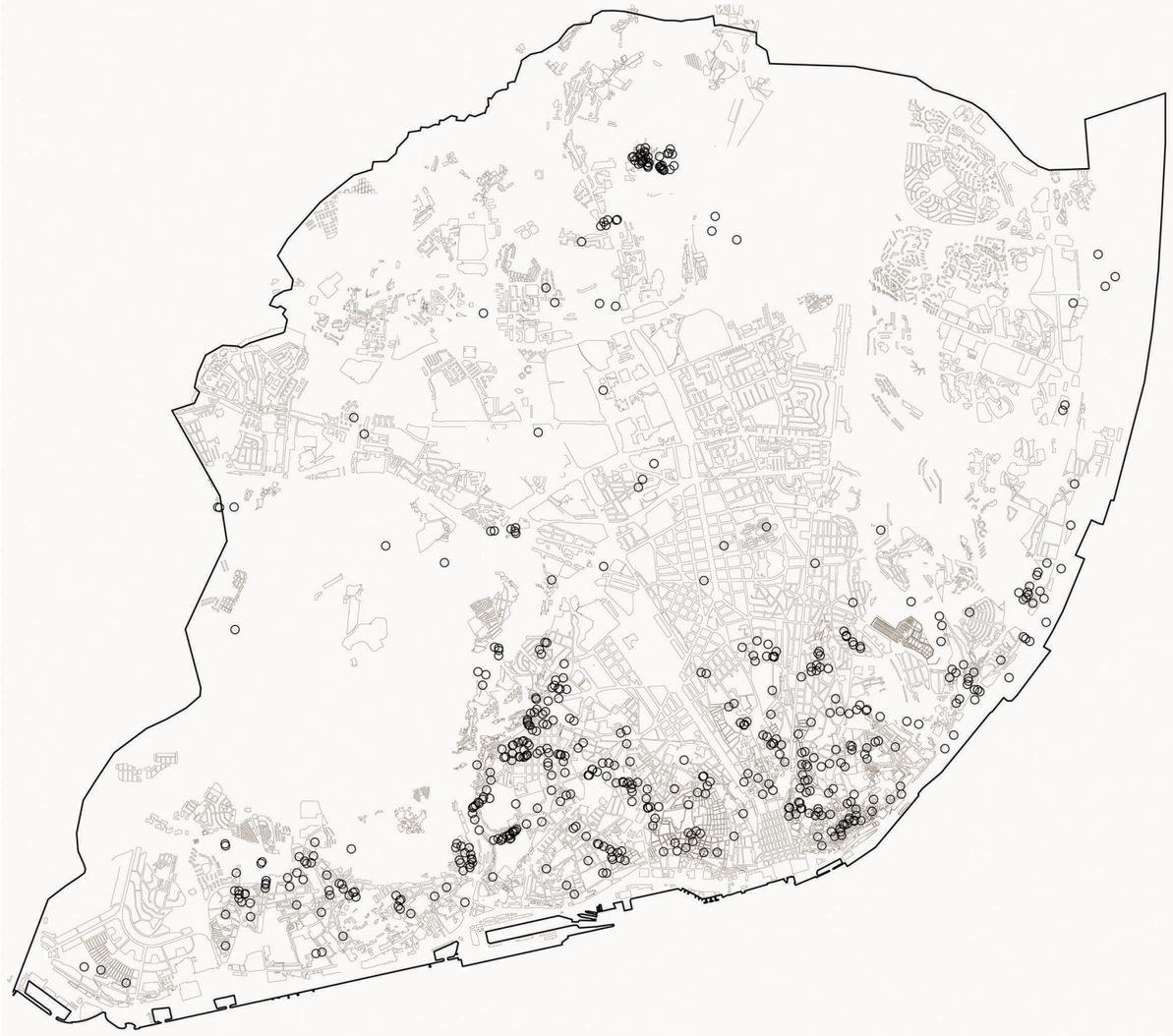
Vila Adélia, Campo de Ourique - *pelo autor, 2020*



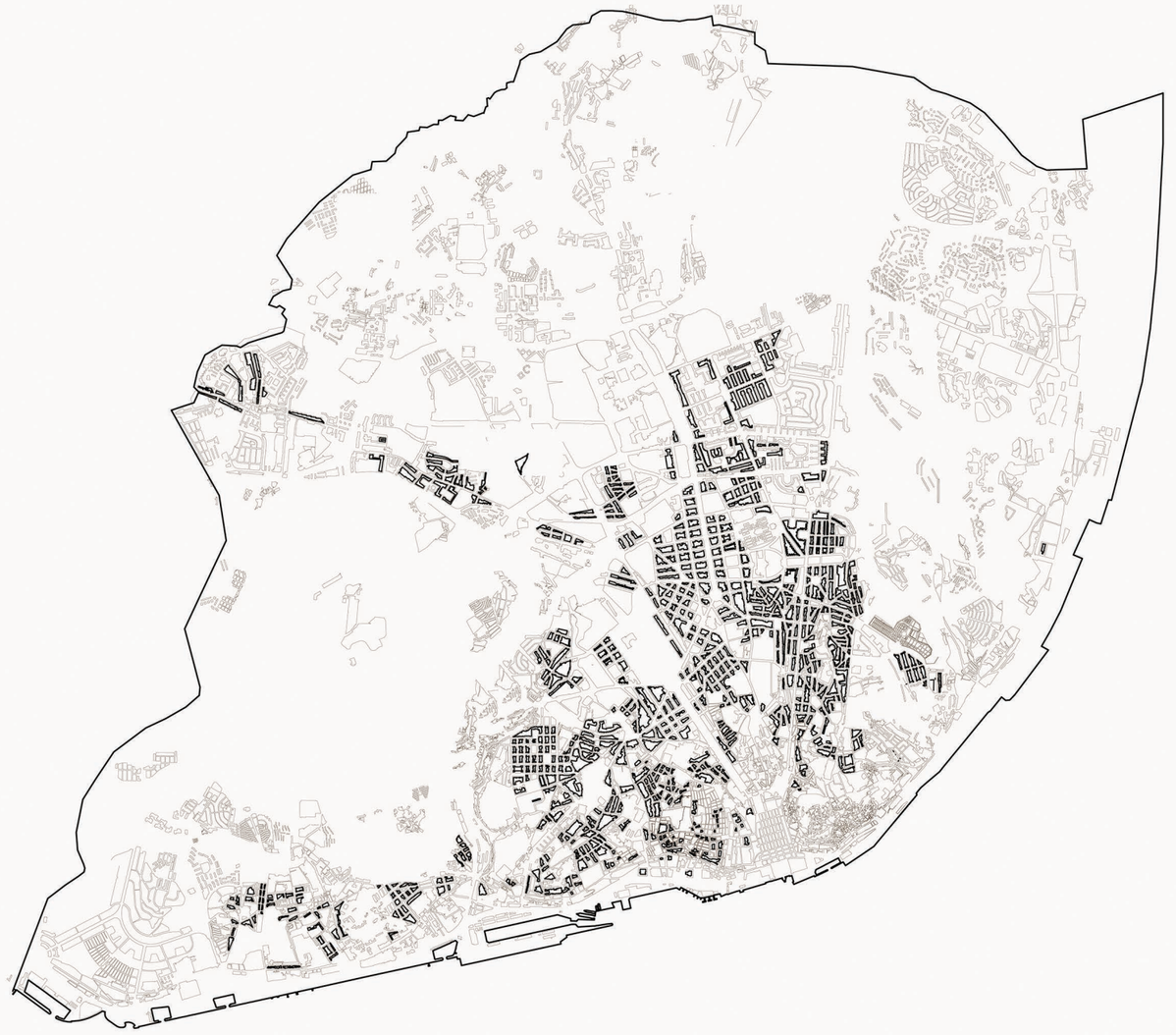
Vila Amélia, Campolide - *pelo autor, 2020*



Pátio do Carrasco, Alfama - *Armando Serôdio, 1968*



Os Pátios e Vilas de Lisboa
Localização atual dos Pátios e Vilas de Lisboa, 507 unidades
(esc. 1:35000)

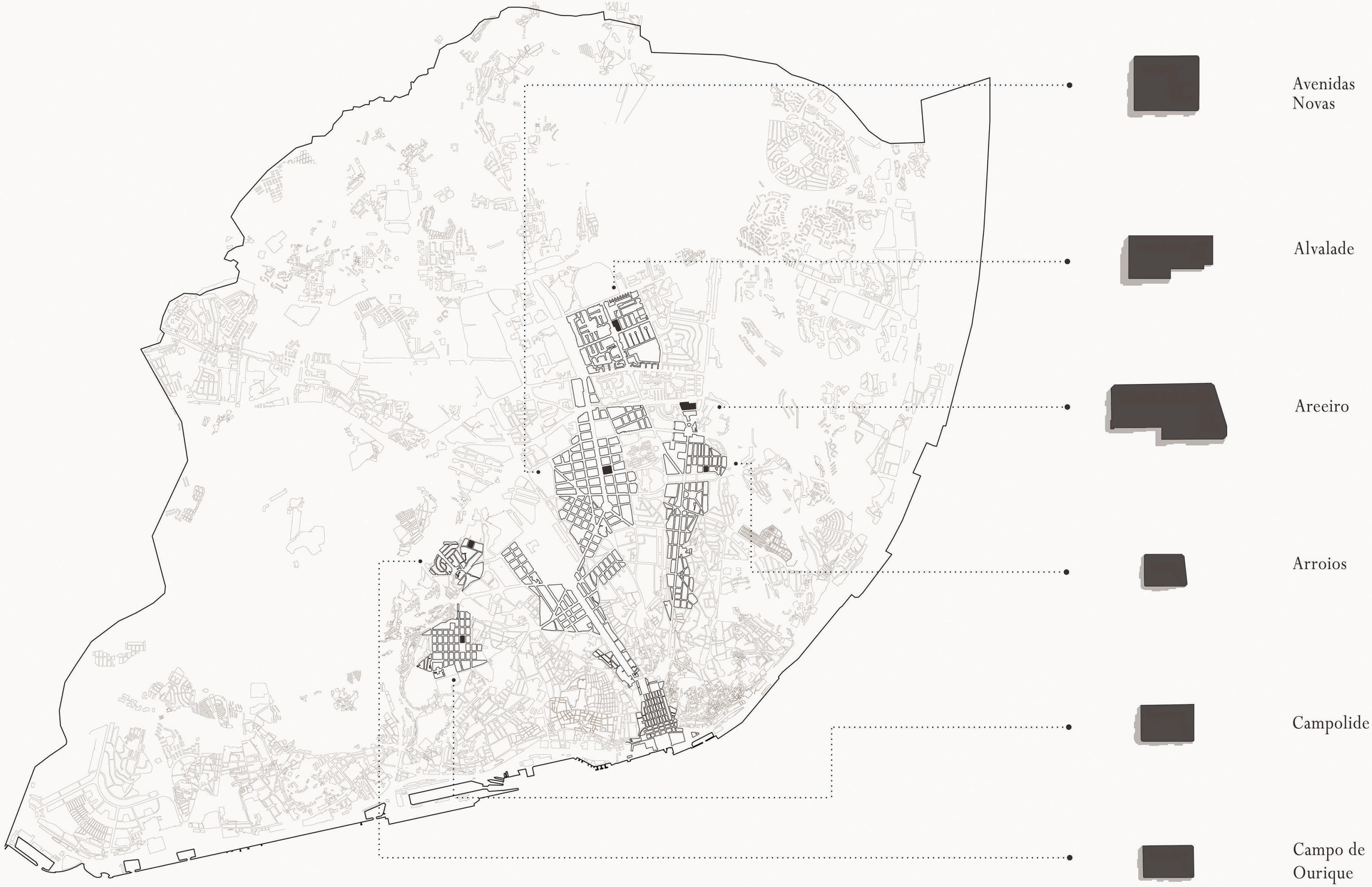


Os Interiores de Quarteirão
Mancha representativa dos Interiores de Quarteirão com Logradouros na cidade de Lisboa
(esc. 1:35000)

Aluno. Fernando Vieira. 20121416
Orientação Científica. João Nuno Pernão + Maria Manuela Mendes

Logradouro, Pátio e Vila
A reativação do modelo urbano de Pátio e Vila como exploração das parcelas de Logradouro em Habitação Coletiva

MiINT & REAB. Projeto Final de Mestrado
Faculdade de Arquitetura. Universidade de Lisboa

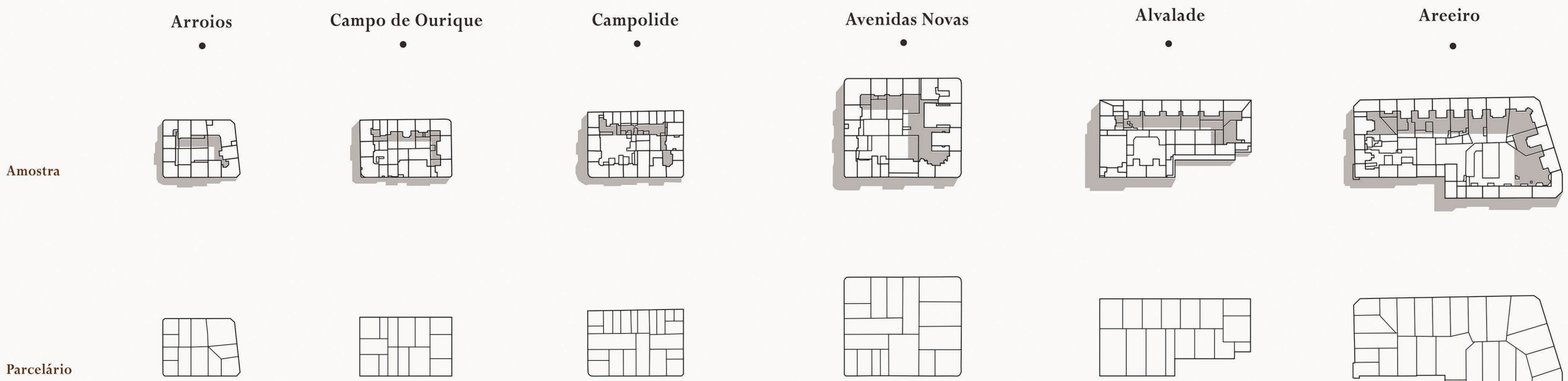


O Bairros

Identificação dos Bairros de Traçado B (Baixa, Arroios, Campolide, Campo de Ourique, Avenidas Novas, Alvalade, Areeiro)
(esc. 1:20000)

Aluno. Fernando Vieira. 20121416
Orientação Científica. João Nuno Pernão + Maria Manuela Mendes

Logradouro, Pátio e Vila
A reativação do modelo urbano de Pátio eVila como explo-ração das parcelas de Logradouro em Habitação Coletiva



Decomposição dos Quarteirões

Quadro decompositivo e comparativo das unidades de Quarteirão dos Traçados urbanos B
(esc. 1:20000)

Aluno. Fernando Vieira. 20121416
Orientação Científica. João Nuno Pernão + Maria Manuela Mendes

Logradouro, Pátio e Vila
A reativação do modelo urbano de Pátio e Vila como explo-ração das parcelas de Logradouro em Habitação Coletiva

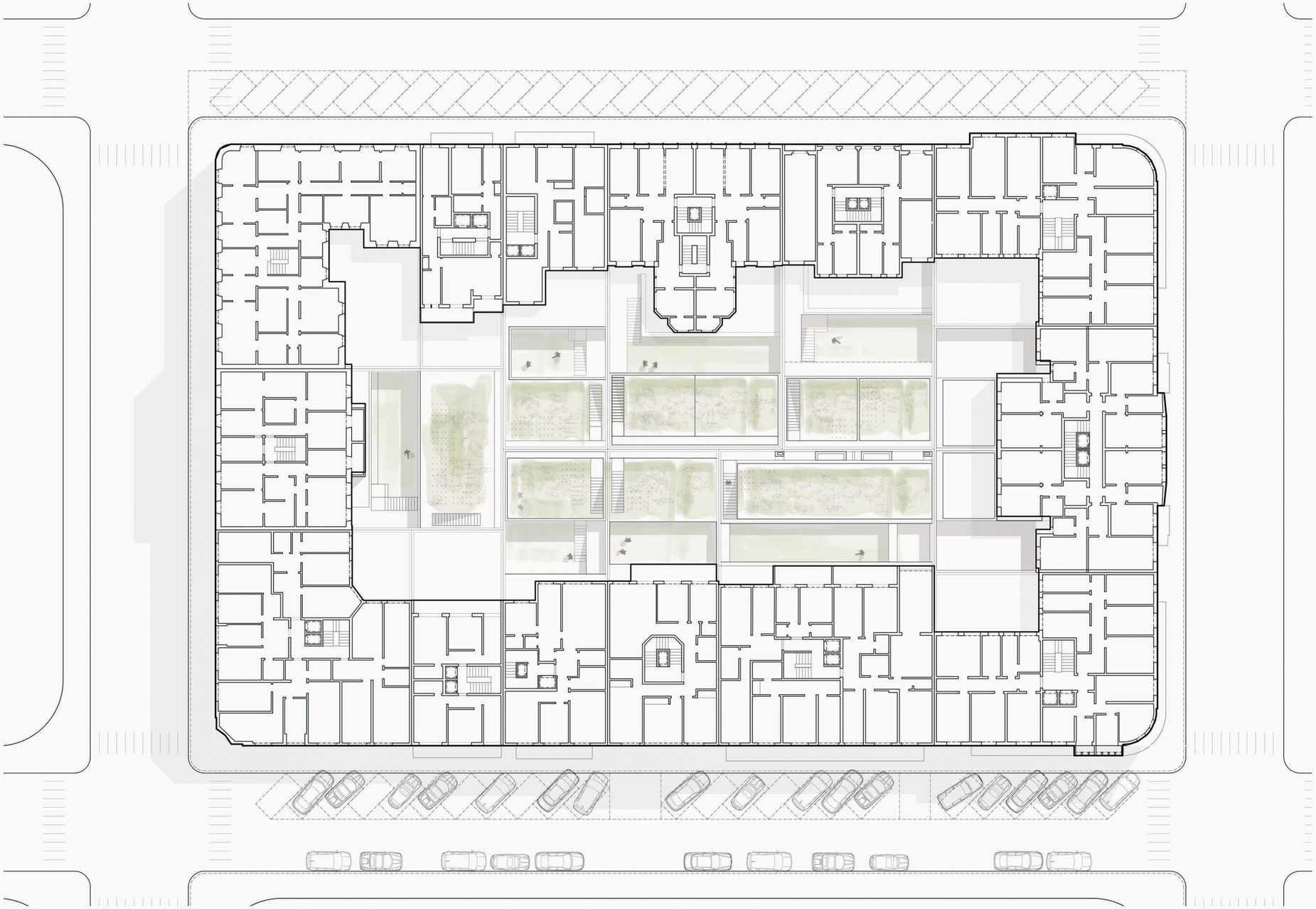
MiINT & REAB. Projeto Final de Mestrado
Faculdade de Arquitetura. Universidade de Lisboa

Plantas de escala de Bairro
Campo de Ourique + Alvalade
(esc. 1:3000)

Aluno. Fernando Vieira. 20121416
Orientação Científica. João Nuno Pernão + Maria Manuela Mendes

Logradouro, Pátio e Vila
A reativação do modelo urbano de Pátio e Vila como explo-ração das parcelas de Logradouro em Habitação Coletiva

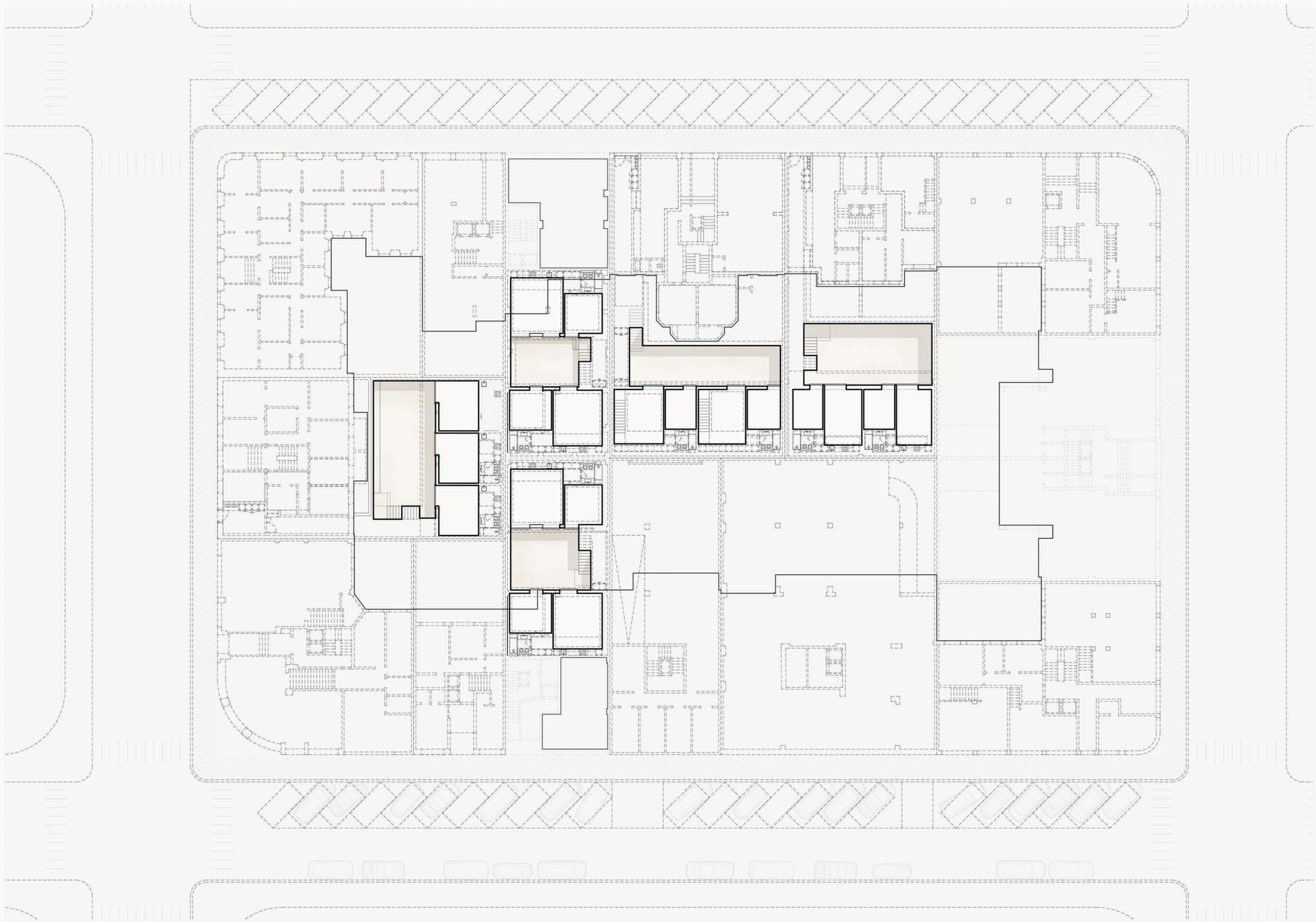
MiINT & REAB. Projeto Final de Mestrado
Faculdade de Arquitetura. Universidade de Lisboa



Planta piso tipo (+1)
Campo de Ourique
(esc. 1:200)



Planta piso térreo (0)
Campo de Ourique
(esc. 1:200)



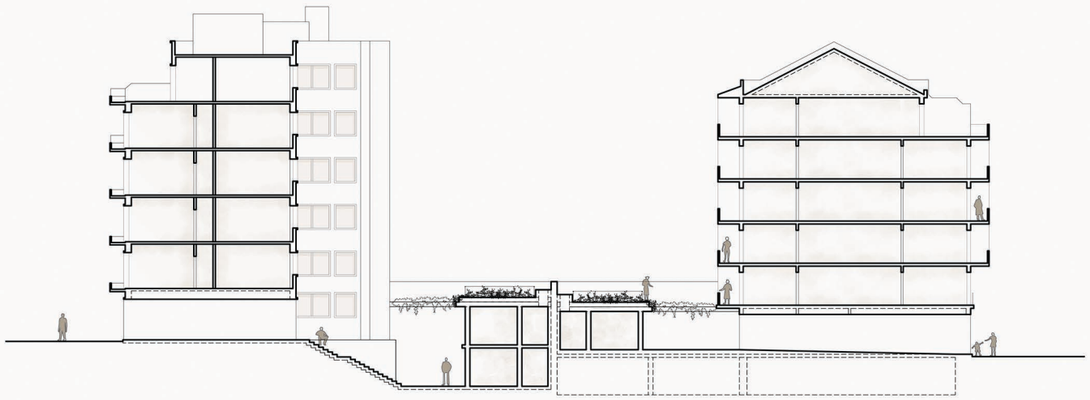
Planta piso cave (-1)
Campo de Ourique
(esc. 1:200)

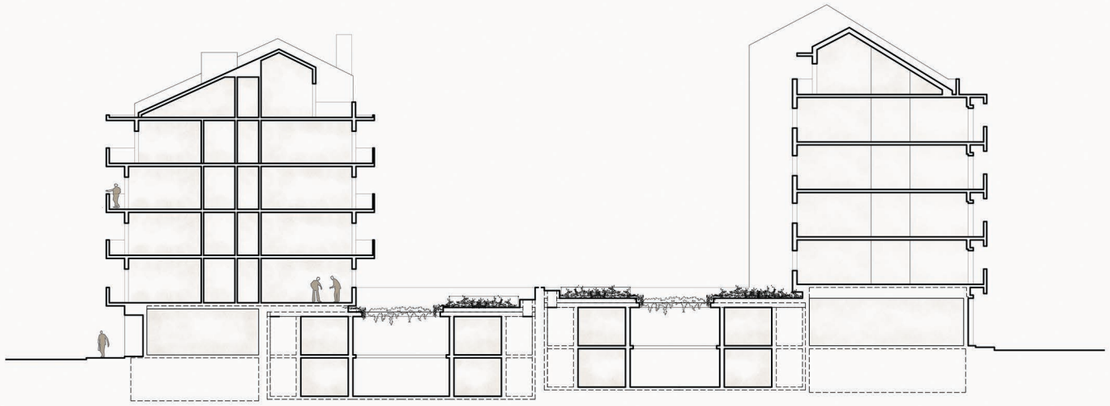


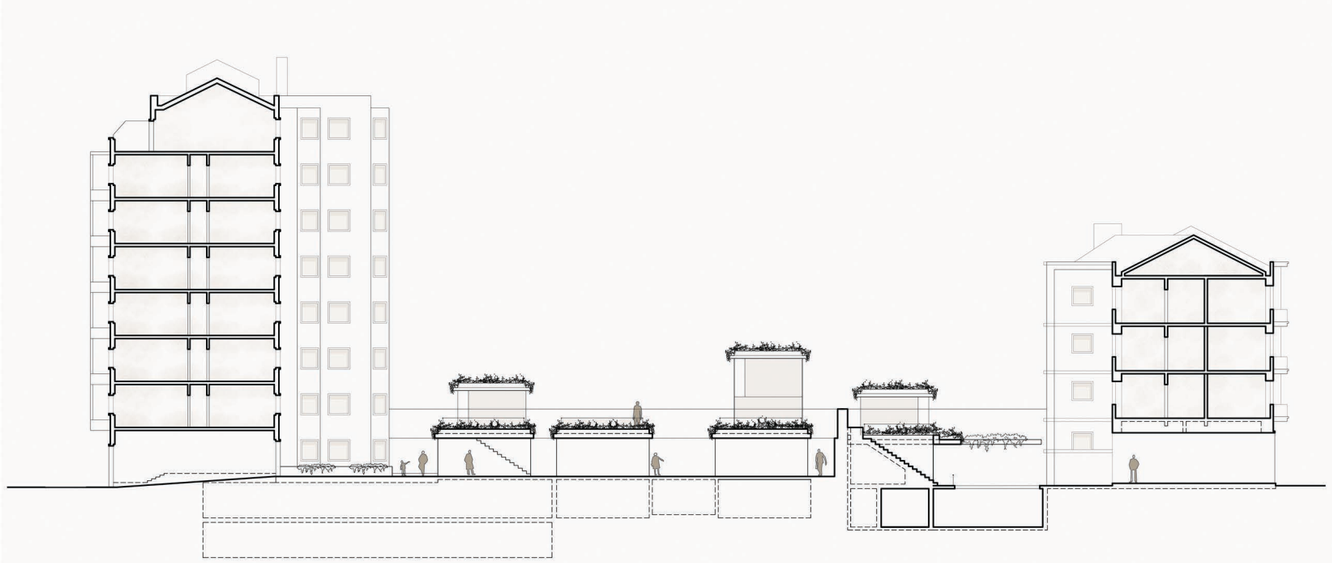
O Gaioleiro (Pátio)
Campo de Ourique

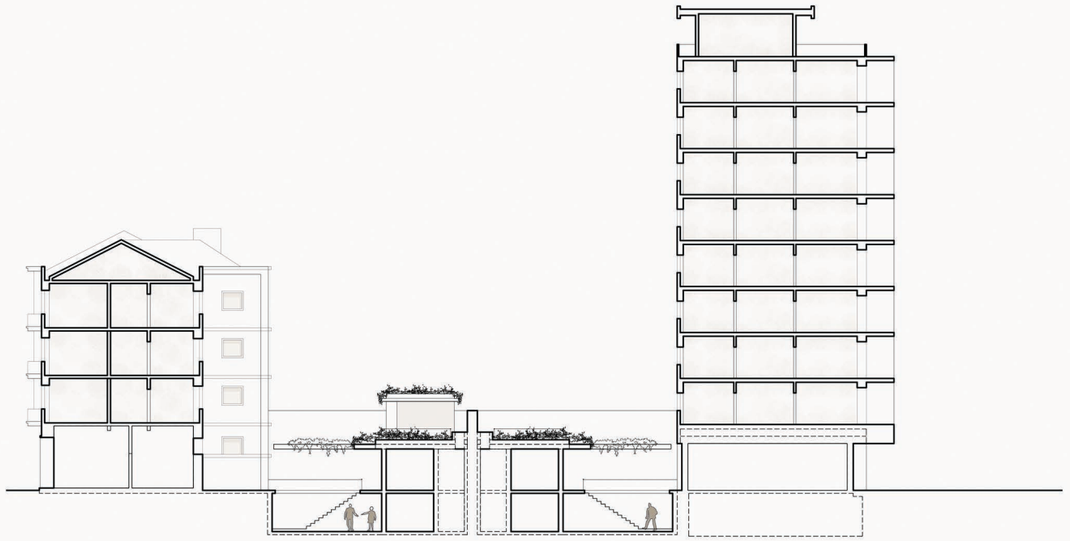


O Rabo de Bacalhau (Vila)
Alvalade







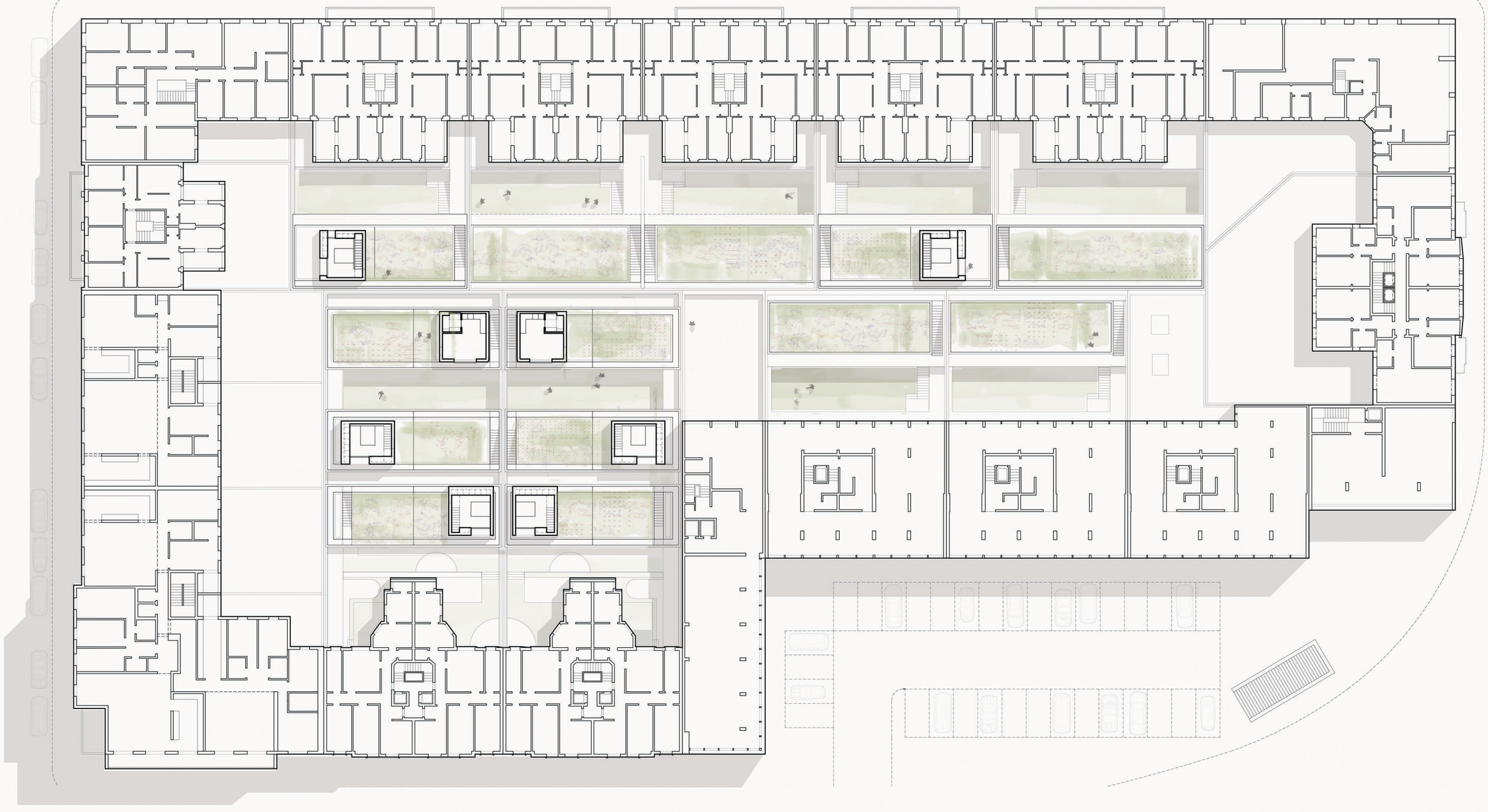


Cortes transversais
Campo de Ourique + Alvalade
(esc. 1:200)

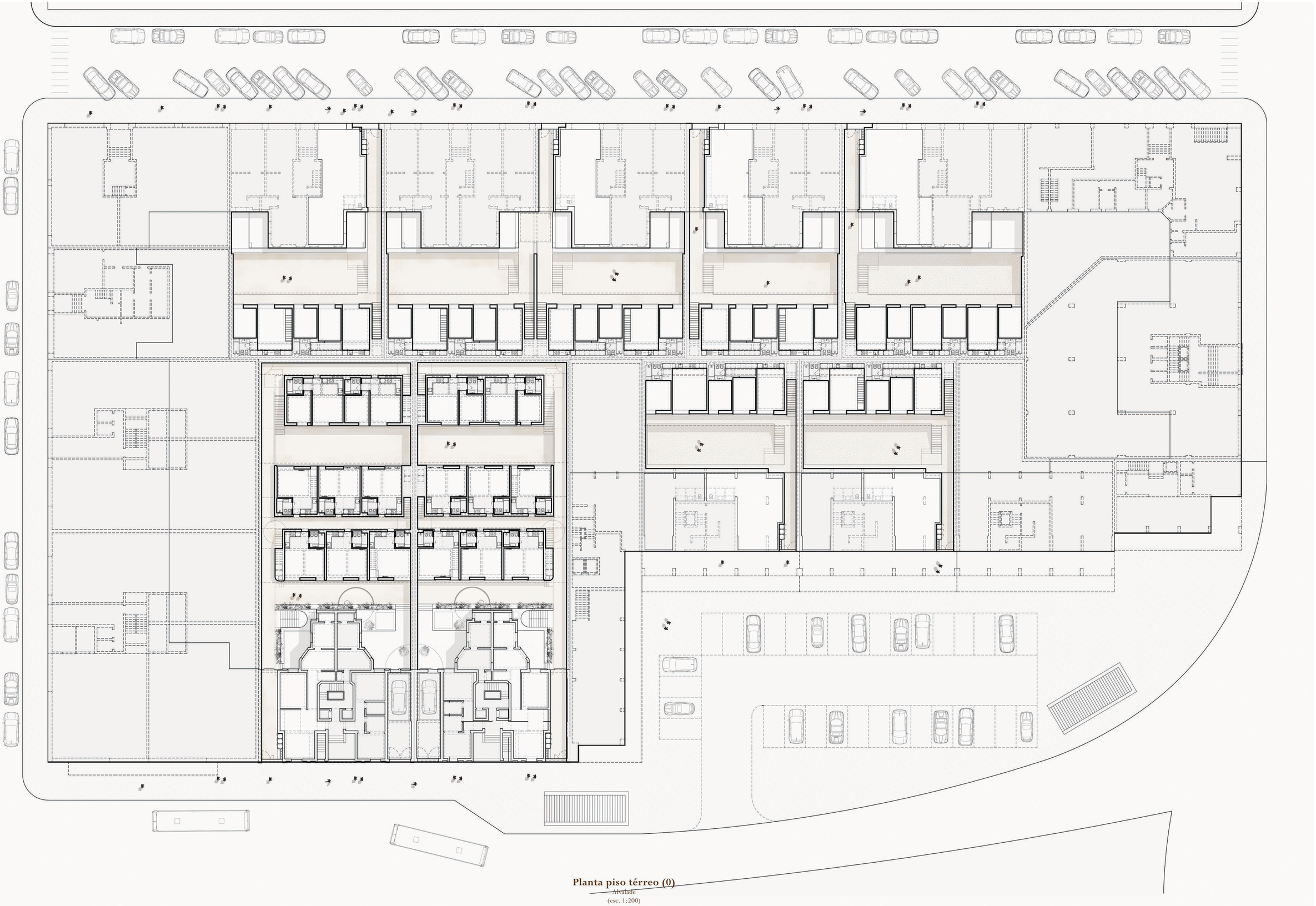
Aluno. Fernando Vieira. 20121416
Orientação Científica. João Nuno Pernão + Maria Manuela Mendes



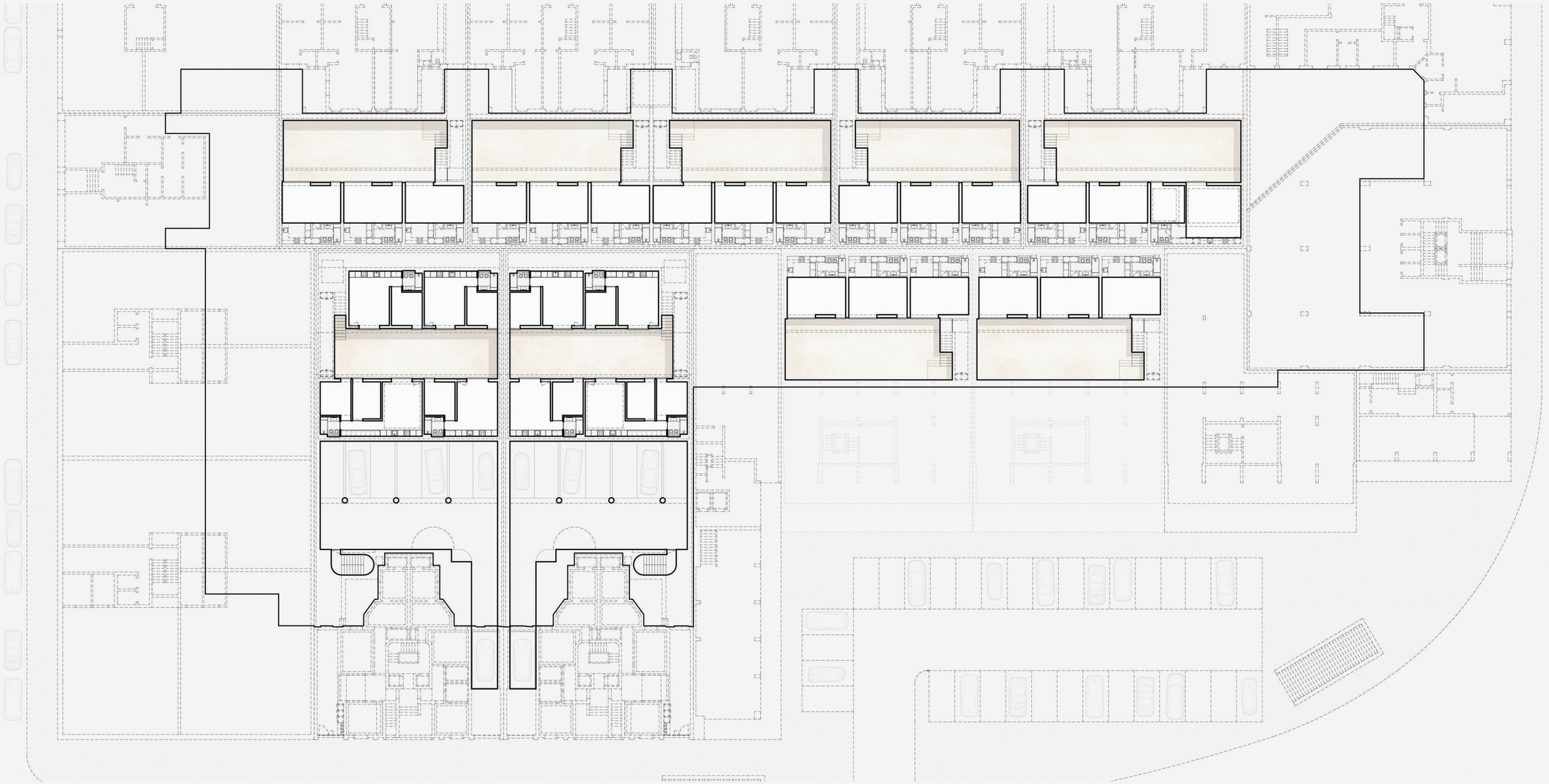
Interior do Quarteirão
Alvalade



Planta piso tipo (+1)
Alvalade
(esc. 1:200)



Planta piso térreo (0)
Alvalade
(esc. 1:200)



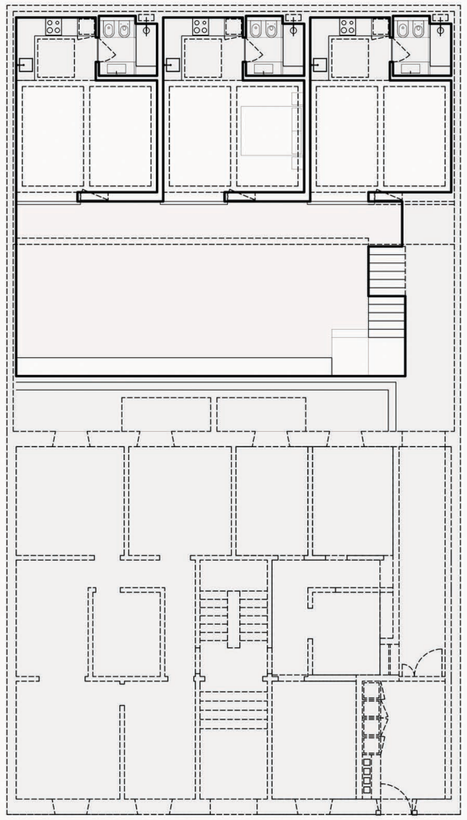
Planta piso cave (-1)
Alvalade
(esc. 1:200)



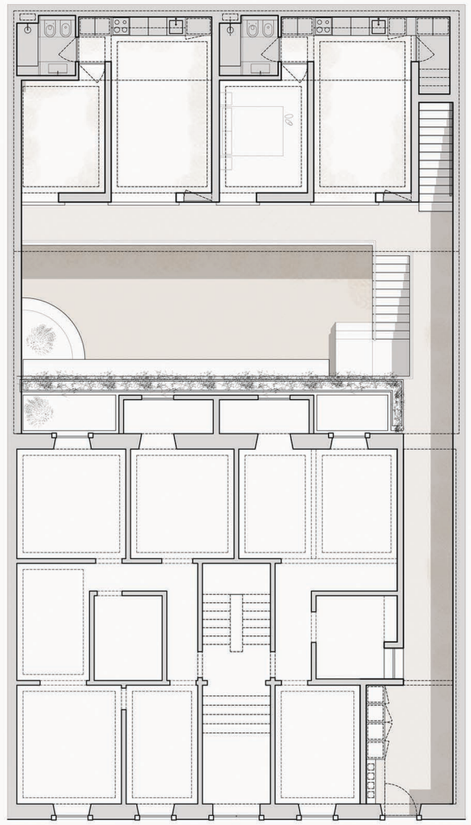
O Pátio (Gaioleiro)
Campo de Ourique



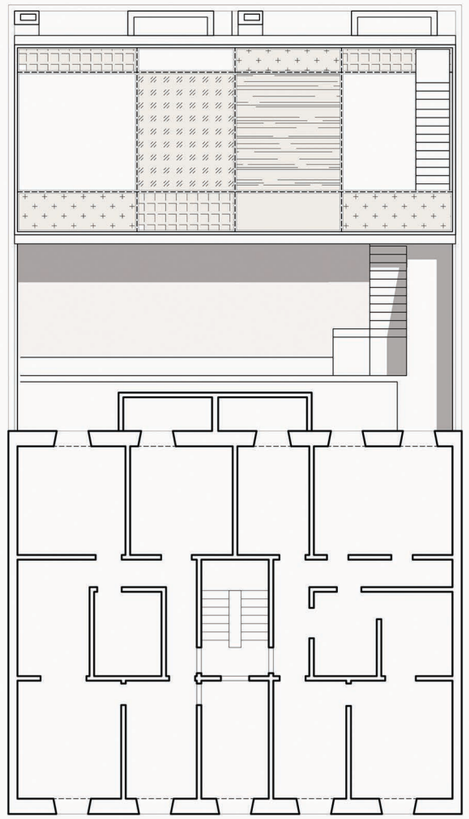
A Vila (Rabo de Bacalhau)
Alvalade



Piso cave (-1)
(esc. 1:100)

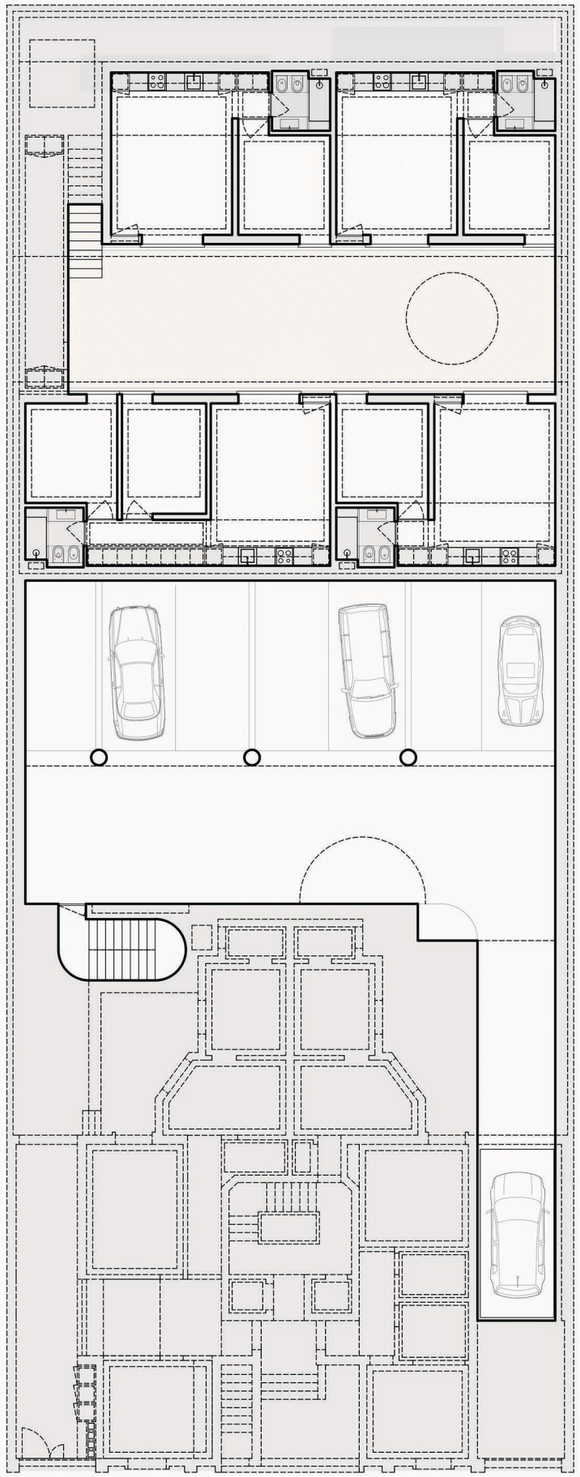


Piso térreo (0)
(esc. 1:100)

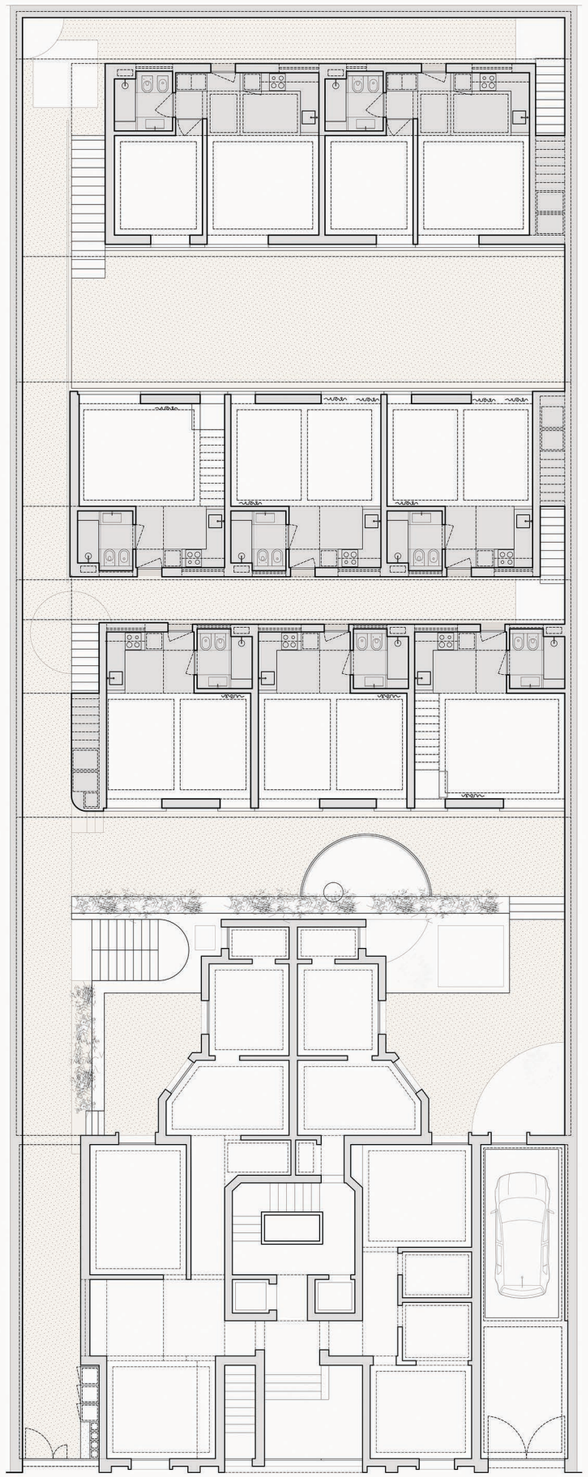


Piso tipo (+1)
(esc. 1:100)

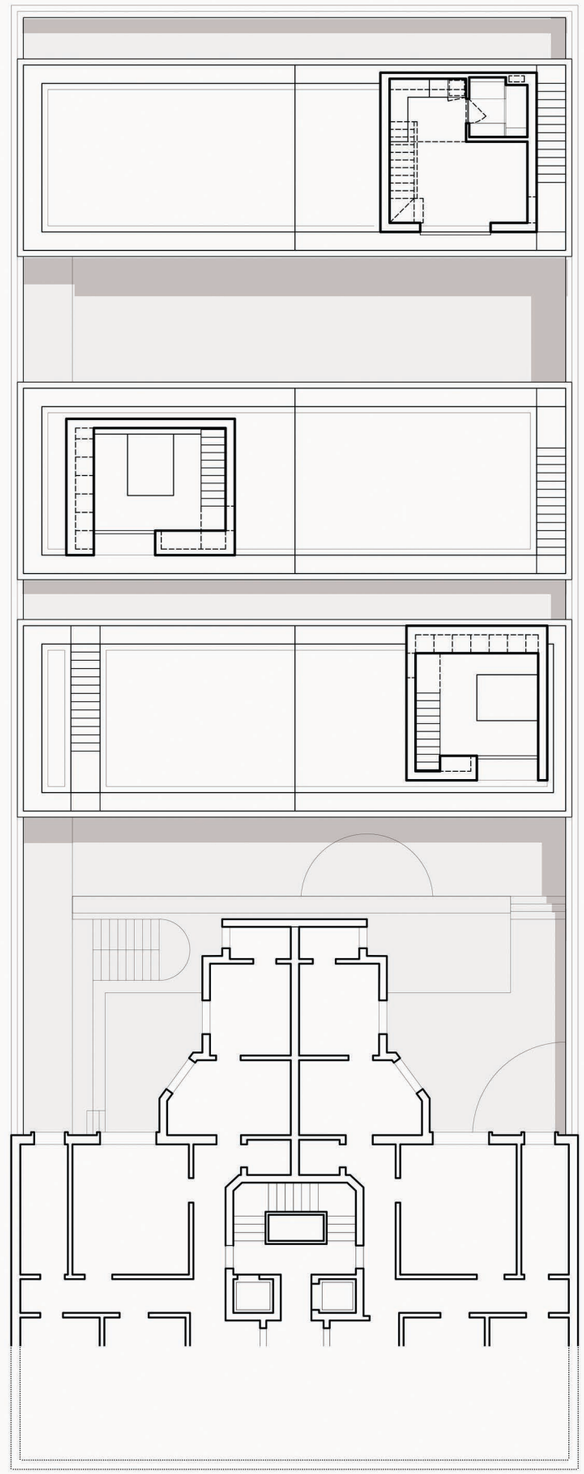
O Pátio (Gaioleiro)
Campo de Ourique
(esc. 1:100)



Piso cave (-1)
(esc. 1:100)

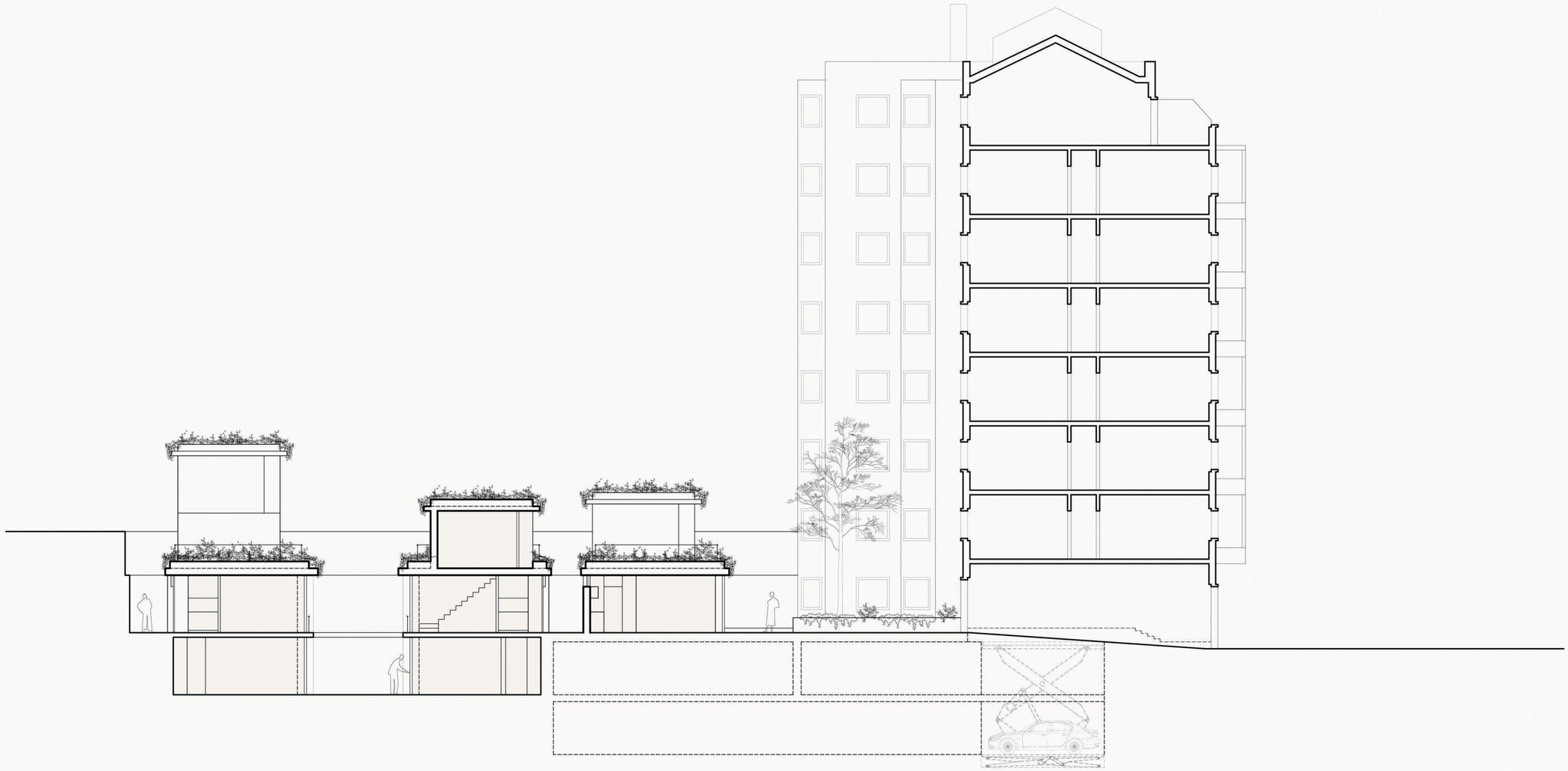


Piso térreo (0)
(esc. 1:100)

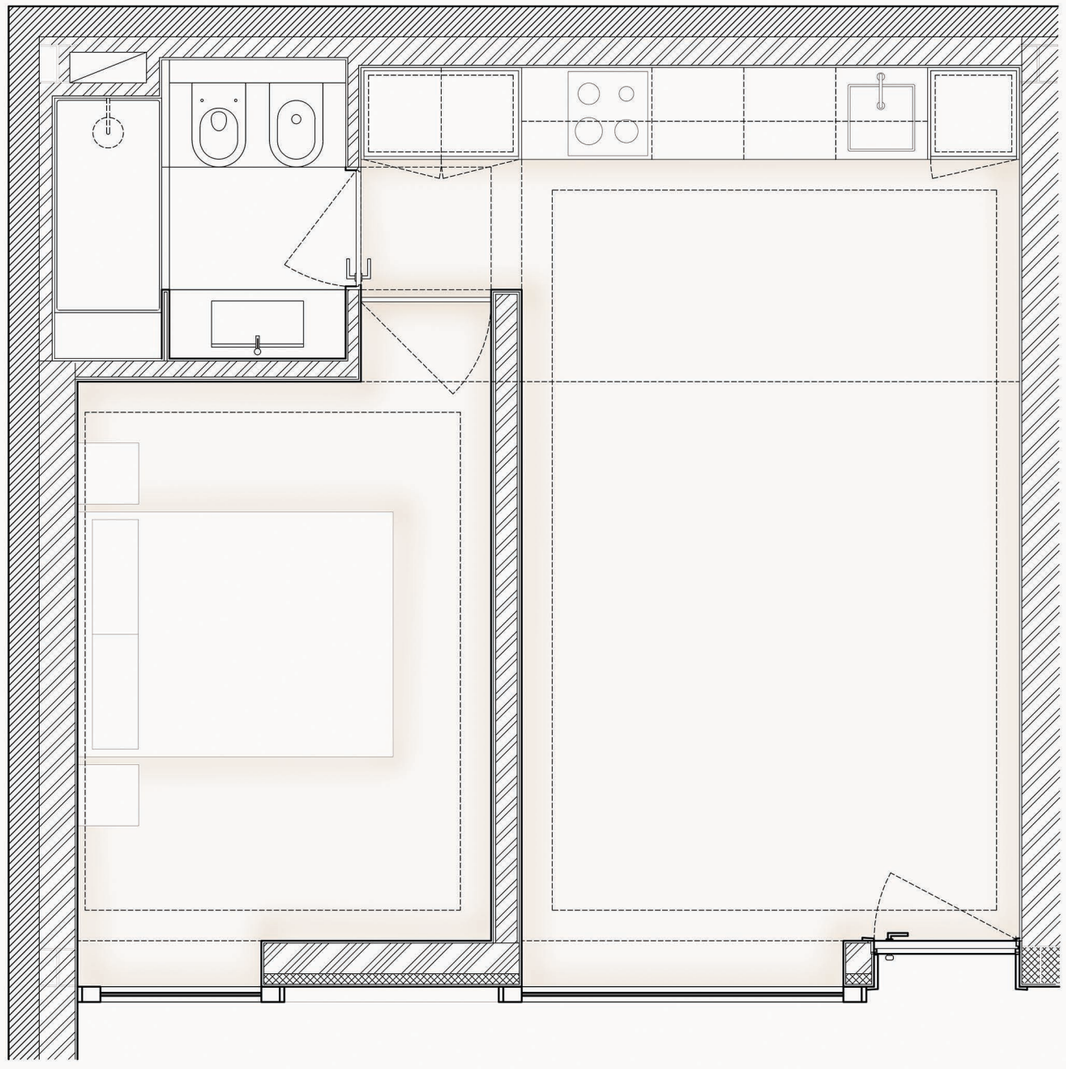


Piso tipo (+1)
(esc. 1:100)

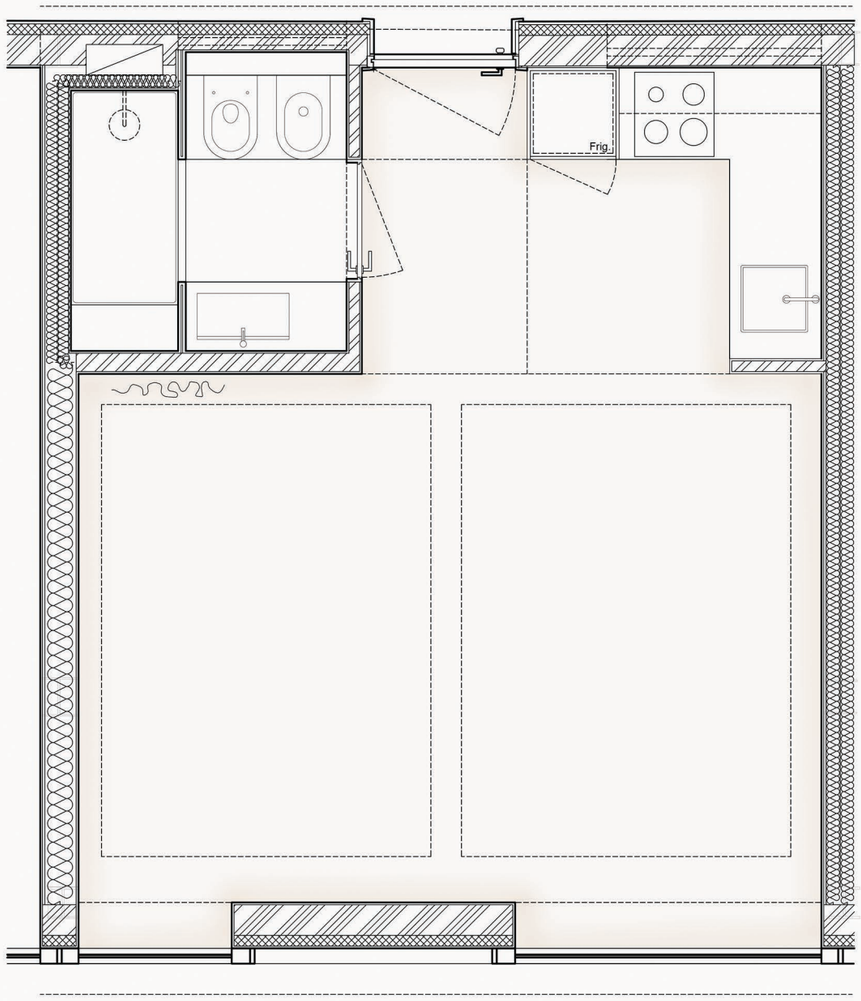
A Vila (Rabo de Bacalhau)
Alvalade
(esc. 1:100)



Corte Transversal: A Vila (Rabo de Bacalhau)
Alvalade
(esc. 1:100)

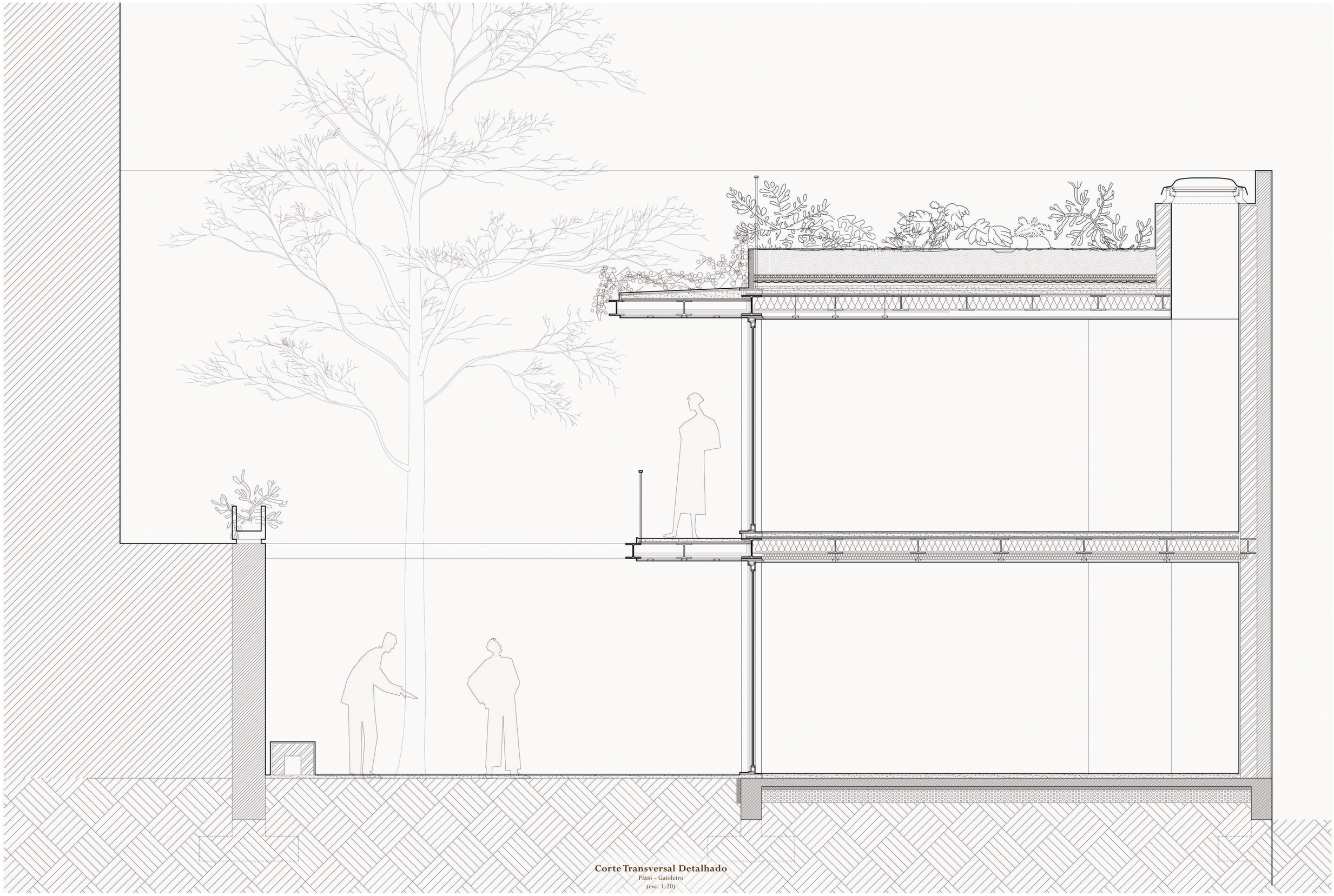


Planta Fogo Tipo Pátio (tipologia T1)
(esc. 1:20)



Planta Fogo Tipo Vila (tipologia T0)
(esc. 1:20)

Plantas Fogos Tipo
Campo de Ourique + Alvalade
(esc. 1:20)



Corte Transversal Detalhado
Pátio - Gaioleiro
(esc. 1:20)

Aluno. Fernando Vieira. 20121416
Orientação Científica. João Nuno Pernão + Maria Manuela Mendes